

**Fundação Oswaldo Cruz**  
**Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)**

**CADERNOS CRIS/FIOCRUZ**  
**Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**  
**Nº 09/2022**  
**10 a 23 de maio de 2022**

# Health for Peace Peace for Health



**Publicação Digital**  
**Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ**  
**Rio de Janeiro, 27 de maio de 2022**



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
**Fundação Oswaldo Cruz**

Presidência  
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



## SUMÁRIO

---

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação	<i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>
09	No tempo das ilusões perdidas: Saúde e guerra	<i>Santiago Alcázar e Paulo M. Buss</i>
11	Las Naciones Unidas: una introducción a partir de la experiencia personal, como ordenador de la intervención	<i>Paolo Balladelli</i>
22	A “questão do critério”, a guerra e a esquerda	<i>José Luís Fiori</i>
<b><u>Sistema Nações Unidas</u></b>		
26	Ninguém dá a mínima	<i>Santiago Alcázar</i>
31	Conselho de Direitos Humanos, Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Armando De Negri Filho</i>
43	O início da 75ª Assembleia Mundial da Saúde: "The most needed medicine is peace"	<i>Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão</i>
47	Em meio à crise climática, as companhias de petróleo e gás se beneficiam com a Guerra na Ucrânia	<i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>
53	Migrações, refúgio e saúde global	<i>Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martins, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>
60	Integrando peacebuilding e saúde mental: sinergias para intervenções mais eficazes e bem-sucedidas	<i>Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa</i>
66	Tecnologias Assistivas para Todos, Desnutrição em Crianças e Mais Jovens na Política: desafios da pós-pandemia	<i>Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora de Sousa Mendes Gomes</i>
72	Os desafios dos sistemas alimentares análogos ao sistema financeiro global ameaçam a soberania e segurança alimentar e nutricional global	<i>Denise Oliveira e Silva</i>
76	Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde	<i>Isis Pillar Cazumbá</i>
79	12ª Conferência Ministerial, Trade Secrets e Indústria 4.0: Informe sobre a OMC, a OMPI e a UNCTAD	<i>Claudia Chamas</i>
82	Informe sobre o relatório global da UNESCO sobre o futuro da educação: “Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação”	<i>Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Vitor Rodrigues.</i>
<b><u>Movimentos sociais globais e saúde</u></b>		
85	Instituições da Sociedade Civil: Covid-19, guerras e conflitos e a arrogância de Bill Gates	<i>Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Patricia Lewis Carpio e Luis Eugênio de Souza</i>

- 94 Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Armando De Negri Filho*

### **Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países**

- 113 G77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Regina Ungerer*
- 128 G7, G20 e OCDE, pouca saúde nos grupos dos mais ricos! - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- 137 Informe de la quincena sobre salud global y diplomacia en salud en América Latina y el Caribe - *Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 144 O Continente Africano na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 157 A guerra e a saúde na Ucrânia em perspectiva com a 75ª Assembleia Mundial da Saúde - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 161 Novos líderes na Ásia e Determinantes Sociais no Oriente Médio - *Lúcia Marques*
- 175 Tijolos e novas construções - *André Costa Lobato*
- 180 Notas sobre a 2ª Cúpula Global COVID-19: Prevenindo a Complacência e priorizando a preparação – *Luiz Augusto Galvão*

Autores deste Caderno - 186

\*\*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 189

\*\*\*Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 190

## CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

### Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 09/2022 – 10 a 23 de maio de 2022

#### Apresentação

Por dezenas de anos as Assembleias Mundiais da Saúde passaram despercebidas aos olhos do mundo. Entretanto, desde a emergência da pandemia de Covid-19, cada vez mais elas despertam a atenção de políticos, diplomatas e da sociedade civil. Porque a saúde se tornou parte importante da *big policy*. Não apenas pelo imenso impacto da pandemia sobre todas as dimensões da vida e a saúde da economia global, como pelo peso cada vez maior do complexo médico-industrial na composição de PIBs, nos orçamentos públicos e no bolso das pessoas.

Neste ano, além destes fatos todos que, por si só, já atrairiam as atenções do mundo, a 75ª Assembleia é cenário para demonstrações sobre a guerra (da Ucrânia e, menos, sobre todas as demais). Por esta razão, tantos analistas tratarão da AMS nos respectivos informes.

Os discursos de ministros da saúde e dos muitos chefes de Estado que acorreram pessoalmente ou remotamente ao magno evento anual da diplomacia da saúde global tiveram em comum a Covid-19 e a guerra. Em segundo plano, mas não menos importantes o tratado sobre pandemias (ou saúde global) e o que os Estados-membros esperam da nova gestão de Tedros Adhanom.

**Galvão, Reges e Bermudez** estão em Genebra, acompanhando *in loco* o desenrolar da **75ª Assembleia Mundial da Saúde da OMS**, que está sendo realizada de 22 a 28 de maio de 2022. É a primeira Assembleia da Saúde presencial desde o início da pandemia de Covid-19. Na reunião, os delegados dos países tomarão decisões sobre metas e estratégias de saúde que orientarão o trabalho de saúde pública e o trabalho da Secretaria da OMS para “mover o mundo em direção a uma melhor saúde e bem-estar para todos”. O tema da Assembleia deste ano é “saúde pela paz, paz pela saúde”.

**Alcázar e Buss** abordam o **pano de fundo da conjuntura global** na quinzena: as interações entre guerra e saúde; **Fiori** volta ao tema que vem despertando polêmica entre muitos leitores – o papel da socialdemocracia europeia no conflito europeu; e **Alcázar** se debruça sobre as perspectivas do **Conselho Econômico e Social das Nações Unidas**, que já se prepara para o seu segmento de alto nível, que abordará, como de praxe, do monitoramento da implementação da Agenda 2030.

**Paolo Balladeli** apresenta-nos uma sensível introdução sobre as **Nações Unidas** a partir de sua experiência pessoal como coordenador das agências da Organização em um país em desenvolvimento, refletindo sobre os desafios da atuação conjunta e coordenada em prol do desenvolvimento e da saúde.

O **Conselho de Direitos Humanos – CDH**, publicou a Agenda Provisória para a sua 50ª Sessão (Genebra, 13/06-8/07/2022) de junho a 8 de julho de 2022. Neste informe, **De Negri** analisa três informes já disponíveis e de interesse para a saúde global: o da Relatora Especial para o Direito à Saúde, Tlaleng Mofokeng, sobre Violência e Direitos Humanos; do Relator Especial de Combate à Extrema Pobreza, Olivier De Schutter, sobre o acesso às proteções sociais e as barreiras provocadas pelo “*non-take-up*”; e o Informe sobre a Sessão Especial sobre Direitos das Populações Indígenas e o Impacto da Covid19 realizada no CDH.

Além disso, examina a 23ª sessão do GT sobre o Direito ao Desenvolvimento; atualiza as iniciativas do GT sobre Negócios e Direitos Humanos; e divulga a declaração de um grupo de relatores especiais que reivindica que o tratado pandêmico em discussão na OMS esteja orientado pelo enfoque dos direitos humanos.

No tema **ambiente e saúde**, **Magalhães e Galvão** abordam um leque amplo de questões: Empresas americanas de petróleo e gás lucraram 300% ou mais em 2022, comparado ao mesmo período em 2021 devido ao aumento dos preços de combustível durante a Guerra na Ucrânia. Para frear os aumentos, os governos têm facilitado a prospecção e aumentado os subsídios à essas empresas. O relatório da OMM mostra que quatro de sete indicadores de mudança climática atingiram seu recorde em 2021, causando eventos climáticos extremos. No Fórum Econômico Mundial, dos dez riscos globais mais severos, cinco são relacionados à degradação ambiental, e todos os demais serão prejudicados em consequência dessa degradação. Preocupados com o futuro das crianças, instituições religiosas assinam colaboração com o PNUMA para conduzir seus serviços financeiros e de seus seguidores em ações que não financiem combustíveis fósseis. São também apresentados os relatórios do IAP sobre clima e saúde para as Américas, África e Ásia; o Brazil Summit 2022; e as discussões em preparação para a Estocolmo+50. este

**Martins e Paes Souza** abordam a participação do **PNUD** no primeiro Fórum Internacional de Revisão de Migração, e a publicação de um guia denominado “Nota de Orientação: Integrando Saúde Mental e Apoio Psicossocial na *peacebuilding*”. Este guia se baseia na concepção que o MHPSS e a *peacebuilding* são processos que se reforçam mutuamente. A construção de uma paz positiva melhora as condições para fornecer serviços e apoio psicossocial e de saúde mental, assim como um bem-estar social mais amplo. O MHPSS deve ser integrado a todos esses esforços e pode desempenhar um papel crítico no processo de *peacebuilding*, facilitando a recuperação da paz e a reparação de relacionamentos.

No presente Informe do **Grupo Migrações, Refúgio e Saúde Global**, destaca-se o primeiro Fórum de Revisão das Migrações Internacionais, ocorrido entre 17 e 20 de maio em Nova York, que revisou o progresso do Pacto Global das Migrações, adotado em 2018. Outro tema tratado é a longa crise migratória venezuelana, que já dura cerca de oito anos, e a situação dos venezuelanos no Brasil, incluindo alguns de seus povos originários que também migraram para nosso país. O grupo traz também uma atualização do conflito na Ucrânia e das condições de saúde da população, seguida de algumas análises das “feridas abertas” da UE em relação a diferentes práticas migratórias: detenção generalizada de pessoas imigrantes e suas consequências para a saúde mental, detenções na Lituânia e a política migratória dinamarquesa. Por fim, o Grupo aborda as possíveis consequências para a saúde de migrantes do recuo da Suprema Corte dos EUA sobre a descriminalização do aborto.

Na área da **Saúde da Mulher Criança e Adolescente**, a **OMS e UNICEF** lançam um relatório em conjunto sobre tecnologias assistivas e faz uma série de recomendações para sua ampliação, segundo **Massari e Gomes**. A OMS lança Comunidade Global de Práticas de Enfermagem e Obstetrícia. OPAS e OMS apoiam Campanha Nacional para Doação de Leite Humano. ONU lança campanha global que busca incentivar jovens a entrarem para a política. UNICEF faz alerta para desnutrição aguda grave em crianças, lança documento sobre como melhorar os cuidados de saúde primários para se preparar para futuras pandemias. OMS e UNICEF desenvolvem Painel de Saúde e Bem-estar Infantil. UNFPA e UN Women sem manifestações ou publicações no período.

A **segurança alimentar** foi tema de intensas alertas em diversos fóruns globais novamente nesta quinzena, segundo informa **Oliveira e Silva**. A crise alimentar global anunciada por inúmeros estudiosos e organizações internacionais traz como fatores determinantes as questões climáticas, as consequências da pandemia COVID-19, e a guerra da Ucrânia. A necessidade de reverter sistemas alimentares para serem inclusivos, sustentáveis e resilientes estão no rol das principais estratégias globais. Mas, segundo constatações científicas, os sistemas alimentares contemporâneos apontam sinais alarmantes de falência e fragilidade sistêmica porque atuam de forma articulada ao sistema financeiro e são ameaças a soberania e segurança alimentar e nutricional global.

**Cazumbá** aborda as **instituições financeiras internacionais**. O **BID** se junta a outras Instituições e lança estudos sobre as receitas fiscais na América Latina e Caribe. **Banco Mundial** planeja a sua resposta global para promover maior segurança alimentar. **FMI** cria um plano sobre crescimento e ajuste em programas apoiados pelo Fundo.

Na **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, a DG Ngozi Okonjo-Iweala, fez apelos para que a 12ª Conferência Ministerial seja bem-sucedida, inclusive no escopo da proposta de suspensão de direitos de propriedade intelectual. **Chamas** informa ainda que a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)** organiza o evento “WIPO Symposium on Trade Secrets and Innovation 2022”, que debaterá os papéis dos sistemas de segredos de negócios no apoio à inovação. A **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** lançou o relatório “Indústria 4.0 para o desenvolvimento inclusivo”, que aborda a revolução tecnológica em curso no mundo, baseada em tecnologias como inteligência artificial, robótica e internet das coisas. A temática está alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, que visa “construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação”.

Segundo **Gaspar e Sanglard**, a **UNESCO** elaborou relatório alertando aos atores do sistema educacional global que será necessário criar um modelo educacional que responda às questões ambientais, de direitos humanos e tecnológicas. Foram realizadas propostas para um novo modelo que precisam ser realizadas até 2050, com objetivo de construir uma educação cooperativa e solidária.

Os temas relativos à Covid-19 e às guerras e suas consequências para as populações dominaram as manifestações das organizações da sociedade civil de interesse público. Além disso, a crise climática, a crise alimentar e as doenças crônicas não transmissíveis foram objetos de múltiplas manifestações. A Assembleia Mundial da Saúde foi também objeto de várias manifestações, notadamente sobre a realização de atividades preparatórias. Outros temas foram ainda mencionados, destacando-se o surto de Ebola, na República Democrática do Congo. No que tange às OSC de interesse privado, a Covid-19 dominou as manifestações, com destaque para o lançamento do livro de Bill Gates “How to Prevent the Next Pandemic”. Chama a atenção, neste livro, que ele propôs constituição de “uma equipe global de especialistas” para liderar as ações de prevenção e enfrentamento de novas pandemias, ignorando e desprezando completamente a OMS.

**De Negri** oferece ao leitor uma introdução as complexidades dos processos e identidades que envolvem a **sociedade civil de interesse público**, as limitações que sofre no espaço do multilateralismo em crise e suas principais agendas políticas, além de aportar fontes para uma reflexão alternativa sobre como incidir na 75ª Assembleia Mundial da Saúde. Para tanto, reproduz no seu informe parte do capítulo escrito pelo autor com Nicoletta Dêntico, “A

sociedade civil global e suas ações em favor do direito à saúde no contexto da pandemia de Covid-19”, publicado no livro *Diplomacia da Saúde: Respostas Globais à Pandemia*. Em seguida faz uma síntese dos informes produzidos de janeiro a maio de 2022 sobre a sociedade civil de interesse público na saúde global, e finaliza com a programação dos seminários do G2H2 preparatórios para a 75ª Assembleia Mundial da Saúde em Genebra e outras reflexões relacionadas da sociedade civil de interesse público – SCIP.

**Ungerer** destaca em seu informe a publicação conjunta do **UNOSSC** e o **UNDRR** sobre a resposta de cidades e localidades sub-regionais para combater a Covid-19, com exemplos de Cooperação Sul-Sul e triangular provenientes de várias partes do mundo. Já o **G-77** e a **China** participaram de nove reuniões da Assembleia Geral da ONU com temas que variaram entre os aspectos administrativos e orçamentários das missões de paz; orçamento-programa para 2022 e para a biodiversidade marinha; a declaração ministerial do HLPF que vai ser realizado de 5 a 15 de julho de 2022 além de discussões sobre a melhoria da situação financeira da ONU e o combate ao racismo. O **Centro Sul**, por sua vez, discutiu o direito ao desenvolvimento e a resposta global à resistência antimicrobiana.

O **G7** pautou os impactos da guerra na Ucrânia, as questões energéticas e a segurança alimentar global. Os membros do grupo fizeram questão de reafirmar o apoio à Ucrânia nas declarações oficiais e firmaram a iniciativa de criar um plano de assistência financeira para o país. Chama atenção a ausência da discussão sobre a quebra de patentes das vacinas de Covid-19 na reunião dos Ministros de Saúde do grupo em Berlim. Já o **G20** priorizou o tema da digitalização e transformação digital como meio para a renovação e recuperação econômica pós-covid-19, enquanto a **OCDE** prevê um crescimento lento para o Brasil, o país recebeu autorização para incorporar legislações mais liberais para prestações de serviços e transações envolvendo capitais. A guerra na Ucrânia segue causando impactos humanitários e econômicos em todo o planeta, principalmente na Europa, com um número crescente de mais de 3 milhões de pessoas refugiadas. São os informes da quinzena sobre os clubes dos ricos, produzidos por **Burger, Esteves e grupo**.

O informe sobre **América Latina e Caribe**, produzido por **Tobar e Minayo**, trata das idas e vindas políticas em torno à Cúpula das Américas, que poderá ser cancelada devido aos impasses relativos ao não-convite à alguns países e os imbróglis diplomáticos do governo Biden, sobretudo com o presidente mexicano, derivados das possíveis ausências no encontro. Aborda, ainda, as tensões no tema da integração regional do Mercosul e Bolívia. Com relação à **OEA**, o informe destaca que o tema dos fertilizantes e a segurança alimentar chegou à Organização e produz preocupação. À recordar que no domingo, 29 de maio, se realizarão importantes eleições presidenciais na Colômbia, com chances reais de uma alternância de poder.

Na **África**, a União Africana realiza a primeira oficina sobre dados de segurança alimentar, sistema de gestão de informação e do conhecimento que também acaba de divulgar importante relatório sobre *‘Migração e Saúde’*. O CDC divulga resultados de pesquisa do impacto epidemiológico e econômico dos cenários de vacinação contra a Covid-19. A Organização Oeste Africana da Saúde e o CDC África promovem reunião de alto nível com fabricantes de vacinas da África Ocidental. Realizou-se a 23ª Sessão Ordinária da Assembleia de Ministros da Saúde da CEDEAO com três importantes resoluções. O que representa o novo Acordo de parceria entre a União Europeia e a Organização dos Estados de África, Caribe e Pacífico (OEACP).

O surgimento de dezenas de casos da varíola do macaco em países europeus, movimenta a função observatório de saúde global, mas o lamentável aniversário de 3 meses da guerra na Ucrânia segue sendo a temática central do capítulo sobre a **Europa**, preparado por **Freire**. Com a proximidade da 75ª AMS, as atualizações sobre os impactos da guerra à saúde são levadas ao debate. Ameaçadas, Suécia e Finlândia, submetem suas candidaturas à Otan, sob oposição da Turquia, que vê oportunidades de barganha.

A **Ásia Pacífico** continua sendo prioridade das estratégias americanas para os próximos anos – é lá que está o futuro da tecnologia verde. Apesar de pensar militarmente, a firmeza dos países asiáticos em não confrontar seu importante parceiro comercial obriga os EUA a repensarem sua estratégia para a região, que agora envolve saúde, infraestruturas, mudanças climáticas e inovação. Sob esse contexto, **Marques** fala sobre a visita do presidente americano à Ásia, sobre a cúpula EUA-ASEAN e sobre os novos líderes eleitos que podem pesar na balança dessa concorrência sino-americana.

No **Oriente Médio**, o destaque são dois relatórios sobre conflitos, deslocamentos e determinantes sociais. O primeiro, da OMS EMRO, faz uma revisão das iniquidades sanitárias, e fornece uma análise contextualizada dos determinantes relevantes para a região MENA, e fala como migração e conflitos, além dos determinantes sociais, políticos e ambientais impactam a saúde e o bem-estar em toda a região. O segundo, do Centro IDMC, sobre o Índice de Deslocamento Interno - traz um capítulo especial sobre MENA -, combina dados, informações e análises sobre os impactos do deslocamento, o contexto em que acontece e os esforços dos governos para enfrentá-lo. Bem à propósito do tema da Assembleia Mundial da Saúde, Saúde pela Paz, Paz para a Saúde, que chama a atenção para os gatilhos sociais, climáticos e de ausência de saúde que podem deflagrar conflitos.

A presidência chinesa dos Brics quer ampliar o grupo para incluir mais nações em desenvolvimento. Somados BRICS, os nove países convidados e os demais membros da expansão prevista para o NDB chegam a 8 dos 20 membros do G20. O encontro dos líderes dos estados deve ocorrer em junho. Após o encontro, os vice-presidentes Hamilton Mourão e Wang Qishan, presidiram a VI Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). É que nos reporta **Lobato**, no seu capítulo quinzenal sobre a **China**.

**Galvão** informa que em 12 de maio, os **Estados Unidos**, Belize, Alemanha, Indonésia e Senegal convocaram os outros países, chefes de organizações internacionais, o setor privado, e as organizações não governamentais para a *2ª Cúpula Global COVID-19* que buscou manter a vontade política e acelerar os compromissos financeiros para aumentar os índices de vacinação, ampliar o acesso a testes e tratamentos, proteger populações de alto risco, e construir capacidade nacional para a vigilância de doenças e a atenção médica, inclusive através do novo fundo de segurança sanitária do Banco Mundial. O evento terminou com uma “Declaração da 2ª Declaração da Cúpula da COVID-19: Mantendo o impulso para resposta pandêmica e priorizando a preparação e compromissos políticos e financeiros dos participantes”.

Ficamos por aqui. Boa leitura, à espera das conclusões da 75ª. AMS, que reportaremos no Caderno 10, em detalhes.

**Rio de Janeiro, Mangueiras, 27 de maio de 2022**

**Paulo M. Buss e Pedro Burger**  
**Coordenação do CRIS/Fiocruz**



## No tempo das ilusões perdidas: Saúde e guerra<sup>1</sup>

*Santiago Alcázar e Paulo M. Buss*

De 22 a 28 de maio, em Genebra, vai se realizar a 75ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde. A agenda a ser cumprida é vastíssima<sup>2</sup>, cobrindo dezenas de temas pertinentes para a saúde global, neste que é o espaço por excelência da diplomacia da saúde global, por reunir anualmente os ministros de saúde de todos os países do mundo, observadores de todas as demais agências das Nações Unidas, e a sociedade civil global. Entre os assuntos de maior destaque está, claro, a pandemia, com particular foco no relatório do comitê independente sobre o fortalecimento da Organização Mundial da Saúde (OMS) frente a possíveis emergências sanitárias.

Talvez o único consenso que existe sobre a pandemia da Covid-19 é que ninguém estava preparado para o impacto devastador que causou em todas as sociedades. Todos os países falharam. O que a Assembleia Mundial da Saúde quer é adotar um plano para qualquer cenário pandêmico futuro, a partir das lições apreendidas com a Covid-19.

Infelizmente, o relatório do comitê independente limita as propostas ao fortalecimento institucional da Organização: revisão do Regulamento Sanitário Internacional, monitoramento, por parte de órgãos independentes, dos programas nacionais de resposta a emergências sanitárias, formação e capacitação técnica, novas formas de financiamento. Ninguém poderá fazer objeção a essas iniciativas. São necessárias e urgentes, mas não são suficientes.

A pandemia é produzida pelo vírus Sars-Cov 2 e suas circunstâncias, e se enquadra no quadro explicativo da chamada *One Health*, ou seja, a complexa relação entre a vida humana e a vida animal, que é povoada por todo tipo de microrganismos, inclusive vírus, em dado ecossistema, num âmbito societal mais amplo. O quadro se torna mais desafiador com a inclusão do meio ambiente, ameaçado por desmatamento e perda da biodiversidade, num contexto mais amplo de mudanças climáticas e aquecimento global e de sociedades profundamente desiguais e inequitas.

De fato, é flagrante o impacto de pandemias sobre as populações menos favorecidas. Há estudos suficientes que mostram como a pandemia aproveitou as inequidades para acelerar a sua propagação e tornar-se ainda mais letal.

Falar em inequidades talvez soe um pouco abstrato. Para sermos concretos poderíamos dizer que fome e pobreza, desemprego ou subemprego, falta de acesso à saúde e à educação de qualidade, à água potável e ao saneamento, à energias limpas – são signos de inequidades.

Apesar de críticas ao conceito, tem sido aceito que a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de doença. O que talvez não se perceba claramente é que o completo bem-estar social implica atenção aos chamados determinantes econômicos e sociais da saúde, os mesmos que devem ser considerados para vencer as inequidades.

Nesse contexto, preocupa que a Assembleia Mundial da Saúde irá se debruçar sobre um relatório que deixará de lado quase tudo na formulação de novas respostas a futuras pandemias. Os senhores delegados examinarão como melhorar o desempenho de uma máquina, ao invés

---

<sup>1</sup> <https://diplomatieque.org.br/no-tempo-das-ilusoes-perdidas-saude-e-guerra/>

<sup>2</sup> Ver: [https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA75/A75\\_1Rev1-en.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA75/A75_1Rev1-en.pdf)

de lançarem um olhar crítico às causas amplas, inclusive às ambientais, e aos determinantes econômicos e sociais. Na relação causa-efeito, a Assembleia ignorará a causa e ficará empobrecida com o efeito.

Se tudo sair bem, o que é duvidoso à luz das resistências em atribuir à saúde e ao meio ambiente prioridade máxima nas respectivas agendas políticas nacionais, teremos resposta institucional mais aceitável frente a pandemias. É preciso enfatizar, no entanto, que a eventual resposta mais aceitável será para um número reduzido de pessoas, pois as inequidades serão as mesmas, se não piores, enquanto a mudança climática irá prejudicando ou eliminando boa parte da vida, humana, animal e vegetal.

## **A guerra**

As perspectivas, como se pode ver, não são animadoras. Talvez, contudo, não tenhamos que esperar muito para o desfecho trágico. Há um outro grande problema que poderá acelerar os acontecimentos. A guerra na Ucrânia. Esta não é uma guerra como as outras. É uma guerra por procuração da OTAN contra a Rússia em território ucraniano, levada a cabo pela vontade de poder. Não se façam ilusões de que se trata de uma guerra entre o Bem e o Mal. A má fé do Ocidente salta aos olhos e se torna patente com a censura descarada de tudo que não seja propaganda chapa branca.

Chama a atenção que não haja nenhum esforço para negociar a paz e que se caia numa espiral de destruição, violência e mortes. É o que sugere o pedido de mais armas e a aprovação impressionante de crescentes gastos militares. Preocupa que o Secretário de Defesa dos EUA, Lloyd Austin, diga em roda de imprensa, que o objetivo dos EUA é enfraquecer a Rússia. Não ajuda que o Chefe da Diplomacia da UE, Josep Borrel, afirme que o tempo da diplomacia acabou e agora o que se quer é ganhar a guerra no campo de batalha.

Onde estavam esses arautos da paz quando, em outro tempo, assistiram os seus chefes na destruição do Iraque sob pretextos mentirosos e defenderam o bombardeio de Belgrado e a guerra no Afeganistão, Líbia e Síria? Comunidades desfeitas, emigrantes em busca de recomeços, tragicamente encurtados no Mar Mediterrâneo ou ceifados por políticas insensíveis à solidariedade, diferente das que agora acolhem novos emigrantes, mais iguais e parecidos.

Onde estavam os defensores dos valores éticos, quando na pandemia se comportaram como Pantagruel em festim obscuro, açambarcando 75% de todas as vacinas produzidas no mundo, enquanto os países de África mal conseguiam imunizar menos de 4% de suas respectivas populações?

Se como disse o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, por ocasião da divulgação do último relatório do IPCC, o órgão intergovernamental responsável por monitorar a emissão de gases de efeito estufa, “os líderes dos países e corporações responsáveis pela maior parte das emissões dizem uma coisa e fazem outra”. Em outras palavras, mentem.

Se mentem com relação a compromissos tão sérios como esse que tem a ver com o aquecimento global, a mudança climática, a perda da biodiversidade, a probabilidade de novas pandemias e o agravamento das inequidades, por que não mentiriam com respeito a outras coisas?

A única verdade é a que está aí: a desavergonhada manifestação da vontade de poder, que não liga para nada que dificulte o seu objetivo. Não se façam ilusões. Os líderes mundiais não estão à altura dos enormes desafios. São medíocres e não dão a mínima.

## Las Naciones Unidas: una introducción a partir de la experiencia personal, como ordenador de la intervención

*Paolo Balladelli*

### Introducción – La experiencia personal como ordenador en esta intervención

Luego de casi 40 años de vivencia y operaciones en funciones de alta gerencia en agencias de las Naciones Unidas directamente en los países en cuatro continentes, desde entidades como la OMS sede de Ginebra, OMS/Euro, OMS/Afro, OMS/EMRO y OPS/AMRO, como Coordinador Residente del Sistema de la ONU y anteriormente como cooperante de MRE y de ONGs internacionales, me he preguntado cómo podría contribuir desde la experiencia a una comprensión de las dinámicas internas y externas al Sistema de las Naciones Unidas.

En cuanto a la estructura, me ayuda la existencia de buenas fuentes disponibles sobre la ONU, como el ABC y la recopilación que preparé para el curso de Salud Global y Diplomacia de la Salud 2022 organizado por Fiocruz y OPS/OMS, disponible en la biblioteca con algunas informaciones breves de introducción a la estructura en un documento de apenas 9 páginas. El texto tiene como título: **El Sistema de las Naciones Unidas: Una Introducción**<sup>3</sup> De tal manera que podremos realizar este diálogo con ustedes alrededor de preguntas y desafíos.

Para empezar nuestra reflexión, he pedido a mi amigo y excolega Guto Galvão, ahora en Fiocruz, de utilizar un reciente artículo<sup>4</sup> que él ha escrito en coautoría con Paula Reges y Luana Bermudez para apuntar a lo que los autores definen como ‘fracturas globales’ de los principios que determinaron la creación de instituciones transformadoras, como las Naciones Unidas en 1945 y la OMS en 1948.

Como evidencia reciente quiero referirme a que estos dos últimos años de pandemia nos han puesto patas arriba sobre la adherencia al principio de solidaridad entre las naciones, que es fundamento de la misma Carta.

Todos sabemos y lo hemos sufrido con cierta incredulidad y vergüenza cuando hemos asistido un “corre corre” mundial para acapararse equipos protectores, medicamentos y luego las vacunas contra la COVID-19. En vez de fortalecer mecanismos globales de gerencia y ofrecer vacunas a las poblaciones según principios de equidad, los países han preferido realizar sus negociaciones de forma individual, buscando llegar primeros a las vacunas para resolver sus necesidades. Esta situación creemos haya favorecido las compañías productoras, las cuales han impuesto precios más elevados, lo cual como consecuencia ha llevado a una distribución de vacunas asimétrica entre los países, originando coberturas de sus poblaciones que son marcadamente desiguales.

Si miramos a las discrepancias en los países en sus coberturas de vacunación contra la COVID-19, nos podremos dar cuenta que existe una proporcionalidad entre éstas y las rentas nacionales: a mayor cobertura de vacunación se asocia mayor PIB y viceversa. Eso quiere decir que la capacidad de los países de proteger su población con vacunas dependió de sus recursos financieros antes que de otras variables, como por ejemplo las necesidades de proteger los grupos

---

<sup>3</sup> Repositorio Curso de Especialización en Salud Global y Diplomacia de la Salud organizado por Fiocruz/OPS-OMS, Mayo 2022.

<sup>4</sup> Reges, P, Galvão G.; Bermudes L. Inseguranças globais e o reforço da importância das políticas públicas em saúde global como garantia da proteção humana, Caderno CRIS 04/2022 1-15 Março 2022

más vulnerables de la COVID-19. La cobertura de vacunas entró así de manera clara en el mapa de las desigualdades entre los países y entre las poblaciones de un mismo país.

En otras palabras, en el caso de la pandemia, y también para encontrar mecanismos efectivos para resolver otros grandes desafíos, como por ejemplo prevenir o cesar el actual conflicto en Ucrania, es evidente que se necesita reconsiderar los mecanismos de gobernanza. No se trata, a mi manera de ver de sofisticar el sistema mundial con la creación de nuevas entidades con acción vertical y remplazar a las Naciones Unidas, como algunos poderes neoliberales quisieran, sino más bien facilitar reglas y decisiones que permitan que las Naciones Unidas hagan su trabajo de implementación de los principios de la carta de declaración de forma efectiva.

Gobernanza global significa principalmente adoptar decisiones en la arena mundial que, a través de mecanismos de solidaridad, permitan la protección equitativa de las poblaciones del planeta.

Regresando a las dinámicas de transmisión de la COVID-19, el comportamiento de los países de lograr las vacunas por sus poblaciones negociando directamente y de manera bilateral la provisión de vacunas con las compañías farmacéuticas puede haber determinado una carga superior de muertes entre las poblaciones que no lograron acceder a la vacuna, con quizás también el efecto de un aumento de probabilidad del surgimiento de más variantes de COVID. Ya sabemos que, para proteger la salud de un país, necesitamos que los demás los países aseguren una respuesta armonizada y sincrónica que esté acorde al principio que protegiendo a los demás, logramos también la protección de nosotros mismos.

Una importante pregunta sobre la eficiencia del sistema ONU para la discusión es: ¿cuáles cambios habría que producir para que los socios del sistema multilateral - que son los mismos Estados Miembros - logren un uso apropiado, efectivo y eficiente del Sistema de las Naciones Unidas?

Otro ejemplo que podemos mencionar para contribuir a una gobernanza efectiva tiene que ver con la eliminación de las grandes desigualdades que existen a nivel mundial y en el continente americano entre los países y entre grupos poblacionales y territorios de un mismo país en el logro de las metas de Objetivos de Desarrollo Sostenible ODS de la Agenda 2030.

Lo que podemos observar a través del análisis de las Revisiones Voluntarias Nacionales (VNR en inglés) presentadas en estos últimos años en el Alto Segmento Político de ECOSOC, es que algunas poblaciones están quedando con enormes brechas en el goce de sus derechos sociales y económicos. Lo que más asusta, y lo vemos de manera muy evidente en el continente americano, las desigualdades entre grupos y entre poblaciones están en aumento. Aunque en números podría haberse mejorado en muchos casos, no se puede decir lo mismo si confrontamos los porcentajes.

El ODS 10, “Reducir la desigualdad en y entre los países”, desde la perspectiva de la OPS/OMS y de las Naciones Unidas, representa tal vez el desafío más importante y complejo de la Agenda 2030 porque está orientado a abatir las diferencias evitables entre países y entre sus poblaciones. Si no logramos abatir las injusticias sociales, culturales y económicas entre los países y eliminar las brechas entre poblaciones adentro de los mismos países, no podremos alcanzar salud y bienestar para todos.

Además, para un salubrista es muy claro que si queremos eliminar enfermedades que tienen un impacto colectivo no hay que dejar bolsones que puedan determinar su resurgimiento.

Hay que 'levantar' los indicadores de desarrollo sostenible de forma homogénea en las sociedades y con ello se podrá lograr el control y hasta la erradicación.

## 2. La estructura de las Naciones Unidas

Sobre la Arquitectura general del Sistema, éste como decíamos al comienzo puede ser un tema tedioso por la complejidad, la cantidad de entidades, sus diferencias, los mecanismos que operan adentro del sistema y de los países. Por motivos de tiempo, me veré obligado a simplificar.

En honor al tiempo disponible me limitaré a identificar los campos de operación de las Naciones Unidas que se relevan de la Carta de las Naciones Unidas y a mencionar los principales órganos que componen el organigrama de la ONU.

Los campos de operación en síntesis se podrían reducir a 5:

- Mantener la paz y la seguridad internacionales.
- Proteger los derechos humanos.
- Entregar ayuda humanitaria.
- Promover el desarrollo sostenible.
- Defender el derecho internacional.

En cuanto a los principales órganos, citaremos:

La Asamblea General es el órgano deliberativo y normativo y el único que cuenta con representación universal de sus 193 estados miembros. Se reúne cada año en septiembre.

El Consejo de Seguridad, que tiene la responsabilidad principal de mantener la paz y seguridad internacionales. Cuenta con 15 miembros de los cuales cinco permanentes y 10 no permanentes. Los cinco permanentes cuentan con el poder de veto, lo cual muchas veces, frente a crisis internacionales y globales de relevancia, no ha permitido asegurar una decisión tempestiva y efectiva. Esta materia es objeto de muchas discusiones por países que quisieran implementar una reforma que facilite actuaciones armonizadas y efectivas en su mandato de proteger la paz.

El Consejo Económico y Social, o ECOSOC, está encargado de los asuntos económicos, sociales y medio ambientales. Dirige y coordina la labor económica y social de las Naciones Unidas y de organismos especializados. Está constituido por 54 miembros, 18 de los cuales elegidos cada año. De esta manera quedan en la función por 3 años, modificándose en su la composición cada año, porque 18 miembros salen y 18 entran anualmente. El ECOSOC es responsable de la implementación de la Agenda 2030 y de monitorear el alcance del logro de las metas. Utiliza a este propósito un instrumento denominado Revisiones Nacionales Voluntarias - VNR sigla en inglés-, que cada país presenta en el mes de julio en el Foro Político de Alto Nivel de las Naciones Unidas.

Uno de los grandes desafíos de los de VNR es incluir todos los sectores y todos los actores en el diagnostico nacional y planes, incluyendo a la sociedad civil.

El Consejo de Administración Fiduciaria, cuya obligatoriedad de reunirse cada año fue eliminada por haber obtenido los 11 territorios fideicomitados al Consejo su autonomía e independencia. En este momento es convocado de forma extraordinaria cuando sus miembros consideran que la situación lo amerita.

La Corte Internacional de Justicia es el órgano judicial principal de las Naciones Unidas con sede en La Haya (Países Bajos). Su función es resolver, de acuerdo con la legislación internacional, las disputas legales presentadas ante ella por los distintos Estados.

La Secretaría es encabezada por el Secretario General cuyo personal es reclutado para la implementación de las acciones y trabajos estipulados por la Asamblea General y los otros órganos principales en los intereses de los pueblos, en particular los pobres y vulnerables.

Todos ellos se crearon en 1945 al fundarse la ONU.

En el documento de introducción a la Estructura de las Naciones Unidas he querido incluir también la OMC, la Organización Mundial del Comercio, en cuanto entidad muy relevante para las compras de medicamentos, vacunas, insumos sanitarios y por lo tanto en el acceso de las poblaciones a los mismos.

Quisiera a este punto informarlos brevemente sobre las agencias del Sistema de Naciones Unidas y el Sistema del Coordinador Residente que actúa a nivel de los países.

El Sistema del Coordinador Residente de la ONU es la entidad a nivel de cada país en el cual se incluyen a todas las organizaciones del Sistema de Naciones Unidas que se ocupan de programas operacionales para el Desarrollo, independientemente de su presencia formal en el país, incluida la OPS/OMS. El Sistema de Coordinadores Residentes tiene como objetivo articular las distintas agencias de la ONU para mejorar la eficiencia y efectividad de las actividades operativas a nivel del país. Las principales dimensiones del trabajo del Sistema de Coordinadores Residentes incluyen también a programas de tipo humanitario, derechos humanos, actividades de paz, etc.

El **Coordinador Residente** – CR (UNRC en su acrónimo inglés) se ocupa de la armonización de las iniciativas de todas las **Agencias (Especializadas), Fondos y Programas (AFP)** de la ONU a nivel nacional y es el interlocutor ante los gobiernos nacionales en relación con el apoyo de la ONU a la ejecución de los ODS.

Es oportuno mencionar que el CR, mediante una reforma fue separado en sus funciones desde el liderazgo del PNUD en 2019 para permitirle una equidistancia en la relación con las distintas entidades de las Naciones Unidas presentes y operacionales en el país o aquellas que, aún no teniendo oficina en el país desarrollan programas de soporte al país (Agencias Non Residentes-ANR). Aun así, es oportuno observar que, con esta reforma, al CR fueron ‘quitados’ los recursos que tenía bajo su administración como representante del PNUD, sin reconocerle ningún poder adicional sobre el manejo de los recursos de las varias agencias en el país, o en cuanto a la evaluación de desempeño de los jefes de las agencias presentes y operativas en el país, ni un nivel superior político en el sistema que habría podido ser logrado con su acreditación como embajador de la ONU en el país.

Quisiera ahora poner énfasis sobre una cuestión que considero substancial cuando entramos en la definición de desempeño y de impacto del Sistema de las Naciones Unidas. Necesitamos diferenciar entre el Secretariado de las Naciones Unidas – representado por sus funcionarios, los Fondos y Programas e y las distintas agencias especializadas que constituyen el Sistema de las Naciones Unidas - y los que quisiera llamar “elementos constitutivos” por excelencia de las Naciones Unidas que se expresan a través de sus Estados Miembros (EMs) y de los órganos de gobernanza en que los mismos participan.

Por la razón anterior, cuando se habla de Naciones Unidas, de sus desafíos entre los cuales las dos variables más notorias tal vez son la eficiencia y la efectividad, habría que antes que todo considerar si hablamos del Secretariado y Agencias del sistema de las Naciones Unidas, o de sus

EMs, incluyendo a las varias instancias en las cuales los estados miembros se reúnen, dialogan y toman decisiones.

Muchas veces se comparten opiniones sobre efectividad y eficiencia de la ONU, sin hacer una apropiada diferenciación entre las dos entidades – el personal y los representantes de los estados miembros. En ese análisis, el riesgo derivado de esa confusión es de no encontrar una forma ordenada de tratar los problemas, poniendo en riesgo los posibles alcances de la discusión y planteando acciones que no logran mejorar el desempeño.

Es importante referir que uno de los factores que pone en riesgo el mejoramiento del desempeño de la ONU está constituido en debilidades en la apropiación de la ONU por parte de los delegados de los EMs, de manera que efectivamente puedan dirigir propuestas y gerenciar decisiones - programas para que los funcionarios y las agencias del sistema de la ONU puedan responder de manera efectiva y eficientes a los principios de la carta de las Naciones Unidas.

Un elemento de funcionamiento del sistema que puede representar una barrera es representado por el proceso complejo y burocrático con que los Estados Miembros tienen que familiarizarse para lograr una definición oportuna en tiempo y forma de las propuestas que un país o grupo de países quiera contribuir en los órganos de gobierno de los distintos mecanismos de la ONU. Para ser efectivos en las propuestas, es necesario que los EMs trabajen, según procedimientos y fechas definidas, las propuestas que permitan modificar políticas, programa y administración, que son segmentos primarios para modificar y mejorar la actuación de la ONU.

Entre varios elementos de los cuales depende el mejoramiento en la efectividad de un sistema complejo está el sistema de monitoreo y evaluación del plan aprobado. De hecho, para trabajar resoluciones, programas y en general tomar decisiones de una forma efectiva es oportuno mejorar en la formulación de planos de monitoreo y evaluación, para que cuenten con buenos indicadores y luego proporcionar las energías apropiadas para el análisis y la definición de las recomendaciones. Como buenos planificadores, si queremos evaluar algo, partamos desde los objetivos (de las Naciones Unidas) porque ellos permiten definir resultados e indicadores SMART que proporcionen una buena medición, a través de un buen análisis.

Si analizamos acciones y resultados del Secretariado (funcionarios) un primer desafío con el cual nos iremos a topar tiene que ver con la responsabilidad de los resultados finales de una acción o grupo de acciones. Es evidente que los responsables finales de las acciones siempre serán los EMs, en cuanto son los Estados los responsables y beneficiarios de las acciones. Ellos encomendaron el sistema de la ONU y sus mecanismos, por lo tanto, deben ejercer bien su tarea de gestores. El papel de las Naciones Unidas, en cuanto Secretariado, es de acompañamiento de los EMs, de soporte, de facilitación en las acciones. Ellos son los socios de la empresa. Con muy pocas excepciones en el caso de situaciones humanitarias particulares, las Agencias son directamente responsables de la implementación de resultados.

Siendo así, les pregunto: ¿cuándo miramos los resultados de los programas de las Naciones Unidas, estaríamos evaluando la efectividad y eficiencia del Secretariado o de los EMs? No se trata de una pregunta ociosa, en cuanto al mantener ambigüedad en la respuesta, se determinaría una seria dificultad en el examen de las responsabilidades y finalmente eso podría ser un elemento de confusión en la toma de decisiones sobre el quehacer.

### **3. Tres temáticas fundamentales: Cambio Climático, Derechos Humanos y buenas prácticas desde el trabajo a nivel del Sistema del Coordinador Residente en los países**

Considerando que esta contribución quiere apoyarles a comprender dinámicas de trabajo y grandes desafíos en ámbito de las Naciones Unidas, sugiero tratar tres temas específicos para formular algunas preguntas fundamentales que nos pueden ayudar en la comprensión de las dinámicas existentes en tales temáticas.

Las tres temáticas seleccionadas son: a) La Convención marco de las Naciones Unidas contra el cambio climático, b). Los tratados de los derechos humanos y el Consejo mundial de la ONU y c) El Sistema ONU a nivel de los países: algunos ejemplos de buenas prácticas desde la experiencia desarrollada en los últimos 30 años en `ámbito de cooperación internacional.

Por motivo de tiempo, no podré enunciar estructura y funcionamiento de los tres órganos encargados de estas tres temáticas. Daré por implícito que ustedes hayan leído el documento de Introducción a la estructura de las Naciones Unidas.

#### **a) Empecemos por el Cambio Climático con cinco preguntas para estimular nuestra discusión**

En ámbito de lucha al cambio climático, es evidente que los efectos del mismo sobre la salud humana, animal y de la naturaleza van a determinar un aumento de la mortalidad humana. Ese aumento, en caso no se emprendan acciones exitosas para contrastar el cambio climático, está calculado por el grupo de expertos mundial en aproximadamente 9 millones de vidas durante este siglo. Las muertes de millones de personas no son el único fenómeno grave que irá a ocurrir si no se acciona urgentemente. Habrá además repercusiones en muerte de bosques y selvas que a su vez irá a determinar una disminución de la biodiversidad, manteniendo un circulo vicioso de alteración climática, así como un efecto profundamente negativo sobre la producción de alimentos, la pecuaria, la pesca y finalmente la desnutrición aguda en poblaciones vulnerables.

Los países y las sub-regiones del planeta han elaborado planes de adaptación al cambio climático para contrastar tales efectos. Los planes requieren de recursos financieros y de voluntad política para ser implementados, de una buena gobernanza a nivel nacional y global para articular los compromisos y de ‘mucho corazón’. Además, para actuar con calidad, se requiere trabajar sobre lecciones aprendidas y evaluar el impacto de las acciones. Finalmente, requieren de un empoderamiento no solo de los gobiernos, sino también de la sociedad civil, incluyendo como sujetos plenos a los mismos grupos vulnerables en el cambio climático.

Aquí vienen algunas preguntas centrales para la discusión:

- ¿Están los países, incluidos en el tratado de Paris firmado en la COP 21, sobre todo aquellos que son responsables de las altas emisiones que contribuyen al cambio climático, realmente comprometidos en bajar las emisiones y así mitigar el cambio climático para quedar debajo de 2 grados de temperatura del planeta en los próximos 80 años? Existen mecanismos de monitoreo de la Convención de Cambio Climático que necesitan entrar en fuerza – como lo dice en inglés ‘enforcing mechanisms’ para acompañar la implementación de las medidas. A pesar de ser un mecanismo voluntario, los VNR pueden ser un instrumento de comparación y de visibilidad de los resultados, así como de los atrasos en la implementación.
- A este propósito, el rol de la sociedad civil en acompañar la Comisión Nacional competente para las acciones en el Cambio Climático es fundamental. De aquí se viene una segunda pregunta: ¿Qué podemos hacer para dar voz a la sociedad civil y a los representantes de los grupos más vulnerables de manera que ellos puedan contribuir en las negociaciones y debates centrales?



- En el rubro de dar voz, es oportuno explicar que las asimetrías se repiten en la capacidad de negociación de los países menos desarrollados – LDCs en su acrónimo inglés – vis-a-vis los países más ricos. ¿Son los mecanismos actuales suficientes para que los países menos desarrollados puedan participar activamente en las negociaciones? Es oportuno señalar que el Fondo Verde Climático puede ser un instrumento importante para disminuir las asimetrías en fase de análisis y discusión sin embargo será de verificar si los países y los grupos vulnerables frente al el cambio climático tienen presencia activa y cómo apoyar su plena participación.
- Una cuarta pregunta trata de la responsabilidad social del sector privado y del Pacto Global, un mecanismo de las Naciones Unidas para empoderar a las empresas privadas, incluyendo las multinacionales. En esta componente se puede efectivizar uno de los principios base de la mitigación del cambio climático que es la sostenibilidad mediante un compromiso concreto de crecer en la responsabilidad social. ¿Es viable la responsabilidad social y como cuidarla cuando los intereses privados generalmente están en franca contraposición a medidas de sostenibilidad adecuadas a contener el aumento de temperatura responsable del cambio climático de manera a proteger el planeta?
- Es evidente que, para disminuir las emisiones, además que reconvertir las fuentes de energía a energías limpias o verdes, nuestras sociedades tienen que preguntarse si están dispuestas a modificar su modelo de desarrollo. Estamos llamados a optar por un modelo y opciones que eviten un aprovechamiento insostenible de los recursos naturales, deberá considerar múltiples planes, incluida la opción de por un desarrollo más lento que nos permita convivir con la naturaleza, con nuestra madre tierra, aprendiendo desde los pueblos indígenas originarios del continente americano. ¿Creemos que podríamos de-colonizar el espacio ecológico de desarrollo en nuestra interacción con los pueblos indígenas y adaptar sus modelos para su uso en nuestras sociedades occidentales?

**b) La segunda temática escogida tiene que ver con el funcionamiento del Consejo de Derechos Humanos de las Naciones Unidas**

Como sabemos, uno de los instrumentos recientes más utilizados en ámbito de derechos humanos para analizar la situación de los mismos a nivel nacional e impulsar acciones correctivas que aumenten la capacidad de los países en la implementación de los derechos humanos en sus territorios es el Examen Periódico Universal - Universal Periodic Review en su traducción al inglés, con acrónimo UPR. ¿Por qué considero importante incluir en esta contribución un segmento sobre UPR? Fundamentalmente porque este instrumento es uno de los más relevantes para analizar la situación de goce de derechos humanos en cada país, incluyendo su ámbito social cultural y económico, y posteriormente impulsar acciones multisectoriales en salud que permitan aumentar el goce del derecho, determinando un impacto favorable en el logro de la salud universal.

Cada país, y lo encontraremos mejor explicado en la “Introducción a la estructura de la ONU”, tiene que presentar cada cuatro años un estado de situación en cuanto a la implementación de los derechos en su territorio. En base a esa presentación, que puede ser complementada por la sociedad civil si la misma no hubiese sido involucrada en el diagnóstico de parte del gobierno, los estados que componen el Consejo mundial de Derechos Humanos realizan recomendaciones para el país. Luego, éste define cuáles son las recomendaciones que considera prudente aceptar e implementar durante los tres años posteriores. El cuarto año del ciclo de UPR está dedicado a presentar nuevamente al Consejo de Derechos Humanos el estado de cumplimiento de las recomendaciones conseguido por el país durante el trienio.

1. Una pregunta substantiva sobre el proceso de la UPRs concierne el riesgo de su politización, en otras palabras, la posible *utilización política de los procedimientos que componen el mecanismo*. Por ser este proceso el resultado de un diálogo interactivo, conducido primariamente sobre la base de una relación entre gobiernos, existe un peligro que, en un cierto número de casos, los gobiernos, con el objetivo de evitar evaluaciones negativas y críticas, faciliten un apoyo de países amigos. Estos pueden intervenir en sede de Consejo Mundial felicitando el país amigo por su plena adhesión a los derechos humanos, evitando dedicar y más bien distrayendo de cualquier tipo de atención a malas prácticas existentes. Los estados que pertenecían a grupos regionales o ideológicos similares raramente se han criticado el uno al otro. En una declaración del grupo de organizaciones no gubernamentales durante la octava sesión del Consejo de derechos humanos se afirmó: “sobre el grupo de trabajo de UPR, se nota el valor de un trabajo de tipo cooperativo, sin embargo, expresamos nuestra preocupación seria sobre la práctica de qué algunos estados han pedido la palabra exclusivamente para agradecer y celebrar a sus aliados. Esta manera de trabajar es contraria al principio consensuado de qué UPR debería ser conducido con un objetivo de transparencia, no selectivo, constructivo, no confrontacional y no politizado”.
2. ¿Podríamos afirmar que los varios elementos del proceso de UPR, como el mecanismo de la troika – tres países - que guían el proceso UPR de cada país, la distribución de tiempo de las intervenciones, la posible ausencia de una experticia especializada en derechos humanos para facilitar el análisis, la sostenibilidad financiera son elementos que pueden menoscabar la calidad del ejercicio y la materialización de las recomendaciones? Es evidente que la manipulación de los *speakers* y del tiempo puede afectar el incumplimiento de principios, así como la transparencia y la objetividad, y en fin el propósito mismo de generar una discusión substantiva sobre derechos humanos.
3. ¿Se ha fortalecido el papel de las ONGs y de otras partes interesadas para que este proceso no solamente pueda ser substantivo al momento de la elaboración y presentación del UPR, sino que también permita aprovechar las entidades de la sociedad civil como aliados para contribuir y monitorear la implementación?
4. ¿Cómo lograr la concreción de las recomendaciones a través de acciones oportunas en ausencia de sanciones punitivas? Las recomendaciones, por ser no vinculantes, en los casos de ‘*no compliance*’ o de no implementación, pueden quedar en un documento o en una discusión e informes en Ginebra sin ningún real impacto en la situación de los derechos humanos.
5. Recomendaciones imprecisas son contraproducentes y hacen de manera que monitorear la implementación se vuelva prácticamente imposible. Por esta razón los estados tienen que ser apoyados para realizar recomendaciones SMART: específicos, medibles, alcanzables, relevantes y con tiempos definidos.
6. Non-Cooperación. Como mencionado anteriormente, la fuerza principal de UPR está en su universalidad. Por esta razón este ejercicio está en riesgo aún cuando un solo Estado decida de no realizarla.

A pesar de las limitaciones del método, implícitas en los enunciados de las preguntas anteriores, es oportuno reconocer que este tipo de revisiones se han vuelto uno de los instrumentos *soft* más utilizado en la gobernanza global en materia de implementación de los derechos humanos y funciona primariamente como un instrumento de cooperación internacional que respeta la soberanía y la diversidad.

50 años atrás nadie habría podido imaginar que países poderosos como Estados Unidos, China, o Rusia hubieran preparado reportes nacionales sobre la situación de derechos humanos en sus países y lo habrían presentado a una entidad política de las Naciones Unidas, comprometiéndose en el diálogo, respondiendo preguntas y sobre la implementación de las recomendaciones por EMs de la ONU.

Practicando este instrumento, se logró registrar una situación bastante real de los derechos humanos de cada país en el mundo y examinarla a través de un procedimiento común.

Siendo UPR una metodología de carácter voluntario, es el país quien es primariamente responsable de implementar cambios que permitan mejorar la situación de sus derechos humanos, participando y cooperando con una voluntad política genuina, en buena fe y creyendo en el proceso.

Sobre los relatores independientes, está el “Relator del derecho sobre el goce del más alto estándar posible de salud física y mental”. Además, varios de ellos están relacionados con determinantes de la salud como vivienda, alimentación, agua, situación de desplazamiento entre otros. Es evidente que para muchas personas las metas del ODS 3 y de otros ODSs relacionados son difíciles de lograr, especialmente para aquellos en situaciones de vulnerabilidad, como por ejemplo las poblaciones indígenas, los migrantes y los refugiados, los desplazados, las personas en extrema pobreza, las comunidades con minorías, las personas con discapacidades, las personas que viven en asilos, los presos, los personas que usan drogas, las personas de la diversidad sexual y de género.

Es oportuno anotar que, a lo largo del tiempo, el sistema de las relatorías especiales ha crecido en amplitud y efectividad, y con el éxito vinieron también acusaciones de exceso de utilización de criterios políticos a la hora de actuar, en especial a la hora de decidir cuáles países serían objeto de investigación.

Entre las cuestiones sobre los relatores independientes que se fueron abordando en el curso de los años: la estructuración del método de selección de los titulares de mandato; el establecimiento de un Código de Conducta para los procedimientos especiales; la revisión y/o extinción de mandatos por países; la racionalización y mejora de los mandatos temáticos.

### **c) El Sistema ONU a nivel de los países: algunos ejemplos de buenas prácticas desde la experiencia desarrollada en los últimos 30 años en ámbito de cooperación internacional**

En ámbito de Paz y Seguridad: quiero señalar la Administración Transitoria de la ONU de las Eslavonia Oriental - Croacia entre 1995 y 1997, en la cual desarrollé un rol de mediador con centro de operación la ciudad de Vukovar. El rol consistió en facilitar el diálogo durante un periodo de dos años entre dos partes, los serbios y los croatas, al final de la guerra de los Balcanes, para planificar la reintegración del sistema de salud que, por los recientes Acuerdos de Paz de Dayton, pasaba de manos serbas a croatas en esos años. Es oportuno referir que para esta función se consideraron metodologías utilizadas por la OPS/OMS en Centro América en los años '80 que tuvieron como título: “Salud, Puente para la Paz”. Se emprendieron acciones dirigidas a ofrecer espacios de dialogo neutral en los cuales, a través del consenso entre las partes, se construyeron entre delegaciones hasta pocos meses antes en guerra, hipótesis de gestión del sistema de salud en sus distintos componentes. Entre las opciones de desarrollo del sistema sanitario consensuadas el sistema informativo y la vigilancia de salud; la política de recursos humanos en salud que permitiera integrarlos en el proyecto de transferencia política, la lucha a las enfermedades transmisibles y no transmisibles, la reconstrucción de los hospitales destruidos durante la guerra.

En la experiencia en Angola vivida en los primeros años del 2000 se lograron cese al fuego entre las partes en guerra, UNITA y MPLA, para permitir el desarrollo de campañas de vacunación en área de guerra y la iglesia Católica/Caritas como proveedor para crear condiciones de acceso de las poblaciones a vacunas y medicamentos esenciales.

Posteriormente, siempre en Angola desde el 2015 se utilizó el proceso de Revisiones Periódica Universal - UPR en su acrónimo inglés, un instrumento del Consejo Mundial de Derechos Humanos en Ginebra para asesorar al gobierno en la implementación de recomendaciones que permitieran aumentar el acceso de la población a bienes colectivos, como salud, educación, alimentación, agua y saneamiento, vivienda, transferencias monetarias, para disminuir la pobreza.

En los mismos años se trabajaron e impulsaron modelos de monitoreo del proceso electoral con varias entidades internacionales como la Embajada de EEUU, los países de la CPLP, entre otros, al momento del retiro del Presidente Dos Santos desde la arena política.

También siempre en Angola se impulsó Cooperación Sur-Sur (CSS) entre los fiscales de países africanos en dos ámbitos: la lucha a la corrupción y el lavado de dinero, así como la protección de las especies silvestres mediante la lucha a la caza furtiva.

En Guatemala, a través del trabajo en seguridad alimentaria se lograron implementar acciones integradas de acceso de la población vulnerable a la alimentación, en la ventana de los ODM financiada por el Gobierno de España.

En Siria, en el 2013, para lograr vacunar poblaciones en áreas del norte del país ocupadas por grupos jihadistas como al-Nusra, fueron organizados corredores humanitarios en asociación con ONGs internacionales que permitieron el acceso a las vacunas a las poblaciones locales.

En Colombia, entre 2004 y 2009, se trabajó con la Agencia Presidencial para la Acción Social una herramienta – el SIGA – que permitía mejorar el acceso a los servicios de salud para los desplazados internos. A través de ese instrumento se podían evidenciar por cada obstáculo en el acceso al sistema de salud, los mejores caminos para superar barreras de carácter especialmente de tipo administrativo.

En Venezuela fue impulsada una función de mediación entre el gobierno y la oposición para liberar fondos nacionales que permitían adquirir vacunas contra la COVID embargados, en el cuadro de las sanciones a ese país.

En los Países Andinos que pertenecen a la Comunidad Andina de Naciones (CAN), está en curso una iniciativa de vacunación apoyada por el Programa Subregional de la OPS para Sudamérica que estoy liderando para aumentar las coberturas de las poblaciones indígenas de los espacios transfronterizos con vacunas contra COVID.

En Argentina, en los años 2011-2015 se acompañó al gobierno de ese país en alianzas con el sector privado para disminuir el contenido de sal y las grasas trans en las comidas procesadas que entraban al comercio.

En todos estos casos enumerados arriba de operaciones de paz, humanitarias, de desarrollo, o derechos humanos, la base esencial del éxito fue el uso del multilateralismo, con las Naciones Unidas, sus tratados y principios para identificar áreas de neutralidad que, a través del consenso, permitían operar para la salvaguarda y el bienestar de las poblaciones.

Mapeo de actores, de intereses comunes, la búsqueda de consenso y las alianzas con fuerzas de gobierno, de la sociedad civil, de la Academia y del sector privado han sido en todos estos casos los elementos que han permitido llegar a un denominador común de intereses y compromisos.

Para finalizar esta contribución, quisiera dejar tres preguntas básicas para la discusión e investigación.

1. ¿Cómo es posible disminuir las barreras de acceso a la salud y, más en general, lograr una aceleración del acceso a los derechos sociales que contribuya al cumplimiento de las metas de desarrollo sostenible adentro y afuera de los países? Pensemos en estrategias distintas para distintos contextos nacionales y regionales;
2. ¿Qué tiene que ver la gobernanza de las Naciones Unidas con facilitar un rol efectivo de las mismas? ¿Cuáles cambios de estructura y procedimientos deberían imponerse en tal gobernanza para poder tener un impacto relevante sobre paz y seguridad, goce de los derechos humanos, disminución de las brechas para un desarrollo sostenible en sus varios aspectos y finalmente para efectivizar una respuesta de calidad en las situaciones humanitarias?
3. ¿Cuál es la contribución y cuáles deberían ser las modalidades de las alianzas estratégicas entre ONU, gobiernos y la sociedad civil? ¿Cuáles características deberían tener tales modalidades y los actores de la sociedad civil con quienes aliarse para aumentar el impacto de la ONU en los objetivos de su mandato?

## A “questão do critério”, a guerra e a esquerda<sup>5</sup>

**José Luís Fiori**

*[...] para decidir a disputa que surgiu sobre o critério, devemos ter um critério aceito por meio do qual se possa julgar a disputa; e para ter um critério aceito devemos decidir primeiro a disputa sobre o critério. E quando o argumento se reduz desta forma a um raciocínio circular, encontrar um critério torna-se impraticável [...]*

Sexto Empírico, (160 d.C. - ?), *Hipotiposes Pirrônicas II*, cap iv (apud Popkin, 2000)<sup>6</sup>

A verdadeira avalanche das guerras americanas do século XXI soterraram o sonho de uma “ordem liberal-cosmopolita” e deixaram a “esquerda humanitária” do pós-Guerra Fria sem a sua bússola utópica da “paz perpétua dos direitos humanos”. Mais do que isto, essa verdadeira “guerra sem fim” trouxe de volta o debate clássico sobre a existência de guerras que seriam “justas” ou “legítimas”, e de outras guerras que seriam “injustas” ou “ilegítimas”. Um debate sobre “critérios de distinção” que acabou envolvendo os pensadores e os militantes da esquerda, que perdeu suas principais referências internacionais depois do fim do “mundo binário” da Guerra Fria, como ficou claro na confusão da esquerda frente à Guerra da Ucrânia, dentro e fora da Europa.

A guerra mata e destrói, e é condenada pela maior parte dos povos, dos intelectuais e dos Estados de todo mundo. Mas no mundo concreto dos conflitos reais, as coisas nunca acontecem exatamente como no mundo da teoria e da retórica, e mesmo os mais ferrenhos pacifistas ou humanistas consideram que algumas guerras são legítimas e até necessárias. Como no caso do filósofo alemão iluminista e pacifista, Immanuel Kant (1724-1804), que assim mesmo defendia a necessidade das guerras como “um meio indispensável de avanço da cultura”, convencido de que somente quando “a cultura tivesse alcançado seu pleno desenvolvimento seria possível a existência de uma paz perpétua benéfica pra todos”.<sup>7</sup>

Às vezes as pessoas esquecem que, durante a maior parte da história, a guerra foi considerada um meio e um objetivo virtuoso de valorização dos povos e civilizações, e única forma autêntica de seleção dos “grandes homens”, dos “vencedores” e “heróis” predestinados a liderar e governar seus povos. Mesmo nos tempos áureos da filosofia e da democracia grega, que admirava a paz como um objetivo humano de longo prazo, mas que seguia glorificando seus guerreiros e alabando seus generais vitoriosos na guerra, como aconteceu durante toda a história do Império Romano. Foi apenas a filosofia estoica que rompeu com esta tradição, particularmente o estoicismo romano. E foi o cônsul romano Marco Túlio Cícero (106 a.C.- 43 a.C.) quem formulou pela primeira vez a tese da existência de uma distinção jurídica entre as “guerras justas”, travadas em “defesa própria” ou em “legítima defesa”, e que deveriam ser elogiadas, e as “guerras injustas” e “ilegítimas”, que deveriam ser condenadas em nome de um novo valor universal que seria a paz. E foi de fato depois de Cícero que Roma conheceu o

---

<sup>5</sup> Este texto complementa nossa reflexão iniciada com o artigo sobre “A socialdemocracia europeia e a guerra”, publicado no Cadernos do CRIS nº 8.

<sup>6</sup> Popkin, R.H. *História do ceticismo de Erasmo a Spinoza*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 2000, p. 28.

<sup>7</sup> Kant, I. *Conjectures on the Beginning of Human History*. In: Reiss, H.S. (Ed.). *Kant Political Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 232 (tradução livre do autor).

primeiro grande movimento pacifista da história humana, o pacifismo radical dos primeiros dois séculos da história do cristianismo. Mas depois deste período, o inicial da história cristã, os próprios cristãos abandonaram seu pacifismo, quando se transformaram na religião oficial do Império.

E foi Agostinho de Hipona (o Santo Agostinho, 354-430 d.C.), exatamente quem retomou e defendeu de novo a distinção jurídica de Cícero, criando a categoria das “guerras santas”, as “guerras travadas em nome de Deus” para converter ou matar os pagãos e hereges. Uma tese que foi retomada mais tarde por Santo Tomás de Aquino (1225-1274 d.C.), já em pleno período das Cruzadas europeias na Palestina. E durante mais de mil anos, este foi o pensamento hegemônico da Igreja e dos governantes da Europa Medieval, entre o fim do Império Romano e início da Modernidade.

No início da chamada “modernidade”, no momento em que estava se formando o sistema interestatal europeu, o jurista e teólogo holandês Hugo Grotius (1583-1645) voltou a defender a existência de “guerras justas”, baseado na sua concepção do “direito natural”; mas, ao mesmo tempo, ele foi o primeiro a perceber que dentro do novo sistema político europeu, formado por Estados nacionais soberanos, era impossível haver consenso sobre um critério de arbitragem comum para dirimir os conflitos entre dois ou mais Estados territoriais que tivessem interesses contrários e excludentes.

A mesma ideia que levou seu contemporâneo inglês, o filósofo Thomas Hobbes (1588-1679), a concluir de forma ainda mais radical, que nesse novo sistema de poder político, os Estados seriam eternos rivais preparando-se permanentemente para a guerra, devido à inexistência de um Leviatã internacional, ou seja, de um “poder superior” capaz de formular e impor um “critério único” de arbitragem válido para todos os Estados incluídos no sistema internacional. Depois disso, durante mais de trezentos anos, a discussão dos teóricos girou em torno destes dois problemas ou questões cruciais e congêntos do sistema interestatal inventado pelos europeus: a “questão do critério” e a questão do “poder global”.

E vários filósofos e cientistas políticos sonharam com a possibilidade de criação de um governo mundial, pautado por valores, normas e critérios que fossem universais, e que fossem administrados por alguma forma de “superestado”, de “estado universal”, ou de uma “potência hegemônica” que impusesse sua arbitragem e lograsse, assim, promover uma paz universal e duradoura. Vem daí a utopia de uma “ordem internacional pautada por regras e instituições universais”, como defendem até hoje os liberal-cosmopolitas e os defensores de uma ordem mundial baseada nos direitos humanos, tal como foram concebidos e definidos a partir do “iluminismo ocidental”. Apesar de que haja “fortes evidências históricas de que foi no período em que se consolidou a utopia europeia da “paz perpétua” e se formulou pela primeira vez o projeto de uma ordem mundial baseada em valores e instituições compartilhadas que se travaram as guerras mais numerosas e sanguinárias da história”.<sup>8</sup>

Foi dentro deste mesmo espírito e mesmo movimento iluminista que nasceu o socialismo europeu, junto com seu projeto pacifista, abortado poucas décadas depois, no momento em que os partidos social-democratas se submeteram (na grande maioria dos casos, como já vimos num artigo anterior<sup>9</sup>) à lógica dos interesses e conflitos de seus Estados nacionais, dentro e fora da Europa. E o mesmo aconteceu, de forma um pouco diferente, com os Partidos

---

<sup>8</sup> Fiori, J. L. Dialética da guerra e da paz. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Sobre a guerra*. Petrópolis: Editora Vozes, 2018. p. 95.

<sup>9</sup> Fiori, J.L. A Socialdemocracia europeia e a Guerra, in *Cadernos Cris/Fiocruz*, nº 08/2022

Comunistas criados a partir de 1919, que também abandonaram seu pacifismo retórico ao colocar-se ao lado da política externa da URSS, apoiando todas as guerras anticolonialistas do Terceiro Mundo, durante o século XX, e de forma mais genérica apoiando todas as guerras que tivessem um caráter anti-imperialista. Dessa maneira, se poderia mesmo afirmar que, durante o século XX, o movimento comunista internacional criou um novo “critério particular” de definição das “guerras justas” que seriam “legítimas” na medida em que combatessem o “imperialismo americano” em todo e qualquer lugar do mundo. Essa claridade acabou, no entanto, em 1991, com o fim da União Soviética e da bipolarização geopolítica do mundo. As “guerras de independência” das antigas colônias europeias perderam protagonismo, e a “questão imperialista” do final do século XX e do início do XXI voltou a ter uma dimensão multipolar, complicando o mapa binário da guerra da antiga esquerda.

Foi assim que na década de 90, na hora da grande comemoração “liberal cosmopolita”, boa parte da esquerda aderiu à “utopia globalitária”, acreditando que este fosse o caminho e a “hora kantiana” de um mundo sem fronteiras, sem egoísmos nacionais, e submetido a um “critério único” de arbitragem universal, pautado pelo respeito aos Direitos Humanos e pela submissão às “leis universais” do Mercado. Todo um sistema de governança global que seria administrado através de regimes e instituições multilaterais tuteladas pelas Nações Unidas, que poderia ordenar a realização de “intervenções humanitárias”, que acabaram sendo executadas ou geridas, quase todas, de forma direta ou indireta, pelas tropas norte-americanas e da OTAN, que fizeram 48 intervenções militares na década de 90, em geral em nome da defesa dos “direitos humanos”.

Mesmo assim, este quadro piorou e a intensidade das guerras aumentou depois dos atentados do 11 de setembro de 2001, quando o governo americano declarou sua “guerra global ao terrorismo”, seguida do ataque e da invasão do Afeganistão e do Iraque. E depois disto, foram 20 anos de guerra que destruíram literalmente sete países, mataram ou feriram mais de um milhão de pessoas, e jogaram nas fronteiras da Europa mais de cinco milhões de refugiados, predominantemente islâmicos. Ficou para trás, coberto pelos escombros do Grande Oriente Médio, o sonho de um mundo sem fronteiras e de uma paz regida pelo respeito aos Direitos Humanos. Aliás, foram os próprios Estados Unidos que passaram a definir, a partir de 2011, tanto a China quanto a Rússia como seus principais competidores e adversários estratégicos, na disputa com a Rússia pela supremacia dentro da Europa Central, e na disputa com a China pela supremacia sobre o Estreito de Taiwan e o mar do Sul da China.

A socialdemocracia europeia submeteu-se inteiramente ao projeto americano e da OTAN, sobretudo na Europa, depois do fim da Guerra Fria. Mas o resto da esquerda internacional ainda está se devendo o esforço para redefinir seus “critérios próprios” de intervenção na política internacional e enfrentamento comum do desafio das guerras. Procura compatibilizar seus objetivos humanistas, igualitários e pacifistas, com uma visão ética realista da paz e da guerra dentro do sistema interestatal que foi “inventado” pelos europeus. A começar pelo debate de algumas premissas e generalizações históricas fundamentais que não podem ser simplesmente negadas ou escondidas por um ato de fé, esperança, ou cegueira utópica. Como é o caso da constatação histórica,

- i. de que não existe nem nunca existiu uma “paz” abstrata e universal, separada de contextos e conflitos históricos específicos, e de que todas estas “pazes” são ou foram criadas ou impostas por alguma guerra que teve “vencedores” e “vencidos”;



- ii. de que, por isto mesmo, não existe nem nunca existiu nenhuma paz que tenha sido “justa” ou “inteiramente justa”, porque todas as “pazes” são e serão sempre “injustas” do ponto de vista dos derrotados, que são os primeiros a se revoltar contra seus antigos vencedores em algum momento futuro, mais ou menos próximo;
- iii. de que, como consequência, não existe nem nunca existirá nenhum critério de arbitragem dos conflitos interestatais que seja inteiramente neutro ou imparcial, senão que, pelo contrário, todos esses “critérios” de julgamento estarão sempre comprometidos com os valores e os objetivos de alguma das partes envolvidas no conflito e na guerra;
- iv. de que, dentro deste sistema interestatal, todas as suas grandes potências foram sempre expansivas e imperialistas, e por isto sempre estiveram em guerra ou preparando-se para guerras feitas invariavelmente em nome da “legítima defesa” dos seus interesses estratégicos;
- v. de que o sistema interestatal foi e seguirá sendo sempre hierárquico, e que, por isto mesmo, toda a “ordem internacional” é sempre – em alguma medida – uma forma de legitimação de determinada hierarquia estabelecida através da guerra.
- vi. de que não existe nem nunca existirá, dentro do sistema interestatal, uma “ordem internacional baseada em regras consensuais e universais”, exatamente porque toda ordem internacional é hierárquica e assimétrica;
- vii. e de que, finalmente, por tudo o que já foi dito, toda proposta de mudança de alguma ordem internacional estabelecida será vista, sempre e invariavelmente, pela potência dominante, como um desafio e como uma ameaça estratégica ao seu “direito” de definir, formular e impor o “critério último” de arbitragem dentro de todo o sistema, e em qualquer campo que seja, jurídico, econômico ou militar.

Se a esquerda não tomar em conta esses aspectos da história real da paz, tal como ela é, e não como a esquerda gostaria que ela fosse, nunca conseguirá formular ou ter um “critério” próprio e consensual de julgamento das guerras que se sucederão no século XXI.

## Ninguém dá a mínima

**Santiago Alcázar**

O Foro Político de Alto Nível (HLPF, nas siglas em inglês) deverá realizar-se de 5 a 15 de julho, sob os auspícios do Conselho Econômico e Social (ECOSOC).

Como se sabe, o HLPF foi estabelecido em 2012 por força do documento final – *o Futuro que queremos* – que emanou da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O HLPF é assim o principal mecanismo de monitoramento dos compromissos multilaterais sobre desenvolvimento sustentável e, a partir de 2015, com a adoção da Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento do Sustentável (ODS), do seguimento da implementação dos compromissos então acordados. É nesse contexto que a Agenda 2030 e os ODS são a expressão mais atualizada da ideia de desenvolvimento, que está na origem das Nações Unidas, juntamente com a de paz, direitos humanos e autodeterminação.

Tendo em conta a natureza específica da Agenda 2030 como um projeto que deve ser construído com base na primeira linha da Carta das Nações Unidas – “Nós, os povos” – os documentos submetidos a sua consideração são, ou deveriam ser, resultado de ampla participação e contribuição de autoridades nacionais e locais, sociedade civil, academias, setor privado e empresariado, *inter alia*. A legitimidade dos documentos submetidos ao HLPF dependerá, desse modo, do grau em que os mesmos refletem os anseios do mais amplo espectro das respectivas sociedades presentes e representadas nesse foro.

A sessão de 2022 do HLPF girará em torno ao tema escolhido “Recuperando-se melhor da pandemia da Covid-19 ao tempo que se avança na plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Os ODS selecionados para exame em profundidade são o 4 (educação de qualidade), 5 (igualdade de gênero), 14 vida marítima, 15 (vida terrestre), 17 (parcerias).

Como todo ano, o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas é um documento de referência fundamental na medida em que é construído com base nas informações de mais de 50 organizações internacionais e regionais, ademais das contribuições nacionais.

O relatório do SG é sombrio. Com efeito, segundo o documento, o impacto catastrófico da pandemia da Covid-19 sobre a vida e o emprego de pessoas em todo o mundo é um fato inconteste. Anos ou décadas de progresso na esfera do desenvolvimento foram interrompidos ou perdidos. Segundo os dados colhidos ao final de 2021, 5,4 milhões de pessoas morreram de Covid. As mais recentes estimativas, entretanto, calculam que esse número poderia ser três vezes maior. Os sistemas de saúde em todo o mundo foram assoberbados e, em alguns casos, os serviços de atenção básica foram interrompidos, pondo em sério risco a saúde da população, ademais de reverter todo o progresso realizado em décadas no combate a doenças graves.

A pandemia estagnou a economia e jogou milhões na condição de pobreza extrema. Calcula-se que esta tenha aumentado em algo próximo a 100 milhões de pessoas. É importante salientar que o pano de fundo do relatório do SG é o impacto causado pela Covid-19. A situação toda é certamente pior por conta da guerra na Ucrânia, a inflação dos preços dos alimentos e de combustíveis. Três anos de pandemia causaram sérios danos na área da educação, em alguns casos irreversíveis, dificultando ainda mais a saída da pobreza para significativa parcela da população.

O relatório do SG sublinha o número de conflitos em andamento, o maior desde 1945. É assustador que dois bilhões de pessoas, ou seja, aproximadamente um quarto da população mundial, vive em áreas de conflitos. Esse dado é suficiente para garantir que vivemos sob o signo do fracasso. As Nações Unidas efetivamente terão evitado a eclosão da Terceira Guerra Mundial, ainda que possa ser debatido se a atual guerra por procuração da Otan (leia-se, os EUA) contra a Rússia na Ucrânia, não configuraria uma guerra mundial pelas consequências planetárias. Um sobre quatro, contudo, não é um número expressivo, é uma barbaridade, sinal de fracasso do maior e melhor projeto civilizatório da história. O que será que espera, então, projetos que não sejam tão bons?

Rússia e Ucrânia, segundo o relatório, respondem por importante fatia da comercialização global de fertilizantes, alimentos, minérios e energia. A interrupção da exportação desses produtos por conta da guerra tem impacto direto sobre a vida de bilhões de pessoas.

Com relação ao meio ambiente, o relatório do SG não é apenas sombrio, é preocupante. Com efeito, enquanto a quase paralização das atividades econômicas provocadas pelos lockdowns da pandemia reduziram a emissão de gases de efeito estufa, a retomada no segundo semestre de 2021 reverteu esse quadro. O pior é que os compromissos acordados em Glasgow, na COP-26, não são suficientes. As projeções mais recentes apontam para um aumento da emissão daqueles gases da ordem de 14% na presente década. Tem-se, portanto, um desastre ecológico anunciado, como a morte da novela de Garcia Marques, com a diferença que aqui não se trata de obra de ficção. Sobre esse ponto, e sobre todos os demais, o SG pede a união de todos – governos, setor privado e sociedade civil, entre outros – para agir. O SG já tinha feito um alerta semelhante por ocasião da divulgação do último relatório do Painel Intergovernamental de Mudança Climática (IPCC, nas siglas em inglês). Caberia registrar, que naquela oportunidade o SG apontou a mentira dos governantes e dos CEO responsáveis pela maior parte das emissões. Sem titubear, disse que esses líderes e diretores dizem uma coisa e fazem outra, ou seja, mentem. Para os que têm dúvida sobre onde está o Secretário-Geral com relação aos grandes temas, a afirmação sobre a mentira não deixa dúvida. O SG, no entanto, não se contentou naquela ocasião em acusar de mentirosos os líderes e acrescentou que havia deixado Glasgow com otimismo naif, o que causa um problema para a sua localização.

Associado ao problema de localização do SG na consideração dos grandes temas, há um complicador adicional. A arquitetura da finança internacional, da que faz parte como puxadinho a questão da dívida dos países mais pobres, incapazes de fazer frente aos efeitos da pandemia e, agora, à inflação de preços de alimentos e combustíveis – está a merecer reforma urgente. A proposta sugerida pelo SG, no entanto, parece tímida: ação concreta e coordenada para prover a esses países “espaço fiscal e de liquidez” (que em verdade nada significa fora da órbita extraterrestre do economês), incluindo cancelamento de dívidas (como cancelamento de cátedra de Dostoievski ou de concerto de Tchaikovski) e utilização de Direitos Especiais de Saque não utilizados (ou seja, sobras). É lamentável que a reforma da arquitetura financeira internacional esteja limitada, no relatório do SG, a ferramentas como martelo, chave de fenda e chave inglesa. Como diria o arguto Barão de Itararé, sempre lembrado pelo amigo Armando de Negri, “De onde menos se espera, daí é que não sai nada”.

Ademais do relatório do SG, que se encontra em versão ainda não editada, portanto, não final, mereceria a pena acessar os documentos “Compilação das principais mensagens das contribuições nacionais para o ano de 2022”, bem como os “Documentos para discussão sobre o tema do HLPF sobre desenvolvimento sustentável, submetidos pelos *major groups* e outras

partes interessadas (*stakeholders*). Esses três documentos, e outros, podem ser acessados no sítio do HLPF em <https://sustainabledevelopment.un.org/hlpf#hlpf2022> .

Enquanto se espera o prato principal do HLPF, tem-se, como entrada, Davos, não com flocos de neve como é costume, mas com pólen e espirros, posto que é primavera naquelas alturas suíças.

Na segunda-feira, dia 23 de maio, teve início o encontro anual do Foro Econômico Mundial, também conhecido como Davos. É preciso esclarecer que há dois anos não se realiza esse foro, por conta da pandemia.

A primavera, como as outras estações, tem os seus mitos. À diferença do outono, inverno e verão, a primavera é ocasião para celebrações e alguns ou outros excessos, todos justificáveis por um ou outro motivo. O vinho e os risos vêm juntos, como velhos companheiros.

Este ano, o convidado de destaque foi o Presidente Zelenski, cujo talento maior é fazer graça. Por meio da plataforma Zoom pediu aos presentes que redobrassem as sanções econômicas contra a Rússia e mais armas para derrotá-la. Foi ovacionado, como em outras oportunidades. É notável que no momento que mais se precisa de paz, o que se pede é guerra, sob aplausos. São excessos, sem dúvida, que em nada contribuem para alcançar os ODS e reverter a mudança climática.

Zelenski é carismático e tem boa comunicação com o público. Ossos do ofício. Como todo *stand-up*, alguém lhe fornece o roteiro, que ele transforma dando-lhe vida e voz. A improvisação é permitida, mas há sempre riscos. Em Davos, Zelenski fez um salto fora da curva. Disse que é preciso criar um precedente de punição aos agressores. “Se o agressor perder tudo, isso será o preço que terminará com a motivação para que comece ou continue uma guerra. O mundo ainda não tem as ferramentas para isso”. O responsável pelo roteiro terá ficado preocupado, pois se a moda pega, como se diz, o preço de Belgrado, Iraque, Líbia e Vietnam, só para ficar com os mais óbvios, pode resultar impagável, nesta ou em outra vida.

Que diferença a belicosidade que se viu e ouviu em Davos, com as palavras em Genebra do Diretor-Geral da OMS. Filho de guerras, conflitos e desgraças, Tedros Adhanom, não faz graça. Sabe o que é a guerra.

No discurso de abertura da 75ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde, no domingo, dia 22 de maio, Tedros Adhanom, recordou a todos, que naquele mesmo momento os seus colegas estavam respondendo aos surtos de Ebola, varíola dos macacos e hepatites de causas desconhecidas, bem como às crises humanitárias no Afeganistão, Etiópia, Somália, Sudão do Sul, Síria, Ucrânia e Iêmen.

Tentando descentralizar o foco da crise sobre a Ucrânia, enfatizou a formidável convergência de doenças, secas, fome e guerras – alimentadas por mudança climática, inequidades e rivalidade geopolítica. Certamente, os delegados à Assembleia Mundial de Saúde, alguns, não todos, aproveitarão a ocasião para acusações e demonizações. Por essa razão é importante destacar o equilíbrio da intervenção do Doutor Tedros, que não acusa, nem demoniza, apenas observa que o mundo está assim porque há muito decidiu-se que deveria estar assim por decisão de seus líderes e suas políticas tolas. Os mesmos líderes que alçam bandeiras e quebram lanças em nome da defesa dos direitos humanos e da ética.

A Guerra gera uma espiral de violência, fome e doenças, recordou o Doutor Tedros. E citou os exemplos das guerras napoleônicas, da guerra civil norte-americana, da I Guerra

Mundial. Recordou a barreira quase intransponível para erradicar a pólio no Afeganistão, onde não mais havia a razão ou ética. Lembrou os ataques contra hospitais em 14 países, não somente na Ucrânia. Procurou transmitir uma visão ampla e generosa que não começa nem acaba nas manchetes dos jornais e revistas.

É preciso estender a visão para além da árvore para ver a floresta. O relatório da Oxfam intitulado “Primeiro a crise, depois a catástrofe”<sup>10</sup>, divulgado em 12 de abril de 2022, é um convite para olhar o horizonte. “As crises de desigualdades extremas, da inflação sem precedentes que atinge o preço dos alimentos e energia, potencializada pela guerra na Ucrânia e da Covid-19 estão convergindo em uma situação catastrófica para a população mais pobre de todo o mundo”, lê-se no primeiro parágrafo. A crise já estava aí. Ela apenas foi potencializada pela Covid-19 e agora pela guerra na Ucrânia. É má fé pretender que as desigualdades não existiam, que não havia uma crise de abastecimento de alimentos ou de energia. É má fé porque o relatório sobre o avanço na implementação dos ODS diz claramente que não há progresso. A cada 48 segundos, uma pessoa morre de fome pela seca que assola a Etiópia, Somália e Quênia. Não se trata de uma descoberta, mas da constatação de uma realidade que nunca estimulou ações de solidariedade por parte dos países que apoiam agora a Ucrânia<sup>11</sup>, de maneira vergonhosa. Em 2020, antes da guerra na Ucrânia, mais de 800 milhões de pessoas padeciam fome. Talvez a falta de vontade política para acabar com a fome tenha a ver com os poucos recursos dedicados. No dia 20 de maio, os ministros de desenvolvimento da UEE reuniram-se para discutir o impacto dessa guerra na segurança alimentar global. Não importa muito a que conclusão chegaram, uma vez que os recursos para a insegurança alimentar do bloco somam apenas 2,5 bilhões de euros, menos do que custa o envio de armas àquele país<sup>12</sup>.

Qualquer observador atento diria que os líderes que fizeram promessas em 2015 quando aprovaram a Agenda 2030 podem convencer os seus respectivos congressos a aprovarem recursos para defesa, mas não para agendas de desenvolvimento e mudança climática.

Outro dado interessante do relatório da Oxfam é a estimativa do custo total do serviço da dívida dos países de menor desenvolvimento relativo – US\$ 43 bilhões, que evidentemente empalidece frente aos gastos militares e aos subsídios para a produção de combustíveis fósseis. À questão da dívida, que os países latino-americanos conhecem bem, deve somar-se a inflação mundial, que torna o quadro da fome, da pobreza e das inequidades ainda mais grave. Os países latino-americanos também conhecem bem os remédios sugeridos para debelar a inflação, provocada pela insensatez dos próprios governantes. Políticas de arrocho e cortes de verbas para programas sociais. Mais fome, pobreza e inequidades, portanto.

Chama a atenção como autoridades podem aprovar orçamentos para a guerra num abrir e fechar de olhos e dedicar tão pouca atenção à questão do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 e à mudança climática e ainda reclamarem para si o direito de propriedade sobre a ética. É curioso, ademais, como essas mesmas autoridades, que defendem a prudência do gasto público não se sintam intimidados com as projeções sombria da agência de avaliação de

---

<sup>10</sup> <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/>

<sup>11</sup> <https://www.oxfam.org/en/press-releases/one-person-likely-dying-hunger-every-48-seconds-drought-ravaged-east-africa-world>

<sup>12</sup> <https://www.oxfam.org/en/press-releases/eu-must-put-money-where-their-mouth-says-oxfam-ahead-eu-development-minister-meeting>

riscos Moodys, que rebaixou o grau de confiabilidade de empréstimos ou investimentos para a Ucrânia.

Mas ninguém dá a mínima.

## Conselho de Direitos Humanos da ONU, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

**Armando De Negri Filho**

Nesta última quinzena o Conselho de Direitos Humanos – CDH, publicou a Agenda Provisória para a sua 50ª Sessão, a qual ocorrerá em Genebra de 13 de junho a 8 de julho de 2022. [A HRC 50 1 AdvanceEditedVersion.docx \(live.com\)](#) No próximo informe, dia 8 de junho de 2022, detalharemos o programa da Sessão. Como nem todos informes da 50ª Sessão estão disponíveis, tratamos de disponibilizar a tradução em português e os links em inglês e espanhol de três informes já disponíveis e de interesse para a saúde global: o da Relatora Especial para o Direito à Saúde, Tlaleng Mofokeng, sobre Violência e Direitos Humanos; do Relator Especial de Combate à Extrema Pobreza, Olivier De Schuster, sobre o acesso às proteções sociais e as barreiras provocadas pelo “non-take-up” e o Informe sobre a Sessão Especial realizada durante a 48ª Sessão do CDH (2021) sobre Direitos das Populações Indígenas e o Impacto da Covid19.

Registramos, de 16 a 20 de maio de 2022, a realização da 23ª sessão do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento. Nesta sessão, o Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre o Direito ao Desenvolvimento fez a revisão dos progressos feitos na implementação do direito ao desenvolvimento. Realizou um diálogo interativo com o Presidente do Mecanismo de Especialistas sobre o direito ao desenvolvimento e o Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento e considerou a proposta revisada de convenção sobre o direito ao desenvolvimento. Assim que forem publicadas oficialmente, informaremos as conclusões da 23ª Sessão do Grupo de Trabalho, incluindo a proposta do texto da convenção que será apresentada ao Plenário do CDH em setembro.

Também reportamos a atualização das iniciativas do Grupo de Trabalho sobre Negócios e Direitos Humanos e a Declaração de um grupo de relatores especiais sobre a necessidade de que o Grupo de Trabalho sobre um possível tratado pandêmico da OMS esteja orientado pelo enfoque dos direitos humanos.

Registramos ainda a Declaração do Presidente da Comissão Independente de Inquérito sobre a situação na Ucrânia, onde o que mais se destaca é o fato de esta comissão não ter recursos para ir ao terreno e portanto se utilizar até agora de informes e manifestações da parte ucraniana sem contatos efetivos com a parte russa, o que torna o trabalho investigativo anacrônico até este momento. [Statement by the Chair of the Independent International Commission of Inquiry on Ukraine, Erik Mjose, at the 34th special session of the Human Rights Council on “The deteriorating human rights situation in Ukraine stemming from the Russian aggression” | OHCHR](#) de 12 de maio 2022.

1. Relatório sobre engajamento político corporativo e conduta empresarial responsável (que em breve será publicado) [OHCHR | Report on corporate political engagement and responsible business conduct \(soon to be published\)](#)

O Grupo de Trabalho sobre Negócios e Direitos Humanos da ONU (“Grupo de Trabalho”) decidiu dedicar o próximo relatório temático anual à 77ª sessão da Assembleia Geral para o exame de vínculos entre práticas de engajamento político corporativo e conduta empresarial responsável. O Grupo de Trabalho já havia planejado emitir uma breve nota informações sobre o tema e emitiu um edital de insumos nesse sentido com prazo para envio em novembro de 2021. As entradas recebidas nesse contexto serão postadas na página oportunamente. Posteriormente, o Grupo de Trabalho decidiu desenvolver ainda mais seu trabalho sobre o tema

na forma de seu relatório temático anual para a 77ª sessão da Assembleia Geral. O relatório explorará como incentivar o engajamento político responsável, como prevenir o que constitui influência política indevida por parte das empresas, às vezes denominada "captura corporativa", e como tais atividades podem minar e ser inconsistentes com a responsabilidade corporativa de respeitar os direitos humanos estabelecidos pelos Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos da ONU ("Os Princípios Orientadores").

O relatório abordará como as empresas devem responder por essa responsabilidade e exercer a *due diligence* de direitos humanos (HRDD) ao se envolver em uma variedade de atividades no âmbito político – desde o lobby até doações políticas e a decisões sobre se devem falar publicamente sobre debates políticos que possam impactar seus funcionários e outros membros de sua comunidade. O relatório se concentrará em como o HRDD pode identificar impactos negativos para as pessoas e o planeta resultantes de atividades de engajamento político corporativo e boas práticas em termos de como prevenir e mitigar tais impactos. O relatório terá como objetivo criar maior coerência entre os compromissos das empresas em respeitar os direitos humanos e suas atividades políticas e de lobby, que nem sempre estão alinhadas.

Atividades realizadas até o momento:

- [Concept note and summary of discussion of the expert consultation held on 12 August 2021](#) (PDF)
- Session at the 2021 Annual Forum on Business and Human Rights – [recordings](#)

**2.As negociações para o instrumento internacional sobre a preparação para pandemias devem ser pautadas pelos direitos humanos: advertem especialistas da ONU | OHCHR [Negotiations for international instrument on pandemic preparedness must be guided by human rights: UN experts | OHCHR](#) GENEBRA (20 de maio de 2022).**

“Um grupo de especialistas em direitos humanos da ONU\* instou os Estados a garantir que as negociações multilaterais em curso sobre um novo instrumento internacional sobre preparação e recuperação da pandemia estejam fundamentadas nos direitos humanos. Enquanto a 75ª Sessão da Assembleia Mundial de Saúde se prepara para deliberar sobre essas iniciativas, os especialistas emitiram a seguinte declaração conjunta: "Nos últimos anos, a pandemia COVID-19 resultou em, pelo menos seis milhões de mortes oficialmente registradas globalmente, aprofundando as desigualdades econômicas e sociais e expondo a discriminação estrutural dentro das sociedades e as violações exacerbadas pandêmicas dos direitos e liberdades fundamentais. Como o COVID-19 deixou claro, a resiliência às pandemias está indissociavelmente ligada às condições econômicas, sociais e políticas em que as pessoas vivem, é moldada pelas desigualdades dentro e entre os países, e depende da plena realização de todos os direitos humanos, notadamente os direitos à saúde, à vida, à liberdade de expressão, à reunião e ao movimento, entre outros.

Como especialistas independentes em direitos humanos, temos constantemente solicitado aos Estados que adotem abordagens baseadas em direitos para a resposta e recuperação da pandemia em curso e adotem medidas e compromissos mais ousados com a solidariedade internacional. O mundo está lidando com as falhas na preparação da pandemia em relação à vigilância de patógenos, coleta de dados, incluindo dados desagregados e sensíveis ao gênero, e transparência, comunicações de saúde pública e equidade na prevenção, acesso a



vacinas, diagnósticos e terapêuticas, bem como recursos adequados para atender a essas preocupações.

Para prevenir e mitigar o pedágio de futuras pandemias, incluindo a recorrência da erosão das liberdades fundamentais e violações relacionadas aos direitos humanos, estamos acompanhando de perto as recentes negociações globais de reforma da saúde, incluindo um novo instrumento jurídico internacional sobre preparação e resposta pandêmica.

Enquanto a 75ª Sessão da Assembleia Mundial da Saúde se prepara para deliberar sobre essas iniciativas multilaterais, instamos os Estados a garantir que as negociações se retirem do artigo 12 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ICESCR) e do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ICCPR), em particular o seu artigo 4º e levem em conta as obrigações internacionais de direitos humanos de longa data que são essenciais para a crise de saúde pública preparadas, resposta e recuperação, incluindo a seguridade social - essencial para o gozo do direito à saúde, como demonstrado pela pandemia - e considerações fiscais. Devem considerar também que as medidas emergenciais são justificadas, transparentes e adotadas em consonância com as normas internacionais de direitos humanos.

Em particular, exortamos os Estados a garantir que este novo instrumento esteja fundamentado nos direitos e centros humanos, em particular mulheres, meninas e outros grupos vulneráveis e populações marginalizadas, ao mais alto padrão de saúde física e mental sem discriminação e que garanta o respeito e o gozo dos direitos interrelacionados, incluindo a liberdade de reunião pacífica. Também encorajamos os Estados a levar em conta o papel do setor privado na prestação de serviços e medicamentos essenciais durante tais crises e na garantia do respeito empresarial pelos direitos humanos.

Alinhados às obrigações de direitos humanos, elogiamos o Órgão Intergovernamental de Negociação (INB) para elaborar e negociar uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre prevenção pandêmica, preparação e resposta para a conclusão de sua primeira rodada de audiências públicas virtuais com as partes interessadas em abril passado. No entanto, estamos preocupados, pois ainda não está claro como os resultados das audiências públicas e submissões por escrito serão usados, e de forma mais geral se as deliberações multilaterais em curso estarão abertas a um amplo espectro de comunidades afetadas e organizações da sociedade civil. A participação plena e significativa de todas as comunidades e sociedade civil em causa é essencial para garantir um processo forte, transparente e legítimo.

A Assembleia Mundial da Saúde apresenta aos Estados-Membros da OMS uma oportunidade histórica de refletir sobre lições cruciais da pandemia e construir um movimento tangível para realizar o propósito preeminente da principal agência da ONU em saúde global – para realizar o mais alto padrão de saúde alcançável para todos sem discriminação."

\*Os especialistas que assinam: Tlaleng Mofokeng, Relatora Especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão de saúde física e mental, Saad Alfarargi, Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento, Obiora C. Okafor, Especialista Independente em direitos humanos e solidariedade internacional, Clément N. Voule, Relator Especial sobre o direito à reunião pacífica e associação, Attiya Waris, Especialista Independente sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais relacionadas dos Estados sobre o pleno gozo de todos os direitos humanos, particularmente os direitos econômicos, sociais e culturais, Livingstone Sewanyana, Especialista Independente na promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa, Olivier De Schutter, Relator Especial sobre a pobreza extrema, Elżbieta Karska (Presidente-Relatora), Fernanda Hopenhaym (Vice-Presidente), Anita Ramasastry,

Pichamon Yeophantong, membros do Grupo de Trabalho sobre Negócios e Direitos Humanos e Morris Tidball-Binz, Relator Especial sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias.

## **Extratos de informes a serem submetidos à 50ª Sessão do CDH**

**3. Violência e seu impacto sobre o direito à saúde. Relatório da Relatora Especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão de saúde física e mental, Tlaleng Mofokeng.** [G2231091.pdf \(un.org\)](#) Inglês. [A/HRC/50/28 \(un.org\)](#) Espanhol.

" Resumo. No presente relatório, o Relator Especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão de saúde física e mental, Tlaleng Mofokeng, esclarece quem é visto como vítima de violência, com ênfase na violência vivenciada por mulheres, crianças e pessoas não binárias e sobre a violência sexual e estrutural relacionada a conflitos. Ela adota uma abordagem substantiva de igualdade e analisa a violência e seu impacto sobre o direito de todos ao mais alto padrão alcançável de saúde física e mental dentro de quadros interseccionais, antirracismo e anticolonialidade. Na busca de acabar e responder à violência, ela propõe uma abordagem interseccional, não discriminatória e de gênero (não binária) que entenda a violência de gênero como um fenômeno que inclua questões de sexualidade e violações contra pessoas com base em sua orientação sexual real ou imputado, identidade de gênero e características sexuais. Ela ressalta que uma abordagem não binária da violência de gênero e gênero está bem enraizada no direito internacional dos direitos humanos. O Relator Especial esclarece ainda as obrigações legais que surgem no âmbito do direito à saúde no enfrentamento da violência e relatórios sobre exemplos de respostas, com foco em boas práticas."

Introdução: uma abordagem substantiva de igualdade à violência e seu impacto sobre o direito à saúde

1. A saúde e a violência podem se cruzar de múltiplas maneiras. Por um lado, a violência tem grandes consequências para a saúde, incluindo lesões e mortes, doenças mentais e suicídio, e um risco aumentado de problemas crônicos de saúde,<sup>1</sup> que, por sua vez, dão origem às necessidades de cuidados de saúde para os sobreviventes. 2 Por outro lado, a violência permeia os próprios sistemas de saúde; nas unidades de saúde, a violência pode ser perpetrada por prestadores ou contra eles.<sup>3</sup> No total, a violência pode ser institucionalizada nas mãos de agentes estatais e não estatais quando as autoridades governamentais não agirem com a devida diligência, tomando pouca ou nenhuma ação para preveni-la adequadamente ou respondê-la.<sup>4</sup>

2. Ao longo dos anos, a situação de saúde em todo o mundo sofreu mudanças drásticas e também a noção de saúde, que cresceu para englobar preocupações socialmente relacionadas como violência e conflitos armados.<sup>5</sup>

A violência vem de várias formas: por exemplo, dentro das famílias, a violência entre parceiros íntimos permanece generalizada, e foi intensificada pelos bloqueios da doença coronavírus (COVID-19);<sup>6</sup> brutalidade por agentes do Estado, incluindo a polícia, perdura em democracias e ditaduras;<sup>7</sup> e a discriminação contra grupos marginalizados frequentemente surge para níveis de violência.<sup>8</sup> Globalmente, as lesões relacionadas à violência matam 1,25 milhão de pessoas a cada ano,<sup>9</sup> mas a morte e a carga da doença não são distribuídas uniformemente em países ou dentro de países, com algumas pessoas sendo mais vulneráveis do que outras dependendo das condições em que nascem, crescem, vivem e envelhecem.<sup>10</sup> Por exemplo, pessoas com deficiência têm três vezes mais chances de sofrer violência física, sexual e emocional do que pessoas sem deficiência.<sup>11</sup>

3. A Relatora Especial, Tlaleng Mofokeng, adotou uma abordagem substantiva de igualdade. Nesse sentido, ela tem priorizado a análise da violência e seu impacto sobre o direito de todos ao mais alto padrão alcançável de saúde física e mental, dentro dos quadros interseccional, antirracismo e anticolonialidade.<sup>12</sup>

4. A igualdade substantiva, uma abordagem que ressalta a necessidade de garantir a verdadeira igualdade nos resultados, torna-se inatingível onde a violência prevalece. As diversas formas de violência, que vão do interpessoal à social e estrutural, muitas vezes estão enraizadas em formas interseccionais de discriminação, não apenas nas bases da idade, raça, classe, etnia, sexo, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, características sexuais e deficiência, mas também em situações de vulnerabilidade: pobreza, estado de saúde ou migração, falta de moradia e uso de drogas, vivendo em instituições residenciais ou em situações de conflito ou pós-conflito. Eles não se originam no vácuo, mas em contextos de desigualdade e múltiplas formas de discriminação.

5. Ao acabar e responder à violência, uma abordagem substantiva de igualdade ao direito à saúde requer a adoção de um enfoque de gênero interseccional, não discriminatório e (não binário).<sup>13</sup>

Uma resposta holística à violência deve abordar as formas pelas quais a violência se manifesta em diferentes contextos (conflito, deslocamento e afins), locais (por exemplo, urbano/rural) e em pessoas com diferentes idades, sexo, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, características e habilidades sexuais. A abordagem requer um exame mais aprofundado de como tal resposta holística se relaciona com raça, etnia, minoria, política, social, econômica ou de outros status e a experiência dos sobreviventes de múltiplas e interseccionais formas de discriminação. Trata-se de abordar a violência contra a pessoa, atenta às situações de vulnerabilidades, discriminação e exclusão vinculadas a pertencer a grupos, categorias ou situações específicas, e evitar respostas baseadas em categorias que esqueçam diferenças intragrupos e intersecções.

6. Uma abordagem substantiva de igualdade ao direito à saúde ao responder à violência requer ser conhecedor e abordar causas comuns de violência entrincheiradas no patriarcado, sistemas de opressão, racismo sistêmico, desigualdades e abordagens binárias de gênero. Requer também a identificação do legado do colonialismo e da colonialidade.

7. Ao se esforçar para concretizar o direito de todos ao mais alto padrão de saúde física e mental, as abordagens de prevenção e resposta à violência que levem em conta a pluralidade das experiências humanas devem permanecer prioritariamente. Para alcançar a igualdade substantiva, leis e práticas que permitam a violência devem ser revogadas e denunciadas.”

## VII. Conclusões e recomendações

86. A Relatora Especial ressalta a importância da adoção de uma abordagem não binária sobre a violência de gênero e gênero no direito à saúde.

87. Uma resposta abrangente à saúde à violência deve olhar para a natureza e extensão dos danos causados por tipos de violência, deve levar em consideração o contexto (isto é, conflito, deslocamento), localização (rural, urbana) e características pessoais do sobrevivente (sexo, identidade de gênero, deficiência, raça, etnia, idade) e deve levar em conta as formas interseccionais de discriminação que exacerbam o impacto da violência no gozo dos sobreviventes do direito à saúde.

88. Para obter uma resposta abrangente à saúde à violência, é necessário adotar uma abordagem inclusiva e não binária para a violência de gênero e gênero, e deve garantir que todas as leis, políticas, programas e serviços que abordam a violência de gênero sejam inclusivos de todas as pessoas, com ou sem deficiência, crianças e adultos, e devem incluir pessoas cisgênero, transgênero, não binária, queer e intersexual.

89. Não há uma única abordagem de saúde para apoiar ou responder aos sobreviventes de violência. A violência deve ser definida nos termos mais amplos, de modo a incluir o maior número possível de pessoas afetadas e deve incluir também a violência estrutural. Além disso, uma resposta baseada no direito à saúde às vítimas de violência deve garantir a confidencialidade e abster-se de hierarquias entre formas de violência, entre sobreviventes e danos causados.

90. As intervenções em saúde devem ser enquadradas dentro de uma resposta multissetorial abrangente que aborde as necessidades holísticas dos sobreviventes da violência e de suas famílias, incluindo o encaminhamento para serviços especializados e serviços multissetorial, incluindo apoio financeiro e jurídico, acomodação segura e prestação de contas e reparação. O objetivo deve ser prevenir a ocorrência de violência em primeiro lugar e fornecer apoio imediato, de médio e longo prazo, com vistas a mitigar as consequências da violência e das consequências relacionadas à saúde.

91. Os sobreviventes da violência, incluindo a violência sexual, têm direito ao direito à saúde de acessar os cuidados de saúde necessários (como apoio psicológico, atendimento de emergência pós-estupro, assistência médico-legal), serviços, bens e instalações, incluindo serviços de saúde sexual e reprodutiva, que desempenham um papel importante na garantia da reparação. Profissionais treinados e apoiados que trabalham em um ambiente saudável livre de violência são a espinha dorsal.

92. A Relatora Especial concorda com a recomendação do Secretário-Geral do Conselho de Segurança de agilizar todas as resoluções específicas do país, autorizações de mandato e renovações de operações de manutenção da paz e missões políticas especiais, disposições para fortalecer os arranjos de monitoramento, análise e notificação sobre violência sexual relacionada a conflitos e graves violações contra crianças, e alocar recursos humanos e financeiros suficientes, inclusive através da implantação de expertise especializada e dedicada.<sup>174</sup>

93. A operacionalização da abordagem do direito à saúde requer foco nos marcos jurídicos nacionais, regionais e internacionais, no fortalecimento dos sistemas de saúde, dos dados e dos relatórios, da resposta clínica e da prevenção. Também é importante focar no *resourcing* e financiamento de soluções abrangentes centradas na restauração da dignidade de todas as pessoas, alcançadas quando as decisões incluem participação significativa das comunidades e movimentos feministas locais. Os financiadores terceirizados não devem colocar condições sobre os beneficiários, como promessas contra outros direitos humanos.

94. O Relator Especial lembra que as obrigações imediatas das partes do Estado incluem garantias de não discriminação e tratamento igualitário e a obrigação de tomar medidas deliberadas e direcionadas para a plena realização do direito à saúde como a elaboração de uma estratégia nacional de saúde pública e um plano de ação. A realização progressiva significa que os Estados têm a obrigação específica e contínua de se deslocarem o mais rapidamente possível para a plena realização do direito à saúde.

95. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável podem ser fundamentais na realização holística do direito à saúde, se os direitos humanos forem efetivamente incorporados em sua implementação. Neste ponto, é necessário refletir sobre como a violência predominante diminuiu a capacidade de indivíduos, comunidades e nações de realizar os objetivos e, em última instância, levará a uma falha catastrófica no cumprimento das metas da agenda 2030.

96. Uma abordagem interseccional e baseada em direitos à violência que aborda as causas básicas de tal violência, incluindo a conceituação binária de gênero e normas heteronormativas, e a opressão patriarcal, racista, capaz e capitalista e determinantes da saúde no direito e na prática, é urgentemente necessária.

97. Para alcançar o objetivo da igualdade substantiva é essencial começar com o que é preciso para que os mais vulneráveis entre nós prosperem. 98. O Relator Especial ressalta o direito de todas as pessoas estarem livres da violência e concorda com Toni Morrison: "Você está se movendo na direção da liberdade, e a função da liberdade é libertar outra pessoa".

Referências: 1 <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/injuries-and-violence>. 2 Ibid. 3 <https://www.who.int/news-room/feature-stories/detail/attacks-on-health-care-in-the-context-of-covid19>; World Health Organization (WHO), Global strategy on human resources for health: Workforce 2030 (2016) <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/250368/9789241511131-eng.pdf>. 4 Inter-American Court of Human Rights, V.R.P, V.P.C. et al v. Nicaragua, Preliminary Objections, merits, reparations and costs, Judgment, 2018. 5 Committee on Economic, Social and Cultural Rights, general comment No. 14 (2000), para. 10. 6 United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women (UN-Women), <https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2020/Issue-brief-COVID-19-and-ending-violence-against-women-and-girls-en.pdf>. 7 Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR), "UN experts call for an end to police brutality worldwide" (11 August 2021). See <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=27376&LangID=E>. 8 OHCHR, <https://www.ohchr.org/EN/Issues/Health/Pages/GroupsInVulnerableSituations.aspx>. 9 See <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/injuries-and-violence>. 10 Ibid. 11 [https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/UNFPAWEI\\_Guidelines\\_Disability\\_GBV\\_SRHR\\_FINAL\\_19-11-18\\_0.pdf](https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/UNFPAWEI_Guidelines_Disability_GBV_SRHR_FINAL_19-11-18_0.pdf). 12 A/HRC/47/28, para.9; 173 United Nations Mission in South Sudan and OHCHR, "Access to health for survivors of conflict-related sexual violence in South Sudan", May 2020, para. 10. 174 S/2022/77.

**4. Não aceitação de direitos no contexto da proteção social. Relatório do Relator Especial sobre pobreza extrema e direitos humanos. "Non-take-up of rights in the context of social protection".** Olivier De Schutter. [G2232217.pdf \(un.org\)](#) Inglês. [A/HRC/50/38 \(un.org\)](#) Espanhol.

"Resumo. A proteção social é um investimento que as sociedades fazem para aumentar a resiliência contra choques, criar uma economia inclusiva e alcançar efeitos multiplicadores para a realização dos direitos humanos. Apesar de seu potencial, no entanto, os benefícios de proteção social muitas vezes não são usados, embora sejam projetados para proteger os indivíduos ao longo de suas vidas, um fenômeno conhecido como "*non-take-up*" ou "não-aceitação". O fenômeno da não aceitação afeta milhões em todo o mundo. Resulta em um desperdício de recursos públicos e prejudica significativamente a eficácia da proteção social na redução da pobreza e das desigualdades. A não aceitação e suas consequências intoleráveis podem e devem ser tratadas. O Relator Especial insta todos os Estados a abordarem a não tomada como prioridade política urgente. Reduzir a não-aceitação está ao alcance: requer reformular a proteção social como um direito humano em vez de caridade, coordenar ações para fornecer informações direcionadas sobre medidas de proteção social, simplificando os procedimentos de

aplicação e envolvendo aqueles que experimentam a pobreza no desenho, monitoramento e avaliação de esquemas de proteção social."

\*"all persons or households entitled to receive financial social benefits who are unaware of their entitlements". \*\*simplificando os procedimentos de aplicação e envolvendo aqueles que experimentam a pobreza no desenho, monitoramento e avaliação de esquemas de proteção social."

"1. Introdução. Os esquemas de proteção social que não conseguem alcançar efetivamente os necessitados são um enorme desperdício de recursos, equivalentes a plantas de rega com uma lata de vazamento. Quando os indivíduos não reivindicam os benefícios a que têm direito, devido à falta de informação, obstáculos burocráticos ou ao medo da humilhação, não é um custo que a sociedade evita, mas uma oportunidade perdida de reduzir a pobreza e desigualdades, e, assim, melhorar a coesão social e as perspectivas de desenvolvimento a longo prazo. O presente relatório é sobre esse vazamento e esses custos. Governos de todo o mundo recorreram à proteção social para mitigar as consequências sociais e econômicas da pandemia da doença coronavírus (COVID-19). Ao elogiar seus esforços para compensar os efeitos devastadores da crise, o Relator Especial alertou que muitos grupos continuaram a escapar das rachaduras dos sistemas de proteção social. 2 A proteção social, um direito humano consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e em outros instrumentos internacionais de direitos humanos, está agora em uma encruzilhada, com milhões incapazes de se beneficiar dos programas existentes.3

De que adianta a proteção social quando precisamente aqueles que estão destinados a elevar são impedidos de gozar? Mesmo quando existem medidas de proteção social, grupos inteiros permanecem excluídos devido, por exemplo, a condições impossíveis de cumprir, à corrupção, à discriminação ou à informalidade indesejada, à desconfiança dos beneficiários em relação aos prestadores de serviços sociais, ou ao financiamento insuficiente. Esse fenômeno, conhecido como "não-aceitação", é tão difundido quanto insidioso, afetando milhões de pessoas em todo o mundo e efetivamente impedindo-as de usufruir de seu direito à seguridade social consagrado no direito internacional dos direitos humanos. No presente relatório, o Relator Especial exorta os governos a transformarem a "não-aceitação" em uma prioridade política para garantir que a proteção social não se torne uma carta morta.

Os governos têm a responsabilidade de garantir a cobertura efetiva de suas populações por meio de programas de proteção social que os apoiem durante todo o ciclo de vida. Não basta estabelecer pisos de proteção social se estes permanecerem inacessíveis aos próprios indivíduos e grupos que eles são projetados para proteger. O direito à seguridade social, desenvolvido pela Comissão dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais,<sup>4</sup> tem implicações muito práticas: implica o dever de fornecer informações proativamente aos detentores de direitos sobre os benefícios a que têm direito, simplificar os procedimentos de aplicação, financiar programas suficientemente para que todos os indivíduos elegíveis possam se beneficiar deles, combater a corrupção na prestação de serviços, abster-se de impor condições estigmatizantes e humilhantes, e fornecer procedimentos de apelação claros e acessíveis para corrigir erros cometidos pelas administrações públicas.

O direito à seguridade social não para na provisão de proteção social no papel: deve se traduzir em cobertura efetiva e assumir direitos na prática. No presente relatório, o Relator Especial destaca as barreiras legais e práticas que os indivíduos devem superar para exercer seu direito à seguridade social. Enquanto certos grupos, como trabalhadores informais, são

excluídos da proteção social por projeto, outros obstáculos impedem até mesmo indivíduos elegíveis de reivindicar benefícios (conhecidos como "não-aceitação primária") ou, se eles se aplicam, de recebê-los ("não-aceitação secundária").

O relatório baseia-se em pesquisas primárias e secundárias, incluindo uma pesquisa mundial sobre a não aceitação que o mandato do Relator Especial realizou em 2021. Um questionário foi enviado a organizações da sociedade civil, ministérios e administrações responsáveis pela proteção social, agências das Nações Unidas e especialistas acadêmicos.

"O relator recebeu 421 respostas de 36 países em todo o mundo. 5 Um segundo questionário coletou as experiências e percepções dos indivíduos, com 258 respostas recebidas de 7 países.6 Alguns dos resultados da pesquisa são apresentados abaixo. O relatório também foi informado por entrevistas com especialistas sobre não aceitação e organizações que trabalham com pessoas em situação de pobreza, falta de moradia, informalidade e outros grupos rotineiramente excluídos da proteção social. O Relator Especial também recebeu 25 respostas a um pedido de submissão de governos, representantes da sociedade civil e especialistas."

"No inciso III, o Relator Especial analisa os custos e os impactos da não aceitação tanto para os indivíduos quanto para a sociedade. No inciso IV, ele descreve os obstáculos à proteção social, incluindo situações em que os indivíduos são excluídos dos regimes de proteção social e o fenômeno da não aceitação *stricto sensu*. Na seção V, ele examina ferramentas que poderiam reduzir as taxas de não-aceitação. No inciso VI, o Relator Especial apresenta conclusões e recomendações para os governos que desejam agir."

II. Não aceitação: um fenômeno generalizado e insidioso. A não aceitação refere-se a uma situação em que indivíduos elegíveis para proteção social não acabam se beneficiando dela, seja qual for a razão – falta de informação, procedimentos dispendiosos ou complexos, baixa alfabetização digital, vergonha ou medo de interagir com serviços sociais e barreiras ou erros administrativos. A não aceitação, em suma, impede que indivíduos elegíveis desfrutem efetivamente do seu direito à previdência social. Embora as razões por trás e as taxas de não aceitação variem amplamente entre benefícios e contextos, o fenômeno é generalizado na maioria dos países e representa um desafio fundamental para a própria eficácia e adequação dos serviços públicos.

A não aceitação afeta todos os grupos, mas paradoxalmente é mais prevalente entre os mais marginalizados e, portanto, a maioria que precisa de proteção social – pessoas que experimentam isolamento social ou não têm conta bancária, aqueles que são analfabetos digitais ou são estigmatizados por conta de sua formação, ou indivíduos que foram submetidos a abuso institucional – são todos altamente propensos a enfrentar barreiras aos benefícios de proteção social supostamente destinados a melhorar suas vidas. As estimativas da prevalência de não-aceitação permanecem raras e em grande parte se concentram nos países desenvolvidos. Taxas precisas de não recolhimento são difíceis de calcular porque os governos não coletam regularmente dados sobre o número de beneficiários elegíveis ou inscritos em regimes específicos de proteção social. Esses dados podem ser difíceis de obter porque os critérios de elegibilidade são múltiplos, complexos e evoluem ao longo do tempo, 8, mas as estimativas de não-aceitação são cruciais para o monitoramento e o relato sobre a eficácia da proteção social."

"VI. Conclusões e recomendações A não aceitação e a exclusão legal da proteção social devem ser reconhecidas como desafios urgentes pela comunidade internacional. Não há

desculpa para excluir aqueles sem identificação formal ou nacionalidade, famílias omitidas de registros sociais devido a erros de exclusão, ou trabalhadores informais de regimes de proteção social que se destinam a melhorar suas vidas. A exclusão desses grupos resulta de erros fundamentais de projeto cometidos no desenvolvimento de sistemas de proteção social e, portanto, de uma implementação falha do direito à seguridade social reconhecido no direito internacional. Em nome da economia de custos, os sistemas de proteção social são cada vez mais projetados para desencorajar fraudes, levando à imposição de obstáculos complexos e a uma mentalidade em que os assistentes sociais se veem como guardiões e não como ajudantes, aumentando assim a complexidade e a desconfiança dos beneficiários.

O resultado é que aqueles que mais precisam de apoio podem acabar desencorajados ou injustificadamente excluídos. A não aceitação não é, portanto, meramente uma questão administrativa ou técnica, é uma questão política que exige que a vontade política seja superada. O enfrentamento da não aceitação deve tornar-se uma prioridade na luta contra a pobreza e a exclusão social. Os governos devem buscar reduzir a não aceitação com a mesma determinação que os levou a incentivar as pessoas a serem vacinadas contra o COVID-19. Quatro prioridades emergem: (a) O ponto de partida deve ser reformular a proteção social não como um favor fornecido pelos governos benevolentes, mas como um direito humano. Essa redefinição poderia ajudar a reformular a relação entre prestadores de serviços e usuários, aumentando a prestação de contas do primeiro e capacitando este último, reduzindo assim os riscos de corrupção e discriminação, mitigando o elemento de vergonha ou estigmatização para os demandantes e garantindo acesso acessível a mecanismos de sinistros eficazes e independentes quando os benefícios são negados; (b) A provisão de informações direcionadas sobre benefícios de proteção social e critérios de elegibilidade é fundamental para sua aceitação na prática. Desenvolver campanhas de comunicação eficazes, alcançar proativamente potenciais demandantes e focar nos grupos mais frágeis de maneiras claras e abrangentes é o primeiro passo para reduzir a não aceitação entre as famílias pobres. As informações devem ser fornecidas através de uma ampla gama de canais (incluindo televisão, rádio, megafones, panfletos e mensagens de texto) e em um maior número de idiomas. Os trabalhadores do serviço social devem ter treinamento adequado para informar potenciais beneficiários sobre seus direitos; (c) A automação de benefícios é uma ferramenta promissora para reduzir o não-aceitação, desde que as administrações estejam cientes dos riscos e garantam que canais mais tradicionais e acessíveis para reivindicar benefícios estejam abertos a grupos que de outra forma possam enfrentar a exclusão. Tal estratégia também requer a melhoria da capacidade da administração, em especial para o estabelecimento e atualização dos registros sociais; (d) A participação das pessoas em situação de pobreza no projeto, implementação e monitoramento de regimes de proteção social garantiria que os obstáculos que enfrentam para a adoção da proteção social são adequadamente identificados e abordados. Os entrevistados da pesquisa mundial insistiram que o engajamento com pessoas em situação de pobreza era uma das formas mais promissoras de reduzir a não aceitação. Ao passar dos direitos no papel para os direitos na prática, o mundo não pode se dar ao luxo de ignorar o conhecimento experiencial das pessoas em situação de pobreza."

##### **5. Painel de discussão sobre os direitos dos povos indígenas. Relatório do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. [G2229853.pdf \(un.org\)](#)**

" Resumo. O presente relatório contém um resumo dos procedimentos da discussão anual de meio dia sobre os direitos dos povos indígenas que foi realizada na 48ª sessão do Conselho de Direitos Humanos (2021), incluindo resumos das declarações de abertura e das



apresentações feitas por painelistas e destaques da discussão interativa que se seguiu. De acordo com a resolução 45/12 do Conselho, o tema da discussão do painel foi a situação dos direitos humanos dos povos indígenas que enfrentam a pandemia da doença coronavírus (COVID-19), com foco especial no direito à participação.”

#### IV. Conclusões e comentários dos painelistas e do moderador

47. A Sra. Davis agradeceu a todos os Estados, agências e entidades das Nações Unidas, representantes dos povos indígenas e ONGs por seus comentários úteis e pediu desculpas por não poder responder a todos os inquéritos adicionais. Ela concordou com vários Estados que o COVID 19 havia destacado como o direito à autodeterminação reconhecido no artigo 3º da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas era o padrão que sustentava a própria Declaração e todos os direitos nela consagrados. Ela confirmou que o Mecanismo Especializado sobre os Direitos dos Povos Indígenas vinha incentivando os povos indígenas a se concentrarem mais no direito à autodeterminação. No entanto, ela reafirmou que a pandemia havia destacado a importância do direito à autodeterminação em termos da capacidade das comunidades indígenas de fechar suas comunidades muito rapidamente no início da pandemia, a fim de proteger a si mesmos e os mais vulneráveis entre eles.

Houve vários exemplos que confirmaram o sucesso dessas práticas. Ela instou os Estados a consultarem o relatório do Mecanismo especializado sobre consentimento livre, prévio e informado, a fim de entender como melhor acomodar as vozes dos povos indígenas no âmbito de um Estado, levando em conta a diferença entre consentimento livre, prévio e informado e autodeterminação.

48. Em relação à questão da violência contra mulheres e meninas indígenas durante a pandemia, a Sra. Davis observou que a maioria dos sistemas legais não conseguiu lidar adequadamente com a violência contra mulheres e meninas indígenas mesmo durante tempos não pandêmicos. Ela lembrou que o artigo 22 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas afirmou o dever dos Estados de tomar medidas, em conjunto com os povos indígenas, para garantir que as mulheres e crianças indígenas gozam de plena proteção e garantias contra todas as formas de violência e discriminação.

49. Calí Tzay agradeceu aos representantes dos Estados que apoiaram o trabalho do Relator Especial sobre os direitos dos povos indígenas. Entre as boas práticas que alguns povos indígenas implementaram para lidar com a pandemia, ele mencionou algumas comunidades no Canadá e na região amazônica que, no exercício de seu direito de autodeterminação, fecharam as fronteiras de seus territórios e conseguiram impedir a propagação do COVID 19. Em termos de exemplos negativos, ele observou que alguns Estados começaram a criminalizar o direito dos povos indígenas à autodeterminação. Em resposta à pergunta sobre as medidas que os Estados devem tomar para garantir a participação igual e significativa dos povos indígenas na tomada de decisões relativas às medidas do COVID-19, ele acreditava que a vontade política era necessária em todos os níveis para conseguir isso. Ele lembrou as recomendações que fez aos Estados em seu relatório ao Conselho de Direitos Humanos, para garantir apoio econômico às iniciativas dos povos indígenas, aquelas destinadas a impedir a disseminação do COVID 19 em suas comunidades e aquelas voltadas para a ajuda mútua dentro e entre povos indígenas.<sup>11</sup>

Ele também ressaltou a importância da participação das ONGs no trabalho das Nações Unidas e instou os governos a também garantir sua participação a nível nacional, sugerindo que os Estados devem aproveitar o conhecimento das ONGs sobre assuntos relacionados aos povos indígenas, a partir de sua forte conexão com povos e comunidades indígenas. Dessa forma, seria

garantida a participação de ONGs e povos indígenas. Nuorgam agradeceu aos Estados-Membros e às agências e entidades das Nações Unidas por seus esforços para ajudar os povos indígenas a se recuperarem da pandemia. Ela ficou feliz em saber que eles estavam dispostos a desenvolver soluções lideradas por indígenas para a pandemia.

Ela também ressaltou a importância de estabelecer parcerias com os povos indígenas para reconstruir melhor. Ela observou que era lamentável que as reuniões online tivessem sido a única opção, já que os povos indígenas preferiam consultas presenciais. A falta de consultas presenciais expôs as desigualdades existentes e a divisão digital e tinha sido especialmente prejudicial aos povos indígenas na África, América Latina, Pacífico e em áreas rurais. O Fórum Permanente de Questões Indígenas enfatizou, portanto, que os mecanismos existentes para apoiar a participação dos povos indígenas nos processos que os afetaram devem se adaptar ao novo ambiente e apoiar a participação online dos povos indígenas.

Isso incluiu a compra de pacotes de dados e a facilitação do acesso à eletricidade, hardware e viagens para obter acesso a conexões estáveis da Internet. Ela instou as Nações Unidas a tomar medidas urgentes para tomar as providências necessárias, a fim de facilitar e garantir a participação efetiva dos povos indígenas. Ela ressaltou que a pandemia destacou a necessidade premente da coleta de dados estatísticos desagregados sobre a situação dos povos indígenas. Em nome do Fórum Permanente, instou os Estados-Membros a coletar e disseminar dados estatísticos desagregados, em estreita cooperação com os próprios povos indígenas, a fim de apoiar a formulação e a programação de políticas baseadas em evidências.

Além disso, ressaltou a necessidade de abordar o surgimento das consequências da pandemia na população indígena e pediu aos Estados-Membros que invistam em intervenções culturais e comportamentais em saúde. Ela estava confiante de que os medicamentos e práticas tradicionais tinham um papel fundamental na proteção da saúde das comunidades indígenas. Ela recomendou que os Estados-Membros implementem medidas específicas para atender às necessidades de mobilidade dos povos indígenas, inclusive por meio da cooperação com os Estados vizinhos, e que tomem essas medidas com o consentimento pleno, livre, prévio e informado dos povos indígenas.

51. Nuorgam concluiu salientando que, sob nenhuma circunstância, a resposta necessária à pandemia justificaria limitar o exercício dos povos indígenas de seus direitos humanos, incluindo os direitos à liberdade de expressão e de reunião no contexto de protestos legítimos em defesa da terra, territórios, recursos naturais e meio ambiente.”

**O início da 75a Assembleia Mundial da Saúde:  
"The most needed medicine is peace"**

***Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão***

**A 75a Assembleia Mundial da Saúde**

Iniciada em 22 de maio, a septuagésima quinta Assembleia Mundial da Saúde (AMS) tem como tema "*Saúde pela paz, paz pela saúde*".

A pandemia de Covid-19 e outras emergências de saúde com alcance internacional destacaram o papel de liderança e coordenação da OMS na resposta a esses eventos. O fortalecimento da preparação e resposta às emergências de saúde é um tema-chave da AMS.

São diversos importantes tópicos a serem acompanhados, tendo especial análise crítica sobre as discussões ao redor do financiamento sustentável da OMS; a interdependência e habilidades para ser espaço de decisão; interação com non-state actors; os propósitos da Organização frente à governança de saúde global e os diversos componentes estratégicos; a demonstração do impacto da meta Triple Billion.

Estão sendo realizadas uma série de mesas redondas estratégicas, com participação dos delegados da AMS, agências parceiras, representantes da sociedade civil e especialistas da OMS, discutindo as prioridades atuais e futuras para questões de saúde pública de importância global. Os temas, apresentados durante o discurso de abertura do Diretor-Geral, Dr Tedros Adhanom, na [150ª Sessão do Conselho Executivo da OMS](#), que ocorreu em janeiro deste ano foram

- Mudança urgente de paradigma para prevenir doenças e promover a saúde: economia da saúde para todos;
- Reorientação radical dos sistemas de saúde para a atenção primária à saúde como base da cobertura universal de saúde: a melhor e única escolha para alcançar a cobertura universal de saúde;
- Rumo a uma nova arquitetura para preparação, resposta e resiliência a emergências de saúde: 10 propostas para um mundo mais seguro;
- Ciências do comportamento para uma saúde melhor;
- Um retorno saudável: investir em uma OMS financiada de forma sustentável.

A Assembleia começou com um segmento de alto nível em 22 de maio, com discursos do Presidente eleito da Assembleia da Saúde, Chefes de Estado, convidados especiais, um discurso do Diretor-Geral da OMS e a apresentação dos Prêmios de Saúde do Diretor-Geral.

O tom da Assembleia já foi dado na plenária de abertura, com discursos de diversas autoridades, incluindo o presidente francês Emmanuel Macron, que além de repercutir a guerra em território ucraniano, trouxe questionamentos ao mecanismo do tratado pandêmico.

O Diretor-geral, Tedros Adhanom, endereçou seu discurso ao redor do tema escolhido para a AMS. Em um relato emocionado, fez paralelos entre experiências vividas por si próprio em contexto de guerra, com a situação de fragilidade extrema a que pessoas em áreas de conflitos estão expostas. "*Where war goes, hunger and diseases follow shortly behind.*" Acrescentou que apesar de em melhor momento, a pandemia de Covid-19 ainda não acabou e que, embora em muitos países todas as restrições tenham sido suspensas e a vida se pareça muito com antes da pandemia, os casos relatados estão aumentando em quase 70 países em todas as regiões; mesmo com redução nos números de testes. Tedros alertou que as mortes

relatadas também estão aumentando na África, o continente com a menor cobertura vacinal e que apesar de todos os estudos e perspectivas, a Covid-19 segue parcialmente imprevisível em rotas e dimensões.

Embora concorde que houve progresso, com 60% da população mundial já vacinada, o DG lembrou que quase um bilhão de pessoas em países de baixa renda permanecem não vacinadas. Apenas 57 países vacinaram 70% de sua população – quase todos eles países de alta renda.

O chefe da OMS também alertou que o aumento da transmissão significa mais mortes e mais risco de surgimento de uma nova variante, e o atual declínio de testes e sequenciamento significa que estamos nos cegando para a evolução do vírus.

Ressaltou também que em alguns países ainda há um compromisso político insuficiente para lançar vacinas, e ainda há lacunas na capacidade operacional e financeira, além da hesitação vacinal impulsionada pela desinformação.

O foco principal da OMS agora é apoiar os países a transformar vacinas em campanhas de vacinação o mais rápido possível, mas ainda estão vendo problemas do lado da oferta para testes e terapias com fundos e acesso insuficientes.

Ao final, concedeu o [Global Health Leaders Award](#). Foram seis prêmios em reconhecimento da notável contribuição para o avanço da saúde global, liderança demonstrada e compromisso com questões regionais de saúde. Os vencedores incluem o psiquiatra anglo-libanês Dr Ahmed Hankir, a defensora do esporte juvenil Ludmila Sofia Oliveira Varela e trabalhadores da pólio no Afeganistão.

Todo o evento pode ser acompanhado online através do link a seguir: <https://www.who.int/about/governance/world-health-assembly/seventy-fifth-world-health-assembly> e muito há para ser discutido e remodelado até o dia 28 de maio.

E nestes links mais materiais de substrato para as discussões podem ser encontrados:

- [WHA75 main page](#)
- [News release: Seventy-fifth World Health Assembly to focus on “Health for Peace, Peace for Health” for recovery and renewal](#)
- [Updates on the WHA75 will be posted on the WHO website](#)
- [The Daily Journal will be issued here](#)
- [WHO | Governance](#)

### **Estatísticas em saúde ao redor do mundo 2020**

A Organização Mundial da Saúde publicou seu mais recente conjunto abrangente de [Estatísticas da Saúde Mundial até 2020](#), o primeiro ano da pandemia de COVID-19 – que levou a um número estimado de 4,5 milhões de mortes a mais naquele ano.

As estatísticas revelam até que ponto a pandemia vem afetando os sistemas de saúde em todo o mundo, em alguns casos restringindo severamente o acesso a serviços vitais. Essas interrupções provavelmente atrasarão o progresso global tanto na expectativa de vida quanto na expectativa de vida saudável nos primeiros 20 anos do século.

A expectativa de vida global ao nascer aumentou de 66,8 anos em 2000 para 73,3 anos em 2019, e a expectativa de vida saudável aumentou de 58,3 anos para 63,7 anos. Isso se deveu,

em grande parte, aos ganhos em saúde materno-infantil e a grandes investimentos e melhorias em programas de doenças transmissíveis, como HIV, tuberculose e malária. Mas os dados de 2020 mostram como as interrupções no serviço contribuíram para um aumento nas mortes por tuberculose e malária entre 2019 e 2020.

Antes da pandemia, também havia tendências encorajadoras em todo o mundo na redução do atraso no crescimento infantil, consumo de álcool e uso de tabaco, bem como no aumento do acesso à água potável gerenciada com segurança, saneamento gerenciado com segurança, higiene básica e combustíveis limpos e tecnologias para culinária.

Esses avanços foram parcialmente sustentados por uma duplicação dos gastos globais em saúde entre 2000 e 2019, atingindo 9,8% do produto interno bruto global. Mas aproximadamente 80% desses gastos ocorreram em países de alta renda, sendo a maior parte (cerca de 70%) proveniente de orçamentos governamentais. Nos países de baixa renda, o gasto direto foi a principal fonte de gastos com saúde (44%), seguido pela ajuda externa (29%).

Embora a cobertura dos serviços tenha melhorado nos últimos 20 anos, os gastos catastróficos em saúde pioraram. Com a atual recessão econômica global e os sistemas de saúde lutando para fornecer a continuidade dos serviços de saúde, a pandemia de COVID-19 provavelmente interromperá o progresso feito na cobertura de serviços e piorará ainda mais a proteção financeira globalmente. Isso ocorre porque algumas pessoas são incapazes de acessar os cuidados porque não podem pagar. Além disso, entre aqueles que procuram e obtêm serviços, há um risco maior de enfrentar dificuldades financeiras por causa dos gastos diretos com saúde do que antes da pandemia.

Ao mesmo tempo, uma falha crônica em reconhecer o papel central da atenção primária à saúde e financiar adequadamente elementos-chave, como a força de trabalho em saúde, retardou a eficácia da resposta ao COVID-19 e desencadeou interrupções nos cuidados de rotina que ameaçam comprometer ainda mais a capacidade dos países de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2030 para a saúde.

### **Monkeypox: o que se sabe até agora**

A OMS e seus parceiros estão trabalhando para entender melhor a extensão e a causa de um surto de Monkeypox, vírus semelhante ao da varíola (smallpox). É endêmico em algumas populações de animais em vários países, levando a surtos ocasionais entre a população local e os viajantes. Os surtos recentes relatados em 11 países até agora são atípicos, pois estão ocorrendo em países não endêmicos. Existem cerca de 80 casos confirmados até agora (21 de maio) e 50 investigações pendentes. É provável que mais casos sejam relatados à medida que a vigilância se expande.

A Organização está trabalhando com os países afetados e outros para ampliar a sentinela da doença, rastreando e apoiando as pessoas que podem ser afetadas, fornecendo orientações sobre como gerenciar a doença. Reuniões de especialistas e grupos consultivos técnicos (como a que aconteceu em 20 de maio do Grupo Consultivo Estratégico e Técnico sobre Riscos Infecciosos com Potencial de Pandemia e Epidemia [STAG-IH]) estão sendo convocadas para se compartilhar informações sobre a doença e estratégias de resposta.

A OMS continua a receber atualizações sobre o status dos surtos em andamento em países endêmicos.

A infecção é causada pelo vírus monkeypox, um membro do gênero Orthopoxvirus da família Poxviridae. É geralmente uma doença autolimitada com sintomas que duram de 2 a 4 semanas. Nos últimos tempos, a taxa de mortalidade de casos foi de cerca de 3 a 6%. A transmissão se dá aos seres humanos através do contato próximo com uma pessoa ou animal infectado, ou com material contaminado com o vírus e é transmitido de uma pessoa para outra por contato próximo com lesões, fluidos corporais, gotículas respiratórias e materiais contaminados, como roupas de cama.

A apresentação clínica se assemelha à da varíola, uma infecção relacionada ao ortopoxvírus que foi declarada erradicada mundialmente em 1980, sendo menos grave. Geralmente se apresenta clinicamente com febre, erupção cutânea e linfonodos inchados e pode levar a uma série de complicações médicas.

À medida que a monkeypox se espalha por contato próximo, a resposta deve se concentrar nas pessoas afetadas e em seus contatos próximos. As pessoas que interagem de perto com alguém que é infeccioso correm maior risco de infecção: isso inclui profissionais de saúde, membros da família e parceiros sexuais.

## **Em meio à crise climática, as companhias de petróleo e gás se beneficiam com a Guerra na Ucrânia**

***Danielly de Paiva Magalhães e Luiz Augusto Galvão***

“A supremacia colonial foi amplamente aplicada para justificar a exploração humana do mundo natural, o que contribuiu para a degradação ambiental generalizada, satisfazendo os interesses coloniais. A degradação ambiental tem sido profunda, com recursos globais consumidos a taxas insustentáveis, consequências negativas das mudanças climáticas impactando as futuras gerações e a exploração humana causando a extinção generalizada de outras espécies. As condições ambientais em rápida mudança impactam significativa e negativamente a saúde humana, deixando os humanos vulneráveis a vírus e doenças oportunistas” – Arthur Blume, [The colonial War with the Environment](#).

### **Grandes empresas de petróleo se beneficiam da guerra na Ucrânia**

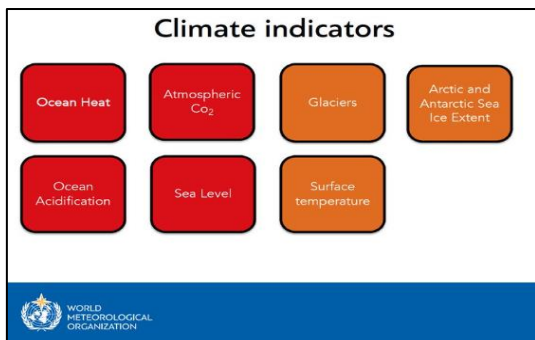
O Centro de Progresso Americano (The Center for American Progress – CAP) denunciou [em reportagem](#) os lucros que as 5 maiores empresas americanas de petróleo e gás tiveram no primeiro quarto do ano de 2022, cerca de US\$35 milhões, 300% de aumento comparado com o mesmo período de 2021. Esse lucro fenomenal é devido ao aumento dos preços como consequência à guerra na Ucrânia, assim confirmado pelo CEO da Shell, Ben van Beurden “O desempenho que estamos vendo neste trimestre, é claro, foi ajudado pelo macro, e o macro foi impactado pela guerra na Ucrânia.” Além da Shell que lucrou 280%, as outras empresas são ExxonMobile com 320% de lucro, Chevron com 380% de lucro, BP com 240% de lucro e ConocoPhillips com 480% de lucro comparado ao período de 2021.

Essas corporações de petróleo e gás – e os grupos comerciais que eles financiam para fazer lobby em seu nome – fazem as pessoas acreditarem que as companhias precisam de acesso a mais lugares para perfurar, melhores sinais de mercado e menos regulamentações para fazer os investimentos necessários para ajudar a baixar os preços – ou seja, pressionando o governo por mais subsídios. Mas a verdade é que eles poderiam usar o lucro para fazer esses mesmos investimentos.

Como consequência da guerra e das sanções aplicadas à Rússia, o preço da gasolina subiu em vários países, fazendo que governos aplicassem mais subsídios a essa fonte poluente. Segundo [relatório do FMI](#), Carvão, petróleo e gás natural receberam US\$ 5.9 trilhões em subsídios em 2020 – cerca de US\$ 11 milhões a cada minuto – de acordo com uma nova análise do Fundo Monetário Internacional. O relatório do FMI também aponta que 47% do gás natural e 99% do carvão custam menos da metade de seu custo real, e que apenas cinco países – China, Estados Unidos, Rússia, Índia e Japão – respondem por dois terços dos subsídios globalmente. Todos os cinco países pertencem ao G20, que em 2009 concordaram em eliminar gradualmente os subsídios “ineficientes” aos combustíveis fósseis “no médio prazo”.

### **Relatório Estado do Clima Global da OMM**

Enquanto o mundo se distrai em guerras, inflação e aumento do petróleo, os impactos ambientais só aumentam. Essa semana a Organização Mundial de Meteorologia (OMM) publicou no dia 18 de maio de 2022 o relatório [Estado do Clima Global da OMM](#). O presente relatório, juntamente com os relatórios do AR6 do IPCC (dados até 2019), será usado como documento oficial para as negociações da ONU sobre Mudanças Climáticas, na COP27, programada para ocorrer no Egito entre 7 a 17 de Novembro de 2022.



ramificações prejudiciais e duradouras para o desenvolvimento sustentável e os ecossistemas.

No relatório, quatro dos sete indicadores-chave de mudança climática – concentrações de gases de efeito estufa, aumento do nível do mar, aquecimento do oceano e acidificação do oceano – alcançaram novos recordes em 2021. Este é mais um sinal claro de que as atividades humanas estão causando mudanças em escala planetária em terra, no oceano e na atmosfera, com

Os principais resultados apresentados pelo relatório foram:

- Os últimos sete anos foram os sete anos mais quentes já registrados, sendo 2021 um dos sete mais quentes, mesmo com a ocorrência do evento La Niña no início e no final do ano que teve um efeito de resfriamento temporário, mas não reverteu a tendência geral de aumento das temperaturas. A temperatura média global em 2021 foi cerca de 1,11 (± 0,13) °C acima do nível pré-industrial.
- O nível médio global do mar atingiu um novo recorde em 2021, subindo uma média de 4,5 mm por ano no período 2013-2021.
- O furacão Ida foi o mais significativo da temporada do Atlântico Norte, atingindo a Louisiana em 29 de agosto, igualando o mais forte já registrado para o estado, com perdas econômicas nos Estados Unidos estimadas em US\$ 75 bilhões.
- Inundações mortais e caras induziram perdas econômicas de US\$ 17,7 bilhões na província de Henan, na China, e a Europa Ocidental experimentou algumas de suas inundações mais graves já registradas em meados de julho. Este evento foi associado a perdas econômicas na Alemanha superiores a US\$ 20 bilhões.
- A seca afetou muitas partes do mundo, incluindo áreas no Canadá, Estados Unidos, República Islâmica do Irã, Afeganistão, Paquistão, Turquia e Turcomenistão. No Canadá, a seca severa reduziu 35% a 40% a produção de trigo e canola comparado a 2020, enquanto nos Estados Unidos, o nível do Lago Mead no rio Colorado caiu em julho para 47 m abaixo do nível de oferta total, o nível mais baixo já registrado.
- Os efeitos combinados de conflitos, eventos climáticos extremos e choques econômicos, ainda mais exacerbados pela pandemia de COVID-19, minaram décadas de progresso para melhorar a segurança alimentar globalmente.
- Os riscos hidro meteorológicos continuaram a contribuir para o deslocamento interno. Os países com os maiores números de deslocamentos registrados em outubro de 2021 foram China (mais de 1,4 milhão), Vietnã (mais de 664.000) e Filipinas (mais de 600.000).

No documento há também informações e exemplos práticos para os formuladores de políticas e como os indicadores de mudanças climáticas descritos nos relatórios do IPCC surtiram em implicações associadas e como foram sentidas em nível nacional e regional em 2021. Como uma crítica, o relatório traz poucos exemplos sobre os efeitos no Sul Global, com alguma ênfase na África onde os efeitos das mudanças climáticas serão mais catastróficos para a saúde da população – talvez pela falta de dados e análises oficiais das consequências.

Dezenas de especialistas contribuíram para o relatório de Estados-Membros, incluindo Serviços Meteorológicos e Hidrológicos Nacionais (NMHSs) e Centros Globais de Dados e



Análise, bem como Centros Regionais de Clima, o Programa Mundial de Pesquisa Climática (WCRP), o Global Atmosphere Watch (GAW), o Global Cryosphere Watch e os serviços Copernicus Climate Change da UE.

Os parceiros das Nações Unidas incluem a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO (UNESCO-IOC), Organização Internacional para as Migrações (OIM), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR), o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR) e o Programa Alimentar Mundial (PAM).

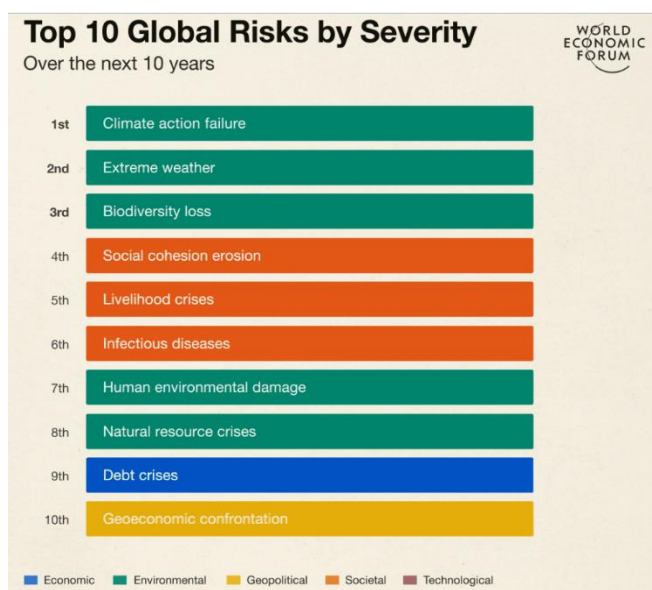
No dia seguinte à publicação, [o secretário geral da ONU, Antonio Guterres, se pronunciou](#) “Devemos acabar com a poluição por combustíveis fósseis e acelerar a transição para as energias renováveis, antes de incinerarmos nossa única casa”. Ele também chamou atenção para a necessidade dos países possuírem sistemas de alerta precoce. Os Sistemas de Alerta Precoce são extremamente necessários para a adaptação climática e, no entanto, estão disponíveis apenas em menos da metade dos membros da OMM. Em resposta, Petteri Taalas, secretário-geral da OMM, afirmou que a OMM está comprometida em fazer com que os sistemas de alertas cheguem a todos nos próximos cinco anos.

### Preparação para o Fórum Econômico Mundial

O relatório da OMM vem em momento oportuno, pouco antes da [Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial](#) que será realizado de 22 a 26 de maio em Davos. O evento reúne mais de 2.000 líderes e especialistas de todo o mundo sob o tema “História em um ponto de virada: políticas governamentais e estratégias de negócios”. Um dos objetivos na agenda é mobilizar a ação público-privada para cumprir as metas climáticas globais críticas para 2030 e 2050.

**As mudanças climáticas** já causaram a perda econômica de centenas de bilhões de dólares, um alto custo em vidas humanas e bem-estar, desencadeou choques na segurança alimentar e hídrica e deslocamentos, todos esses serão ainda mais acentuados no ano de 2022. Dessa forma, o relatório da OMM enfatiza a necessidade de velocidade, escala e ação sistêmica para mitigar os riscos ambientais apresentados no [relatório Risco Global do Fórum Econômico Mundial](#). São apresentados os 10 maiores riscos globais para os próximos 10 anos (Figura ao lado). Vale ressaltar que cinco deles estão diretamente relacionados com o ambiente (em verde), e ainda, esses tem efeito negativo em todos os outros cinco, o que demonstra a necessidade imediata de uma mudança comportamental no modo de vida, produção e consumo do mundo.

O [relatório do IPCC AR-6 do grupo de trabalho III](#) já demonstrou que temos as tecnologias e meios necessários e o know-how para reduzir as emissões e limitar o aquecimento global. “Precisamos concentrar nossos esforços em políticas e soluções ousadas que possam transformar rapidamente a forma como produzimos e consumimos recursos. Pessoas e



parcerias devem estar no centro de nossa abordagem, seja para criar novos empregos, fornecer mais acesso e acessibilidade para todos e construir um ambiente de vida mais limpo e verde”, disse Gim Huay Neo membro do grupo de gerenciamento do Fórum Econômico Mundial. “A próxima Reunião Anual em Davos é uma oportunidade importante para fortalecer nossa determinação pela ação climática, traduzir ambição em ações e forjar mais parcerias para criar um futuro do qual possamos nos orgulhar”, disse ela.

### **Apelo religioso em resposta à ameaça da mudança climática ao futuro das crianças**

O Conselho Mundial de Igrejas (CMI), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Conselho Muçulmano de Anciãos e o Conselho de Rabinos de Nova Iorque assinaram um apelo conjunto histórico, “Finanças Responsáveis pelo Clima – Um imperativo moral e responsabilidade para todas as crianças e o mundo vivo”.

O apelo tem como objetivo influenciar como o dinheiro é investido em resposta à ameaça da mudança climática. “Dinheiro da família, dinheiro da igreja, dinheiro de uma empresa, dinheiro de uma nação. “Precisamos que todos deem esse passo para um futuro sustentável para nossos filhos”, disse o secretário-geral interino do CMI Rev. Prof. Dr. Ioan Sauca. O apelo conjunto pede aos provedores de serviços financeiros que tomem medidas urgentes e eficazes para deixar o financiamento de combustíveis fósseis e investir em energias renováveis e pesquisa para soluções climáticas. Os participantes dizem ainda que vão rever todas os serviços financeiros de suas instituições para garantir responsabilidade baseada em evidências a esse respeito, como um imperativo moral e responsabilidade para todas as crianças e o mundo vivo.

O apelo é um curioso pacto entre a ciência e a religião que pode surtir em efeitos muito positivos, mobilizando e informando as pessoas que fazem parte da comunidade dessas instituições. Todos os parceiros, organizações e cidadãos que se preocupam com as crianças são convidados a endossar a declaração, escrevendo para [churchforchildren@wcc-coe.org](mailto:churchforchildren@wcc-coe.org), e a aumentar a conscientização sobre os recursos compartilhados nela.

### **Brazil Summit 2022**

No dia 9 de maio, aconteceu em Nova Iorque um Seminário do Financial Times, o Brazil Summit 2022, que reuniu CEOs, empresários, executivos e investidores, o presidente do BNDES e o ex-ministro Joaquim Levy para tratar de oportunidades de investimento, infraestrutura e economia no Brasil. Os temas que mais dominaram o evento foram o mercado de carbono e o potencial que o Brasil tem para se tornar referência global em energia limpa. O Brasil possui um dos maiores conjuntos de ativos ambientais do mundo, e também com alto potencial para o “sequestro” de carbono – Floresta Amazônica - podendo ser protagonista na redução de emissões e na produção de energia limpa. As discussões alertam para que os setores sejam mais atuantes nesse sentido para dar suporte as iniciativas do governo.

O problema é que o momento atual, a iniciativa do governo é contrária a tudo isso, baseada no desmatamento das florestas, expansão do agronegócio, venda de madeira ilegal e exploração ilegal do ouro. Um país sem rumo que vai ficar nas mãos das grandes corporações e bancos para planejar um “futuro verde”. O governo deve ter papel de liderança nessas ações para guiar ações de acordo com as necessidades no povo, utilizando dados científicos para identificar vulnerabilidades que precisam de investimento para aumentar a resiliência climática. Ademais, essas ações por parte das empresas privadas precisam ser muito bem monitoradas

para que a exploração social não recaia sobre os povos indígenas e tradicionais. É sempre bom lembrar que desenvolvimento sustentável tem 3 pilares: econômico, ambiental e social.

### **Relatório IAP sobre Mudanças Climáticas e Saúde nas regiões Américas, África e Ásia.**

A Inter-Academy Partnership (IAP) em conjunto com suas redes regionais na África (NASAC), Ásia (AASSA), Américas (IANAS) e Europa (EASAC) trabalhou em um [projeto global de três anos](#), sobre efeitos das mudanças climáticas na saúde, com o objetivo de capturar a diversidade na avaliação de evidências entre as regiões e de informar políticas de ação coletiva e personalizada em níveis nacionais, regionais e globais.

O projeto foi liderado pela Academia Nacional Alemã de Ciências, Leopoldina, e financiado pelo Ministério Federal Alemão da Educação e Pesquisa. Baseou-se em trabalhos anteriores da rede de academias europeias (EASAC) para fornecer recortes da situação atual e apresentar recomendações baseadas em ciência para as outras três regiões mundiais. Três relatórios foram publicados no início de 2022, sobre a região da [África](#), [Ásia](#) e [Américas](#). Um relatório de síntese global destacando as semelhanças e diferenças regionais será lançado **no dia 25 de maio, das 14h às 16h (horário de Brasília)**. **Esse relatório final do projeto intitulado "Saúde na Emergência Climática - uma perspectiva global" será apresentado e discutido em um webinar online público.** Para participar do evento, inscreva-se [aqui](#).

### **Preparação para Estocolmo+50**

A Estocolmo+50, 50 anos após a revolucionária Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em 1972, será realizada em 2 a 3 de Junho de 2022 sob o tema. Um Planeta Saudável para a Prosperidade de Todos – Nossa Responsabilidade, Nossa Oportunidade. Durante a reunião estão previstos 3 diálogos de líderes nos temas:

- ❖ Diálogo 1: Refletindo sobre a necessidade urgente de ações para alcançar um planeta saudável e prosperidade para todos.
- ❖ Diálogo 2: Alcançar uma recuperação sustentável e inclusiva da pandemia de coronavírus (COVID-19).
- ❖ Diálogo 3: Acelerar a implementação da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável no contexto da década de ação e entrega para o desenvolvimento sustentável.

Os três diálogos tiveram 3 reuniões abertas a todas as partes interessadas relevantes para a proposição de soluções e contribuir para as discussões do encontro internacional e sua preparação – incluindo organizações e órgãos do sistema das Nações Unidas, organizações intergovernamentais, instituições financeiras internacionais e outros órgãos internacionais interessados e organizações não governamentais (ou seja, organizações com “interesse no campo do meio ambiente, organizações da sociedade civil, povos indígenas, instituições acadêmicas, comunidade científica, juventude, setor privado e organizações filantrópicas”). Espera-se que esses diálogos contribuam para a reunião internacional, produzindo recomendações claras e concretas para ação em todos os níveis, inclusive por meio de cooperação reforçada.

Dentre as várias propostas apresentadas, muitas falaram sobre pressionar o governo para retirarem e taxarem atividades poluidoras, como empresas de petróleo, carvão e gás. Também foi falado na importância dos povos indígenas na preservação das florestas e na

detenção de metodologias de agricultura sustentáveis e que aumentam a resiliência ao clima, a saúde como um argumento para a preservação da natureza, a necessidade de se estabelecer metas e objetivos mais quantificáveis pela Biodiversidade etc.

### **Considerações Finais**

O ponto mais crítico trazido neste informe é o crescente poder das indústrias de petróleo e gás, principalmente nesse momento de sofrimento humano. Subsídios e lucros absurdos, sustentados pela população que em troca é sufocada juntamente com o planeta. Nosso clima está mudando diante de nossos olhos. O calor retido pelos gases de efeito estufa induzidos pelo homem aquecerá o planeta por muitas gerações. A elevação do nível do mar, o calor dos oceanos e a acidificação continuarão por centenas de anos, necessitando urgentemente de políticas de desmatamento zero e de reflorestamento para a captura desses gases da atmosfera. Algumas geleiras chegaram a um ponto sem retorno e isso terá repercussões de longo prazo em um mundo em que mais de 2 bilhões de pessoas já sofrem de estresse hídrico. Os efeitos na saúde já são sentidos, como o aumento das doenças relacionadas ao clima, doenças transmissíveis e não transmissíveis, doenças respiratórias, mortes prematuras, desnutrição e distúrbios na saúde mental - impactos crescentes associados com temperaturas extremas e com a poluição do ar.

Sem que os governos estabeleçam políticas de redução drástica do uso e aos subsídios aos combustíveis fósseis até sua eliminação completa, nunca os investimentos requeridos (que já não vem sendo atingido anualmente) para conservação da biodiversidade e mitigação dos efeitos climáticos serão suficientes para garantir o futuro das próximas gerações.

## Migrações, refúgio e saúde global

*Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek,  
Jameson Martins, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy  
de Freitas Lima Ventura*

### Primeiro Fórum de Revisão das Migrações Internacionais

Ocorreu entre 17 e 20 de maio de 2022 o primeiro Fórum de Revisão das Migrações Internacionais, na sede das Nações Unidas em Nova York<sup>13</sup>. O Fórum foi a primeira oportunidade de revisão dos sucessos e desafios enfrentados na implementação do Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular, adotado em caráter não vinculante em 2018. Deste primeiro fórum resultou a Declaração de Progresso (IMRF Progress Declaration), que oferece um caminho comum de avanço da governança global das migrações<sup>14</sup>.

Reunindo Estados-Membros, diversas organizações do sistema onusiano e demais atores interessados, o Fórum é um marco no caminho da realização do conteúdo do Pacto Global. Segundo António Vitorino, Diretor-Geral da OIM, a visão central do Pacto reconhece "a realidade da migração, sem julgamento, fundada em fatos. É uma visão que acredita que os migrantes não devem ser temidos, mas sim celebrados como membros vitais de sociedades ricas e prósperas".

Em dezembro de 2021, a Rede das Nações Unidas para as Migrações lançou uma iniciativa para compromissos (Pledging Initiative) para a implementação do Pacto Global<sup>15</sup>, para a qual recebeu 158 compromissos, com mais de 100 deles por parte de 25 Estados Membros. Os compromissos podem tomar a forma de recursos financeiros, materiais ou humanos que contribuam à consecução dos objetivos do Pacto Global. Do sistema ONU, cinco redes regionais e nacionais da ONU para Migrações, OIT, OIM, ACNUDH e PNUD realizaram um compromisso conjunto, enquanto o Comitê Permanente Interagências, abrangendo 16 agências e ONGs, também ofereceu seu compromisso de apoiar migrantes afetados por crises humanitárias. Os compromissos também podem ser verificados online no painel de controle dos compromissos<sup>16</sup>.

### Venezuela: população em situação de refúgio no Brasil

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Brasil divulgou, em junho de 2019, que cerca de 4 milhões de venezuelanos deixaram seu país de origem. Como comparativo, foram apresentados dados do ano de 2015, onde cerca de 615 mil venezuelanos haviam saído do país pouco após o começo da crise econômica para destinos como Colômbia, Peru, Chile e Brasil.<sup>17</sup> De acordo com dados divulgados pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), no final de 2020 havia 57.099 refugiados reconhecidos no Brasil. Somente no ano de 2020 chegaram a ser realizadas 28.899 solicitações de refúgio. De 2011 a 2020 os venezuelanos constituem o maior grupo de solicitantes de refúgio no mundo, seguidos de sírios e congoleses.

<sup>13</sup> <https://www.iom.int/news/first-United-nations-forum-international-migration-concludes-today>

<sup>14</sup> <https://migrationnetwork.un.org/system/files/docs/A%20AC.293%202022%20L.1%20English.pdf>

<sup>15</sup> <https://migrationnetwork.un.org/pledges>

<sup>16</sup> <https://migrationnetwork.un.org/the-pledging-dashboard>

<sup>17</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48683509>

Atualmente o Brasil possui refugiados de 77 nacionalidades, sendo que a venezuelana está em primeiro lugar, compondo 90,8% do total de solicitantes.<sup>18</sup> O grande fluxo de imigrantes da Venezuela em 2020 ocorreu por conta da generalizada crise humanitária, de acordo com o CONARE. Uma diminuição de refugiados de 2020 para 2021 ocorreu, entretanto, principalmente por conta do fechamento das fronteiras durante a pandemia de COVID-19.<sup>19</sup> A maioria dos imigrantes, principalmente os venezuelanos, preferem permanecer na região Norte do País, próxima à fronteira com seu país de origem. O estado de São Paulo também é um destino de preferência por conta das oportunidades potenciais de emprego.<sup>20</sup>

Os refugiados continuam vindo da Venezuela por conta da violência, insegurança e a dificuldade em ter acesso a alimentos, medicamentos e serviços essenciais. Com mais de cinco milhões de venezuelanos vivendo em outros países, muito tem se discutido sobre a crise de deslocamento que chega aos demais países da América Latina. Muitos venezuelanos que atendem aos critérios exigidos para serem considerados refugiados não realizam o registro, optando por outras formas legais de estadia, menos burocráticas para conseguirem o rápido acesso ao mercado de trabalho, educação e serviços sociais. Porém, centenas de milhares de venezuelanos continuam sem nenhuma documentação ou permissão de residência de forma regular nos países latinos, o que enfraquece o acesso aos serviços essenciais e a garantia de direitos. Essa situação faz crescer os abusos que acometem os venezuelanos, desde violência, discriminação e xenofobia ao tráfico e exploração sexual.<sup>21</sup>

Para conseguir promover a integração efetiva dos refugiados, o ACNUR apoia a transferência de pessoas de Roraima para outras partes do país, onde existem uma maior quantidade de oportunidades de empregos estáveis e serviços.<sup>22</sup> Um destes dispositivos de transferência é a estratégia de *interiorização* do Governo Federal, que consiste em deslocar refugiados e migrantes venezuelanos do estado de Roraima e de Manaus para outras cidades. Em março de 2021 essa estratégia chegou a beneficiar 50.475 pessoas em três anos. Em uma pesquisa realizada pelo ACNUR, com 360 famílias venezuelanas que passaram pelo processo de interiorização, 77% delas conseguiram encontrar emprego após algumas semanas residindo nas novas cidades. Grande parte das famílias já tinham a renda necessária para conseguir pagar o aluguel e todas elas tinham pelo menos uma criança já matriculada na escola.<sup>23</sup> Em 2020, a *interiorização* seguiu sendo implementada mesmo com a pandemia de COVID-19 e os protocolos mais rígidos de segurança. Em média, 1.000 venezuelanos conseguem ser beneficiados por mês através do programa, que tem recursos como a obrigatoriedade de vacinas contra algumas doenças e exames médicos antes do embarque para outras cidades. Os venezuelanos também são monitorados durante o trajeto e após sua chegada na nova cidade com relação a sintomas de COVID-19.<sup>24</sup>

---

<sup>18</sup><https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-registra-queda-de-88-3-no-numero-de-refugiados-entre-2020-e-2021/>

<sup>19</sup> De acordo com a cofundadora do Instituto Migração, Gênero e Raça (I-MiGRA), Sávila Cordeiro.

<sup>20</sup><https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-registra-queda-de-88-3-no-numero-de-refugiados-entre-2020-e-2021/>

<sup>21</sup><https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>

<sup>22</sup><https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>

<sup>23</sup><https://www.acnur.org/portugues/2021/04/20/interiorizacao-beneficia-mais-de-50-mil-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-brasil/>

<sup>24</sup><https://www.acnur.org/portugues/2021/04/20/interiorizacao-beneficia-mais-de-50-mil-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-brasil/>

**População indígena venezuelana no Brasil:** Já foram registrados, pela ACNUR<sup>25</sup>, cerca de sete mil indígenas nativos da Venezuela até o momento. Destes, a grande maioria são das etnias Warao (70%) e Pemón (24%), seguidos pelas etnias E'ñepá, Kariña e Wayúu, em ordem decrescente. Atualmente essas pessoas estão espalhadas por todo o território brasileiro, mas ocupam principalmente os estados de Roraima, Amazonas e Pará.

No Brasil, essas populações deparam com uma barreira linguística dupla (do português e do espanhol), porque uma grande parte, principalmente a parcela Warao mais velha, não domina o espanhol e se comunica no próprio idioma. Além disso, muitos Warao não possuem documentos ou apresentam documentos vencidos ou não válidos (por exemplo, com nomes mal soletrados por problemas de comunicação com as autoridades venezuelanas). Isso dificulta o acesso à moradia, oportunidades de emprego e outros serviços essenciais, obrigando-os a dormir nas ruas e a trabalhar precariamente como diaristas<sup>26</sup>.

No dia 19 de abril de 2022, foi lançada uma página especial no website do ACNUR Brasil para fornecer informações sobre a resposta da Agência da ONU para Refugiados às necessidades humanitárias de pessoas indígenas da Venezuela no Brasil. Essas informações incluem publicações e vídeos produzidos pelo ACNUR e por organizações parceiras para aumentar a conscientização sobre o tema, combatendo a xenofobia e discriminação<sup>27</sup>. De acordo com essa página<sup>28</sup>, o ACNUR vem desenvolvendo atividades voltadas para a população refugiada em discussão desde 2017, que levam em consideração as particularidades étnicas e culturais dessas populações. Os serviços ofertados pela agência à população indígena refugiada e migrante abrangem abrigos adaptados às necessidades culturais, como cozinhas comunitárias, além de espaços para promoção cultural, kits de higiene e limpeza, mobilização com as autoridades locais para capacitação das equipes de atendimento, apoio no acesso à documentação, no desenvolvimento de artesanatos e na produção de materiais multilíngues com o objetivo de assessorar as comunidades na relação intercultural<sup>29</sup>.

### **OMS: Relatório de situação da emergência na Ucrânia**

Semanalmente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulga um relatório de situação<sup>30</sup> a respeito da atual crise na Ucrânia, apresentando os principais riscos à saúde da população e as ações tomadas pela organização. Entre os dados apresentados, tem-se o seguinte: entre 23 de fevereiro e 4 de maio, somam-se 186 ataques ao sistema de saúde ucraniano; já são 5,6 milhões de refugiados, 7,7 milhões de deslocados internamente e mais de 3 mil civis mortos. A maior parte (54%) dos refugiados das últimas oito semanas de conflito encontram abrigo na Polônia, seguido da Romênia (15%).

Com esses ataques, o acesso ao sistema de saúde na Ucrânia continua precário devido a questões de segurança, mobilidade restrita, descontinuidades nas cadeias de suprimentos e deslocamentos em massa. Isso priva pessoas necessitando de cuidados médicos urgentes, coloca provedores de saúde em risco e enfraquece o sistema de saúde como um todo. Para a

<sup>25</sup> <https://www.acnur.org/portugues/indigenas/>

<sup>26</sup> <https://www.acnur.org/portugues/2022/04/19/indigenas-venezuelanos-ajudam-uns-aos-outros-a-viver-longo-de-casa/>

<sup>27</sup> <https://www.acnur.org/portugues/2022/04/19/indigenas-venezuelanos-no-brasil-ja-somam-mais-de-7-mil-pessoas-sendo-819-reconhecidas-como-refugiados/>

<sup>28</sup> <https://www.acnur.org/portugues/indigenas/>

<sup>29</sup> <https://www.acnur.org/portugues/indigenas/>

<sup>30</sup> <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-EURO-2022-5152-44915-64481>

OMS, há diversas prioridades de saúde pública no conflito. Primeiro, os ferimentos e traumas relacionados ao conflito em si, que afetam grande parte da população civil. Além disso, a organização destaca os perigos à saúde maternal e de recém-nascidos e a pessoas acometidas por doenças não-transmissíveis e crônicas, devido às dificuldades para acessar o sistema de saúde; a transmissão massiva de doenças infecciosas, por conta das más condições sanitárias e da interrupção da cobertura vacinal no país, já mencionados em outros relatórios. Entre as novidades deste, a OMS menciona o alto risco de tráfico humano e violência sexual e de gênero, potencial risco de ataques nucleares e com armas químicas, e insegurança alimentar e desnutrição, causadas não apenas pelas interrupções de suprimento como também pela vulnerabilidade imposta aos deslocados.

Para tratar dessas prioridades, a organização continua trabalhando em diversas frentes em apoio à população local. Pela primeira vez desde o início da emergência, o escritório da OMS na Europa enviou uma equipe à Kiev para auxiliar a equipe local. Além disso, a organização segue realizando operações de logística para providenciar suprimentos e assistência às regiões atingidas pelo conflito, obtendo e compilando dados sobre o andamento da situação do país. Por fim, a OMS apresenta questões relativas aos países receptores de refugiados vindos da Ucrânia. Enquanto as prioridades de saúde pública são, resumidamente, as mesmas do país de origem, há um grande foco em doenças infecciosas. A incidência de COVID-19 nos países que recebem refugiados está caindo, mas a cobertura vacinal ainda varia bastante entre eles - a maioria está ao redor de 60% da população vacinada, sendo as menores taxas encontradas na Romênia (por volta de 42% da população imunizada) e na República da Moldávia (26%). A OMS também aponta o risco de uma epidemia de diarreia aquosa na Moldávia, que está sendo monitorada.

### **OMS na Europa: detenção de imigrantes é prejudicial à saúde**

O Escritório da OMS na Europa divulgou um relatório<sup>31</sup> que demonstra que a detenção de imigrantes pode ter um impacto negativo na saúde desses grupos, especialmente quanto à saúde mental durante e após a detenção, prática amplamente utilizada na Europa apesar de ser considerada como último recurso para o direito internacional. Sobre o relatório, o diretor da OMS para a Europa, Dr. Hans Henri P. Kluge diz: “Minha visão de não deixar ninguém para trás se aplica para todos, inclusive imigrantes e refugiados, pois o direito à saúde deve ser protegido para todos, independentemente de seu status”.

Um dos principais resultados da pesquisa diz respeito à saúde mental: o relatório aponta que a detenção de imigrantes causa um declínio em sua saúde mental, agravando-se quanto mais permanecem detidos. Esses prejuízos podem se estender no longo prazo mesmo após sua liberação. Além disso, chama-se atenção para a privação de liberdade experimentada por esses imigrantes. As detenções podem ser comparadas a prisões, gerando uma sensação de isolamento, estresse por conta da criminalização da migração e de processos exaustivos para ingresso em alguns países, que incluem a falta de apoio dos funcionários locais e barreiras de comunicação, além de expô-los ao risco de doenças transmissíveis, violência e outros eventos traumáticos. Os funcionários dessas instituições, contudo, podem ter um papel essencial e positivo para o bem-estar dos imigrantes, provendo assistência, acesso a cuidados em saúde e a medicamentos e tratamentos.

---

<sup>31</sup><https://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/press-releases/2022/immigration-detention-is-harmful-to-health-alternatives-to-detention-should-be-used>



Por fim, o relatório recomenda que as detenções sejam utilizadas apenas como último recurso, substituídas por políticas de integração e acolhimento durante a imigração. Entretanto, se usadas, é importante que os prejuízos à saúde mencionados sejam mitigados com o treinamento adequado dos funcionários, medidas de segurança, provisão de apoio psicológico e de ferramentas para impedir a transmissão de doenças infecciosas e para a manutenção da saúde.

### **Médicos Sem Fronteiras: pessoas detidas na Lituânia vivenciam abuso, violência e sofrimento**

Como um exemplo real dos resultados da pesquisa realizada pela OMS na Europa sobre os prejuízos à saúde causada pela detenção de imigrantes<sup>32</sup>, milhares de pessoas detidas de forma prolongada na Lituânia vivenciam situações de risco à sua saúde física e mental. Segundo a organização Médicos Sem Fronteiras (MSF)<sup>33</sup>, mais de 2.500 refugiados que cruzaram a fronteira de Belarus estão detidos em condições desumanas há 9 meses na Lituânia. Nas detenções, imigrantes não têm acesso a apoio especializado para condições psiquiátricas ou para sobreviventes de traumas, tortura e violência sexual. A MSF afirma, ainda, que a detenção prolongada é arbitrária e que deve acabar agora.

Os refugiados, em geral, são provenientes do Iraque, Congo, Síria, Camarões e Afeganistão, e relatam o medo de perseguição em seus países de origem, buscando chegar à Lituânia por meio de Belarus. As detenções fazem parte de políticas restritivas à migração implementadas pela União Europeia, que trazem fortes impactos sobre a saúde desses grupos. De 98 pacientes tratados pelos psicólogos da MSF entre janeiro e março de 2022, 60% tinham queixas de ansiedade, muitas relacionadas às condições da detenção. A organização também destaca o peso da detenção sobre o bem-estar de membros da comunidade LGBTQIA+, que são altamente expostos à discriminação nesses espaços.

### **Legislação migratória dinamarquesa sofre críticas de racismo**

Recentemente o governo da Dinamarca recebeu fortes críticas após mudar uma controversa lei "anti gueto" para que os refugiados ucranianos pudessem se mudar para habitações sociais vazias ditas "não-ocidentais". O governo tentou, por três anos, restringir o acesso de imigrantes "não-ocidentais" a habitações sociais em bairros descritos como "desvantajosos" para não criar "sociedades paralelas", segundo sua perspectiva - assim, havia o plano de demolir parte dessas moradias. O acesso às mesmas ficava restrito a cidadãos da União Europeia, Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Austrália e oito países europeus associados. Mesmo aqueles nascidos na Dinamarca, mas com um dos pais "não ocidentais" não poderiam acessar esse tipo de moradia.

Mas, com o recebimento de 100 mil refugiados da guerra na Ucrânia, os deputados rapidamente voltaram para retirar a restrição dessas moradias aos ucranianos, e os planos para demolir as habitações sociais logo foram congelados. Emergiram, dessa forma, inúmeras críticas a esse tratamento discriminatório entre os refugiados de outras regiões e etnias e aqueles que fogem do conflito no leste europeu. Em especial, Susheela Math, oficial de litígios na Iniciativa de Justiça da organização Open Society, evidencia que anteriormente se poderia despojar os moradores, usualmente imigrantes não-brancos, com a demolição das moradias sociais. Mas, a partir do momento que refugiados brancos necessitaram de acesso fácil à moradia, o

---

<sup>32</sup><https://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/press-releases/2022/immigration-detention-is-harmful-to-health-alternatives-to-detention-should-be-used>

<sup>33</sup> <https://www.msf.org/prolonged-detention-over-2500-migrants-lithuania-must-end-now>

parlamento congelou a demolição. “Esses bairros são suas casas. Alguns desses indivíduos eram refugiados e fugiram de conflitos e perseguições – não diferentemente dos ucranianos que agora fogem da guerra. O tratamento discriminatório a que foram submetidos contrasta fortemente com a acolhida compassiva que os refugiados ucranianos receberam na Dinamarca”, diz Susheela.

Os bairros alvo da lei “anti gueto” possuem mais de 1000 habitantes. Desses, mais da metade dos residentes são considerados “não-ocidentais”, usualmente 40% ou mais estão desempregados, a criminalidade é 3 vezes maior do que a média nacional e a renda bruta per capita é 55% menor que a média regional. Cerca de 11% da população dinamarquesa é imigrante. Desses, 58% vem de um país considerado “não-ocidental”.<sup>34</sup>

### **Caso *Roe versus Wade* nos EUA: O aborto como direito do migrante**

O aborto já há muitos anos é visto pela literatura como uma matéria de saúde pública. Conforme relatório do Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a necessidade de descriminalização do aborto é indicada por uma série de grupos que trabalham pela garantia de direitos. A garantia ao acesso a esses serviços em acordo com parâmetros de direitos humanos é parte das obrigações do Estado em eliminar a discriminação contra a mulher, bem como de garantir o direito a saúde e outros direitos fundamentais para mulheres. Anualmente, 25 milhões de abortos não seguros ocorrem e 7.9% das mortes maternas podem ser atribuídas a este tipo de aborto. O grupo mais afetado é formado por mulheres e adolescentes vivendo na pobreza ou em grupos marginalizados, como migrantes e refugiados. Isso se soma ao fato de que totalidade das mortes por aborto não seguro ocorrem em países com leis severas contra esse direito fundamental, evidenciando a preventabilidade dessas mortes.<sup>35</sup> Na mesma linha, o Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados evidencia os serviços pós-aborto como uma questão necessária de saúde sexual e reprodutiva para migrantes, colocando a necessidade de se controlar complicações relacionadas ao aborto não seguro para se atingir objetivos de saúde pública.<sup>36,37</sup>

Recentemente, no entanto, a Suprema Corte dos Estados Unidos vem indicando a possibilidade de reverter a determinação estabelecida em 1973 no caso *Roe x Wade*, que legalizou o aborto em todo o país até a viabilidade do feto (por volta da 23ª semana de gestação). É preciso pensar, dessa forma, os impactos em matéria de direitos humanos e de imigrantes não apenas nos EUA, mas globalmente, dado a repercussão do tema na agenda internacional. A priori, nos EUA, como exposto, a reversão do entendimento, banindo o aborto, seria uma regressão imensa para os direitos humanos, em especial para pessoas pobres e grupos não brancos.<sup>38</sup> No âmbito internacional, muitos grupos de direitos humanos afirmam que haverá o enfraquecimento de direitos reprodutivos em todo o mundo. Governos autoritários poderiam utilizar esse precedente como um sinal da possibilidade de restringir direitos fundamentais já há muito tempo estabelecidos. Outros governos podem encarar como uma legitimação para

---

<sup>34</sup> <https://amp.theguardian.com/world/2022/may/02/denmark-accused-racism-anti-ghetto-law-ukraine-refugees>

<sup>35</sup> [https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Women/WRGS/SexualHealth/INFO\\_Abortion\\_WEB.pdf](https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Women/WRGS/SexualHealth/INFO_Abortion_WEB.pdf)

<sup>36</sup> <https://www.unhcr.org/reproductive-health.html>

<sup>37</sup> <https://www.unhcr.org/3bc6ed6fa.pdf>

<sup>38</sup> <https://www.hrw.org/news/2022/05/03/what-roe-v-wade-means-human-rights>

restringir direitos reprodutivos ou para impedir o desenvolvimento dos mesmos. Dessa forma, essa decisão afeta indivíduos por todo o globo.<sup>39</sup>

Quando se trata desta temática, migrantes são especialmente vulneráveis. Um estudo da ONU evidencia que denúncias de migrantes que sofrem violências como estupro e crimes sexuais costumam ser negligenciadas por autoridades. É evidente, também, que muitas mulheres migrantes têm medo de denunciar, já que podem ser tratadas como criminosas por estar em situação irregular no país.<sup>40</sup> O centro de estudos migratórios *National Immigration Law Center* vem emitindo pareceres contrários à revogação do precedente de *Roe x Wade*, conclamando democratas a agirem de forma mais efetiva contra essa possibilidade<sup>41</sup>, e em favor do aborto como um direito fundamental para as pessoas migrantes.<sup>42</sup>

---

<sup>39</sup><https://www.npr.org/2022/05/05/1096738094/roe-v-wade-abortion-overturn-impact-world>

<sup>40</sup><https://news.un.org/pt/story/2022/01/1775262>

<sup>41</sup><https://www.nilc.org/2022/05/03/nilc-statement-on-scotus-majority-draft-opinion-overturning-roe-v-wade/>

<sup>42</sup><https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1016/S0968-8080%2802%2900026-5>

## Integrando *peacebuilding* e saúde mental: sinergias para intervenções mais eficazes e bem-sucedidas

*Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa*

### Participação do PNUD no *Migration Review Forum*

O PNUD assumiu vários compromissos durante o primeiro Fórum Internacional de Revisão de Migração<sup>43</sup> (*International Migration Review Forum - IMRF*) em Nova York, que ocorreu durante os dias 17 a 20 de maio de 2022. Este Fórum foi a primeira reunião de governos e partes interessadas desde o estabelecimento do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular<sup>44</sup> (*Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration - GCM*), adotado há quatro anos em Marrakech.

O Administrador do PNUD, Achim Steiner, afirmou<sup>45</sup> que o Pacto é consistente com a abordagem histórica do PNUD à migração. Ele ressaltou ainda que esta abordagem foi especialmente articulada no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009<sup>46</sup>, que focou na ligação intrínseca entre mobilidade humana e desenvolvimento.

Steiner destacou três áreas-chave que o PNUD está contribuindo para a questão migratória. A primeira área é de investimentos em análise de dados para avaliar os fatores de migração. O PNUD desenvolveu novas análises de dados para avaliar como as intervenções direcionadas afetam a decisão das pessoas de migrar. Essas ferramentas também visam apoiar os Estados-Membros a lidar diretamente com os fatores adversos da migração irregular e forçada. A segunda área-chave é melhorar os percursos regulares, sendo essa uma estratégia para prevenir as mortes desnecessárias de migrantes e reduzir as repercussões negativas da migração irregular. Para isso, o PNUD afirma estar ajudando a aumentar a resiliência dos países às mudanças climáticas e aos desastres. A terceira área-chave é de investimentos para assegurar a coesão social, uma ferramenta fundamental para promover a coexistência pacífica e uma maior estabilidade.

Por meio do Compromisso do Sistema das Nações Unidas, o PNUD declarou seu compromisso de apoiar os Estados Membros na implementação do Pacto, e de contribuir para o cumprimento dos direitos humanos dos migrantes. Além disso, o PNUD adotou seu próprio Compromisso isolado. Ele se comprometeu a ampliar o trabalho nas respectivas áreas: promover a integração dos migrantes; promover a igualdade de gênero e a coesão social; e fortalecer a interface positiva entre migração e desenvolvimento sustentável.

### Nota de Orientação: Integrando Saúde Mental e Apoio Psicossocial no *peacebuilding*

Esta Nota de Orientação<sup>47</sup> do PNUD, denominada “Integrando Saúde Mental e Apoio Psicossocial no *peacebuilding*” foi preparada em um processo liderado pela Equipe de Prevenção de Conflitos, Consolidação da Paz e Instituições Responsivas (*Conflict Prevention, Peacebuilding and Responsive Institutions Team - CPPRI*) e pela Equipe de Prevenção de Extremismo Violento (*Prevention of Violent Extremism (PVE) Team*) no Escritório de Crise do PNUD.

---

<sup>43</sup> [International Migration Review Forum - EN | United Nations](#)

<sup>44</sup> <https://undocs.org/A/RES/73/195>

<sup>45</sup> [International Migration Review Forum \(IMRF\) | United Nations Development Programme \(undp.org\)](#)

<sup>46</sup> [Human Development Report 2009 | Human Development Reports \(undp.org\)](#)

<sup>47</sup> [Integrating Mental Health and Psychosocial Support into Peacebuilding | United Nations Development Programme \(undp.org\)](#)

A Nota se baseia na interseção de dois conceitos compostos e campos importantes. O primeiro é “Saúde Mental e Apoio Psicossocial” (*Mental Health and Psychosocial Support - MHPSS*), que se refere a abordagens diferentes, mas complementares, do campo da saúde mental. Um campo de abordagem do MHPSS é através do tratamento e apoio direto à indivíduos e famílias que vivenciaram eventos disruptivos e diferentes formas de violências. Outro campo de abordagem do MHPSS é de realizar um trabalho contínuo para ajudar as pessoas e as comunidades a lidar eficazmente com os vastos desafios psicossociais que ocorrem direta e estruturalmente ao longo da continuidade do conflito e suas consequências após seu fim. Alguns praticantes do campo MHPSS são: psicólogos clínicos, sociais e comunitários, psiquiatras, enfermeiros psiquiátricos, agentes comunitários de saúde, assistentes sociais, antropólogos, artistas, educadores e praticantes de medicina tradicionais. O conceito de saúde mental utilizado pelo PNUD se baseia na definição da Comissão do Lancet sobre saúde mental global e desenvolvimento sustentável<sup>48</sup> (*Lancet Commission on global mental health and sustainable development*).

O segundo conceito composto é o *peacebuilding*, que se refere a vários processos, ações e ferramentas inter-relacionadas para promover a coesão social, estruturas e relacionamentos sociais, econômicos e políticos justos e sustentáveis em todos os níveis da sociedade. O *peacebuilding* pode ser um trabalho ligado a respostas de curto prazo a conflitos complexos e violentos, bem como com intervenções e respostas de longo prazo necessárias para construir a capacidade das sociedades e condições que contribuam para prevenir novos ou futuros ciclos de violência. Os praticantes do campo de *peacebuilding* são: pessoas que trabalham em justiça de transição, transformação de conflitos, educação para a paz, mediação, reconciliação, representantes de comitês de paz, sociedade civil, líderes comunitários e religiosos.

O principal argumento do PNUD nesta Nota de Orientação se baseia na concepção que o MHPSS e o *peacebuilding* são processos que se reforçam mutuamente. A construção de uma paz positiva melhora as condições para fornecer serviços e apoio psicossocial e de saúde mental, assim como um bem-estar social mais amplo. A Nota também é fortemente vinculada à Agenda 2030, e possui como advocacia a forte interdependência do ODS 3, sobre “Saúde e bem-estar”, e a ODS 16, sobre “Paz, justiça e instituições eficazes”. O PNUD defende que a saúde mental é um bem público global e relevante para o desenvolvimento sustentável em todos os países, independentemente de sua condição socioeconômica.

### **Por que integrar MHPSS e *peacebuilding*?**

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 22,1% das pessoas que vivem em áreas afetadas por conflitos apresentam algum nível de depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático ou transtorno bipolar. Dada a frequência de eventos perturbadores durante conflitos violentos e suas experiências de risco de vida percebidas, as pessoas podem enfrentar desafios temporários de saúde mental. Caso não sejam manejadas corretamente, estas questões de saúde mental podem ter efeitos de longo prazo no bem-estar individual e coletivo, criando obstáculos ao engajamento social positivo, coesão social e justiça social. Há também o aumento do risco de comportamentos antissociais e estressores contínuos que podem criar barreiras à paz e ao desenvolvimento sustentável.

A teoria de *peacebuilding* sugere que há uma necessidade de transformação intrapessoal e interpessoal para apoiar a transformação política, econômica e social. O uso de

---

<sup>48</sup> [The Lancet Commission on global mental health and sustainable development](#)

ferramentas de transformação de conflitos pode transformar animosidade, ódio e dominação em colaboração, criatividade e comunidade. Da mesma forma, a recuperação de eventos violentos e perturbadores requer a recriação de conexões relacionais e um ambiente físico, social e psicologicamente seguro. O PNUD afirma que os esforços para construir e manter a paz são necessários não apenas depois que o conflito eclode, mas também antes de seu início através de estratégias para prevenir conflitos e crises, abordando suas causas profundas.

O MHPSS deve ser integrado a todos esses esforços e pode desempenhar um papel crítico no processo de *peacebuilding*, facilitando a recuperação da paz e a reparação de relacionamentos. As abordagens de MHPSS também podem colaborar criando condições para a igualdade de gênero e estabilidade social, permitindo assim uma participação efetiva da população durante o processo de transformação social. Utilizar profissionais de MHPSS para o processo de negociação, diálogo e mediação pode oferecer uma perspectiva diferente para aqueles que participam e apoiam o processo. Além disso, estes profissionais podem apoiar indivíduos e grupos que precisam de cuidados especializados, assim como ajudar a mitigar dinâmicas psicológicas prejudiciais e obstáculos que surgem durante o processo de *peacebuilding*.

No entanto, existem diferenças contextuais quanto a extensão em que os indivíduos se tornam vulneráveis e/ou resilientes à violência e crises. Determinantes sociais como o contexto cultural, social e econômico desempenham um papel importante na formação das respostas das pessoas a eventos difíceis. Isto inclui: normas culturais e religiosas, posição social, apoio social, e fatores sociais e econômicos estruturais como pobreza, desigualdade de renda ou ocupação de uma posição de refugiado ou migrante.

A Nota de Orientação do PNUD não se pretende prescritiva ou diretiva. A principal orientação dada é que não existe uma abordagem única para a integração do MHPSS ao *peacebuilding*. Este processo de integração será diferente para cada contexto e organização. O que permanece constante é a necessidade desta integração ocorrer nas fases de planejamento, implementação, monitoramento, avaliação e aprendizagem de um programa. A Nota adverte que o ritmo e o nível de integração serão determinados pelos recursos disponíveis, pela busca de ampliação de conhecimentos e redes, pela prontidão do contexto social e político para acessar os serviços de MHPSS.

### **Princípios-chave para a integração**

A Nota de Orientação foi estruturada para atender praticantes de *peacebuilding* que atuam em diferentes “pontos de entradas”. Esses incluem atividades praticadas em: campos de reconciliação; justiça de transição; prevenção do extremismo violento; desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes; trabalho de *peacebuilding* com jovens, mulheres, homens, idosos, migrantes, comunidade LGBTQI+; grupos de voluntários; líderes e atores governamentais, tradicionais e religiosos; pessoas com deficiência; e cuidados de saúde mental. As diretrizes propostas se baseiam nas experiências de campo e de trabalhos acadêmicos que trabalham na intersecção de ambos os campos ao longo da continuação do conflito.

A Nota advoga 10 princípios que devem ser implementados em apoios locais ou externos para proteger ou promover o bem-estar psicossocial e/ou prevenir ou tratar transtornos mentais em áreas de conflitos. Estes princípios podem ser aplicados universalmente por praticantes do *peacebuilding* que buscam integrar o MHPSS em seu trabalho. Os princípios do PNUD divulgados pela Nota de Orientação são:

## **1. Co-criar uma abordagem integrada**

A cocriação é um processo de desenvolvimento colaborativo que reúne profissionais de ambos os campos do MHPSS e *peacebuilding*. Ao compreender mais detalhadamente os componentes de cada campo, suas teorias, conhecimentos e ferramentas, é possível identificar semelhanças entre os campos nas quais a integração pode crescer. Essa diferenciação é particularmente importante para os *peacebuilders*, pois eles precisam ser treinados em primeiros socorros psicológicos, saber qual tipo de apoio e tratamento os profissionais de MHPSS podem oferecer, e estar cientes dos sistemas de referência disponíveis para que casos complexos de saúde mental possam ser referidos futuramente.

## **2. Adotar uma abordagem holística, multissetorial e multinível**

Para alcançar um melhor resultado compartilhado, as abordagens multissetoriais incluem a colaboração intencional entre vários grupos de partes interessadas, como organizações da sociedade civil, governos, setor privado e diversos setores. Ao envolver diferentes setores, os praticantes de *peacebuilding* podem alavancar o conhecimento coletivo, a experiência, o alcance e dos recursos. A abordagem multissetorial, especialmente em contextos em que os recursos são limitados, pode ajudar a evitar a duplicação de esforços, otimizar o uso de recursos e garantir que ninguém seja deixado para trás. A aplicação desse conhecimento emergente de diferentes setores nos níveis micro, meso e macro da sociedade dá origem a uma abordagem multinível.

## **3. Construir relacionamento, coordenação e networking**

A construção intencional e contínua de relacionamentos entre os profissionais de ambos os campos é necessária. O diálogo e a reflexão transversais que cultivam a compreensão mútua e permitem a resolução conjunta de problemas devem ser uma característica regular de redes dinâmicas e saudáveis. Deve-se dar atenção à construção da confiança, ao desenvolvimento do respeito mútuo e ao estabelecimento de um compromisso com um futuro resultado integrado compartilhado. As parcerias e redes entre o MHPSS e os praticantes do *peacebuilding* têm grandes benefícios, tais como: melhor acesso à informação; compartilhamento de diferentes habilidades, conhecimentos e recursos financeiros; maiores eficiências; solidariedade e apoio; maior visibilidade dos problemas, e melhores práticas na prestação de serviços.

## **4. Análisar e avaliação conjunta do contexto**

Um mapeamento e avaliação devem ser conduzidos conjuntamente por profissionais de MHPSS e de *peacebuilders* com as partes interessadas locais. Eles devem avaliar um contexto particular através das lentes analíticas de ambos os campos para o aprendizado conjunto e para o desenvolvimento de um programa integrado em um contexto específico. Para garantir uma abordagem holística, as estruturas culturais e tradicionais precisam ser incluídas desde o início, assim como estruturas e processos menos formais, como rituais e cerimônias locais. Isso pode desempenhar um papel importante no fortalecimento da resiliência e no fornecimento de conforto social e psicológico para aqueles que vivem em comunidades afetadas por conflitos.

## **5. Equilibrar estrategicamente as metas de curto e longo prazo**

Intervenções *ad hoc* de curto prazo devem ser posicionadas dentro de um plano e visão estratégicos de longo prazo. A sustentabilidade deve ser incluída desde o início dos planos para evitar a dependência. Os programas devem estar alinhados com as necessidades e prioridades locais e capazes de serem mantidos pelos sistemas disponíveis, especialmente em relação ao

MHPSS de longo prazo para pessoas que aceitam os efeitos de experiências estressantes. No curto prazo, os *peacebuilders* podem aprender conhecimentos sobre os fundamentos do MHPSS, como: não causar danos, PFA e identificação e encaminhamento precoces. A longo prazo, o objetivo deve ser integrar o MHPSS no processo mais amplo de *peacebuilding*, reconhecendo que cada campo ainda tem sua própria especialização que fará parte dos diferentes caminhos de referência.

## **6. Desenvolver uma estrutura conjunta de monitoramento, avaliação e aprendizado**

Essa estrutura conjunta de monitoramento, avaliação e aprendizado pode ajudar a identificar se o programa está conseguindo ou não alcançar os resultados pretendidos, e no que ele contribuiu. Também pode ajudar a determinar se a estratégia do programa e a teoria da mudança estão produzindo os resultados pretendidos ou devem ser ajustadas. Para garantir uma variedade de perspectivas, isso precisa ser feito de forma inclusiva e participativa. Recomenda-se que a estrutura seja conduzida por uma equipe conjunta de implementação do programa que inclui representantes da comunidade afetada.

## **7. Adaptar as intervenções locais integradas em contextos e estruturas nacionais**

Compreender e integrar expressões e definições locais de bem-estar, recuperação, doença, luto, trauma e paz são essenciais para atender às necessidades únicas de um determinado contexto. Dentro de cada contexto há também dinâmicas locais, nacionais, regionais e globais que precisam ser consideradas. Além disso, os legados históricos e a extensão em que a história é reconhecida localmente desempenham um papel crítico na determinação do impacto do passado no presente. Este impacto pode criar questões e problemas na área do MHPSS. Recomenda-se garantir que as intervenções reconheçam a forma como a história moldou cada contexto para além das manifestações contemporâneas de violência.

## **8. Não causar danos**

“Não causar danos” é um princípio orientador transversal e abrangente que deve ser considerado durante todas as etapas da integração do MHPSS no *peacebuilding*. Isso requer uma análise completa dos riscos associados aos programas e intervenções planejados em andamento, como um meio de definir estrategicamente se e como os atores devem se envolver em contextos específicos sem comprometer os compromissos com seus princípios fundamentais, incluindo abordagens baseadas em direitos humanos.

## **9. Reconhecer e abordar o estigma relacionado à saúde mental**

O estigma relacionado à saúde mental é um grande obstáculo que impede as pessoas de buscar apoio social e tratamento para problemas de saúde mental. Isso pode ser agravado em contextos em que a cultura e a tradição atribuem estereótipos e equívocos prejudiciais à doença mental. Compreender a natureza e as origens do estigma relacionado à saúde mental em um determinado contexto é um passo importante para os *peacebuilders* à medida que integram o MHPSS em seu trabalho. Esse entendimento impactará seu trabalho e deve ser usado para aumentar a conscientização, criar espaços seguros e propagar uma cultura de tolerância, inclusão e dignidade.

## **10. Reconhecer, gerenciar e apoiar o bem-estar da equipe**

O último princípio prega que MHPSS e o bem-estar também precisam existir com os próprios profissionais. O autocuidado e o cuidado mútuo são fundamentais para um



*peacebuilding* eficaz e sustentável. Existem altos níveis de trauma secundário e vicário, fadiga por compaixão, esgotamento, depressão, ansiedade, envolvimento excessivo ou identificação excessiva e auto-culpabilização entre os praticantes. Tais fatores podem afetar negativamente o funcionamento das equipes. Isso pode resultar em produtividade reduzida, tomada de decisão prejudicada e menor eficácia dos profissionais.

É importante ressaltar tais princípios não são considerados lineares, mas sim intimamente interligados. Assim, quando implementados em conjunto, eles podem contribuir para o desenvolvimento de uma abordagem integrada.

Por fim, embora esta Nota de Orientação seja destinada a *peacebuilders* que buscam integrar o MHPSS em seu trabalho, a bidirecionalidade das orientações implica também no reconhecimento da importância do trabalho de *peacebuilding* para a sustentabilidade das intervenções do MHPSS. E dada a relativa novidade das ferramentas de orientação neste trabalho, o PNUD acredita que é provável que este documento se expanda e se adapte a novos desenvolvimentos ao longo do tempo.

## **Tecnologias Assistivas para Todos, Desnutrição em Crianças e Mais Jovens na Política: desafios da pós-pandemia**

***Maria Teresa Rossetti Massari e  
Maria Auxiliadora de Sousa Mendes Gomes***

### **Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) e UNICEF**

#### **Quase um bilhão de crianças e adultos com deficiência e idosos que precisam de tecnologia assistiva tiveram acesso negado, de acordo com novo relatório**

O [The Global Report on Assistive Technology](#) apresenta evidências sobre a necessidade global e o acesso a produtos assistivos e proporciona uma série de recomendações para expandir a disponibilidade e o acesso, aumentar a conscientização sobre essa necessidade e implementar políticas de inclusão para melhorar a vida de milhões de pessoas.

O relatório observa que o número de pessoas que precisam de um ou mais produtos assistivos provavelmente aumentará para 3,5 bilhões até 2050, devido ao envelhecimento da população e ao aumento da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis em todo o mundo. Também destaca a grande lacuna no acesso entre países de baixa e alta renda. Uma análise de 35 países revela que o acesso varia de 3% nos países mais pobres a 90% nos países ricos.



Os Produtos Assistivos mantêm ou melhoram o funcionamento de um indivíduo, promovendo sua independência e bem-estar. O acesso à tecnologia assistiva é um direito humano e um pré-requisito para igualdade de participação e oportunidades. A tecnologia assistiva é relevante para todos no mundo que experimentam dificuldades funcionais, seja por curto ou longos períodos de tempo ou permanentemente, incluindo crianças e adultos com pessoas com deficiência, idosos e pessoas que vivem com condições crônicas. Os benefícios de investir em assistência tecnologia muitas vezes superam o custo, tanto em nível individual e social.

O termo “Dificuldades funcionais” é utilizado para deficiências, limitações de atividade e restrições de participação. A OMS define:

- deficiências: problemas na função ou estrutura do corpo, como um desvio ou perda significativa;
- limitações de atividade: dificuldades que um indivíduo pode ter na execução de uma tarefa ou ação;
- restrições de participação: problemas que um indivíduo pode ter ao longo da vida em diversas situações.

Table 2.4. Modelled estimates of the prevalence of need for assistive products in the population

Age group	Prevalence of need for assistive products including spectacles (uncertainty limits)	Prevalence of need for assistive products excluding spectacles (uncertainty limits)
Below 18 years	9.7% (6.7%–12.6%)	4.3% (2.6%–6.1%)
Between 18 and 59 years	28.7% (23.8%–33.6%)	8.2% (5.3%–11.0%)
60 year and older	68.7% (63.2%–74.2%)	31.2% (25.8%–36.6%)

Fonte: OMS, 2022.

A tecnologia assistiva abre as portas para a educação de crianças com deficiência, emprego e interação social para adultos que vivem com deficiência e uma vida independente e digna para os idosos. “Negar às pessoas o acesso a essas ferramentas que mudam vidas não é apenas uma violação dos direitos humanos, também demonstra pouca visão do ponto de vista econômico” (Tedros Adhanom, diretor-geral da OMS)

“Quase 240 milhões de crianças têm deficiências. Negar às crianças o direito aos produtos de que precisam para prosperar não apenas as prejudica individualmente, mas priva as famílias e suas comunidades de tudo o que poderiam contribuir se suas necessidades fossem atendidas. Sem acesso à essas tecnologias, as crianças com deficiência continuarão a perder a educação, continuarão a estar em maior risco de trabalho infantil e continuarão sujeitas a estigma e discriminação, minando sua confiança e bem-estar”(Catherine Russell, diretora executiva do UNICEF).

A condição econômica é uma grande barreira ao acesso. Segundo o relatório, cerca de dois terços das pessoas com produtos assistivos relataram pagamentos do próprio bolso enquanto outras relataram contar com a família e amigos para apoiar financeiramente suas necessidades.

Os produtos assistivos são geralmente considerados um meio de participação na vida da comunidade e na sociedade mais ampla em pé de igualdade com os demais. Sem eles, as pessoas sofrem exclusão, correm o risco de isolamento, vivem em situação de pobreza, podem enfrentar a fome e serem obrigadas a depender mais do apoio da família, da comunidade e do governo. O impacto positivo dos produtos assistivos vai além da melhoria da saúde, bem-estar, participação social e inclusão de usuários individuais. As famílias e sociedade também se beneficiam uma vez que a ampliação do acesso a produtos assistivos de qualidade, seguros e acessíveis, por exemplo, leva a menores custos de saúde e bem-estar, como internações hospitalares recorrentes ou benefícios estatais, e promove uma força de trabalho mais produtiva, estimulando indiretamente o crescimento econômico.

O relatório recomenda ações concretas para melhorar o acesso, incluindo:

1. Melhorar o acesso nos sistemas de educação, saúde e assistência social;
2. Garantir a disponibilidade, segurança, eficácia e acessibilidade dos produtos assistivos;
3. Ampliar, diversificar e melhorar a capacidade da força de trabalho;
4. Envolver ativamente os usuários de tecnologia assistiva e suas famílias;
5. Aumentar a conscientização pública e combater o estigma;
6. Investir em dados e políticas baseadas em evidências;
7. Investir em pesquisa, inovação e um ecossistema facilitador;
8. Desenvolver e investir em ambientes favoráveis;

9. Incluir tecnologia assistiva nas respostas humanitárias;
10. Fornecer assistência técnica e econômica por meio da cooperação internacional para apoiar os esforços nacionais.

Para acessar a publicação completa, [clique aqui](#) e para acessar a notícia, [clique aqui](#).

### **Organização Mundial da Saúde (OMS) lança Comunidade Global de Práticas de Enfermagem e Obstetrícia**

No Dia Internacional dos Enfermeiros, 12 de maio, o Gabinete de Enfermagem da OMS, lançou uma Comunidade Global de Práticas de Enfermagem e Obstetrícia (<https://nursingandmidwiferyglobal.org/>).

A Comunidade Global de Prática da OMS é uma rede para Enfermeiras e Parteiras de todo o mundo se reunirem para compartilhar iniciativas e experiências e aprender com especialistas de diferentes áreas que têm impacto na agenda global de saúde. A plataforma é interativa, acolhe debates e discussões ao vivo e proporciona oportunidades para grupos de especialidades desenvolverem ações e atividades com parceiros de todo o mundo.

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#) e o vídeo de lançamento, [clique aqui](#).

### **Organização Mundial da Saúde e Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) Apoiam Campanha Nacional de Doação de Leite Humano**

A Campanha Nacional de Doação de Leite Humano de 2022, foi lançada na sede do Ministério da Saúde, em Brasília. A OPAS e OMS apoiam a campanha cujo tema é "Doe leite materno e receba a gratidão de uma vida".

O Brasil é referência internacional em doação de Leite Humano, utilizado principalmente para alimentar bebês prematuros e de baixo peso internados em leitos neonatais, com 225 bancos de leite humano em todos os estados e 217 postos de coleta.

Imagem com o slogan de campanha 2022 - "Doe Leite materno e receba a gratidão de uma vida"



**Benefícios do aleitamento materno** - A amamentação exclusiva até os seis meses traz muitos benefícios para o bebê e para a mãe. A principal delas é a proteção contra infecções gastrointestinais. O início precoce do aleitamento materno, dentro de 1 hora após o nascimento, protege o recém-nascido de adquirir infecções e reduz a mortalidade neonatal. O risco de mortalidade devido à diarreia e outras infecções pode aumentar em bebês que são parcialmente amamentados ou que não amamentaram.

O leite materno também é uma fonte importante de energia e nutrientes para crianças de 6 a 23 meses. Pode fornecer metade ou mais das necessidades de energia de uma criança entre as idades de 6 e 12 meses e um terço das necessidades de energia entre 12 e 24 meses.

Crianças e adolescentes que foram amamentados quando bebês têm menos probabilidade de apresentar sobrepeso ou obesidade. Além disso, têm melhor desempenho em

testes de inteligência e têm frequência escolar superior. A amamentação está associada ainda a maior renda na vida adulta.

Para ler a notícia completa, [clique aqui](#) e para acessar o site da Rede Brasileira de Banco de Leite Humano, [clique aqui](#) e para acessar o site do Banco de Leite Humano do IFF/Fiocruz, [clique aqui](#).

### **Organização das Nações Unidas (ONU) lança campanha global que busca incentivar jovens a entrarem para a política**

A Campanha Mundial Be Seen Be Heard (“Seja Visto e Ouvido”), lançada pela ONU, busca ampliar a participação na vida pública das pessoas abaixo dos 30 anos, especialmente num momento de vários desafios: crise climática, conflitos e desigualdades.

Um relatório, lançado juntamente com a campanha, aponta que os jovens representam quase metade da população mundial, porém apenas 2,6% dos parlamentares de todo o mundo tem menos de 30 anos. Na realidade, a idade média é de 62 anos. O relatório mostra também que a participação dos jovens nas decisões públicas poderia, a longo prazo, contribuir com a redução da idade em que se é permitido votar, com o aumento dos jovens em conselhos, parlamentos e comitês e melhorar ainda as habilidades de liderança entre o grupo.

Ao ampliar as vozes dos jovens na esfera pública, a campanha busca criar mudanças estruturais nos processos de decisão, para que sejam mais inclusivos.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

### **UNICEF faz alerta para emagrecimento severo em crianças (também conhecido como desnutrição aguda grave)**

A desnutrição aguda grave é a forma mais letal de desnutrição e uma das principais ameaças à sobrevivência infantil. Cerca de 1 em cada 5 mortes entre crianças menores de 5 anos são atribuídas à desnutrição severa, causada pela falta de alimentos nutritivos e episódios repetidos de doenças como diarreia, sarampo e malária, que por sua vez comprometem a imunidade da criança.

A desnutrição aguda grave afeta cerca de 13,6 milhões de crianças com menos de 5 anos em todo o mundo. Conflitos contínuos e emergências relacionadas ao clima já apontavam para a possibilidade de crescimento desse número e a guerra na Ucrânia ameaça mergulhar o mundo em uma crise alimentar ainda maior. Projeta-se que o preço dos alimentos terapêuticos prontos para uso (ready to use therapeutic food - RUTF), recomendados para as crianças como desnutrição aguda, aumente nos próximos meses, colocando a vida dessa população em maior risco.

A desnutrição aguda não está aumentando apenas em países que enfrentam crises humanitárias. Países em várias regiões, incluindo algumas relativamente estáveis, viram um aumento da desnutrição infantil em mais de 40%. Por exemplo, em Uganda, a caquexia infantil aumentou cerca de 60% desde 2016.

A realidade é que já existe conhecimento e ferramentas para salvar centenas de milhares de vidas a cada ano. Apesar da escala do problema, investimentos relativamente pequenos podem levar a uma redução exponencial das mortes infantis. Acabar com a fome e a desnutrição global não acontecerá da noite para o dia. Mas há muito que pode ser feito agora para impedir que as crianças morram por desnutrição aguda grave.

Para ler a notícia, [clique aqui](#) e para ler o relatório completo, [clique aqui](#).

### **Como melhorar os cuidados de saúde primários para se preparar para futuras pandemias?**

Documento da UNICEF propõe alguns cuidados em áreas cruciais que merecem investimentos para construir melhores sistemas de saúde.

1. Recrutar, treinar e priorizar profissionais de saúde - Os profissionais de saúde estão no centro de qualquer sistema de saúde forte. Durante a pandemia do COVID-19, os trabalhadores da linha de frente enfrentaram este grande desafio. Seja cuidando dos doentes, garantindo que as vacinas cheguem aos mais vulneráveis, testando e relatando casos ou mantendo os serviços de saúde de rotina, seus esforços têm sido imensos.
2. Estabelecer sistemas eficazes de vigilância e resposta - Durante a pandemia, grupos de casos surgiram em diferentes partes do mundo em momentos diferentes. Variantes novas e às vezes mais transmissíveis circulam e se espalham rapidamente. Com qualquer vírus em constante movimento e mudança, é importante ter mecanismos eficazes de testes e relatórios para monitorá-los. Isso significa que, se ocorrer um surto ou surgir uma nova variante, ele poderá ser sinalizado rapidamente para uma autoridade de saúde. Ao acionar o alarme rapidamente, medidas eficazes podem ser implementadas rapidamente para ajudar a limitar a transmissão do vírus. Esse tipo de vigilância é melhor quando feito em nível comunitário.
3. Construir confiança nos serviços de saúde por meio da saúde comunitária - Quando se trata de dar às pessoas as vacinas de que precisam para se manterem saudáveis e prosperarem, a confiança é crucial. Construir confiança nos profissionais de saúde, instituições de saúde e agências nacionais de saúde é, portanto, fundamental, pois é daí que vêm as informações críticas. Ao construir confiança e garantir que as orientações dessas fontes sejam baseadas em evidências e respeitadas, é possível prevenir futuras pandemias.

Além da confiança, é importante se comunicar de forma eficaz sobre os serviços de saúde que estão disponíveis para a população. As pessoas precisam saber que as vacinas estão disponíveis, bem como informações como onde obter as doses

4. Incluir vacinas COVID-19 em pacotes de imunização de rotina - Para proteger a população, as vacinas precisam ser facilmente acessíveis em nível comunitário, disponíveis como parte dos pacotes de imunização de rotina. Isso significa que eles são oferecidos às pessoas como parte de um regime de vacinas ao longo da vida. Isso requer expandir e fortalecer a vacinação de rotina e os serviços de atenção primária para poder atender os adultos, protegendo a imunização infantil.
5. Reforçar a logística e o abastecimento - Desenvolver, entregar e administrar vacinas COVID-19 tem sido um grande desafio logístico durante a pandemia. Elas exigem muito mais do que apenas doses, como luvas e máscaras, essenciais para manter os profissionais, o fornecimento de seringas e o armazenamento da cadeia de frio para garantir que as vacinas sejam armazenadas na temperatura adequada e não sejam desperdiçadas.

Para acessar o documento, [clique aqui](#).

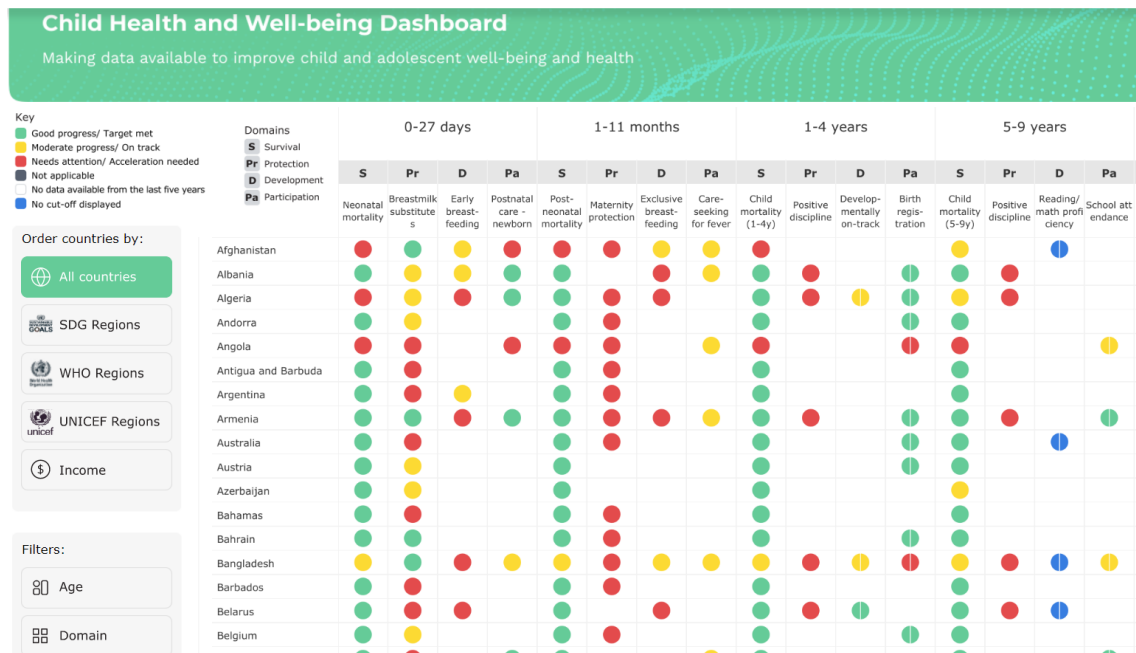
### **OMS e UNICEF desenvolvem Painel de Saúde e Bem-estar Infantil**

O painel foi desenvolvido em apoio à Convenção dos Direitos da Criança (CDC) e permite que formuladores de políticas, governos e organizações monitorem e comparem facilmente uma seleção de indicadores por região, país, faixa etária, domínio e renda.

O relatório da Comissão OMS, UNICEF e Lancet fez recomendações para construir um futuro melhor para as crianças, colocando-as no centro das agendas de desenvolvimento global, regional e nacional e responsabilizando os governos pelo cumprimento dos seus direitos por meio de um monitoramento robusto, revisão e ação. Este ciclo depende da disponibilidade de um mecanismo de responsabilização que mostre o desempenho do país nas quatro dimensões da CDC: o direito das crianças a serem saudáveis, protegidas, educadas e tratadas e ouvidas de forma justa.

Em resposta, a OMS e o UNICEF conduziram um processo consultivo para criar um painel que se baseou em estruturas existentes de iniciativas relacionadas. O painel tem livre acesso e pode ser consultado em: <https://data.unicef.org/resources/child-health-and-well-being-dashboard/>

Para acessar o artigo da Lancet que apresenta o Painel, [clique aqui](#).



**UNFPA e UN Women sem publicações no período.**

## Os desafios dos sistemas alimentares análogos ao sistema financeiro global ameaçam a soberania e segurança alimentar e nutricional global

*Denise Oliveira e Silva*

A crise alimentar global anunciada por inúmeros estudiosos e organizações internacionais tem no Relatório do Programa de Implementação 2020-21” da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)<sup>49</sup> a sua real constatação, que “o *biênio 2020-21 foi marcado pelos excepcionais desafios colocados pela pandemia de COVID-19 e relacionados impacto socioeconômico geral*”. O documento aponta para os países conhecidos em nível global como aqueles que tem índices expressivos de extrema pobreza e de insegurança alimentar moderada e/ou grave que vem aumentando rapidamente nos últimos cinco anos.

Os fatores determinantes desta problemática são os fatores climáticos globais, as consequências da pandemia COVID-19 e atualmente da guerra Ucrânia e a Rússia que atuam no aumento dos preços dos alimentos e fertilizantes.

A necessidade de reverter sistemas alimentares para serem inclusivos, sustentáveis e resilientes estão no rol das principais estratégias globais segundo o Diretor Geral da FAO QU Dongyu “ *Os membros precisam urgentemente transformar seus sistemas agroalimentares para serem mais eficientes, mais inclusivos, mais resilientes e mais sustentáveis para uma melhor produção, melhor nutrição, um ambiente melhor e uma vida melhor – não deixando ninguém para trás*”

Segundo o Relatório Sumário da Comissão EAT-Lancet<sup>50</sup>: “ *É urgentemente necessária uma transformação radical do sistema alimentar global. Sem ação, o mundo corre o risco de não cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e o Acordo de Paris, e as crianças de hoje herdarão um planeta gravemente degradado e onde grande parte da população sofrerá cada vez mais desnutrição e doenças evitáveis*”.

Nos informes produzidos até este momento, foram destacados diversos movimentos de organizações do sistema das Nações Unidas para enfrentar a insegurança alimentar nos países com índices altos de pobreza. Esta situação demonstra o desafio global mundial de encontrar o eixo de conexão com os fatores macro-estruturais que sustentam os sistemas alimentares hegemônicos que contribuem para a perpetuação da pobreza em partes do planeta.

No biênio 2020-21 considerado como desafiador por inúmeras agências internacionais do sistema ONU e de ações humanitárias, principalmente com as consequências da pandemia COVID-19 e a guerra da Ucrânia com a Rússia. Revela que as estratégias utilizadas pela FAO e outras organizações internacionais não foram suficientes para a implementação de ações eficientes para atender as constatações e recomendações científicas de transformação dos sistemas alimentares contemporâneos.

No texto jornalístico de George Monbiot<sup>51</sup>, podemos verificar diversas constatações científicas de que o modelo do agronegócio que rege os sistemas alimentares contemporâneos

<sup>49</sup> <https://www.fao.org/3/ni547en/ni547en.pdf>

<sup>50</sup> [https://eatforum.org/content/uploads/2019/07/EAT-Lancet\\_Commission\\_Summary\\_Report\\_Portugese.pdf](https://eatforum.org/content/uploads/2019/07/EAT-Lancet_Commission_Summary_Report_Portugese.pdf)

<sup>51</sup> <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/o-mundo-a-beira-da-grande-crise-alimentar/#:~:text=O%20número%20de%20pessoas%20mal,os%20números%20sejam%20muito%20piores.>



aponta sinais alarmantes de falência e fragilidade sistêmica. É apontado o artigo de Nyström et al Anatomy and resilience of the global production ecosystem, publicado na Revista Nature em 19<sup>52</sup>, em que são descritos as consequências deletérias destes sistemas alimentares para os ecossistemas em nível global. Também é citado o artigo de Michael J Puma et al da Revista Environmental Research, 2015<sup>53</sup>, de que cerca de 85% dos países têm autossuficiência alimentar baixa ou marginal o que sugere que o sistema alimentar global é vulnerável a interrupções sistêmicas principalmente nos países menos desenvolvidos.

Monbiot, descreve que em meio a abundância alimentar durante meio século, observando somente o aumento da produção global de trigo de 2011/2012 a 2021/2022<sup>54</sup>. Ocorre o aumento da insegurança alimentar e da desnutrição infantil. Revela ainda que no biênio 2020-21 a alimentação está mais cara até nos países ricos e aponta que os sistemas alimentares são a expressão da financeirização de empresas agroalimentares. Cita o artigo de Clapp & Isakon, publicado na Revista Development and Change em 2018<sup>55</sup> sobre os retornos arriscados das implicações da financeirização no sistema alimentar.

Neste artigo os autores apontam que os sistemas alimentares contemporâneos visam “*responder às demandas dos acionistas e a transformação das práticas cotidianas de alimentação e provisão social e traz implicações importantes para a sustentabilidade social e ecológica de longo prazo do abastecimento alimentar e agrícola: exacerba os desequilíbrios existentes de poder e riqueza no sistema alimentar; aumenta as vulnerabilidades econômicas e ecológicas nos sistemas agroalimentares; e evoluiu de forma a impedir e amortecer as demandas coletivas por mudança e resistência*”.

Este biênio desafiador revela a necessidade de ações mais efetivas no combate a ideologia de desenvolvimento dos sistemas alimentares hegemônicos que promovem a concepção do alimento como mercadoria. Esta constatação está no Relatório Sumário da Comissão EAT-Lance que a “*A comida é a alavanca mais forte para otimizar a saúde humana e a sustentabilidade ambiental na Terra*”.

As medidas da FAO e o Programa Mundial de Alimentos (WFP) atuam nas causas imediatas e emergenciais e tem tido iniciativas de conscientização dos fatores macroestruturais que ameaçam a soberania, segurança alimentar e nutricional global

A FAO vem desenvolvendo inúmeras estratégias globais na tentativa de reverter a crise alimentar. Iniciativas como a One Health” o uso de tecnologia de dados para prospecção e alertas precoces de ameaça a produção agrícola. Como também WFP com intervenções baseadas em ajudas humanitárias.

O advento da pandemia COVID- 19 e da Guerra da Ucrânia com a Rússia podem ser considerados como eventos reveladores sobre a necessidade urgente de transformação dos sistemas alimentares hegemônicos baseado na financeirização dos alimentos como um dos grandes desafios a serem enfrentados.

O relatório da Comissão da Revista Lancet sobre a Sindemia Global de Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas desenvolvido por Boyd Swinburn e al.<sup>56</sup> assumida pela

<sup>52</sup> <https://www.nature.com/articles/s41586-019-1712-3#citeas>

<sup>53</sup> <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/10/2/024007/pdf>

<sup>54</sup> <https://www.statista.com/statistics/267268/production-of-wheat-worldwide-since-1990/>

<sup>55</sup> <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/dech.12376>

<sup>56</sup> [https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736\(18\)33243-4.pdf](https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(18)33243-4.pdf)

Organização Mundial de Saúde. Tem como um de seus pilares a reversão dos sistemas alimentares contemporâneos que estimulam a homogeneidade de produção e consumo de alimentos, a medida que a ameaçam a biodiversidade e ameaçam patrimônios alimentares.

A financeirização do alimento e da comida continuam como expressão da ação global de combate a fome. As ações de países, bancos e agências internacionais de ajuda global contra a fome neste mês tem a posição da Secretaria do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, do Fundo Monetário Internacional(FMI) e do Banco Mundial que prometeram “dezenas de bilhões de dólares e alimentos para os países mais pobres para a compra de alimentos e fertilizantes”<sup>57</sup>.

Os desafios do biênio 2020-21, segundo Boyd Swinburn e al. tem os incentivos econômicos ofertados a empresas agrícolas como estratégia de perpetuação do modelo de financeirização do alimento e da comida. Considerados insalubres para a promoção da alimentação adequada e saudável para os seres humanos e o planeta. Neste sentido, agir sobre os subsídios financeiros que aumentam a resiliência destes sistemas predatórios precisa ser assumida como medida urgente de transformação dos sistemas alimentares para evitar o colapso de modo súbito e incontível destes sistemas que atuam de forma análoga ao sistema financeiro mundial<sup>3</sup>.

Finalmente a inércia da política local, regional e internacional em relação aos aspectos relacionados a ideologia hegemônica dos alimentos e da comida como mercadoria/commodities tem afetado a construção de governança para promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional global. Estes desafios ficaram mais visíveis neste biênio devido a consequências dos problemas climáticos, a pandemia Covid-19 e a guerra Ucrânia e a Rússia.

A FAO este mês mantém suas ações de ajuda a crise na Ucrânia com financiamento a importação de alimentos e outras ações humanitárias de distribuição de alimentos<sup>58</sup>. A participação do Diretor Geral da FAO, QU Dongyu no Conselho da ONU sobre o conflito entre a Ucrânia e a Rússia aponta a importância da guerra Ucrânia e Rússia “como principal motor da fome global”<sup>59</sup>.

Em maio a FAO reuniu mais 500 representantes de membros na 10ª Assembleia Plenária da Global Soil Partnership (GSP), para promover a conscientização global e local sobre a importância do manejo sustentável do solo e a segurança alimentar para a que “*transformação dos sistemas agroalimentares seja mais eficiente, mais inclusivo, mais resiliente e mais sustentável*”.

Neste evento foi apresentado o Novo Mapa Global<sup>60</sup> de Distribuição do Solo Negro<sup>61</sup>, liderada pela Parceria Global do Solo, valorização de territórios no mundo que “*estão literalmente vivos e, graças ao trabalho hercúleo da grande variedade de organismos do solo*”

---

<sup>57</sup> <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2022/05/19/yellen-promete-megapacote-de-ajuda-global-contrafome.ghtml>

<sup>58</sup> <https://www.fao.org/in-focus/policy-proposals/en>

<sup>59</sup> <https://www.fao.org/newsroom/detail/un-security-council-meeting-agriculture-is-key-to-lasting-peace-and-security-fao-says/en>

<sup>60</sup> <https://www.fao.org/newsroom/detail/global-soil-partnership-ten-years-of-promoting-the-foundation-of-global-agrifood-systems/en>

<sup>61</sup> Mapeamento geográfico de áreas no planeta caracterizados pelo alto teor de material vegetal decomposto, cheio de carbono e nutrientes essenciais, como nitrogênio, fósforo e potássio, os solos negros cobrem cerca de 725 milhões de hectares, quase metade localizados na Federação Russa, onde representam 19% da área de terra.

*que hospedam, transformam matéria vegetal e animal em ácidos húmicos que catalisam novos ciclos de vida acima do solo. Esses ecossistemas complexos também tornam os solos negros sensíveis a intervenções antrópicas que os perturbam – com consequências descomunais para a segurança alimentar global e as mudanças climáticas”.*

O apelo a vida que sustenta e ancora o conceito de soberania e a segurança alimentar e nutricional é fundamental a conscientização política dos responsáveis pelos sistemas alimentares predatórios vigentes no planeta em prol de criar agenda integrada de saúde e sustentabilidade pela vida humana e do Planeta Terra.

## Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde

*Isis Pillar Cazumbá*

### **Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID**

O relatório Estatísticas de Receitas na América Latina e no Caribe 2022 (*Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2022*, em inglês) é uma publicação conjunta do BID, Centro Interamericano de Administração Tributária (CIAT), da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e do Caribe (CEPAL), do Centro de Política e Administração Tributária da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Centro de Desenvolvimento da OCDE.

No atual relatório, constatou-se que as receitas fiscais na **América Latina e no Caribe (LAC)** caíram em média 8,0% em termos nominais e 0,8% como parte do PIB em 2020 devido à pandemia Covid-19. No entanto, a recuperação econômica da região e a recuperação dos preços das *commodities* apoiaram uma recuperação das receitas fiscais em 2021.

Para maiores informações: <https://www.iadb.org/en/news/tax-revenues-lac-take-historic-hit-showing-early-signs-recovery>

<https://www.oecd.org/tax/revenue-statistics-in-latin-america-and-the-caribbean-24104736.htm>

Na primeira semana de maio, o **BID** e a **Oracle America Inc.** formalizaram uma parceria para promover um maior desenvolvimento sustentável na **LAC**. As duas instituições assinaram um Memorando de Entendimento (**Mou**) descrevendo as intenções de unirem forças para colaborar no progresso social, na recuperação econômica, na infraestrutura e na **saúde**. O Mou também prevê trabalhar nas áreas da justiça, educação, arrecadação de impostos, infraestrutura tecnológica e cibersegurança. Em última análise, os parceiros aproveitarão a experiência tecnológica e as capacidades inovadoras da **Oracle**, bem como o profundo conhecimento do **BID** sobre desenvolvimento e países da **LAC**, para aproveitar a tecnologia como uma força para o bem em toda a região.

Para maiores informações: <https://www.iadb.org/en/news/inter-american-development-bank-and-oracle-formalize-partnership>

Com relação aos projetos financiados para setores mais urgentes, o **BID** liberou um empréstimo de **US\$ 20 milhões** para o **Panamá** aumentar a eficiência e o patrimônio de seus gastos implementando seu **Ecosistema Fiscal Inteligente**.

O ecossistema de dados permitirá que as agências governamentais compartilhem informações de alta qualidade de forma segura e confidencial. Também contará com algoritmos que analisam bancos de dados de terceiros em tempo real, ajudando as agências a identificar beneficiários de programas sociais, verificar elegibilidade e obrigações e tomar outras ações.

Para maiores informações: <https://www.iadb.org/en/news/panama-make-spending-more-efficient-and-equitable-20-million-loan-idb>

### **Banco Mundial**

O **BM** anunciou ações que planeja tomar como parte de uma resposta global abrangente à crise de segurança alimentar em curso, com até **US\$ 30 bilhões** em projetos existentes e novos em áreas como agricultura, nutrição, proteção social, água e irrigação. O financiamento incluirá

esforços para incentivar a produção de alimentos e fertilizantes, melhorar os sistemas alimentares, facilitar um maior comércio e apoiar famílias e produtores vulneráveis.

Segundo as informações do **BM**, está trabalhando com países na preparação de **US\$ 12 bilhões** em novos projetos para os próximos 15 meses para responder à crise de segurança alimentar. Espera-se que esses projetos apoiem a agricultura, a proteção social para amortecer os efeitos dos preços mais altos dos alimentos e dos projetos de água e irrigação, com a maioria dos recursos indo para a **África** e o **Oriente Médio, Europa Oriental, Ásia Central**, e sul da **Ásia**. Além disso, o portfólio existente do **BM** inclui saldos não desembolsados de **US\$ 18,7 bilhões** em projetos com ligações diretas a questões de segurança alimentar e nutricional, abrangendo agricultura e recursos naturais, nutrição, proteção social e outros setores. Esta resposta se baseará em toda a gama de instrumentos de financiamento bancário e será complementada por trabalhos analíticos.

Para maiores informações: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/05/18/world-bank-announces-planned-actions-for-global-food-crisis-response>

Outro projeto do **BM** que merece destaque é a aprovação de um financiamento de **US\$ 22 milhões** para os países do **Caribe Oriental**. **Santa Lúcia (US\$ 8 milhões)**, **Granada (US\$ 8 milhões)** e **São Vicente e Granadinas (US\$ 6 milhões)** bem como uma Comissão da Organização dos Estados do Caribe Oriental (**OECS**) para o projeto *OECS Data for Decision Making*, que busca melhorar a produção e disseminação de dados estatísticos na região.

A disponibilidade limitada de dados dificulta os esforços para monitorar indicadores-chave e projetar políticas eficazes para enfrentar os desafios de desenvolvimento que **Granada, Santa Lúcia** e **São Vicente e Granadinas** enfrentam. Os três países da **OECS** são considerados privados de dados, o que significa que não há mais de uma estimativa de pobreza disponível a cada dez anos. A força de seus sistemas estatísticos é relativamente baixa em comparação com a média regional da **América Latina e Caribenha**.

Para maiores informações: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/05/17/eastern-caribbean-secures-27-million-from-the-world-bank-to-improve-data-driven-decision-making>

### **Fundo Monetário Internacional – FMI**

O **FMI** lançou um plano de implementação de gestão que propõe ações em resposta ao relatório do Escritório Independente de Avaliação (**IEO**) sobre crescimento e ajuste em programas apoiados pelo Fundo.

De acordo com o **FMI**, a implementação completa deste plano vai ajudar a garantir que, em um momento em que muitos países enfrentam graves problemas em suas balanças de pagamentos, os programas apoiados pelo **FMI** não apenas fornecem ajustes necessários para atender às necessidades de equilíbrio, mas, também prestam maior atenção aos seus efeitos de crescimento. Embora as entregas relacionadas à política já estejam incorporadas aos atuais planos e orçamentos departamentais, a implementação operacional dessas recomendações pode exigir a mobilização de recursos adicionais.

Para maiores informações: <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2022/05/19/Implementation-Plan-in-Response-to-The-Board-Endorsed-Recommendations-from-The-IEO-518073>

Nos dias 6 e 7 de junho, ocorrerá uma conferência em parceria com o **Escritório de Relações Exteriores, Commonwealth & Desenvolvimento do Reino Unido** para explorar o nexo entre fragilidade, conflito e política macroeconômica, bem como apresentar a recém-aprovada Estratégia I MF do Fundo sobre Estados Frágeis e Afetados por Conflitos (**FCS**) . A conferência reunirá formuladores de políticas, acadêmicos e profissionais importantes para refletir sobre o papel da política macroeconômica em estados frágeis e os esforços intensificados do Fundo para apoiar esses países.

Para maiores informações:

<https://www.imf.org/en/News/Seminars/Conferences/2022/06/06/imf-conference-fragility-conflict-and-macroeconomic-policy>

## 12ª Conferência Ministerial, Trade Secrets e Indústria 4.0: Informe sobre a OMC, a OMPI e a UNCTAD

*Claudia Chamas*

### OMC: às Vésperas da 12ª Conferência Ministerial

Em 12 de maio de 2022, a Diretora-Geral da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala, participou da sessão de primavera do [Conselho de Diretores Executivos do Sistema das Nações Unidas para Coordenação](#) (em inglês, United Nations System Chief Executives Board for Coordination - CEB) Viena, coordenada pelo Secretário-Geral da ONU, António Guterres, e organizada pelo [Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime](#) (em inglês, United Nations Office on Drugs and Crime) (Foto 1). Foi a primeira reunião presencial do grupo desde o advento da pandemia da Covid-19. Ela destacou que há simultâneas crises em curso: segurança internacional, alimentação, meio ambiente e clima, saúde pública e economia mundial. Ressaltou que:

“O comércio faz parte do conjunto de soluções políticas necessárias para fornecer o crescimento equitativo, a criação de empregos e a sustentabilidade ambiental que as pessoas em todo o mundo precisam. (...) Fornecer tais resultados é fundamental para reconstruir a confiança do público na cooperação internacional e nas instituições multilaterais. É por isso que tenho pedido aos governos que invistam no sistema multilateral de comércio e na OMC – começando com uma bem-sucedida 12ª Conferência Ministerial em Genebra no próximo mês.”<sup>62</sup> (OMCa, 2022).

Foto 1



No dia, nos informes aos embaixadores, demais delegados e parceiros comerciais sobre o progresso feito nas negociações comerciais durante a reunião “[Diálogo Sul-Sul sobre Países de Menor Desenvolvimento Relativo e Desenvolvimento](#)”, a Sra Okonjo-Iweala insistiu no tom pragmático:

“Uma MC12 bem-sucedida é passo necessário a longo prazo para tornar a OMC adequada ao propósito do século XXI. A entrega de resultados criará nova dinâmica para futuras

---

<sup>62</sup> No original em inglês: “trade is very much part of the mix of policy solutions required to deliver the equitable growth, job creation, and environmental sustainability people around the world need. (...) Delivering such results is critical for rebuilding public confidence in international cooperation and multilateral institutions. This is why I have been urging governments to invest in the multilateral trading system and the WTO — starting with a successful 12th Ministerial Conference in Geneva next month.”



discussões. (...) Enquanto nos preparamos para as semanas ocupadas que se avizinham, lembremo-nos de que a OMC é sobre pessoas – sobre usar o comércio como uma ferramenta para elevar os padrões de vida, criar empregos e promover o desenvolvimento sustentável. Então, vamos redobrar nossos esforços, vamos entregar resultados e vamos revigorar a OMC” (OMCb, 2022)

A reunião do Conselho de TRIPS da OMC estabeleceu negociações baseadas em texto sobre a proposta de suspensão das regras de propriedade intelectual como resposta à Covid-19, com vista a encontrar terreno comum e resultado multilateral para a 12ª Conferência Ministerial (MC12) em junho próximo. O documento resultante das reuniões realizadas recentemente pelos EUA, UE, Índia e África do Sul (o Quad) está em análise. Ainda há campos em desacordo tanto em questão de cobertura geográfica e escopo dos artigos quanto das condições apresentadas. Nesse contexto, a Índia reivindica que a solução deve ser prática, mas também útil para implementação imediata (Sen, 2022).

### **OMPI: Trade Secrets**

De 23 a 24 de maio, a [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (World Intellectual Property Organization, WIPO) organiza o evento “[WIPO Symposium on Trade Secrets and Innovation 2022](#)”, que debaterá os papéis dos sistemas de segredos comerciais no apoio à inovação e ao compartilhamento de conhecimento em ecossistema de inovação em rápida mudança, globalizado e impulsionado por informações digitais. O programa envolve questões legais, técnicas, comerciais e políticas relacionadas a segredos comerciais no contexto mais amplo do sistema de propriedade intelectual, bem como a interconexão entre segredos de negócios e outros ativos intangíveis, como patentes. Os palestrantes abordarão os seguintes eixos: (1) O papel e o impacto dos segredos comerciais nas políticas e estratégias de inovação hoje; (2) Equilibrar interesses legítimos no sistema de segredos comerciais; (3) Segredos comerciais e dados – âmbito de proteção e implicações; (4) Segredos comerciais no ambiente internacional/transfronteiriço; (5) Geração e licenciamento de segredos comerciais em estratégias de negócios – gestão de segredos comerciais para inovação e compartilhamento de conhecimento; (6) Segredos comerciais no desenvolvimento e divulgação de tecnologias médicas; (7) Aplicação e defesa de segredos comerciais contra alegações de apropriação indevida de segredos comerciais (WIPO, 2022).

### **UNCTAD: Indústria 4.0 e os Países em Desenvolvimento**

A [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento](#) (em inglês, United Nations Conference on Trade and Development, UNCTAD) lançou o relatório “Indústria 4.0 para o desenvolvimento inclusivo”, a partir da escolha da vigésima quarta sessão da [Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento](#) como tema prioritário, em maio de 2021. A publicação aborda a revolução tecnológica em curso no mundo, baseada em tecnologias da indústria 4.0, como inteligência artificial, robótica e internet das coisas. A temática está alinhada ao [Objetivo de Desenvolvimento Sustentável](#) número 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, que visa “Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação” (UNCTAD, 2022).

O texto se apoia em estudo de casos de países e literatura relevante, inclusive duas publicações das Nações Unidas – “[Relatório de Tecnologia e Inovação 2021: Capturando Ondas Tecnológicas – Inovação com Equidade](#)” e “[Relatório de Desenvolvimento Industrial 2020: Industrializando na Era Digital da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial](#)”. As análises ressaltam como a difusão de tecnologias digitais são afetadas pelas



desigualdades econômicas e impactam o desenvolvimento industrial em países menos favorecidos (UNCTAD, 2022).

O estudo da UNCTAD apontou que países em desenvolvimento podem aproveitar a indústria 4.0 para o desenvolvimento inclusivo. A experiência tem mostrado que empresas que adotaram a produção inteligente aumentaram a produtividade e reduziram os impactos ambientais. Um dos pontos de preocupação é como assegurar que se criem empregos nesse novo paradigma. Em paralelo, os países em desenvolvimento enfrentam o desafio de construir sua industrialização e, ao mesmo tempo, lidar com os desafios da indústria 4.0, o que exige estratégias bem definidas e investimentos robustos. A análise propõe o seguinte conjunto de ações: (1) Promover diversificação econômica e a competência de produção; (2) Facilitar infraestrutura digital capacitadora; (3) Desenvolver estratégias nacionais para a indústria 4.0; (4) Promover colaboração de várias partes interessadas para criar ecossistema da indústria 4.0; (5) Fazer exercícios de previsão; (6) Desenvolver habilidades de força de trabalho para a indústria 4.0; (7) Aumentar a conscientização do setor privado; (8) Promover a atualização tecnológica na fabricação; (9) Fomentar a inovação nas tecnologias da indústria 4.0; (9) Construir parcerias internacionais; (10) Coletar e compartilhar histórias de sucesso, incluindo casos de negócios de sucesso, demonstrando o impacto das tecnologias da indústria 4.0 no desenvolvimento inclusivo e sustentável; (11) Trocar conhecimento e experiência; (12) Ajudar a projetar e implementar políticas, estratégias e programas nacionais relacionados à indústria 4.0. externalidades ambientais; (13) Promover o desenvolvimento de infraestrutura; (14) Apoiar programas-piloto; (15) Ampliar as atividades de capacitação; e contribuir para atividades de capacitação em nível nacional e regional em tecnologias da indústria 4.0, incluindo a criação de programas de treinamento online e híbridos para profissionais e público em geral; (16) Formar rede; (17) Promover a transferência de conhecimento e tecnologia. A comunidade internacional deve apoiar a transferência de conhecimento e tecnologia entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre tecnologias da indústria 4.0; e incentivar a cooperação Sul-Sul para o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas; (18) Criar programas conjuntos; (19) Aumentar o investimento em educação em ciências, tecnologia, engenharia e matemática; (20) Apoiar a atualização tecnológica; e (21) Desenvolver estruturas e diretrizes éticas (UNCTAD, 2022).

## Referências

OMCa. DG Okonjo-Iweala shares views with international agency heads on key issues ahead of MC12. Disponível em: [https://www.wto.org/english/news\\_e/news22\\_e/dgno\\_13may22\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/dgno_13may22_e.htm) Acesso em: 23 de maio de 2022.

OMCa. DG Okonjo-Iweala calls on LDCs to focus on most pressing priorities for MC12. Disponível em: [https://www.wto.org/english/news\\_e/news22\\_e/devel\\_16may22\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/devel_16may22_e.htm) Acesso em: 23 de maio de 2022.

Sen, A. WTO members begin text-based negotiations on TRIPS waiver for Covid-19 vaccines, tools. Disponível em: <https://www.thehindubusinessline.com/economy/wto-members-begin-text-based-negotiations-on-trips-waiver-for-covid-19-vaccines-tools/article65422972.ece> Acesso em: 23 de maio de 2022.

UNCTAD. Industry 4.0 for inclusive development, 2022. Disponível em: <https://unctad.org/webflyer/industry-40-inclusive-development> Acesso em: 23 de maio de 2022.

WIPO. WIPO Symposium on Trade Secrets and Innovation 2022. Disponível em: <https://www.wipo.int/meetings/en/2022/symposium-trade-secrets.html> Acesso em: 23 de maio de 2022.

**Informe sobre o relatório global da UNESCO sobre o futuro da educação:  
“Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação”**

***Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Vitor Rodrigues***

A publicação do novo relatório da UNESCO sobre educação propõe uma interseccionalidade entre educação e saúde, relação que estava, até então ausente dos documentos e diretrizes da UNESCO de forma clara. O que este novo relatório indica é que esta relação será uma das metas do novo pacto social proposto pelo organismo internacional.

Neste relatório, a UNESCO alerta aos atores do sistema educacional global que será necessário criar um modelo educacional que responda às questões ambientais, de direitos humanos e tecnológicas. Foram realizadas propostas para um novo modelo que precisam ser realizadas até 2050 com objetivo de construir uma educação cooperativa e solidária.

Este relatório, publicado a 28 de abril último, antecede em dias a aprovação na Câmara dos Deputados brasileira do projeto de educação domiciliar (ou homeschooling em inglês), bandeira cara ao governo brasileiro, que se choca com todas as diretrizes preconizadas pela educação e impede que as metas deste novo pacto social sejam minimamente atingidas.

A sociedade brasileira foi pega de surpresa com a tramitação deste projeto e fez com que, no dia seguinte, as sociedades científicas subscrevessem a nota produzida às pressas pela Sociedade Brasileira para o Progresso das Ciências (SBPC). Em sua nota a SBPC chama atenção que o papel da educação “é o de preparar crianças e adolescentes para viverem em sociedade e desenvolverem condições de conviver harmoniosa e frutiferamente com seus semelhantes” meta inatingível com a educação domiciliar, onde a criança não conviveria com a diversidade, pois nega à criança a “possibilidade de serem conduzidas para um mundo mais amplo e diverso que a família”. Esperamos sensibilizar os congressistas a não aprovar tal medida<sup>63</sup>.

No projeto de homeschooling, a diversidade, os direitos humanos e o acesso à tecnologia estarão reforçando às diferenças, as inequidades e não estarão preparando os jovens para a vida em uma sociedade múltipla e diversa, terão conhecimento apenas de uma determinada visão de mundo – aquela defendida pela sua família – e não estarão aptos para o confronto de opiniões que caracteriza a vida em sociedade. Serão crianças criadas sem conexão com o mundo exterior, não terão suas habilidades desenvolvidas através dos jogos e do convívio como outras crianças de sua faixa etária ou ficarão restritas ao grupo frequentado por seus pais.

Tal decisão impacta diretamente na saúde mental destas crianças, na saúde física e em seu futuro. Como elas conseguirão saber que estão sofrendo algum tipo de assédio se jamais ouvirão falar sobre isso? Como, na idade adulta, poderão escolher ser vacinadas se não entenderão a importância das vacinas?

Enquanto a UNESCO fala em novo pacto para a educação, precisamos garantir, no Brasil, o direito mínimo destas crianças.

Em 28 de Abril, a UNESCO divulgou relatório em português “[Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação](#)” convidando todos os educadores do planeta

---

<sup>63</sup> Nota disponível em: [http://www.jornaldaciencia.org.br/contra-o-homeschooling/?fbclid=IwAR3EzeTXQfAfaUfn93pp9PKD0pJoUww05Ehz9qj\\_312y39dSqdGuukNfUxl](http://www.jornaldaciencia.org.br/contra-o-homeschooling/?fbclid=IwAR3EzeTXQfAfaUfn93pp9PKD0pJoUww05Ehz9qj_312y39dSqdGuukNfUxl)

a cooperarem para construir uma educação mundial adequada mediante às mudanças da sociedade.

Desde o século XIX o modelo de aprendizagem escolar possui características que perduram até os dias de hoje. Como por exemplo:

As aulas ministradas pelos professores são realizadas em ambiente compartilhado. Embora priorize o sucesso individual; a educação é disseminada através de grades curriculares fixas. As escolas em geral seguem um padrão arquitetônico, organizacional e processual; cada classe é composta por pessoas de idade semelhante; esse modelo exige demasiadamente dos professores, pois os coloca como únicos atores responsáveis pelo aprendizado dos alunos, levando muitos a abandonarem a profissão devido à pressão.

É necessário criar um ambiente escolar mais saudável para os professores, retirando deles toda responsabilidade para o desenvolvimento escolar dos alunos. A escola precisa apoiar a educação alimentar e nutricional, serviços sociais, saúde mental e necessidades especiais de aprendizagem dos alunos.

Uma das propostas deste novo contrato social é construir um ambiente escolar menos individualizado e competitivo e torná-lo mais propício à cooperação entre os alunos. Embora a competição faça os alunos alcançarem graus mais elevados de excelência, cabe aos professores determinarem quando as atividades com esse foco serão feitas. Uma das formas de mudar esse cenário competitivo é reduzir a importância da avaliação padronizada competitiva presente nos exames, testes e outros instrumentos avaliativos.

Para o pedagogo Nel Noddings, em sua obra *Philosophy of education* (2018), a

educação genuína deve engajar os propósitos e as energias daqueles que estão sendo educados. Para garantir esse engajamento, os professores devem construir relacionamentos de cuidado e de confiança e, dentro desses relacionamentos, estudantes e professores constroem objetivos educacionais de maneira cooperativa.

O relatório defende a criação de novos conceitos e a renovação da educação em cinco dimensões fundamentais: pedagogia, currículos, ensino, escolas e a ampla gama de oportunidades educacionais ao longo da vida e em diferentes espaços culturais e sociais.

É necessário pensar numa pedagogia baseada em cooperação e solidariedade com respeito às diversidades e combate à intolerância. A dinâmica pedagógica em sala de aula precisa ser colaborativa, interdisciplinar e problematizadora para formar pessoas conscientes e preparadas para a complexidade que o mundo nos apresenta. Uma maneira de fazer que o triângulo pedagógico formado por estudantes, professores e o conhecimento se conectem a uma dinâmica de educação problematizadora é envolver os estudantes em projetos, iniciativas e atividades que incentivem o estudante ir além dos limites disciplinares para encontrar soluções viáveis e criativas.

A pedagogia de colaboração e solidariedade deve estar presente em todos os níveis de educação, seja ele infantil, primária, secundária e superior. Entretanto, a educação infantil não é reconhecida como uma responsabilidade pública como as outras e muitas vezes não possuem escolas suficientes ou são inadequadas para o desenvolvimento da criança nessa fase. Geralmente, os profissionais são pagos com salários baixos e pouco preparados para esse desafio, uma vez que o pensamento é que nessa fase só é necessário cuidado físico. É de suma importância que os governos mudem essa mentalidade a fim de assegurar uma educação infantil

de qualidade, com aprendizagem, crescimento e o desenvolvimento de todas as crianças desde o nascimento.

O novo contrato social para educação precisa reformular a grade curricular nas escolas enfatizando a aprendizagem ecológica, intercultural e interdisciplinar para desenvolvimento dos alunos. Com objetivo de tornar o mundo mais inclusivo e com respeito às diferenças, uma das propostas do relatório é o incentivo à diversidade linguística nas escolas, não apenas a língua oficial do país como também estrangeira, indígena e de sinais. Intensificar as disciplinas de caráter científico com objetivo de combater as “fakes news” e alinhar a educação com o avanço das tecnologias. Para combater a discriminação de raça e gênero é fundamental que os direitos humanos esteja presente nas grades curriculares das escolas para oferecer um universo comprometido com a prosperidade de todos.

O objetivo deste relatório é reformular completamente a forma como a educação é realizada nas escolas, mudando o modelo de aprendizado presente a dois séculos. Acredita-se que o formato atual limita o desenvolvimento dos alunos, pois eles ficam em sala de aula obrigados a prestar atenção no conteúdo que o professor passa durante horas por dia. É necessário que as escolas sejam mais convidativas, mais envolventes e relevantes. As salas de aulas não precisam sempre ser com cadeiras enfileiradas e presas em 4 paredes; aulas e horários definidos semanalmente apresentam limitações. As abordagens educacionais podem ser baseadas em problemas e projetos mais participativos e colaborativos do que as aulas convencionais oferecem; devem-se utilizar tecnologias de comunicação digital com objetivo de conectar mais os professores e alunos às novas possibilidades de aprendizagem e impulsionar a criatividade nos estudantes; integrar os alunos do ensino fundamental e médio com as universidades públicas da sua cidade para melhorar a trajetória do estudante.

António Guterres, secretário geral das Nações Unidas, chama atenção em conferência em conferência para celebrar o Dia Internacional Nelson Mandela, realizada a 18 de julho de 2020, a necessidade de um novo *contrato social* entre as sociedades que

sociedades permitirá que os jovens vivam com dignidade; garantirá que as mulheres tenham as mesmas perspectivas e oportunidades que os homens; **e protegerá os doentes, os vulneráveis e as minorias de todos os tipos [...] Dentro de uma geração, todas as crianças em países de baixa e média renda poderão ter acesso à educação de qualidade em todos os níveis.** Isso é possível. Nós apenas temos que decidir fazê-lo [...] para suprir essas lacunas e tornar possível o Novo Contrato Social, precisamos de um Novo Acordo Global para garantir que poder, riqueza e oportunidades sejam compartilhados de maneira mais ampla e justa em nível internacional (grifo nosso).

A Comissão através deste relatório convida a todas as partes interessadas na educação para reimaginar o futuro junto através de uma agenda de pesquisa mundial inclusiva com base em diferentes perspectivas, conteúdos e lugares. As propostas do Comitê para o novo contrato social são um ponto de partida para iniciar um processo de construção conjunta, e através de cooperação internacional entre universidades, instituições de pesquisa e organizações internacionais pode-se construir uma educação solidária e de responsabilidade coletiva.

Ressaltamos a interseccionalidade entre educação e saúde presente na alocação de António Guterres que precisamos estar atentos no Brasil, onde os rumos da educação estão seguindo caminhos para que o alcance das metas propostas pelo secretário das Nações Unidas está mais distante.

## **Instituições da Sociedade Civil: Covid-19, guerras e conflitos e a arrogância de Bill Gates**

***Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Patricia Lewis Carpio e Luis Eugênio de Souza***

### **Introdução**

Mais uma vez, na quinzena de 06 a 20 de maio, os temas relativos à Covid-19 e às guerras e suas consequências para as populações dominaram as manifestações das organizações da sociedade civil de interesse público. Em relação à Covid-19, foram mencionadas seu impacto no aumento da pobreza, as iniquidades no acesso à vacina e o balanço das ações de enfrentamento, com a identificação de lições que deveriam ser aprendidas. No que tange às guerras e aos conflitos, destacam-se as menções relativas à situação na Ucrânia, na Palestina e no Afeganistão, incluindo-se o problema das migrações.

Além disso, a crise climática, a crise alimentar e as doenças crônicas não transmissíveis foram objetos de manifestações das OSC. Sobre a emergência climática, destacaram-se seus efeitos sobre a saúde humana. Sobre a fome, foi lembrado que o Relatório Global sobre Crises Alimentares registra a piora da situação nos últimos anos. Sobre as DCNT, enfatizou-se que o último relatório de progresso mostrou que ações simples e eficazes não estão sendo tomadas e as desigualdades regionais têm aumentado.

A Assembleia Mundial da Saúde foi também objeto de várias manifestações, notadamente sobre a realização de atividades preparatórias de jovens, mulheres e enfermeiras. Um conjunto amplo de outros temas foi ainda mencionado, destacando o surto de Ebola, declarado no dia 23 de abril na República Democrática do Congo.

No que concerne às OSC de interesse privado, a Covid-19 dominou as manifestações públicas, com destaque para o lançamento do livro de Bill Gates “How to Prevent the Next Pandemic”. Novos aportes ao Global Fund também foram anunciados e a baixa vacinação na África continuou chamando a atenção. Além da Covid-19, a insegurança alimentar e a crise energética foram temas de manifestações.

Por este informe se conclui com uma lista de eventos recém-realizados ou previstos para as próximas semanas. Vale destacar The People’s Summit, a ser realizada virtualmente, entre 29 de junho e 02 de julho, envolvendo dezenas de organizações.

### **Organizações de interesse público**

#### ***Covid-19***

Um tema que persiste de forma importante na agenda das OSC é a pandemia de Covid-19.

A [Global Citizen](#) faz uma chamada urgente para pôr fim à pobreza, destacando que quase 100 milhões de pessoas foram lançadas a condições de extrema pobreza por causa do impacto da COVID-19 sobre condições precárias já existentes.

A [Gavi Alliance](#) destacou o lançamento do [novo mecanismo COVAX](#) de financiamento rápido que visa garantir o fornecimento de recursos que o COVAX AMC precisa para responder a riscos não previstos. O International Development Finance Corporation (DFC) dos Estados Unidos firmou parceria com a Gavi e, através deste novo mecanismo, investirá até 1 bilhão de

dólares para acelerar a compra e entrega de vacinas contra a COVID-19 e insumos auxiliares para países em desenvolvimento participantes do COVAX AMC. Este é o maior projeto do DFC na área de saúde e foi anunciado durante a Cúpula para a COVID-19 da Casa Branca, que reuniu líderes mundiais no dia 19 de maio e resultou em um total de mais de 3 bilhões de dólares em novos compromissos dedicados à resposta à COVID-19.

Também lançou uma [chamada](#) para ações urgentes para acabar com as brechas de equidade na vacinação contra a COVID-19, destacando o momento de alta disponibilidade de vacinas no mercado e solicitando apoio para proteger as populações dos países de baixa renda com baixas taxas de vacinação.

A **IANPHI** lançou em 20/05 um relatório intitulado “[Lições aprendidas com a resposta dos Institutos Nacionais de Saúde Pública ao surto de COVID-19 em 2020](#)”.

O Center for Strategic and International Studies (**CSIS**) avaliou os resultados da reunião da Segunda Cúpula Global Covid-19, envolvendo Estados Unidos, Belize, Alemanha, Indonésia e Senegal. Com o apoio da Fundação Gates, a Cúpula discutiu os compromissos, oportunidades e lacunas para renovar uma resposta multilateral à pandemia.

Para a **CARE International**, a [resposta global ao Covid-19](#) representa uma oportunidade perdida pelos EUA, observando a falta de empenho no financiamento de respostas globais à pandemia da Covid-19 e a grave crise de fome global.

A *Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi)* divulgou a [capacitação de jornalistas](#) que atuam com temáticas da saúde na África, especialmente para documentar histórias sobre os ensaios clínicos e a pesquisa relativas à Covid-19, com recortes centrados no impacto da doença, desmistificação do diagnóstico, o tratamento e o papel dos cientistas africanos na pesquisa sobre o coronavírus.

A **DNDi**, em consórcio com duas outras instituições, recebeu [financiamento do NIH](#) para desenvolver tratamentos antivirais de Covid-19 globalmente acessíveis. O consórcio [COVID Moonshot](#) recebeu US\$ 68.662.387. O projeto também visa maximizar o uso de um modelo de ciência aberta com prioridade ao acesso global, equitativo e acessível.

### **Guerras, conflitos e migrações**

O tema dos conflitos armados teve destaque nas manifestações das organizações da sociedade civil de interesse público.

No dia 10 de maio, a **WFPHA** encaminhou ao escritório europeu da OMS uma [declaração conjunta](#) com a EUPHA, EPHA e ASPHER, pedindo a cessação imediata da agressão militar e à transição para negociações pacíficas na Ucrânia, permitindo o necessário apoio sanitário e social a todas as pessoas necessitadas.

A **CARE International** destaca os [impactos do conflito na Ucrânia entre os refugiados na Jordânia](#). Estes impactos são perceptíveis nas ações voltadas para o empoderamento das mulheres e no aumento dos preços dos alimentos.

A **Action Aid** [manifestou](#) sua preocupação com os deslocamentos em massa de palestinos em Masafer Yatta, que terão suas terras confiscadas para treinamento militar. Também divulgou [pesquisa](#) em que demonstra que o custo de alimentos, combustíveis e fertilizantes mais que triplicou em algumas das comunidades mais pobres do mundo após a

invasão da Ucrânia pela Rússia. Alguns dos países mais impactados, segundo o estudo, são Líbano, Zimbábue, Etiópia, Somalilândia (Somália) e Mianmar.

O [People's Health Movement](#) publicou um relatório em que aborda os temas do anticolonialismo, saúde e direitos humanos na Palestina, [resultado](#) das discussões de uma sessão temática sobre guerra e conflitos realizada pelo movimento.

Integrantes dos **Médicos Sem Fronteiras** denunciam as [insuficientes condições de acolhimento e proteção dos mais de 300 migrantes](#) que chegam diariamente no Panamá através da região do Darién, lugar onde se registram numerosos casos de violência sexual, roubos e acidentes. A organização é testemunha da falta de serviços básicos de saúde, assim como da falta de atendimento às vítimas de violência sexual. Por sua vez, pedem que se estabeleça uma rota mais segura de passagem de migrantes, além de atendimento médico de urgência para as pessoas que atravessam o Darién.

No dia 9 de maio, os **MSF** começaram um [resgate de 470 pessoas de sete embarcações em perigo no mar mediterrâneo central](#), entre a Líbia e Malta. Exigem que os Estados europeus assumam a responsabilidade de evitar mais mortes de migrantes no Mar Mediterrâneo. Denunciam às autoridades da Itália por se negarem em reiteradas ocasiões a prestar assistência aos sobreviventes e a ignorar a petição de oferecer um porto seguro para receber as embarcações.

A **CARE International** tem fornecido [assistência médica móvel](#) a afegãos em situação de vulnerabilidade, tendo apoiado 61.592 pessoas nos últimos 6 meses, a maioria (65%) formada por mulheres e meninas. Os serviços incluem cuidados primários de saúde, saúde materna, apoio nutricional, encaminhamento para instituições especializadas em casos de violência de gênero, educação sobre Covid-19 e apoio psicossocial.

### **Crise climática**

Também a crise climática continua sendo um tema mobilizar a sociedade civil.

O grupo de trabalho TEPHINET sobre Mudança Climática e Saúde, do qual o **IANPHI** faz parte, está realizando uma série de seminários mensais sobre a [“Resposta da epidemiologia de campo frente à crise climática e saúde”](#), referente às doenças relacionadas ao calor, incêndios, poluição do ar, ciclones e inundações. A primeira sessão aconteceu no dia 25 de maio, onde cinco especialistas falaram sobre as ameaças à saúde relacionadas ao clima que afetam suas regiões e o papel que os Programa de Treinamento em Epidemiologia de Campo (FETPs) podem desempenhar na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas na saúde da população.

A **Wellcome Trust** publicou um [artigo](#) em que discute como o clima afeta a saúde. Em destaque, aponta que a mudança climática já afeta milhões de pessoas em todo o mundo com impacto nos sistemas alimentares e no abastecimento de água, no surgimento de doenças e no aumento de alérgenos e poluentes nocivos. Em outro [artigo](#), discute os impactos das inundações na saúde, ressaltando que “cada história climática é uma história de saúde. Seja seca ou inundação, calor extremo ou aumento do nível do mar, o impacto na saúde humana não pode ser negligenciado”.

A **Interacademy Partnership** lançou, em [evento](#) realizado no dia 25 de maio, seu novo relatório global “Health in the climate Emergency: a global perspective”, resultado de um projeto que durou três anos.

O [Consortium of Universities for Global Health](#) divulgou novos dados publicados pela comissão do [The Lancet para Poluição e Saúde](#), que estima que uma em cada seis mortes em 2019 se deu devido à poluição.

### **Crise alimentar**

O problema da fome foi destacado pela **CARE International** que divulgou [comunicado à imprensa](#) sobre a necessidade de buscar soluções para lidar com a insegurança alimentar global e prevenir futuras crises alimentares. A manifestação ocorreu na semana em que lideranças mundiais se reuniram em dois eventos cruciais organizados pelos Estados Unidos, uma reunião ministerial no dia 18 de maio e um debate aberto no Conselho de Segurança em 19 de maio. Na pauta, estava a discussão sobre crise global da fome. Para a CARE, trata-se de um momento oportuno para catalisar ações em direção à segurança alimentar e resiliência global, com foco nos vínculos críticos entre conflito e fome, incluindo os impactos da guerra na Ucrânia. Após elogiar os Estados Unidos por trazer o tema ao topo da agenda durante sua presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas, convocou os governos a assumir compromissos concretos e substanciais para atender às necessidades identificadas pelos estados afetados, sociedade civil e pessoas que passam fome. A insegurança alimentar global piorou nos últimos anos, conforme [Relatório Global sobre Crises Alimentares de 2022](#).

### **Doenças Crônicas Não Transmissíveis**

As doenças crônicas não transmissíveis foram objetos de três manifestações importantes.

A **World Heart Federation** publicou notícia sobre o projeto [Colors to Save Hearts](#) (Cores para Salvar o Coração), que visa capacitar professores, alunos e pais ou responsáveis sobre a relação entre dor de garganta e doença reumática cardíaca, visando o diagnóstico precoce da doença. O projeto envolve, além da WHO, o Instituto de Educação e Investigação em Saúde de Moçambique, o Instituto Nacional de Saúde de Moçambique.

Em comemoração ao Dia Mundial da Hipertensão, 17 de maio, a WHF estabeleceu parceria com a *Resolve to Save Lives* e a Sociedade Pan-Africana de Cardiologia para [avançar com a implementação das Diretrizes da OMS sobre o tema no continente africano](#), em especial na África Subsaariana, onde segundo a organização, há carência de diretrizes claras sobre o tratamento.

A **NCD Alliance** divulgou o [relatório de progresso das ações sobre as DCNT](#), apresentando a resposta dos países com relação às metas para prevenção e controle das DCNT e seus fatores de risco. Ações simples e eficazes não estão sendo tomadas pelos países. As desigualdades regionais também podem ser observadas: nenhum país da região africana atingiu plenamente o indicador de vigilância de DCNT. Os progressos observados estão na área de redução de consumo do tabaco, onde mais da metade dos países implementaram advertências às embalagens.

### **Assembleia Mundial da Saúde**

A proximidade da Assembleia Mundial da Saúde mobilizou as atenções das organizações da sociedade civil na última quinzena. Assim, a Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (**IFMSA**) intensificou suas atividades preparatórias para a participação na Assembleia Mundial da Saúde de 2022. No sexto dia da [#YouthPreWHA](#), os estudantes de



medicina discutiram as barreiras e as oportunidades que os jovens têm no caminho para um engajamento em saúde global.

A **Women in Global Health**, em sua primeira participação como organização em relação oficial com a OMS, deu início à campanha [Walk the Talk on Gender](#) (Pôr em Prática o Discurso sobre Gênero), mobilizando mulheres de todo o mundo a compartilharem a fim de chamar a atenção para urgência das ações sobre equidade de gênero na saúde global. Entre 2010 e 2021, a participação de delegações dos Estados-membros chefiadas por mulheres teve um pequeno progresso, passando de 21% para 26%. A Women in Global Health também preparou um [kit de ferramentas](#) para dar visibilidade às principais demandas do grupo, priorizando os temas: 1) Força de trabalho em saúde, 2) Cobertura Universal de Saúde, 3) Resposta à Pandemia, 4) Exploração Sexual, Abuso e Assédio em Saúde, 5) Equidade de gênero na liderança.

A **NDC Alliance** produziu um [documento com temas de advocacy](#), tendo como referência a Declaração Política da terceira reunião de alto nível da ONU sobre prevenção e controle das DCNT. A Aliança relembra a oportunidade de intensificar as ações para o alcance das metas dos ODS, a menos de uma década dos prazos estabelecidos.

O **International Council of Nurses (ICN)** divulgou a participação de sua [delegação](#) na 75ª Assembleia Mundial da Saúde. O Conselho incentivou todas as organizações e líderes da enfermagem a agir de acordo com as recomendações da [“2022 Triad Statement”](#), para fortalecer a enfermagem e os sistemas de saúde e alcançar a cobertura universal. Este documento foi elaborado na 9ª *Triad Meeting*, que se concentrou nas [Diretrizes Estratégicas Globais para Enfermagem e Obstetrícia 2021-2025](#) adotadas na 74ª Assembleia Mundial da Saúde.

### **Outros temas**

Uma série de outros temas foi abordada, com manifestações únicas de diferentes entidades.

Assim, a Federação Internacional sobre o Envelhecimento (**IFA**) divulgou a campanha [VisionHealthMonth](#) que busca priorizar a política de promoção de cuidados com a visão em alinhamento com o Relatório Mundial sobre Visão da OMS. Além disso, convidou os interessados a participar virtualmente da celebração do [Dia da Diversidade Cultural](#) para Diálogo e Desenvolvimento da ONU e da UNESCO na sexta-feira, 20 de maio de 2022.

A **IANPHI** divulgou o documento [“Capacidade da força de trabalho nacional para implementar as funções essenciais de saúde pública, incluindo foco na preparação e resposta a emergências”](#), desenvolvido em parceria da OMS com seis entidades: the College of Public Health Medicine of the Colleges of Medicine of South Africa (CPHM (CMSA)), Global Network for Academic Public Health (GNAPH), Faculty of Public Health (FPH), Global Outbreak Alert and Response Network (GOARN), International Association of National Public Health Institutes (IANPHI), Training Programs in Epidemiology and Public Health Interventions Network (TEPHINET), United Kingdom Health Security Agency (UKHSA), and World Health Organization (WHO).

O **Global Health Council** anunciou o recebimento de propostas para um financiamento inédito, [Advocacy in Motion \(AIM\) Grants](#), que pretendem apoiar o trabalho de *advocacy* pela equidade em saúde. Cinco organizações foram selecionadas: Alliance for Reproductive Health Rights, CARAM Asia, The Christian Fellowship and Care Foundation, Partnership for Sustainable Development e TINADA Youth Organization.

A assessora médica dos **Médicos Sem Fronteira** no Lêmen alertou sobre a [dificuldade que atravessam centenas de mulheres grávidas para chegar ao hospital para dar a luz](#), levando muitas delas ao óbito. São moradoras de áreas remotas de Lêmen que para ter acesso a atendimento médico precisam fazer deslocamentos muito longos e arriscados. Em colaboração com o Ministério de Saúde, MSF têm gerenciado a unidade de maternidade, salas de emergências, quirófano, salas de pediatria e neonatologia, assim como serviços de saúde mental, ajudando a mais de 10.000 mulheres a darem à luz em 2021.

No dia 23 de abril, foi declarado um [novo surto de Ebola na cidade de Mbandaka, na República Democrática do Congo](#). Passados 20 dias da declaração, a epidemia segue limitada a uma zona sanitária na cidade de Mbandaka onde até então três pessoas tinham contraído a doença e falecido. Autoridades sanitárias e organizações internacionais, incluindo **MSF**, chegaram ao lugar para apoiar na vigilância epidemiológica e gestão de casos, sensibilização, além de iniciar uma campanha de vacinação.

## **Organizações de interesse privado**

### **Covid-19**

A **Fundação Gates** divulgou a participação de Bill Gates no [podcast](#) sobre ciência e tecnologia da revista [The Economist](#). Apresentado enquanto líder empresarial e filantropo, Bill Gates conversa sobre medidas para impedir que novos patógenos se tornem emergências de saúde e apresenta um plano para evitar a próxima pandemia. O diálogo trata da apresentação do seu livro [How to Prevent the Next Pandemic](#), recentemente lançado. Destacou também [observações de Bill Gates](#) acerca da sua participação na *Global COVID Summit*. Na segunda Cúpula Global Covid-19, Bill Gates propôs a constituição de “uma equipe global de especialistas” e anunciou o financiamento de até US\$ 125 milhões para combater a Covid-19, desenvolver novas tecnologias e ajudar países de baixa e média renda a melhorar seus sistemas de saúde”. A [Fundação Gates](#) compartilhou um [artigo de opinião](#) do jornal *The Washington Post* intitulado “*We have early warnings for hurricanes. We need one for pandemics*”, no qual se faz a defesa da urgência de estruturar uma vigilância genômica viral. Cooperação internacional, compartilhamento de informações, mais tecnologia e vontade política, são outros aspectos mencionados. Compartilhou também o [artigo](#) *Malaria, Polio, and COVID-19: Lessons for Existing and Future Pandemics*, publicado no *Health Policy Watch* em que os autores destacam que, embora a preparação para uma pandemia permaneça no topo das prioridades de saúde pública, não se pode perder de vista as doenças existentes que continuam sendo ameaças ativas, como a malária, poliomielite e a própria Covid-19.

O [Global Fund](#), os Estados Unidos e a Unitaaid lançaram programas “Test-and-Treat” na segunda Cúpula Global Covid-19. Em parceria com o FIND e outros do ACT-Accelerator, cerca de US\$ 120 milhões serão destinados a apoiar países de baixa e média renda para desenvolverem programas de teste e tratamento para prevenir hospitalizações e mortes por Covid-19.

O **Global Fund** agradeceu à [União Europeia](#) e à [Nova Zelândia](#) pelas contribuições para o mecanismo de resposta à Covid-19. A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou uma promessa de 150 milhões de euros na Global COVID-19 Summit. A primeira-ministra da Nova Zelândia Jacinda Ardern anunciou a contribuição de NZ\$ 8 milhões. Segundo a notícia, o novo financiamento fortalecerá os sistemas formais e comunitários de saúde em países de baixa e média renda, além de proteger os profissionais de saúde da linha de frente com treinamento e equipamentos de proteção individual, reduzir a desigualdade no acesso a exames e tratamentos e mitigar o impacto da Covid-19 nos programas de combate ao HIV, tuberculose

e malária. Além disso, o Global Fund assinou [carta de intenção com a Pfizer](#) para a aquisição do novo medicamento antiviral oral nirmatrelvir/ritonavir, vendido sob o nome Paxlovid..

Em relação à [vacinação contra Covid-19](#), a **Fundação Rockefeller** destacou que a 'Global Vaccination Initiative' aumentará o acesso e a demanda por vacinas, ressaltando as condições críticas da África, onde apenas 17% das pessoas estão protegidas contra a doença. O trabalho de vacinação também esbarra na falta de adesão das pessoas, que estão com menos medo devido a diminuição de casos e também por conta da desinformação. O [artigo](#) *When Africans asked for COVID shots, they didn't get them. Now they don't want them*, publicado pela *Reuters* descreve este cenário.

### ***Outras doenças infecciosas***

A [diretoria do Global Fund](#) solicitou maior mobilização global antes da Sétima Conferência de Reabastecimento do Fundo Global, que ocorrerá no segundo semestre de 2022 nos Estados Unidos. O Conselho do Fundo Global discutiu o cenário em evolução na saúde global, com foco na implementação da nova estratégia que pretende colocar as pessoas e as comunidades no centro da luta contra o HIV, TB e malária.

### ***Insegurança alimentar***

A [Fundação Rockefeller](#) convocou a comunidade internacional a enfrentar e responder de maneira coordenada a crise de segurança alimentar. Em 10 de maio, a Conferência de Segurança de Munique e a Fundação Rockefeller reuniram lideranças diplomáticas, não governamentais e do setor privado da Europa e América do Norte em Washington, para uma mesa redonda sobre [“Cooperação Transatlântica em Segurança Alimentar”](#).. Sobre este tema, a [Fundação Rockefeller](#) também fez o lançamento virtual da live [“Advancing Good Food for All”](#), em que debate estratégias para boa alimentação, a partir da criação de sistemas alimentares nutritivos, regenerativos e equitativos.

Com o apoio da [Fundação Rockefeller](#), foi lançado o [Food Security Tracker for Africa](#), uma ferramenta interativa que disponibiliza dados agrícolas em tempo real sobre 49 países africanos. O lançamento ocorreu durante a sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Conflitos e Segurança Alimentar Global, pela CEO da Gro Intelligence, Sara Menke, que falou sobre a crescente crise alimentar global, seu impacto desproporcional em países de baixa renda, e as ações políticas que podem ser tomadas pelos governos de todo o mundo para mitigar esses efeitos.

### ***Crise energética***

A [Fundação Rockefeller](#) comemorou a parceria entre a *Global Energy Alliance for People and Planete* e a *Sustainable Energy for All* no Fórum Energia Sustentável para Todos, realizado em 17-19 de Maio de 2022. O anúncio da parceria para combater a pobreza energética em todo o mundo foi acompanhado do compromisso de destinar US\$ 50 milhões para ajudar a preencher as lacunas de acesso à energia e apoiar os programas de transição energética em mercados-alvos.

### ***Eventos e atividades internas***

A [Cúpula Mundial das Populações](#), com o tema geral “Co-construindo um novo mundo eco-social: não deixando ninguém para trás” será realizado, virtualmente, de 29 de junho a 02 de julho, por uma articulação de dezenas de entidades, incluindo o **Federação Internacional de**

**Assistentes Sociais** (IFSW, em inglês) e a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA).

No dia 19 de maio, a **WFPHA** realizou sua assembleia anual, com a apresentação do relatório de atividades. Nesta assembleia, tomou posse o novo presidente da Federação, Luis Eugenio Souza, professor da Universidade Federal da Bahia e ex-presidente da Abrasco (2012-2015) e foi eleita a nova vice-presidente, Emma Rawson, professora da Universidade de Auckland e membro da Associação de Saúde Pública da Nova Zelândia, sendo a segunda mulher e a primeira indígena a ser eleita para esse cargo. A assembleia também aprovou a concessão do prêmio Public Health Lifetime Achievement a Paulo Buss, atual coordenador do CRIS, do prêmio Climate and Health Action à Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e do prêmio Information and Data Distribution à Universidade Johns Hopkins.

Na sua newsletter de maio, a presidente da **WONCA** destacou a passagem do dia mundial do médico de família, celebrado em 19 de maio. Na [carta](#), ressaltou que os médicos de família estão sempre presentes para cuidar. Várias atividades da WONCA marcaram o dia do médico de família, incluindo um webinar com [médicas africanas](#), a iluminação especial de um [edifício em Xangai](#) com demonstração de agradecimento aos médicos de família e o lançamento da campanha #WFDD2022, baseada em três pilares fundamentais: [Always, There & Care](#).

A **World Heart Federation** realizou a 7ª [Cúpula Mundial do Coração 2022](#), entre os dias 21 e 22 de maio em Genebra, com a participação do diretor geral da OMS. Foram discutidos os seguintes temas: 1) Mudanças e tendências transformacionais no ambiente cardiovascular global.; 2) Importância da saúde do coração para o desenvolvimento; 3) Balanço de novos tratamentos, tecnologias e abordagens para cardiologia; 4) Como comunicar a saúde do coração em tempos de crise; 5) Saúde cardiovascular como prioridade das políticas públicas.

A **International Pharmaceutical Students Federation** divulgou a [realização de um evento](#) paralelo à 75ª Assembleia Mundial da Saúde na Universidade de Genebra (UNIGE). O evento intitulado “Our visionary future, reinforced: the state of the young healthcare workforce” ocorrerá no dia 28 de maio, e destacará a importância dos profissionais farmacêuticos e estudantes de farmácia, bem como da colaboração interprofissional em saúde.

Em comemoração ao [Dia da África](#), no dia 25 de maio, ocorreu um painel “*The Africa We Are Creating: Inspiration from Innovators*”, nas páginas de mídia social da **Fundação Rockefeller** (Twitter, Facebook, LinkedIn e YouTube) com especialistas da fundação tuantes na África.

O [People’s Vaccine Movement](#) realizará, no dia 2 de junho, uma [conferência](#) sobre a equidade no acesso à vacina da COVID-19, buscando apoio para pressionar os governos a aderir à proposta de quebra de patentes.

A Federação Internacional sobre o Envelhecimento (**IFA**) realizou um webinar “[Linguagem e Envelhecimento: Na Saúde e Após Danos Cerebrais](#)”, com a Dra. Jacqueline Stark, ex-presidente do Comitê de ONGs sobre Envelhecimento.

### **Considerações finais**

As OSC de interesse público continuaram bastante ativas na última quinzena, concentradas no enfrentamento das consequências da pandemia de Covid-19 e dos efeitos das guerras e dos conflitos sobre a população. Ademais, a crise climática e a crise alimentar têm ocupado o topo da agenda das OSC de interesse privado. As DNCT e a Assembleia Mundial de

Saúde também foram mencionadas. Digna de nota, pelo fato de reunir dezenas de organizações, é a realização no futuro próximo da Cúpula dos Povos.

No campo das OSC de interesse privado, destacaram-se as múltiplas menções, capitaneadas pela Fundação Gates, ao livro recém-lançado “How to Prevent the Next Pandemic”, de Bill Gates. Chama a atenção, neste livro e nestas menções, que ele propõe constituição de “uma equipe global de especialistas” para liderar as ações de prevenção e enfrentamento de novas pandemias, ignorando e desprezando completamente a OMS e todo o sistema de governança global em saúde.

## **Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

***Armando De Negri Filho***

Para os que estão chegando ao Observatório, reproduzimos parte do capítulo escrito por Armando De Negri Filho e Nicoletta Denticco, com o título “ A Sociedade Civil Global e suas ações em favor do Direito à Saúde no Contexto da Pandemia de Covid-19” no livro [Diplomacia da Saúde: Respostas Globais à Pandemia - Fundação Oswaldo Cruz \(Fiocruz\): Ciência e tecnologia em saúde para a população brasileira](#) . Para em seguida fazer uma síntese dos informes produzidos de janeiro a maio de 2022 sobre a Sociedade Civil de interesse público na Saúde Global, e finalizar com a programação dos seminários do G2H2 preparatórios para a 75ª Assembleia Mundial da Saúde em Genebra e outras reflexões relacionadas da sociedade civil de interesse público – SCIP. O objetivo deste texto é fazer uma introdução as complexidades dos processos e identidades que envolvem a sociedade civil de interesse público, as limitações que sofre no espaço do multilateralismo em crise e suas principais agendas políticas, além de aportar fontes para uma reflexão alternativa sobre como incidir na 75ª Assembleia Mundial da Saúde.

### **“Sobre as heterogeneidades do que chamamos Sociedade Civil em Saúde Global ”**

Não é possível compreender a sociedade civil ignorando sua heterogeneidade. Por anos tem havido uma absoluta ausência de distinção entre as entidades do setor social privado que buscam o interesse público (organizações não governamentais, movimentos sociais, organizações sindicais, associações comunitárias, alguns grupos de defesa, organizações humanitárias) e as que representam ou pertencem ao setor industrial lucrativo ou ainda aquelas que representam interesses de governos. A fronteira corre o risco de ser ainda mais turva do que se possa imaginar, e do que seria desejável, devido à mobilidade de várias organizações na sua relação escorregadia com o setor privado - seja através de financiamentos ou alianças operacionais - e sobretudo devido ao surgimento de novas entidades de "ativismo" e pressões políticas que atuam a serviço dos interesses industriais, dos quais são financiados. Um exemplo clássico são as organizações de pacientes e grupos de frente da indústria farmacêutica (que os financia).

A inclusão da sociedade civil, por mais heterogênea e complexa que ela seja, consegue criar espaços de fala para realidades que não costumam ser ouvidas, que por sua vez ganham experiência nas articulações dos processos decisórios, tornando visíveis interesses públicos, de populações e territórios sociais. Também desempenha um papel fundamental no apoio técnico às delegações individuais de países que, impossibilitados de enviar representantes fortes devido aos limites econômicos e competências técnicas, muitas vezes se encontram mal preparados sobre os temas em discussão e, portanto, ainda mais à mercê de efeitos diretos e indiretos dos ex-colonizadores, os países industrializados e seus aparatos de conhecimento, técnicos, econômicos e político diplomáticos.

As agências das Nações Unidas concordam em reconhecer, pelo menos em palavras, o valor que as organizações da sociedade civil (OSCs) têm na promoção de iniciativas em prol da saúde pública, dos direitos humanos e do desenvolvimento - tanto na mobilização junto aos órgãos legislativos, quanto no compromisso concreto de responder às necessidades das populações marginalizadas.

*OMS e A Sociedade Civil*

Não é uma história fácil a que marca a relação entre a OMS e a sociedade civil. Há uma interação dialética e uma sinergia essencial e feliz entre esses dois atores quando falamos, por exemplo, sobre o processo que levou à aprovação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. As OSCs têm historicamente sido bastante ativas no avanço de uma agenda de política de saúde pública e no papel estratégico da OMS como a mais alta autoridade no assunto em escala internacional. Inspiradas em grande medida pela ideia de saúde como um bem público global e uma questão de justiça social, as OSCs de Interesse Público sempre apoiaram todos os esforços para reconfirmar e fortalecer a liderança e o papel regulador da OMS. Mas a dinâmica desse engajamento não é de forma alguma tida como certa, nem particularmente positiva. O contexto de interação entre a sociedade civil e a OMS tornou-se mais complicado nas últimas décadas devido à ação concomitante de dois fatores: 1. A perda gradual da apropriação da OMS sobre a saúde e o papel preponderante adquirido a partir de 1995 pela Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre os mecanismos estruturais da globalização que têm um impacto considerável sobre o direito à saúde (basta pensar na questão do acesso a medicamentos essenciais e agora no acesso às Vacinas contra a Covid-19, na permanente disputa sobre a propriedade intelectual de produtos de interesse para a saúde); 2. a pulverização progressiva do governo global de saúde devido a uma nova geração de alianças público-privadas que hibridizaram e distorceram o cenário, em grande parte minou o papel específico da OMS e impôs novas situações de conflito com os interesses do setor comercial e industrial (pensemos por exemplo nas iniciativas na área de nutrição), desconsiderando sua relevância.

#### *Os atores não-estatais e os interesses dos povos, dos governos e dos negócios*

Devido à crescente complexidade / confusão devido à presença de novos atores híbridos e, acima de tudo, ao crescente papel da filantropia e do setor empresarial, várias organizações não governamentais (ONGs) e governos deram um salto no processo de reforma da OMS anunciado pela diretora Margaret Chan em 2010, para solicitar uma revisão abrangente e adequada dos instrumentos que regem a relação da OMS com a sociedade civil, em particular “as diretrizes para trabalhar com o setor privado para alcançar resultados de saúde em 2000”.

Os governos pediram o desenvolvimento de uma estrutura de política de Engajamento com Atores Não-Estatais (FENSA) para separar as políticas de engajamento de acordo com suas diferentes naturezas. Esses atores foram assim identificados: 1. Organizações não governamentais; 2. O setor privado, incluindo suas associações de referência; 3. As bases filantrópicas; 4. Instituições acadêmicas. Nesta abordagem, desde 2012, o Secretariado está a trabalhar na redação de um documento, apresentou relatórios sobre o processo em maio e dezembro de 2014, com uma minuta final que levantou as preocupações de vários governos e a aprovação dos países europeus, a criação de um grupo intergovernamental para dirimir as diferenças e interferências do lobby empresarial. A negociação foi tortuosa, durou cinco anos, indicando a delicadeza do assunto, a dificuldade de gestão das relações de poder, com a forte pressão das associações empresariais norte-americanas, e a preocupação de que esse instrumento regulatório da OMS pudesse limitar ou mesmo contrastar o modelo dentro das Nações Unidas. A delegação dos Estados Unidos impôs como condição a reafirmação das parcerias com várias partes interessadas como o único modelo no campo da nutrição e propôs incluir a referência ao Objetivo 17 de desenvolvimento sustentável e à Declaração de Roma para o Marco de Ação em Nutrição.

No conflito entre interesses públicos e lobbies privados que mais uma vez ocorreu dentro da OMS, o FENSA representa um precedente absoluto dentro da ONU, a primeira tentativa de um marco regulatório na gestão de atores não estatais. É uma ferramenta



amplamente imperfeita, que deixa muitas questões problemáticas em aberto, algumas muito espinhosas. Portanto, a boa batalha pela proteção da saúde ainda não foi vencida.

#### *Lobbies e Advocacia nos espaços de decisão internacionais*

A coalizão *Democratizing Global Health* (DGH), criada em maio de 2011 para tornar o papel da sociedade civil no caminho da reforma da OMS mais incisivo, para salvaguardar seu mandato constitucional, interagiu com uma forte ação de advocacia no secretariado e nos Estados membros para fazer as pessoas compreenderem a importância de ter regras claras para governar os interesses privados. A preocupação dirigia-se a alguns mecanismos particularmente insidiosos, como o destacamento de pessoal - entre 2012 e 2015, havia 37 cargos da OMS ocupados por funcionários de atores não estatais, dos quais 3 cargos de topo tinham conexões diretas com a Fundação Gates - e sobre a necessidade de gerenciar a questão cada vez mais complicada do conflito de interesses, para a qual a política da OMS parecia completamente inadequada. A ação da DGH produziu uma reversão da abordagem original da reforma e da percepção geral do processo, com a solicitação dos próprios Estados membros por maior transparência e participação.

Simultaneamente, o Movimento da Saúde dos Povos lançou o *WHO Watch*, iniciativa com o objetivo de fortalecer o monitoramento das OSCs nos órgãos de decisão da OMS, em uma linha de articulação entre as dimensões local e global. O valor deste serviço, além de sua presença reconhecível nas reuniões de Genebra, reside na capacidade de fornecer a todos os grupos locais e nacionais interessados informações sobre as discussões na agenda da OMS e sobre as decisões (e as não decisões) de seus respectivos governos na sede multilateral. A ferramenta é amplamente utilizada por funcionários do governo que não participam das reuniões de Genebra, acadêmicos e especialistas em saúde global, que acompanham todas as anotações ao vivo dos observadores no *skype* por uma semana. O trabalho de observação é sempre precedido de formação específica sobre os temas da ordem do dia antes das reuniões dos órgãos deliberativos e da elaboração de relatórios anuais no final dos trabalhos de acompanhamento.<sup>64</sup>

O G2H2 – Geneva Hub for Global Health, de alguma forma sucedeu os esforços do DGH como tentativa de articular uma frente de movimentos e organizações da sociedade civil que componham uma presença mais sustentada junto à Organização Mundial da Saúde e demais instituições de interesse para a saúde em Genebra.

#### **O debilitamento da participação social nas instituições multilaterais e a fragmentação dos espaços de decisão sobre a saúde global**

Com a Pandemia, conforme registrado pelos informes apresentados pela Alta Comissária dos Direitos Humanos e pelo Secretário Geral da ONU, registrou-se a redução do espaço cívico em escala mundial e também junto ao sistema multilateral, com a virtualidade representando uma nova barreira para o protagonismo da sociedade civil junto às instâncias do Sistema ONU. Talvez um equilíbrio entre a virtualidade e o presencial possível possa articular uma maior incidência nos processos multilaterais de negociação, mas ainda estamos por ver essa possibilidade.

---

<sup>64</sup> Dentico N, Missoni E. *GEOPOLITICA DELLA SALUTE. COVID-19, OMS E LA SFIDA PANDEMICA*. Rubbettino Editores; Italia 2021.



Com a Covid-19 é plausível imaginar um novo salto contrário à sociedade civil mais independente. Na retórica sobre o combate ao vírus, o espaço de usabilidade da sociedade civil é cada vez mais espremido no controle dos danos de iniciativas nascidas fora da OMS, ou reduzido à legitimação de operações construídas fora dos esquemas do jogo democrático, na luta contra o contágio da Covid-19. Um jogo decisivo para o futuro da saúde global está sendo jogado neste momento.

O apoio e a escuta aos relatores especiais e especialistas independentes no âmbito das Nações Unidas, considerados como olhos e voz da sociedade civil, têm um tratamento muito assimétrico. Os direitos civis e políticos obtêm mais apoio com a intenção de fustigar países em desenvolvimento, a partir de uma matriz liberal, em detrimento dos direitos sociais e daquelas relatorias especiais questionadoras da ordem econômica e do poder hegemônicos mundiais. Eles, fatalmente, recebem menos apoio dos países ricos e dos filantropistas, cujas organizações exercem frequentemente um poder desproporcional e fora de qualquer controle na seleção e desenvolvimento de agendas políticas dos direitos humanos.”

Com esta perspectiva crítica em mente, lhes convido a ler a síntese dos principais elementos dos informes de janeiro a maio de 2022:

## 02.02.22

No sempre prolífico espaço dos movimentos e organizações não governamentais de interesse público que lidam com a saúde global e temas associados, 2021 terminou com o lançamento da pesquisa realizada pelo G2H2 sobre o Tratado Pandêmico e suas complexidades e 2022 começou com os informes sobre as desigualdades no Mundo, da OXFAM e do Laboratório de Desigualdades liderado por Thomas Piketty – para não nos deixar esquecer as desigualdades que se aceleraram e seguem acelerando em tempos de pandemia. Em torno aos debates no Comitê Executivo da OMS – WHO EB, se destacam as notas do TWN – Third World Network, analisando criticamente as iniciativas em torno ao Acelerador de Ferramentas COVID-19 e sobre as propostas de reforma dos Regulamentos Internacionais de Saúde – IHR, assim como outra nota sobre as reformas fracassadas na OMC. Finalmente se destacam os debates promovidos pelo G2H2 na semana que antecedeu o WHO EB e artigo de Francine Mestrum do *Global Social Justice* sobre a captura política das proteções sociais por parte do neoliberalismo.

Seguem extratos dos documentos e posições mencionados:

1. 24 de novembro de 2021: Lançamento do relatório G2H2 "A política de um tratado pandêmico da OMS em um mundo desencantado" O relatório (PDF): [The Politics of a WHO Pandemic Treaty](#) Web site do Informe: [The Politics of a WHO Pandemic Treaty](#) Gravação do zoom da reunião: [here](#) Apresentação em slides do relatório: [Geneva slides final](#)
2. **O Relatório Mundial de Desigualdade 2022** [The World Inequality Report 2022 presents the most up-to-date & complete data on inequality worldwide:](#)
3. [A Desigualdade Mata | Oxfam Brasil](#)
4. OMS: Iniciativas de preparação e resposta a emergências em saúde atendem ao interesse dos países desenvolvidos Nova Deli/Kochi 24 de janeiro, (K M Gopakumar e

<https://wp.twnnews.net/sendpress/email/?sid=NTkwODU&eid=NDM3Ng>

Third World Network [www.twn.my](http://www.twn.my)

5. OMS: Os Estados-Membros concordam em trabalhar nas alterações dos Regulamentos Internacionais de Saúde Genebra, 26 de Janeiro (TWN)

<https://wp.twnnews.net/sendpress/email/?sid=NTkwODU&eid=NDM5MA>

Third World Network, [www.twn.my](http://www.twn.my)

6. Reunião sobre a resposta da OMC à pandemia em meio a fortes divergências.

<https://wp.twnnews.net/sendpress/email/?sid=NTkwODU&eid=NDM5NQ> TWN Info

Service on Trade, IP and Health. 27 January 2022. Third World Network. [www.twn.my](http://www.twn.my)

7. Palavras, palavras, palavras... Sobre o poder das palavras e sua relação com as coisas.

22 de janeiro de 2022, Francine S. R. Mestrum.

<https://wsimag.com/culture/68152-words-words-words-dot-dot-dot>

8. Para além da agenda do Conselho Executivo da OMS: Realidades do povo, determinantes da saúde, governança democrática...

Série de workshops da sociedade civil e briefings públicos e debates organizados pelo Geneva Global Health Hub (G2H2), 17 a 21 de janeiro de 2022.

Documentos, vídeos e documentos em [17-21 January 2022: Beyond the agenda of the WHO Executive Board. Series of civil society workshops and public briefings and debates hosted by G2H2, – G2H2](#)

## 6.02.22

No informe de 16.02.22, apontamos dois conflitos substantivos no âmbito da participação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público no ambiente de confrontação política e ideológica que marca os enfrentamentos com os interesses do capital:

1. a reiterada e propositada confusão em torno ao que caracteriza a sociedade civil de interesse público organizada e sua diferença ética em relação aos atores com interesses privados e comerciais e 2. seus conflitos com os interesses privados das empresas com fins de lucro, tais como os grandes monopólios farmacêuticos e as grandes fundações do filantropocapitalismo, na sua disputa ativa pelo espaço soberano decisório dos estados nacionais e na sua forte oposição aos movimentos sociais de interesse público em sua incidência no âmbito das decisões na OMS e no conjunto do Sistema das Nações Unidas.

O ponto 1 fica ilustrado no texto do importante informe da Revista Lancet sobre “Diplomacia e Cooperação Global em tempos pandêmicos: Lições e recomendações da Covid-19”, publicado em Dezembro de 2021, onde na Lição 6 se fala da destacada atuação da sociedade civil no enfrentamento da Covid, para a seguir enumerar as ações de todas as organizações de interesse público ou não, ignorando conflitos de interesse e o crescente debilitamento da sociedade civil e do espaço cívico público no período pandêmico. Parece pouco provável que seja uma visão ingênua, parecendo o fortalecimento de uma constante e deliberada fragilização dos atores sociais e políticos que advogam pelo bem público e os direitos humanos. Na Recomendação 5.1 do mesmo documento, nota-se a fragilidade do argumento em favor da incidência de instituições privadas na arquitetura e financiamento de um novo espaço de manejo de respostas emergenciais e na própria manutenção e operação de atribuições de

alçada da OMS, ignorando o evidente conflito de interesses que isso acarreta. O senso comum instalado torna quase naturais argumentos que tornam cada vez mais tênues os limites entre interesses públicos e privados e terminam entronizando o poder da financeirização na saúde global. Os trechos de interesse do Informe Lancet estão traduzidos abaixo.

O ponto 2 fica bem caracterizado na reação de um conjunto amplo de OSC de Interesse Público que se manifestam energicamente frente à limitação do espaço democrático nos processos de discussão e deliberações da OMS, com um eterno processo de debates sobre o espaço de diálogo com as Organizações da Sociedade Civil de interesse público ao mesmo tempo em que se reparam as tentativas de formalizar a participação das grandes empresas e fundações privadas nos rumos da OMS. Vejam o importante documento de posição das OSC, traduzido abaixo.

Finalmente, neste informe destacamos a produção de vários documentos e produtos de posição do Movimento pela Saúde dos Povos - MSP / PHM, informando sobre o que é e o que reivindica este Movimento criado em 2000, indicamos seus extensos informes periódicos denominados “Global Health Watch” cuja sexta edição será lançada em junho de 2022 com instigantes temas de debates e o recente lançamento de três vídeos em que apresentam suas posições sobre a saúde global e seus desafios contemporâneos. A potência da produção crítica das organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ajuda a entender a extensão do conflito relatado nos dois pontos destacados anteriormente.

1. The Lancet: Comissão Global de Saúde e Diplomacia e força-tarefa de cooperação - “Diplomacia e Cooperação Global em tempos pandêmicos: Lições e recomendações da Covid-19.” DEZEMBRO 2021 [GHD+Final+Note+Dec+2021.pdf \(squarespace.com\)](#)
2. Carta Conjunta das Organizações da Sociedade Civil – OSC sobre o envolvimento dos atores não estatais (Non State Actors –NSA ou ANE – Atores Não Estatais) nos Órgãos de Governo da OMS. 24 de janeiro de 2022. [Microsoft Word - 150EB-JointStatmentNonStateActors.Final.docx \(ippf.org\)](#)
3. Sobre as publicações “Global Health Watch” um informe alternativo de Saúde Global. <https://phmovement.org/global-health-watch/>

**16.03.22**

Na agenda da Sociedade Civil de Interesse Público, o último período produziu ações em torno a três elementos de interesse fundamental para a saúde global: o persistente conflito com a propriedade intelectual sobre vacinas e demais produtos de interesse em saúde no contexto de fortalecimento dos interesses do capital financeiro; o debate em torno às capacidades de resposta global às pandemias / o debate sobre o Tratado Pandêmico e seu contexto de disputa do capital e do filantropocapitalismo sobre as vacinas; a mobilização e conflito em torno à água como bem público em um contexto de privatização das fontes de água.

Sobre o Conflito em torno à propriedade intelectual, uma carta assinada por 202 organizações e movimentos, foi encaminhada à Diretora Geral da OMC no dia 16 de fevereiro de 2022, em apoio à suspensão da propriedade intelectual das vacinas de Covid19. Foi uma tentativa de pressão em torno à OMC no momento de retomada do debate. Mas são remotas as possibilidades de que a OMC ceda às demandas dos países que reivindicam a suspensão dos direitos de propriedade intelectual (waiver). Dada a posição contrária inflexível da União Europeia e a posição ambígua dos Estados Unidos, além da posição manifesta em 2021 por parte do Banco Mundial.

Outra Carta elaborada pelo G2H2 e 120 organizações, documenta o movimento em torno do INB - Órgão De Negociação Intergovernamental, encarregado de elaborar a Proposta de Tratado Pandêmico da OMS. A carta reflete as preocupações em torno ao processo e o risco de que ele seja influenciado pelos interesses do capital financeiro em saúde e a consequente supremacia dos interesses privados e filantrópicos. Como materialidade dessas preocupações em torno ao processo do Tratado temos uma sequência de informações sobre a transferência de tecnologias da BionTech / Pfizer para a África, gerando críticas do British Medical Journal, por identificar neste processo (apoiado pela União Africana e no âmbito de uma Agência Africana de Medicamentos, com fartos recursos da Fundação Bill e Melinda Gates). Esta iniciativa que preserva os interesses de propriedade intelectual, compete diretamente com a iniciativa da África do Sul que conseguir fazer via engenharia reversa uma vacina de RNA Mensageiro sem restrições de patente. Segue a guerra das vacinas e da tecnologia médica fortemente controladas pelo capital transnacional.

Importante também entender o debate em torno ao futuro dos regulamentos sanitários Internacionais – IHR, como um campo de disputa estratégico e de impacto imediato na saúde internacional.

Finalmente, o debate sobre a retirada da Água da Bolsa de Valores , movimenta organizações em torno `a Ágora dos Habitantes da Terra e realizará dia 22 de março um Fórum Parlamentar Internacional.

Documentos de interesse:

1. Carta aberta da Sociedade Civil `a Diretora Geral da OMC. 16 de fevereiro de 2022.

Disponível na [https://ourworldisnotforsale.net/2022/L\\_WTO\\_2022-02-16.pdf](https://ourworldisnotforsale.net/2022/L_WTO_2022-02-16.pdf)

2. Carta do Geneva Global Health Hub – G2H2 e 120 organizacoes e movimentos dirigido ao Intergovernmental Negotiating Body - Corpo de Negociacao Internacional , encarregado da elaboração da proposta de Tratado Pandemico da OMS.

Para: Sra. Precious Matsoso (África do Sul) Sr. Roland Driecce (Holanda) Embaixador Tovar da Silva Nunes (Brasil) Sr. Ahmed Salama Soliman (Egito) Kazuho Taguchi (Japão) Dr. Viroj Tangcharoensathien (Tailândia) cc.: Secretariado da OMS

Roma/Boston/Genebra, 12 de março de 2022 <https://g2h2.org/posts/inb-openletter-march2022/>

3. BioNTech enviará instalações modulares de vacinação mRNA em contêineres para países africanos para iniciar a produção. **Medicines & Vaccines** 16/02/2022. [Elaine Ruth Fletcher. https://healthpolicy-watch.news/biontech-to-set-up-modular-mrna-vaccine-production-facilities-in-africa/](https://healthpolicy-watch.news/biontech-to-set-up-modular-mrna-vaccine-production-facilities-in-africa/)
4. Antes da Cúpula UE-UA, os reguladores de medicamentos africanos recebem um impulso de mais de 100 milhões de euros do Time Europa e da Fundação Bill & Melinda Gates. 15 de fevereiro 2022. [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip\\_22\\_993?fbclid=IwAR13N3Irc82MOGrpx5s\\_Gd6-hasjt\\_RZw6u5w5NwZ1pSZa42Vd\\_G-b9ixQ](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_22_993?fbclid=IwAR13N3Irc82MOGrpx5s_Gd6-hasjt_RZw6u5w5NwZ1pSZa42Vd_G-b9ixQ)
5. The BMJ: BioNTech Consultancy Sought to Undermine WHO Efforts to Create African mRNA Vaccine Tech Hub. **Medicines & Vaccines** 10/02/2022. [Editorial team. https://healthpolicy-watch.news/93880-2/](https://healthpolicy-watch.news/93880-2/)
6. Como os Regulamentos Internacionais de Saúde moldaram a resposta global ao COVID-19: Uma conversa com a especialista australiana Dra. Alex Phelan da Universidade de

Georgetown. 08 de março de 2022. Centro Indo-Pacífico de Segurança da Saúde: Departamento de Relações Exteriores e Comércio. <https://containthis.buzzsprout.com/620797/10208689-how-the-international-health-regulations-shaped-the-global-response-to-covid-19-a-conversation-with-australian-expert-dr-alex-phelan-from-georgetown-university?t=0>

7. Assembleia Parlamentar. 22 de março de 2022. Agora dos Habitantes da Terra [www.agorahumanité.org](http://www.agorahumanité.org)

### 30.03.22

A segunda quinzena de março de 2022 teve na agenda dos movimentos e ONGs de interesse público a presença de um conjunto de iniciativas em torno a temas conhecidos e sempre conflitivos:

-Importante anotar a realização na Cidade do México do Fórum Social Mundial entre os dias 1º e 6 de maio de 2022, precedido pelo Fórum Social das Resistências na Cidade de Porto Alegre [Inscrição | Forum Social 2022 \(forumsocialdasresistencias.org.br\)](http://inscricao.forumsocialdasresistencias.org.br). Seguindo a tradição, o FSM se compõe de um número expressivo de espaços auto gerenciados e onde a saúde, principalmente em torno `a Pandemia de Covid19 e suas consequências, terá muito destaque, ao lado das outras crises que afetam a Humanidade e as alternativas para enfrentá-las. Mas o Fórum Social desde há algum tempo vem discutindo seu próprio processo e suas crises e por isto pareceu oportuno destacar o documento de análise de Francine Mestrum do Global Social Justice da Bélgica e membro da Coordenação do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social e do Conselho Internacional do FSM, onde aborda criticamente o momento do FSM e suas perspectivas de futuro como espaço estratégico do altermundialismo ;

-A Internacional Progressista traz o anúncio no dia 29 de março da posição do México em apoio `a posição de Índia e África do Sul sobre os direitos de patente e rechaçando a posição dos EUA e União Europeia. Importante posicionamento do México que reforça a luta pela suspensão das patentes de vacinas o que implica mudança de posição com possíveis implicações no acordo de Libre Comercio da América do Norte. Notícia para não esquecer que a guerra das vacinas segue presente e com a endemização da Covid19 a necessidade de vacinar cada 4 a 6 meses se tornará impositiva, por isso a necessidade de consolidar as capacidades públicas de produção de vacinas e medicamentos e redimensionar a infraestrutura física e operativa do Sistema Nacional de Saúde;

-O South Center publicou um Policy Brief no dia 25 de março intitulado: “Instalando a equidade como referência central nos Regulamentos Internacionais de Saúde e Instrumentos Legais futuros da OMS sobre Preparação e Resposta Pandêmica”, interessante documento que historiciza e ordena o debate sobre o Tratado Pandêmico e a revisão dos IHR. Leitura obrigatória.

-Como a semana da Água no mês de março, foi lembrada a essencialidade deste bem público para o enfrentamento de doenças e para todas as funções essenciais da vida. Anexamos o link do Fórum Alternativo mundial da Água realizado em Dakar – Senegal de 21 a 26 de março e agregou-se as conclusões da sessão com parlamentares para barrar a entrada da agua na Bolsa de Valores dos Estados Unido, pelo direito humano `a agua, realizada em 22 de março. Movimentos importantes em um momento de ofensiva das forças privatistas e a transnacionalização das fontes de água, especialmente subterrâneas, gerando mais insegurança climática e social.

1. Artigo no Lancet: A prevenção da Covid19 se assenta sobre a confiança que os cidadãos tem neles mesmos e em seu governo. Publicação do Lancet [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(22\)00172-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(22)00172-6/fulltext) em 01.02.22.

## 2. O Fim do Movimento Alter-Globalista?

By Francine Mestrum\* – Wall Street International Magazine <https://wsimag.com/economy-and-politics/68628-the-demise-of-the-alter-globalist-movement> 29.03.22

3. Internacional progressista. Escrevemos para vocês com notícias importantes no processo de abertura de regras comerciais para a produção de vacinas Covid-19 em todo o mundo. <https://mailchi.mp/progressive.international/esto-es-enorme?e=502b2f5ac5>

4. Instalando a equidade como referencia central nos Regulamentos Internacionais de Saúde e Instrumentos Legais futuros da OMS sobre Preparação e Resposta Pandêmica. South Center Policy Brief 108, 25.03.22. Por Nirmalya Syam\* [https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2022/03/PB108\\_Mainstreaming-Equity-in-the-IHR-and-Future-WHO-Legal-Instruments-on-Pandemics\\_EN.pdf](https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2022/03/PB108_Mainstreaming-Equity-in-the-IHR-and-Future-WHO-Legal-Instruments-on-Pandemics_EN.pdf) \* Nirmalya Syam é Diretora Sênior de Programas do Programa de Saúde, Propriedade Intelectual e Biodiversidade do South Center.

5. FAME – Fórum Mundial Alternativo da Água. De 21 A 26 de março de 2022. Dakar – Senegal. [HTTPS://WWW.FAME2022.ORG/EN/](https://www.fame2022.org/en/)

6. Fora "wall street". A água pertence aos cidadãos e à vida <https://www.other-news.info/get-out-wall-street-water-belongs-to-citizens-and-to-life/> 22 de março de 2022.

Reunião internacional de parlamentares sobre «vamos liberar a água do mercado de ações» a resolução e os compromissos. <https://agora-humanite.org/>

**27.04.22**

Este informe sobre pensamentos e ações da Sociedade Civil de Interesse Público Global - SC IP em Saúde, traz dois artigos importantes para uma reflexão para a ação. O primeiro de Francine Mestrum, da Global Social Justice e do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, e que foi painelistas no Seminário do CRIS de 20 de abril de 2022, tendo como título "A Luta contra as Desigualdades" reflete o debate realizado e nos aponta o grau de exigência sobre as políticas sociais, a seguridade social, o desenvolvimento e o contrato social que necessitamos construir para amparar políticas de saúde universalistas como parte da luta contra as desigualdades e não contra os pobres ou a pobreza. O segundo artigo "Como projetar um Fundo de Preparação e Resposta Pandêmica" de Mariana Mazzucato e Alan Donnelly, nos remete em uma direção diferente onde o arranjo proposto preserva o possível dentro de limites das políticas sociais liberais. A análise comparativa dos dois trabalhos pode nos dar uma ideia dos caminhos diversos que podem superar ou não a crise social, econômica, sanitária e ambiental que vivemos e sua mais dura expressão na forma de desigualdades injustas.

Na sequência tratamos de identificar iniciativas e eventos que marcam a mobilização da SC de IP no mês de maio em torno aos temas de políticas sociais e de saúde. O Fórum Social Mundial e as atividades do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, na Cidade do México de 01 a 06 de maio de 2022, na modalidade híbrida. O lançamento do Global Health Watch 6 – Informe alternativo mundial sobre a Saúde, iniciativa do Movimento pela Saúde dos



Povos no dia 27 de abril. O convite para a “Cúpula do Fim do Mundo” da Internacional Progressista entre os dias 12 a 15 de maio. As atividades do G2H2 preparatórias e no transcurso da Assembleia Mundial da Saúde – OMS entre os dias 16 a 20 de maio de 2022 em Genebra, incluindo um texto reflexivo preliminar de Nicoletta Dentico sobre as formas de captura das representações e participações sociais e uma proposta de oficina sobre o tema.

Na sequência encontrarão os detalhes sobre as atividades relacionadas e seus links, assim como os artigos traduzidos ao português.

1. A Luta contra as Desigualdades. Por Francine Mestrum – Meer <https://www.other-news.info/fight-against-inequalities/> 25 de abril de 2022. Acesse o original: <https://www.meer.com/en/68824-fight-against-inequalities>
2. Como projetar um Fundo de Preparação e Resposta Pandêmica. Mariana Mazzucato, Alan Donnelly. 20 de abril de 2022. [https://www.project-syndicate.org/commentary/pandemic-financial-intermediary-fund-how-to-design-by-mariana-mazzucato-and-alan-donnelly-2022-04?utm\\_source=Project+Syndicate+Newsletter&utm\\_campaign=8ca7314165-sunday\\_newsletter\\_04\\_24\\_2022&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_73bad5b7d8-8ca7314165-107414358&mc\\_cid=8ca7314165&mc\\_eid=a1aa96faca](https://www.project-syndicate.org/commentary/pandemic-financial-intermediary-fund-how-to-design-by-mariana-mazzucato-and-alan-donnelly-2022-04?utm_source=Project+Syndicate+Newsletter&utm_campaign=8ca7314165-sunday_newsletter_04_24_2022&utm_medium=email&utm_term=0_73bad5b7d8-8ca7314165-107414358&mc_cid=8ca7314165&mc_eid=a1aa96faca)

### **3. FSM e FSMSSS – Cidade do México, 01 a 06 de maio de 2022**

[Foro Social Mundial 2022 México – Otro mundo es posible \(wsf2022.org\)](https://www.wsf2022.org/)

[Início | Fórum Social Mundial da Saúde e Seguridade Social \(fsmsss.org\)](https://www.fsmsss.org/)

[Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social - Início | Facebook](https://www.facebook.com/fsmsss.org/)

4. **O Movimento de Saúde dos Povos (MSP) tem o prazer de anunciar o lançamento da sexta edição de sua publicação Global Health Watch (GHW6).** Como um relatório definitivo para um discurso alternativo sobre saúde, a GHW tornou-se referência para ativistas da saúde, sociedade civil e sistemas universitários.
5. **5. A Internacional Progressista apresenta... A Cúpula do Fim do Mundo! 12 a 15 de maio de 2022.** <https://mailchi.mp/progressive.international/invitation-5853420?e=502b2f5ac5>
6. **16 a 20 de maio de 2022: Realidades das pessoas, determinantes da saúde, governança democrática: Conectar pontos fora das portas da Assembleia Mundial da Saúde. Serie de debates públicos organizados pelo G2H2 na semana anterior à abertura da 75ª Assembleia Mundial da Saúde. 16 a 20 de maio de 2022** <https://g2h2.org/posts/may2022/>
7. **Afastando-se da nossa síndrome de Estocolmo? Sociedade civil no limite de sua sagacidade em um "estado de exceção". Rascunho de nota conceitual para o workshop do G2H2 em Genebra, verão de 2022. Nicoletta Dentico.**

Para colocar na agenda de visualizações:

Sobre os eventos do G2H2 de 16 a 20 de maio de 2022: “Realidades das pessoas, determinantes da saúde, governança democrática: A conexão de pontos fora das portas da Sede da Assembleia Mundial da Saúde.”

O G2H2 sediou debates de políticas públicas na semana anterior à abertura da 75ª Assembleia Mundial de Saúde Na 75ª Assembleia Mundial da Saúde (WHA75) marcada para 22-28 de maio de 2022, o tamanho das delegações permitidas para participar das deliberações presenciais no Palais des Nations será estritamente limitado. Essa configuração embaraçosa é explicada pela Secretaria da Organização Mundial da Saúde com problemas de capacidade (renovação atrasada do Palais des Nations), e encontrou seu caminho para o título da série de debates políticos de maio de 2022, organizada pelo Centro Global de Saúde de Genebra: "Realidades das pessoas, determinantes da saúde, governança democrática: Conectar pontos fora das portas da Assembleia Mundial da Saúde".

Do lado de fora das portas da Assembleia Mundial da Saúde – é de fato onde a maioria de nós estará.

**Todos os vídeos das sessões abaixo e seus documentos podem ser encontrados em: [16-20 May 2022: People's realities, determinants of health, democratic governance: Connecting dots outside the doors of the World Health Assembly – G2H2](#)**

Programa:

Segunda-feira, 16 de maio de 2022, 13:00-14.30 CEST: "Percebendo a equidade em emergências em saúde: O caminho a seguir."

Segunda-feira, 16 de maio de 2022, 15:00-16:30 CEST: "Podemos falar com o Secretariado da Assembleia Mundial de Saúde, por favor?" Novas perspectivas para a interação da sociedade civil com os organizadores da Assembleia da OMS.

Quarta-feira 18 de maio de 2022, 13.00-14.30 CEST. "A dimensão da saúde pública do problema mundial das drogas: Promover respostas à saúde baseadas em evidências" Quarta-feira 18 - Quarta-feira 18 maio 2022, 15.00-16.30 CEST. "Resistência Antimicrobiana: A distopia de um modelo de desenvolvimento insustentável."

Quinta-feira, 19 de maio de 2022, 13:00-14:30 CEST. " Uma "lei do tabaco" para os organizadores da indústria de combustíveis fósseis."

Quinta-feira, 19 de maio de 2022, 15.00-16.30 CEST. " Fazendo da abordagem *one health* uma abordagem socialmente sensível.

Sexta-feira 20 maio 2022, 13.00-14.30 CEST. " Minando respostas democráticas e multilaterais: Multistakeholderism em governança global da saúde."

Abaixo Twitter: : [#WHA75 #outsidethedoors](#) Use o folheto ([PDF](#)) e o cartão de mídia social ([PNG](#)) para nos ajudar a promover os eventos.

Detalhes das sessões:

**Segunda-feira, 16 de maio de 2022, 13.00-14.30 CEST.**

**"Percebendo a equidade em emergências em saúde: O caminho a seguir."**

Uma das questões significativas que surgiram durante as reuniões do Grupo de Trabalho sobre Preparação e Resposta Pandêmica da OMS (WGPR) é sobre a definição operacional de equidade na preparação e resposta de emergência em saúde. Os países em desenvolvimento afirmaram que as preocupações com a equidade devem ser tratadas tanto por meio das alterações do Regulamento Sanitário Internacional (IHR) quanto do novo instrumento legal proposto sobre prevenção, preparação e resposta da pandemia, o que significa que deve haver obrigações legalmente vinculativas sobre o patrimônio. No entanto, observou-se que não há muita melhoria nesse esforço, exceto pelas citações aspiracionais sobre a equidade como princípio e resultado. Na frente operacional, o silêncio seletivo é mantido. O diálogo político discutirá como



traduzir a necessidade de equidade em compromissos concretos legalmente vinculativos. Também pretende analisar de forma abrangente as propostas de alteração do IHR e os insumos sobre elementos substantivos para o novo instrumento pandemia, de tal forma que a rede seja lançada amplamente por estratégias de equidade tanto nas alterações do IHR quanto no novo instrumento. A sessão tem como objetivo explorar por que o atual regime de emergência em saúde não é equitativo, por que o princípio das Responsabilidades Comuns, mas Diferenciadas, é importante no regime de emergência em saúde e como traduzir equidade em compromissos entregues e legalmente vinculativos.

Palestrantes;

Matiangai Sirleaf, Nathan Patz Professor de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Maryland; Adam Kamradt-Scott, Professor, Escola de Governança Transnacional, Instituto Universitário Europeu; Sangeeta Shashikant, Consultora Jurídica, Rede Do Terceiro Mundo - TWN; Iddrisu Yakubu, Ministro Conselheiro, Missão Permanente da República de Gana em Genebra. Moderadora: Nicoletta Dentico, Programa de Justiça da Saúde, Sociedade para o Desenvolvimento Internacional (SID)

Referências:

Relatório Epidêmico de Matiangai Sirleaf [Responsibility for Epidemics](#) (2018) ; Mainstreaming Equity in the International Health Regulations and Future WHO Legal Instruments on Pandemic Preparedness and Response South Centre brief by Nirmalya Shyam [Mainstreaming Equity in the International Health Regulations and Future WHO Legal Instruments on Pandemic Preparedness and Response](#) (2022); A/HRC/47/31: Solidariedade internacional Solidariedade internacional em prol da realização dos direitos humanos durante e após a doença coronavírus (COVID-19) Relatório pandêmico do Relator Independente de Direitos Humanos e Solidariedade Internacional. Obiora C. Okafor [A/HRC/47/31: International solidarity in aid of the realization of human rights during and after the coronavirus disease \(COVID-19\) pandemic Report of the Independent Expert on human rights and international solidarity](#) (2021); Zero draft report of the Working Group on Strengthening WHO Preparedness and Response to Health Emergencies to the Seventy fifth World Health Assembly. Still under negotiations (May 2022); Painel da OMS sobre Covid19 Recomendações para Reformar Emergências em Saúde (de várias fontes) [WHO Dashboard on Covid19 Related Recommendations](#)

**Segunda-feira, 16 de maio de 2022, 15.00-16.30 CEST.**

**"Podemos falar com o Secretariado da Assembleia Mundial de Saúde, por favor?": Novas perspectivas para a interação da sociedade civil com a OMS.** Temos, muitas vezes, e por boas razões, levantado a questão de um espaço cívico encolhido e com condições de trabalho difíceis para a sociedade civil em sua interação com a Organização Mundial da Saúde e, em particular, com as reuniões do órgão regulador da OMS [shrinking civic space and difficult working conditions for civil society](#) . Mas nem tudo é desesperador, e faz sentido distinguir entre os processos muitas vezes difíceis e um em que os Estados-membros da OMS estão na liderança versus uma disposição talvez mais aberta para a sociedade civil pelo Secretariado da OMS e seu Diretor-Geral. Para melhorar ainda mais as relações entre OMS e sociedade civil, o projeto de uma Comissão da Sociedade Civil foi proposto pelas redes e organizações da sociedade civil à Secretaria da OMS em 2020, e encontrou o interesse do diretor-geral [WHO – Civil Society Commission](#) . Depois de um grande esforço, espera-se que a Comissão seja lançada em 2022 – mas a forma, o escopo e até mesmo a credibilidade dessa Comissão permanecem contestados. Nesta sessão, os membros e parceiros do G2H2 engajados na promoção da Comissão da

Sociedade Civil da OMS fornecem uma visão geral da história desta iniciativa atual e do que a sociedade civil pode esperar da Comissão. O diálogo político também delineará potenciais armadilhas, armadilhas, interesses concorrentes e perguntas abertas, baseadas em experiências passadas e alguns desafios particulares relacionados à governança da OMS. Será que a Comissão será um avanço para um engajamento mais significativo da sociedade civil com o Secretariado da OMS, ou seguirá o caminho de outras iniciativas fracassadas?

Esboço da sessão:

Introduções e visão geral. “O projeto da Comissão da Sociedade Civil da OMS: O que é, e onde estamos com ele.” Lucile Hermant, Action Contre la Faim (ACF); “ Posicionando o projeto da Comissão CS da OMS no campo mais amplo da governança da OMS ” Thomas Schwarz, Medicus Mundi International – Network Health for All (MMI) “Apresentação do Conselho da Juventude da OMS: Lições de uma iniciativa paralela”

[WHO Youth Council](#) Iris Blom, Presidente de Eventos da Federação Internacional de Associações de Estudantes De Medicina (IFMSA); Secretaria da OMS, representada por Gaudenz Silberschmidt, Diretor, e Taina Nakari, Diretora de Relações Exteriores. Discussão plenária de Saúde e Parcerias Multilaterais. Encerramento: o que vem a seguir para o projeto da Comissão e como se engajar ainda mais. Moderação da sessão: Ravi Ram, Movimento da Saúde dos Povos.

Referências: A proposta da Comissão da Sociedade Civil da OMS, [The proposal of a WHO Civil Society Commission](#)

apresentação da visão geral atualizada, maio de 2022. Posicionando o projeto da Comissão da OMS-CS no campo mais amplo da governança da OMS [Positioning the WHO-CS Commission project in the broader field of WHO governance](#) , apresentação por Thomas Schwarz, maio de 2022. Proposta de esboço de uma Comissão da Sociedade Civil da OMS [Proposed outline of a WHO Civil Society Commission](#) submetida à Secretaria da OMS em janeiro de 2021. Contato: Grupo Google [Google group](#) grupo de interesse da sociedade civil informal preocupado com a proposta da Comissão da Sociedade Civil da OMS.

Referências de Contexto: Para um engajamento mais significativo da OMS com a sociedade civil [Towards a more meaningful engagement of WHO with civil society](#) . Uma avaliação da sociedade civil sobre propostas sobre "Processos de reforma da governança da OMS: Envolvimento de atores não estatais" (2019). A Grande Aquisição: Mapeamento do Multistakeholderismo em Relatório de Governança Global pelo Grupo de Trabalho do Povo sobre Multistakeholderismo, [The Great Takeover: Mapping of Multistakeholderism in Global Governance](#) 2022. OMS lança conselho juvenil para aconselhar sobre questões globais de saúde e desenvolvimento que afetam jovens. Notícias da OMS, [WHO launches youth council to advise on global health and development issues affecting young people](#) , 2020.

Sessão organizada por: Movimento de Saúde dos Povos (E&S África), Action Contre la Faim (ACF), Save the Children International, Medicus Mundi International Network, COPASAH e AfroPHC Contato para perguntas: Ravi Ram, PHM, [p hm.esafrica@phmovement.org](mailto:p hm.esafrica@phmovement.org) Língua/interpretação: Inglês.

**Quarta-feira, 18 de maio de 2022, 13.00-14.30 CEST.**

**“ A dimensão da saúde pública do problema mundial das drogas: Promoção de respostas à saúde baseadas em evidências às drogas.”** O problema mundial das drogas tem múltiplas dimensões de saúde pública que abordam a prevenção, o tratamento e o cuidado de pessoas com uso de drogas e dependência de drogas, redução de danos associados ao uso de drogas e acesso a medicamentos controlados para alívio da dor. Além da dimensão da saúde pública, há também uma dimensão dos direitos humanos para a política de drogas. A OMS tem um papel fundamental no enfrentamento e na promoção da dimensão da saúde pública e dos direitos humanos das questões globais relacionadas às drogas. A Assembleia Mundial da Saúde vem relatando periodicamente a dimensão da saúde pública do problema mundial das drogas

desde 2017 e realizará seu último relatório planejado na WHA 75, a ser realizada entre 22 e 28 de maio de 2022. Este diálogo político tem como objetivo conscientizar sobre a dimensão da saúde pública do problema mundial das drogas e destacar a importância do trabalho contínuo da OMS e o seu monitoramento neste campo.

Programa: Vladimir Poznyak, Chefe de Unidade de Álcool, Drogas e Comportamentos Viciantes, Organização Mundial da Saúde (OMS); Acesso a medicamentos: Smriti Rana, Pallium, Head Strategic Programs and Partnerships; Associação Internacional de Prevenção de Cuidados Hospitalares e Paliativos: Maik Duennbier, Diretor de Estratégia e Advocacia; Tratamento Internacional movendi, recuperação e reintegração social: Gisela Hansen, Diretora; Dianova Espanha Redução de Danos: Colleen Daniels, Vice-Diretora e Líder de Saúde Pública, Redução de Danos. Moderação: Lucia Goberna, Relações Institucionais, Dianova International.

## Referências

Dimensão desde a saúde pública do problema mundial das drogas. [Public health dimension of the world drug problem.](#) Organização Mundial da Saúde 2022. Documento da WHA A75/43 A dimensão da saúde pública do problema mundial das drogas: como a OMS trabalha para prevenir o uso indevido de drogas, reduzir danos e melhorar o acesso seguro à medicina" Organização Mundial da Saúde [The public health dimension of the world drug problem: how WHO works to prevent drug misuse, reduce harm and improve safe access to medicine"](#) 2019. A Dimensão da Saúde Pública da Organização Mundial de Saúde de 2017. Documento WHA A70/18 [The Public Health Dimension of the World Drug Problem](#)

Sessão organizada por: Dianova International, Associação Internacional de Cuidados Hospitalares e Paliativos, Redução de Danos Internacionais e Movendi International Contato para consultas: Lucía Goberna, Dianova International, [lucia.goberna@dianova.org](mailto:lucia.goberna@dianova.org) . Linguagem: Somente inglês.

**Quarta-feira, 18 de maio de 2022, 15:00-16.30 CEST.**

**“ Resistência Antimicrobiana: A distopia de um modelo de desenvolvimento insustentável .”** Em março de 2022, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) foi convidado a se juntar ao Grupo Tripartite que abraça a OMS-FAO-OIE na luta contra a Resistência Antimicrobiana (AMR). Por que? Porque, basicamente, a maioria das bactérias resistentes a antimicrobianos toma suas origens do meio ambiente – água, solo, ar – já que 80% dos antibióticos são usados em fazendas industriais de carne e peixes, principalmente para prevenir doenças dos animais enquanto estão em condições horríveis de reprodução e para engordar animais mais rapidamente. Os antibióticos são rotineiramente espalhados em frutas, e o glifosato – que foi registrado em 2014 como antibiótico – é massivamente espalhado em campos dedicados à agricultura industrial. A resistência antimicrobiana ocorre quando bactérias, vírus, fungos e parasitas não respondem mais a medicamentos tornando as infecções mais difíceis de tratar e aumentando o risco de propagação de doenças, doenças graves e morte: a OMS calcula que cerca de 700.000 pessoas morrem de infecções resistentes a medicamentos a cada ano. Cientistas que atuam neste campo calculam entre 10 e 20 milhões de mortes em excesso por ano, em todas as idades; e uma mortalidade neonatal muito alta na Índia. A OMS declarou que a AMR é uma das 10 principais ameaças globais à saúde pública que a humanidade enfrenta. A falha das instituições nacionais e das organizações internacionais em definir adequadamente o problema como ambiental e enfrentar as causas básicas dessa emergência representa, em si, um enorme desafio a qualquer perspectiva de medidas efetivas que estão sendo tomadas para enfrentar a arena da AMR. É fato que a maioria das conversas sobre a AMR

estão culpando o paciente ou médico individual por manipulação indevida de antibióticos, e soluções são procuradas através da abordagem restrita de P&D e acesso adotada para doenças infecciosas passadas, reduções nas exigências da FDA, incluindo a necessidade de novos incentivos para as empresas farmacêuticas se envolverem em P&D. Esse modelo interpretativo não corresponde à natureza sistêmica dessa crise de saúde. A RM vem do meio ambiente e da cadeia alimentar: são vegetais, tomates e carne (frango, porco, peixe), quando mais de 55% do mundo não tem tratamento de águas residuais e sistemas de água limpa. Em um momento de mudanças climáticas, com inundações, ciclones e muitos outros eventos climáticos extremos aumentando em frequência e intensidade, o ambiente deve vir primeiro quando lidamos com o controle da AMR. E o meio ambiente nos leva à distopia dos atuais modelos de desenvolvimento econômico e à governança desestruturada criada com a determinação desse problema.

Palestrantes: Stefano Prato, Diretor Geral da Society for International Development (tbc) Lisa Crump, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA (tbc) Garance Upham, Presidente, AMR Think-Do-Tank, Geneva International John Poté, PhD, Professor, Research in Microbial Ecology and Environmental Biotechnology Lab., Forel Institute, UNIGE, Geneva Dr. Jane Kengaya-Kayondo, TDR-WHO. Ex-Conselheiro da Wellcome Trust para a África; Fundador & CEO Route Skilling Young Adults, Uganda Cassandra L. Quave, Ph.D. Associate Professor, Dermatology & Human Health, Emory University School of Medicine; Curadora do Emory Herbário. Moderadora da Sessão dos EUA: Nicoletta Dentico, Programa de Justiça em Saúde, Sociedade para o Desenvolvimento Internacional e co-presidente do Geneva Global Health Hub.

Sessão organizada por: Society for International Development (SID) e AMR Think-Do-Tank Contato para perguntas: Nicoletta Dentico (SID), [ndentico@sidint.org](mailto:ndentico@sidint.org), e Garance Upham (AMR Think-Do-Tank), [garance.upham@gmail.com](mailto:garance.upham@gmail.com). Línguas: sessão estará disponível em inglês, espanhol e francês.

**Quinta-feira, 19 de maio de 2022, 13:00-14.30 CEST.**

### **“Uma "lei do tabaco" para a indústria de combustíveis fósseis.”**

Danos à saúde planetária e à saúde humana são alimentados por propagandas que promovem empresas poluidoras e tentam cidadãos em escolhas de estilo de vida poluentes. Assim como o tabaco, a poluição do ar pela indústria de combustíveis fósseis está matando milhões de pessoas por ano (OMS). A indústria de combustíveis fósseis usa uma cartilha semelhante à indústria do tabaco. No entanto, não há regulamentação para a indústria de combustíveis fósseis que impeça a publicidade, o patrocínio e a comercialização de seus produtos e serviços. A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pela OMS (FCTC) tem sido eficaz na redução do poder da indústria do tabaco e das tentações diárias para (novos) fumantes. Uma convenção semelhante para a indústria de combustíveis fósseis impedirá a promoção, as mensagens enganosas e o lobby das empresas poluidoras e mudará normas e valores na sociedade. Posteriormente, reduzirá as emissões de GEE e outras poluições e criará um ponto de inflexão social necessário para manter o aquecimento global bem abaixo de 1,5°C. Semelhante à proibição do tabaco, a proibição de anúncios fósseis produzirá enormes melhorias na saúde em todo o mundo. Este diálogo político fornece um espaço para discussão e *brainstorm* sobre as possibilidades de uma lei ou regulamento global que proíbe o uso de anúncios fósseis. Fornecerá um escopo sobre se, e como, esforços legislativos podem ser feitos pela OMS, seus Estados-membros e redes de saúde relevantes para avançar uma proibição global de anúncios

de combustíveis fósseis. A sessão provocará caminhos, possíveis aliados internacionais e próximos pontos de ação para levar esta campanha adiante.

Palestrantes: Ken Henshaw, Diretor Executivo, We the People, Nigéria; Jessica Beagley, Policy Expert, Global Climate and Health Alliance, UK; Dr. Lori Adamson, Medical and member of the Canadian Association of Physicians for the Environment, Canada; Mark Eccleston-Turner, Senior Lecturer in Global Health Law, King's College London, Reino Unido.

Principais referências: A OMS deve declarar a mudança climática uma emergência de saúde pública [WHO should declare climate change a public health emergency](#) Harmer A, Eder B, Gepp S, Leetz A, van de Pas R., BMJ 2020; 368 :m797 doi:10.1136/bmj.m797 T . Investing in humanity: The BMJ's divestment campaign Abbasi K, Godlee F., BMJ 2020; 368 :m167 doi:10.1136/bmj.m167 [Investing in humanity: The BMJ's divestment campaign](#) ; Benefícios climáticos e de qualidade do ar de uma eliminação realista de combustíveis fósseis. [Climate and air-quality benefits of a realistic phase-out of fossil fuels](#). Shindell, D., Smith, C.J., Nature 573, 408-411 (2019). Grupo de médicos quer materiais educativos de empresas de combustíveis fósseis mantidos fora das salas de aula. [Doctors' group wants educational materials from fossil fuel companies kept out of classrooms](#) Notícias da CBC, março de 2022 . [Ads for cars and flights could cause twice as much CO2 as Spain](#) Anúncios de carros e voos podem causar o dobro de CO2 que a Unidade Europeia do Greenpeace, 2022. Fatos Rápidos sobre Mudanças Climáticas e Ficha Técnica da OMS [Fast Facts on Climate Change and Health](#)

Sessão organizada por: Medicus Mundi International Network, Zorg Voor Klimaat, Reclame Fossielvrij, Klimawandel und Gesundheit Contato para perguntas: Winne van Woerden winne.van.woerden@hotmail.com e Martine Doppen martine@reclamefossielvrij.n Língua: somente inglês.

**Quinta-feira, 19 de maio de 2022, 15:00-16:30 CEST.**

**“Tornando a abordagem de *Uma Saúde socialmente sensível*”.** Desde o surto da pandemia Covid-19, a abordagem One Health tem sido mainstreamed para alcançar um melhor plano de preparação para a saúde. A abordagem one health trata de abordar as preocupações de doenças zoonóticas endêmicas, tropicais negligenciadas e transmitidas por vetores, bem como resistência antimicrobiana, riscos à segurança alimentar e saúde ambiental, incluindo mudanças climáticas. A Aliança Quadripartite da FAO, OIE, OMS e PNUMA propôs um projeto de Plano de Ação Conjunta de Saúde (OH JPA) que tem sido divulgado pelo Secretariado da OMS aos seus Estados-Membros para comentários escritos. Um Painel de Especialistas de Alto Nível de Saúde (OHHLEP) foi formado para analisar a política de Saúde Única a mando dessas organizações e eles adotaram uma definição operacional da abordagem *One Health*. Além de outros fóruns, como a Convenção sobre a Diversidade Biológica, os representantes da Aliança Quadripartite estão trabalhando ativamente para desenvolver planos de ação e estratégias complementares ao seu Plano de Ação Conjunta, promovendo a definição da OHHLEP da abordagem *One Health*. No entanto, essa definição tem encontrado resistência nas reuniões da Convenção sobre Diversidade Biológica, com alguns estados questionando sua integralidade e legitimidade da definição. As questões estão sendo levantadas sobre se a One Health, sua definição, sua abordagem e caminhos, são cegas para a divisão de desenvolvimento existente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, e iniquidades socioeconômicas, e, se sim, se a abordagem é verdadeiramente "Um" em seu espírito e essência. Nesse contexto, o debate político discutirá a abordagem One Health e o Plano de Ação Conjunta e buscará explorar formas de tornar socialmente sensível a abordagem da Saúde Única, especialmente às iniquidades socioeconômicas existentes e à divisão do desenvolvimento.

Documento da WHA A75/19: Fortalecimento da preparação da OMS [Document A75/19](#): e resposta a emergências em saúde Fortalecimento da colaboração no *One Health* sobre esta sessão: Terceiro Mundo Contato de Rede para perguntas: Nithin Ramakrishnan, [directornithin@gmail.com](mailto:directornithin@gmail.com) Detalhes do programa e referências/recursos a serem adicionados Linguagem/interpretação: Somente inglês.

Sessão organizada por: Terceiro Mundo, Contato de Rede para perguntas: Nithin Ramakrishnan, [directornithin@gmail.com](mailto:directornithin@gmail.com) detalhes do Programa.

Sexta-feira, 20 de maio de 2022, 13.00-14.30 CEST.

“Minando respostas democráticas e multilaterais: Multistakeholderismo na governança global da saúde” embora o processo de deslocamento de governos e sociedade civil de mecanismos decisórios globais determinantes não seja novo, o multistakeholderismo, como tem sido chamado, tem aumentado rapidamente nas últimas duas décadas. De acordo com um estudo recente, "empresas farmacêuticas, filantropias privadas, o grupo do Banco Mundial e os governos doadores do Norte têm uma influência muito maior [na governança da saúde global] do que os países em desenvolvimento, instituições multilaterais da ONU e governos eleitos".

As decisões tomadas nesses mecanismos multistakeholder e em instituições multilaterais capturadas têm impacto direto na saúde das pessoas, na educação das crianças, nos direitos digitais, no acesso aos serviços públicos básicos e aos direitos humanos, incluindo o direito a um ambiente saudável. Enquanto muitas organizações da sociedade civil estão acolhendo arranjos multistakeholder dada a sua proximidade com a indústria, o multistakeholderismo vem deslocando tanto governos legítimos quanto sociedade civil de mesas de decisão (Gleckman e Kumar). Este debate político visa desempacotar o multistakeholderismo no setor saúde, conectando os pontos entre os arranjos multistakeholder e a erosão da participação da sociedade civil na governança global da saúde. Tem como objetivo informar e mobilizar organizações e pessoas com interesse na OMS para deliberar sobre a construção de um sistema multilateral democrático mais forte responsável pelo interesse público e comprometido com um planeta sustentável.

Palestrantes: Lançamento do Relatório "A Grande Aquisição: Mapeamento do Multistakeholderismo na Governança Global"; Sr. Madhuresh Kumar, Instituto Transnacional: "Mapeamento de Arranjos Multistakeholder em Saúde." Dr. Fifi Rahman, Universidade de Leeds e Representante da Sociedade Civil COVID-19 ACT- Acelerador: O futuro do ACT-Accelerator: quatro demandas não negociáveis por CSOs: Dr. Lauren Paremoer, Universidade do Cabo e Movimento da Saúde dos Povos: Construindo campanhas no país em nível global contra a captura corporativa de instituições multilaterais – Chamada para ação e caminho a seguir: Discussão aberta Moderadora: Dr. Sulakshana Nandi, Movimento de Saúde dos Povos e Grupo de Trabalho Popular sobre Multistakeholderismo.

Referências: PHM Global Health Watch 6: Na Sombra do Movimento Pandemia de Saúde do Povo [PHM Global Health Watch 6: In the Shadow of the Pandemic](#) - ALAMES, Health Poverty Action, Medico International, Third World Network, Medact, Sama & Viva Salud (2022). The Great Takeover People's Working Group on Multistakeholderism, [The Great Takeover](#) 2021 COVAX: Um grupo multistakeholder global que representa riscos políticos e de saúde para os países em desenvolvimento e o multilateralismo de Harris Gleckman (2020), [COVAX: A global multistakeholder group that poses political and health risks to developing countries and multilateralism](#) As três crises de Covid e Multistakeholderismo. Impactos no Sul Global. Harris Gleckman [COVAX: A global multistakeholder](#)



[group that poses political and health risks to developing countries and multilateralism](#) (livro a ser publicado em 2022).

Sessão organizada por: Movimento pela Saúde dos Povos - PHM, Instituto Transnacional TNI, Grupo de Trabalho do Povo sobre Multistakeholderismo PWGM. Contato para consultas: Sulakshana Nandi, PHM, [sulakshana@phmovement.org](mailto:sulakshana@phmovement.org), e Juliana Rodrigues de Senna, TNI, [j.senna@tni.org](mailto:j.senna@tni.org) Idiomas/interpretação: inglês e espanhol.

**Sobre os trabalhos da Comissão B, em particular sobre o Financiamento da OMS, fundamental ler os comentários de Andrew Harmer** <https://andrewharmer.org/2022/05/20/sustainably-financing-the-who-part-two/> “Financiamento sustentável da Organização Mundial da Saúde. Parte Dois.” Postada em 20 de maio de 2022. [May 20, 2022](#) O texto destaca o avanço dos interesses privados / filantropistas no financiamento da OMS assim como a limitação imposta às contribuições regulares dos países para o financiamento das atividades gerais e essenciais da Organização. Com 80% do Orçamento da OMS sendo dirigida em sua finalidade pelos doadores sejam privados ou estatais.

“ Mas não é como se o dinheiro não estivesse lá, você sabe, no éter. Não posso ser o único a refletir sobre a facilidade com que o dinheiro é aprovado em tempos de guerra (os EUA aprovaram ontem uma nova parcela de ajuda ao desenvolvimento para a Ucrânia no valor de 8x o recém-proposto orçamento base bienal da OMS), mas difícil de encontrar em tempos de paz. 5 bilhões de dólares estão realmente, realmente, tudo o que estamos preparados para financiar a OMS para cumprir suas responsabilidades globais de saúde?”

“para 39(f): "que a Assembleia de Saúde solicite à Secretaria a viabilidade de um mecanismo de reposição para ampliar ainda mais a base de financiamento". Outra razão para melhorar sua FENSA! Espero que haja espaço na WHA75 para a discussão desta opção. Pessoalmente, acho irônico que tal mecanismo esteja sendo proposto em um documento sobre financiamento sustentável porque as reposições (especialmente se estão condicionadas a doações do setor privado) não me parecem uma aposta particularmente segura em termos de garantir financiamento sustentável ou previsível. Deixe-me deixá-los com a observação de Richard Horton em artigo do Lancet referido acima: "Um aviso final. Não assumo que os governos estarão dispostos a investir em preparação, apesar da catástrofe que sofremos. Os países já estão resistindo aos apelos para investir na próxima rodada de reposição do Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária". Recomendo fortemente não ir por esse caminho de financiamento da OMS através da reposição.”

### **“A ligação entre Saúde e Paz quebra pela lógica da Guerra. ”**

Autora: Nicoletta Denticò. 22.05.2022.

"Saúde pela paz, paz para a saúde": o título da 75ª Assembleia da Organização Mundial da Saúde (OMS) que estreia hoje em Genebra é decididamente aspiracional. Pela primeira vez presencial (embora reduzida) após dois anos exaustivos de multilateralismo online devido à Covid. A conexão entre saúde e paz ressoa no preâmbulo da Constituição da OMS, mas é provável que a atmosfera da assembleia seja tudo menos pacífica na próxima semana, na intrincada junção diplomática entre a pandemia e a guerra. Não há tempo adequado para uma pandemia, mas não há dúvida de que Sars-CoV-2 chegou a uma conjuntura muito amarga no tabuleiro internacional de xadrez. A decisão perversa do presidente Putin de intensificar a guerra de longa data com a vizinha Ucrânia imediatamente após a fase mais debilitante do vírus na

Rússia (com sua carga de 87.527 mortes, o mês de novembro de 2021 marcou uma verdadeira perturbação Covid no país) também pode ser considerado o fruto venenoso da barbárie do cenário internacional que o caso pandêmico estabeleceu em dois anos. Devemos lembrar disso, agora que os governos da OMS são chamados a refletir sobre a pandemia em um clima de extrema polarização.

Em maio de 2020, na Assembleia Mundial da OMS, os EUA de Donald Trump desencadearam a Guerra Fria contra a China investindo contra a agência em meio ao tsunami da pandemia e paralisando qualquer cooperação em saúde na ONU por vários meses. Posteriormente, a campanha geopolítica e a imprensa internacional, para afirmar a todo custo a superioridade das vacinas ocidentais fechou as portas para o reconhecimento de outras vacinas utilizadas no mundo, sem dar explicações plausíveis. Finalmente, o mapa de nações que não aplicaram sanções à Rússia – a grande maioria – coincide com a geografia dos países que recebem vacinas anti-Covid com o dropper através do Covax. E também coincide com os países que há um ano e meio vêm pedindo em vão a suspensão da propriedade intelectual para libertar e favorecer a produção descentralizada de remédios anti-Covid, em um confronto persistente com o bloqueio – União Europeia, Suíça, Grã-Bretanha e EUA – pronto para neutralizar qualquer progresso real das negociações. A 75ª Assembleia será dominada pela definição de regras para governar as emergências em saúde do futuro, entre a revisão do Regulamento Sanitário Internacional e a discussão sobre o tratado pandêmico. A agenda, fixada em 73 pontos, inclui também a reeleição do diretor-geral Tedros e a aprovação final do aumento dos fundos obrigatórios que os Estados-Membros terão de desembolsar para chegar a 50% do orçamento da OMS até 2024, para garantir um financiamento mais sustentável. Decisões importantes.

No entanto, será a crise ucraniana que terá influência. Tedros informará sobre o impacto na saúde da guerra na Ucrânia e os 200 ataques registrados até agora nas instalações de saúde do país. A presença da delegação russa permanece provável, mas não confirmada, após a resolução que condena a invasão votada pela maioria dos Estados europeus da OMS em 10 de maio, com um texto que será reevotante na Assembleia nos próximos dias. A resolução pede "a possível transferência do Escritório Europeu da OMS para a Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis Fora das Fronteiras da Federação Russa" e considere "a suspensão temporária de todas as reuniões regionais" na Rússia "até a resolução pacífica do conflito" e a retirada russa "dos territórios da Ucrânia incluídos nas fronteiras reconhecidas internacionalmente". A situação está agitada.

O vice-ministro da Saúde de Moscou, Andrey Plutnitsky, chamou o texto de "uma violação grosseira da Constituição da OMS". Enquanto isso, há poucos dias, o vice-porta-voz da Duma, Pyotr Tolstoy, anunciou uma retirada unilateral progressiva de uma série de instituições internacionais, incluindo a Organização Mundial do Comércio e, de fato, a OMS. É possível que a Rússia decidiu se afastar por conta própria após a humilhante exclusão do Conselho da Europa e a suspensão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Mas todos esses movimentos, "um retrocesso para os direitos humanos" segundo Jannika Jahn, do "Instituto Max Planck", ainda enfraquecem a ação multilateral e dificultam os caminhos da diplomacia indispensável à qual a ONU é chamada. Além da saúde para a paz."



### Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

### Destaque do UNOSSC



SPOTLIGHTING: Cidades e outras respostas subnacionais à Covid-19 para SSTC<sup>65</sup> (UNOSSC-UNDRR<sup>66</sup>, 2022)

Desde o início da pandemia do Covid-19 até sua disseminação global, a pandemia teve impactos negativos em indivíduos, comunidades e sociedades, particularmente nas pessoas mais vulneráveis do Sul Global. Como consequência, governos subnacionais em províncias, cidades, distritos e comunidades ficaram na linha de frente para o enfrentamento da pandemia e resposta aos seus impactos. No processo, estes governos, geraram histórias de inovação, adaptação e resiliência humana.

A publicação “SPOTLIGHTING: Cidades e outras respostas subnacionais à Covid-19 para Cooperação Sul-Sul e Triangular” é o resultado de uma colaboração entre o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) no âmbito do Projeto Cidades Sul-Sul e Escritório das Nações Unidas para Redução de Desastres e Riscos (UNDRR), com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)/Organização Mundial da Saúde (OMS).

Essa colaboração entre agências começou com uma série de cursos de treinamento online certificados com foco para tornar as cidades resilientes por meio da cooperação Sul-Sul.

A publicação destaca as experiências de resposta à pandemia do Covid-19, mostrando estratégias colaborativas baseadas em evidências que as localidades adotaram para responder e lidar com as consequências econômicas e sociais da pandemia. Destina-se a formuladores de políticas e profissionais de saúde, resposta a emergências e desenvolvimento em vários níveis (regional, nacional, provincial, municipal e local).

A publicação inclui 10 casos da África, Ásia e Pacífico, Europa e Ásia Central, América Latina e Caribe: Baguio (Filipinas), Bangladesh (64 distritos), Banjul (Gâmbia), Província de Chaco

<sup>65</sup> Cooperação Sul-Sul e triangular

<sup>66</sup> Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres

(Argentina), Fujian Província e Comunidade Cha-ting na Província de Nanjing (China), Província de Izmir (Turquia), Região Metropolitana de Santiago (Chile), São Paulo (Brasil), Udine, Milão e Província de Potenza (Itália).

[Leia a publicação.](#)

### **Grupo do G-77**

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)<sup>67</sup>, Nairóbi (UNEP)<sup>68</sup>, Paris (UNESCO)<sup>69</sup>, Roma (FAO/IFAD)<sup>70</sup>, Viena (UNIDO)<sup>71</sup> e Washington ((G-24)<sup>72</sup>.

A República Islâmica do Paquistão assumiu a presidência do G-77 em 14 de janeiro de 2022, por um período de um ano.

Entre os dias 09 e 20 de maio de 2022, o G-77 e a China participaram de 9 reuniões da Assembleia Geral da ONU.

### **New York – 09 de maio de 2022**

Declaração feita pelo Sr Muhammad Jawad Ajmal, Coordenador da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no item 150 da agenda: Aspectos Administrativos e Orçamentários do financiamento das Missões de Paz da ONU: conta de apoio para as operações de paz durante a segunda parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê da AGNU

O G-77 e a China atribuem grande importância às operações de manutenção da paz. Particularmente, neste item específico da agenda, consideramos que este tem uma importância significativa. Os membros do nosso Grupo não só contribuem financeiramente para os orçamentos das missões de paz, mas também constituem a maior parte dos países contribuintes de tropas e policiais.

---

<sup>67</sup> UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

<sup>68</sup> UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

<sup>69</sup> UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

<sup>70</sup> FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

<sup>71</sup> UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

<sup>72</sup> G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

O Comitê que discute o assunto, tem consciência de que as operações de manutenção da paz são realizadas em áreas remotas e de alto risco. A instabilidade política dos ambientes em que essas operações são realizadas, juntamente com a complexidade de seus mandatos, exigem recursos adequados para apoiar estas operações de paz. Isso é essencial, não apenas para permitir o desempenho eficaz de mandatos complexos, mas também para garantir a segurança e proteção das forças de manutenção da paz que arriscam suas vidas todos os dias para cumprir o mandato da ONU de manter a paz e a segurança globais.

Reiteramos que o apoio financeiro deve ser compatível com as diferentes variáveis envolvidas, incluindo o mandato, número, tamanho e complexidade das operações de manutenção da paz no campo, a fim de continuar o apoio contínuo para as operações de manutenção da paz.

Nosso Grupo observa que os recursos financeiros necessários para as atividades principais de apoio para o período 2022/23 estão estimados em US\$ 333,1 milhões, o que representa um aumento de 4,9% em relação ao orçamento aprovado para o período 2021/22. O Grupo observa ainda que, para o período 2022/23, o número de pessoal uniformizado autorizado apoiado, incluindo o pessoal da União Africana, deverá diminuir devido principalmente ao encerramento da UNAMID (Operação híbrida das Nações Unidas e União Africana em Darfur).

Nosso Grupo enfatiza que o encerramento e a redução de missões devem considerar a necessidade contínua de apoio para atividades de planejamento de conclusão e transição. Os requisitos de recursos devem, portanto, levar em consideração as necessidades específicas de tais missões.

Gostaríamos de destacar que apenas as atividades e iniciativas que são totalmente consideradas e aprovadas pela AGNU devem ser orçadas, e suas necessidades de recursos refletidas na conta de apoio após a aprovação pela Assembleia Geral.

#### **New York – 11 de maio de 2022**

Declaração feita pela Sra Aleena Majeed, terceira secretária da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante as consultas informais sobre a primeira revisão da Declaração Ministerial do Segmento de Alto Nível do ECOSOC/Fórum político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável

O G-77 e a China fizeram inúmeras observações no texto da Declaração Ministerial do Segmento de Alto Nível do ECOSOC/Fórum político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável.

O texto é bastante extenso e foi difícil para as delegações, com o pouco tempo para analisá-lo, chegar a um consenso e o G-77 e a China solicitam veementemente a uniformização das terminologias de documentos da ONU acordados multilateralmente, como a Agenda 2030, a Agenda de Ação de Adis Abeba, o Acordo de Paris sob a UNFCCC e outros documentos importantes da ONU tanto nos campos econômicos, sociais e ambientais ao longo deste texto.

#### **Comentários sobre a Seção I Introdução (parágrafos 1-11)**

Mais uma vez, reiteraram seu pedido para incluir uma referência a “não deixar nenhum país para trás” e “construir um futuro melhor para todos” e destacaram a não inclusão de uma referência à Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento e solicitaram sua inclusão. Assim

como a inclusão da frase “permanecer seriamente preocupados” com o aumento da taxa de pobreza global em vez da linguagem atual que diz “observe com preocupação”.

Não foi aceita nossa proposta de inclusão da UNFCC e da Nova Agenda Urbana e reiteramos nosso pedido de inclusão, assim como a inclusão da Convenção sobre Diversidade Biológica e uma referência à desertificação. O Grupo solicita a inclusão de uma referência a “aos desafios específicos enfrentados pelos países de renda média” e “países e pessoas sob ocupação estrangeira”.

Nossa proposta de transferir para a seção de Introdução a referência à “remoção dos obstáculos à plena realização do direito à autodeterminação dos povos que vivem sob ocupação colonial e estrangeira”, bem como nossa proposta de transferir o parágrafo sobre “reafirmar, de acordo com a Carta das Nações Unidas, a necessidade de respeitar a integridade territorial e a independência política dos Estados” não foram levadas em consideração.

O Grupo propõe a adição da linguagem acordada da Declaração Ministerial do ano passado, especificamente na seção de introdução. O Grupo salienta que não poderá aceitar a remoção literal da linguagem da Agenda 2030. Além disso, notamos também que nosso pedido de inclusão de linguagem sobre medidas unilaterais, econômicas, financeiras ou comerciais, em desacordo com o direito internacional e a Carta das Nações Unidas que impedem a plena realização do desenvolvimento econômico e social, particularmente em países em desenvolvimento não foi incluído. Reiteramos nosso pedido de inclusão, destacando que esta é a linguagem literal da Agenda 2030.

## **Seção II Impacto do COVID-19 (parágrafos 12-33)**

O grupo propõe a adição de infraestrutura resiliente, industrialização sustentável e inovação e propõe a remoção de “eliminar”, uma referência à insegurança alimentar e desnutrição ao invés de segurança alimentar e uma referência às mudanças climáticas ao invés de apenas o clima.

Notamos que a redação proposta em nossas contribuições escritas sobre proteção social não foi incluída. Acreditamos que a crise do Covid-19 demonstrou a importância dos sistemas de proteção social e reiteramos nosso pedido de inclusão de nossa proposta.

Propomos a inclusão de plantas, na abordagem *One Health* que fortalece as sinergias entre a saúde das pessoas, animais, plantas e ecossistemas e propomos a inclusão da evidência antes da ciência.

Propomos a inclusão de uma referência à ampliação das capacidades locais e regionais de fabricação e distribuição.

O Grupo propõe linguagem adicional sobre o desenvolvimento de ajuda para atender aos requisitos nacionais de imunização, melhorar os sistemas nacionais de saúde e a infraestrutura de saúde e fortalecer a prevenção, preparação e resposta à pandemia, com o objetivo de alcançar a cobertura universal de saúde.

O Grupo também reitera o pedido de inclusão de um parágrafo adicional sobre a Nova Agenda Urbana, conforme proposto em nossas contribuições anteriores.

No parágrafo 22 (b), o Grupo propõe a adição de impactos socioeconômicos.

No parágrafo 22 (c), o Grupo propõe linguagem alternativa com relação às flexibilidades do TRIPs, com base na [resolução 76/257 da AGNU](#), destacando o direito de usar, em toda a extensão, a disposição contida no Acordo TRIPs da OMC e na Declaração de Doha da OMC sobre o Acordo TRIPs e Saúde Pública.

No parágrafo 22 (f), o Grupo propõe a substituição dos sistemas de saúde primários por cuidados primários de saúde e eitera o pedido de inclusão de linguagem relacionada a migrantes.

Propomos a inclusão de uma referência ao “aumento dos preços dos alimentos” após o valor global e as cadeias de abastecimento.

O Grupo havia proposto a inclusão de uma referência ao Investimento Direto Estrangeiro (IDE), tendo em mente a importância do IDE e o impacto da pandemia de Covid-19 nos fluxos de IDE, solicitamos sua inclusão.

### **Seção III Metas sob Revisão detalhada e as revisões nacionais voluntárias (parágrafo 28-30 bis)**

De modo geral, o Grupo enfatiza que todos os ODS são igualmente importantes.

O Grupo solicita a inclusão de uma referência valorizando o Grupo de Amigos das revisões nacionais voluntárias.

#### **ODS 4 (parágrafos 31 - 49)**

O Grupo reafirma seu compromisso com o ODS 4 assim como para todos os ODSs. Propõe a inclusão de uma referência à “exclusão digital de gênero” após as lacunas digitais. Propõe a inclusão do termo “não discriminatório” e a eliminação da última linha “sem qualquer discriminação. propõe a mudança de “chamada de expansão” para “objetivo de expansão”, a adição de “acesso à educação de qualidade” e a adição de “crianças e jovens que vivem em áreas rurais e remotas”.

O Grupo propõe uma linguagem mais forte sobre o financiamento da educação e o fechamento da crescente lacuna entre recursos e necessidades nos países em desenvolvimento. Propõe uma referência às crianças que vivem em extrema pobreza. Propõe a inclusão de uma referência à importância de a educação transformadora ser inclusiva e liderada pelo país. Propõe alterar para o termo “apelamos aos Estados Membros em colaboração com outros atores-chave da educação”

#### **ODS 5 (parágrafos 40-51)**

O Grupo reafirma seu compromisso com o ODS 5

O Grupo propõe a inclusão de uma referência à erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões. Também propomos a inclusão de uma referência ao reconhecimento da importância de garantir o acesso e a propriedade das mulheres aos recursos naturais e econômicos, incluindo terra e água e acesso a serviços financeiros.

#### **ODS 14 (parágrafos 52-65)**

O Grupo propõe a mudança do princípio da precaução para a abordagem da precaução. Também propomos a mudança de “preservar” para “conservar”. Propomos a adição de “à luz das circunstâncias, necessidades e prioridades nacionais”.

O Grupo propõe a adição de linguagem sobre o declínio dos recifes de coral. O Grupo propõe a supressão da referência às estratégias de mitigação das alterações climáticas. Propomos também a inclusão de uma referência à “gestão ambientalmente saudável de resíduos”. O Grupo propõe a supressão da referência aonexo Oceano Clima. O Grupo proporá linguagem adicional sobre pequenos produtores aquáticos e a necessidade de aumentar o apoio à pesca sustentável de pequena escala.

O Grupo reitera o pedido de inclusão de redação adicional sobre a urgência de proteger, restaurar e gerenciar de forma sustentável os ecossistemas aquáticos, inclusive por meio de soluções baseadas na natureza, abordagens baseadas em ecossistemas, entre outras abordagens, na gestão integrada da zona costeira para prevenir a poluição na sua fonte, reduzir o risco, os impactos e os custos dos desastres e construir capacidade de adaptação e resiliência para avançar na implementação plena da Agenda 2030.

O Grupo propõe a adição de referência à [UNEA 5.2](#)

### **ODS 15 (parágrafos 66-80)**

O Grupo propõe a adição de “nossa prosperidade e planeta:” O Grupo propõe a adição de uma referência aos impactos do desmatamento, desertificação e seca sentidos mais fortemente pelos países em desenvolvimento. O Grupo propõe linguagem adicional sobre limites flexíveis e rígidos de adaptação.

O Grupo propõe que seja incluído o acordo da primeira parte da COP 15 e considere a [Declaração de Kunming](#).

### **ODS 17 (parágrafos 81-92)**

O Grupo propõe um parágrafo adicional, sobre a necessidade urgente de desenvolver medidas de progresso no desenvolvimento sustentável que complementem ou ultrapassem o PIB, a fim de ter uma abordagem mais inclusiva e holística que reflita todos os tipos de vulnerabilidades e que informe sobre o acesso a cooperação internacional e financiamento concessional.

O Grupo propõe a adição de referência ao aumento da desigualdade e lacunas digitais.

O Grupo propõe a inclusão da linguagem da Cooperação Sul-Sul como complemento e não substituto da Cooperação Norte-Sul, em linha com a linguagem previamente acordada. Reiteramos também a proposta de inclusão de linguagem adicional ao convidar todas as partes interessadas a compartilhar seus conhecimentos e experiências, especialmente abordagens de desenvolvimento local, bem como boas práticas, a fim de intensificar os esforços para a erradicação da pobreza.

Iremos sugerir um parágrafo alternativo sobre a necessidade de os parceiros de desenvolvimento aumentarem e cumprirem seus compromissos da Assistência Oficial ao Desenvolvimento para atingir a meta de 0,7% da renda nacional bruta para assistência oficial ao desenvolvimento (ODA/RNB) e 0,15 a 0,20 por cento da ODA/RNB para os países menos desenvolvidos.

O Grupo irá incluir uma referência à segurança alimentar e nutricional, assim como um parágrafo adicional sobre a importância de tomar medidas direcionadas para erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões em todos os lugares, incluindo pobreza extrema, com maior apoio internacional e parcerias globais fortalecidas em nossas contribuições escritas.

O Grupo irá propor que a inclusão financeira seja uma ferramenta não apenas para reduzir a pobreza, mas também para acabar com a fome, proteger a saúde humana e promover o desenvolvimento sustentável.

O Grupo propõe a inclusão de uma referência ao papel das empresas micro, pequenas e médias na contribuição para a implementação dos ODS.

### **Outros problemas prioritários**

O Grupo reitera a referência ao pacto climático de Glasgow onde há uma referência à implementação dos resultados da COP 26.

Também propomos a inclusão de uma referência à necessidade dos países desenvolvidos de pelo menos dobrar sua provisão coletiva de financiamento climático a partir dos níveis de 2019 até 2025.

O Grupo reitera a proposta de destacar a estratégia Juventude 2030 e propõe a alteração da palavra “reformado” para “reposicionado”.

Propomos a supressão da referência à tríplice crise planetária e, em vez disso, propomos uma referência às crises de mudança climática, desertificação, perda de biodiversidade e poluição.

Ressaltamos o relatório Nossa Agenda Comum e nos referimos a ela como uma visão proposta e não como uma visão concreta.

Propomos mudanças climáticas e ambientais responsivas para uma abordagem sustentável e responsiva. Também propomos a inclusão de uma referência às circunstâncias nacionais únicas dos países e uma referência aos esforços globais, além dos nacionais e regionais e a inclusão de aumento do financiamento para cooperação financeira e técnica para combater o lixo antes que ele chegue aos ambientes terrestres e marinhos. Também propomos a inclusão de uma referência ao fortalecimento do papel do PNUMA.

Propomos a inclusão de um parágrafo adicional sobre a importância do investimento em infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente tanto para a recuperação da Covid-19 quanto para a obtenção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental.

Reiteramos nossa proposta de canalização voluntária de pelo menos 250 bilhões de SDRs<sup>73</sup> para todos os países em desenvolvimento necessitados. Reiteramos também nossa proposta de exclusão da palavra “vulneráveis” diante dos países de renda média.

Propomos a inclusão de uma referência ao Núcleo de Coordenação de Sistemas Alimentares da ONU, bem como ao balanço em 2023 e a inclusão de uma referência ao estabelecimento da Área de Livre Comércio Continental Africana. Também propomos linguagem adicional sobre segurança alimentar e nutrição, reduzindo a perda e o desperdício de alimentos promovendo uma agricultura e sistemas alimentares mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis.

---

<sup>73</sup> Em 23 de agosto de 2021, o FMI emitiu um total de US\$ 650 bilhões em Reservas Especiais (SDRs) para que a economia global pudesse combater as implicações financeiras da pandemia de Covid-19

O Grupo reitera sua proposta para a adição de um parágrafo sobre a necessidade de maior representação e voz para os países em desenvolvimento na tomada de decisões nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais.

Estas intervenções não são as contribuições finais do Grupo e nossas propostas finais serão fornecidas em nossas contribuições escritas.

#### **New York – 12 de maio de 2022**

Declaração feita pelo Sr Muhammad Jawad Ajmal, Coordenador da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no item 140 da agenda: Melhorar a situação financeira da ONU durante a segunda parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê da AGNU

O G-77 e a China seguem muito preocupados com a contínua crise de liquidez da organização sem uma luz no fim do túnel. É bastante evidente que a situação atual, se mantida, afetará seriamente a capacidade da ONU de funcionar de forma eficaz.

Conforme observado no adendo do relatório, as contribuições regulares (obrigações dos países) não cumpridas em 30 de abril de 2022 eram da ordem de US\$ 154 milhões a mais do que em 30 de abril de 2021, indicando uma tendência nociva no orçamento regular.

Da mesma forma, para operações de manutenção da paz da ONU, o grau de avaliações não pagas em 30 de abril de 2022 era de US\$ 2,8 bilhões, ou seja, US\$ 341 milhões a mais do que no ano passado, em 30 de abril de 2021.

Nosso Grupo gostaria de destacar a importância do cumprimento das contribuições regulares dos Estados-membros como chave para enfrentar os atuais desafios da organização em termos de saúde financeira. De particular ênfase são os Estados-membros atrasados e responsáveis por uma parcela grande do orçamento, que impactaram seriamente a situação financeira da ONU. Reiteramos a necessidade de todos os Estados-membros cumprirem integralmente com suas obrigações, no tempo certo e sem condicionalidades.

Apesar de arcar com uma parcela cada vez maior dos encargos financeiros da Organização, o Grupo continua empenhado em participar de forma construtiva em quaisquer esforços para resolver as dificuldades financeiras da Organização.

#### **New York – 12 de maio de 2022**

Declaração feita pelo Sr Muhammad Jawad Ajmal, Coordenador da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 138 da Agenda: proposta de orçamento-programa para 2022, implicações do orçamento do programa (PBI) para a biodiversidade marinha durante a segunda parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê da AGNU

O G-77 e a China reconhecem plenamente a necessidade de proteger os oceanos para o benefício das gerações futuras. Reconhecemos também a importância de nossos oceanos e os benefícios de seus conteúdos para a humanidade, o que torna sua conservação e uso sustentável uma responsabilidade compartilhada e objetivo almejado. O nosso grupo salienta também que o acesso aos recursos marinhos deve ser feito de forma justa e equitativa.

O Grupo está totalmente comprometido em seguir com as negociações sobre a diversidade biológica marinha de áreas fora da jurisdição nacional (BBNJ) e em juntar-se aos



esforços em direção a um tratado que leve em consideração nossos objetivos e valores compartilhados. Aguardamos a convocação da quinta sessão da conferência intergovernamental sobre a diversidade biológica marinha de áreas fora da jurisdição nacional (BBNJ) em agosto de 2022, com alocação adequada de recursos para serviços de apoio durante quinta sessão da conferência para garantir que a mesma, seja um sucesso. Ressaltamos também a importância de contar com recursos suficientes para apoiar a participação de especialistas das respectivas capitais nas próximas negociações para tornar o processo mais eficaz.

### **New York – 12 de maio de 2022**

Declaração feita pelo Sr Muhammad Jawad Ajmal, Coordenador da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 150 da agenda: aspectos administrativos e orçamentários do financiamento das operações de manutenção de paz da ONU: base logística da ONU em Brindisi e centro de serviço regional em Entebbe durante a segunda parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê da AGNU

Em relação a [Base Logística da ONU em Brindisi](#), Itália, que está em operação desde 1994 e funciona como uma entidade unificada compreendendo o Centro de Serviços Globais em Brindisi e o centro de tecnologia da informação e comunicação (TIC) da ONU em Valência, que são os serviços de suporte necessários durante todo o ciclo de vida de missões de campo do início ao fim.

Notamos a proposta de alteração de nomenclatura da UN *logistics base* (UNLB) e recordamos que, no passado, houve tentativas de alterar esta nomenclatura que não foi aprovada pela Assembleia Geral. Gostaríamos de destacar que a função central do UNLB continua sendo o apoio logístico e serviços de TIC para as Operações de Manutenção da Paz da ONU. Neste contexto, o nosso Grupo concorda com a recomendação do relatório do [comitê assessor para as questões administrativas e orçamentárias \(ACABQ\)](#) contra a proposta de mudança da nomenclatura para "*United Nations Global Service Center*" que, no mesmo relatório, cita que a alteração de nomenclatura proposta tem uma implicação mais sobre o trabalho da Organização, inclusive em relação ao conceito de um modelo global de prestação de serviços.

Sobre o [centro de TIC em Valência](#), na Espanha, nosso Grupo observa a crescente presença da ONU em Valência no relatório do Secretário-Geral, inclusive com propostas de realocações. O G-77 e a China analisarão criticamente esses desdobramentos durante as consultas informais.

O Grupo lembra que a AGNU, em sua [resolução 70/286](#), parágrafo 66, solicitou ao Secretário-Geral que desenvolvesse um modelo de escalabilidade para a Base Logística das Nações Unidas e solicitou ao Secretário-Geral que desenvolvesse uma definição clara de escalabilidade, identificasse as atividades que são escaláveis e assegurasse a consistência na aplicação deste modelo, bem como assegurasse que elas considerassem os fatores de carga de trabalho e ganhos por eficiência. Notamos os esforços para refinar o modelo de escalabilidade para o UNLB e estamos interessados em discutir o progresso no refinamento desse modelo de escalabilidade para o UNLB durante nossas reuniões informais.

Observamos também que o relatório do Secretário-Geral sobre o conceito revisado de Soluções de Implementação Estratégica foi apresentado como anexo ao relatório do UNLB. No entanto, nosso Grupo gostaria de ter um relatório independente sobre Soluções de

Implementação Estratégica apresentado pelo Secretário-Geral para consideração da AGNU e não como um anexo ao relatório do UNLB.

Em relação ao [Centro Regional de Serviço em Entebbe em Uganda](#), o G-77 e a China gostariam de estender o nosso apreço à administração e ao pessoal deste Centro de Serviço Regional pela calorosa recepção concedida aos membros da Quinta Comissão durante a sua visita de campo em abril de 2022, que nos deu a oportunidade de obter, em primeira mão, informações sobre as operações do centro.

Nosso Grupo deseja lembrar que a [resolução 64/269](#) da AGNU estabeleceu o Centro Regional de Serviços em Entebbe, em julho de 2010, como o primeiro Centro de Serviços Compartilhados para Missões na região sob a Estratégia Global de Apoio de Campo e a AGNU, em sua [resolução 69/307](#), deu ao Centro independência operacional e gerencial e solicitou ao Secretário-Geral que apresentasse uma proposta de orçamento a ser imputada às Missões que o Centro apoia.

O Grupo agradece o trabalho crítico realizado pelo Centro no apoio a (sete) 7 Missões de Manutenção da Paz e gabinetes de apoio e (nove) 9 Missões Políticas Especiais, bem como outras Missões na região, incluindo funções de liquidação residual para o encerramento de Missões de paz. O Grupo observa que o Centro fornece suporte a mais de 77% das operações de campo da ONU em todo o mundo e atenderá a mais de 16.400 profissionais, incluindo funcionários internacionais e nacionais, bem como funcionários uniformizados.

Como o Grupo observou anteriormente, a carga de trabalho e o volume de transações realizadas pelo Centro aumentaram significativamente e é imperativo que recursos adequados sejam proporcionais a esse aumento de carga de trabalho e responsabilidade, para permitir que ele cumpra seu mandato com sucesso.

O Grupo agradece os esforços feitos pelo Centro no desenvolvimento e aperfeiçoamento do seu modelo de escalabilidade que informa os requisitos administrativos e orçamentais e esperamos entender mais sobre este conceito durante as consultas informais juntamente com a possibilidade de estender esse modelo de escalabilidade a outros Centros de apoio.

O Grupo lembra que a AGNU, em sua [resolução 72/286](#), solicitou ao Secretário-Geral que garantisse que os profissionais nacionais do Centro recebessem contratos permanentes de acordo com as disposições pertinentes das resoluções da AGNU.

#### **New York – 13 de maio de 2022**

Declaração feita pela Dra. Mariam Shaikh, conselheira da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, durante o encerramento do debate geral da 44ª sessão anual do Comitê de Informação

O Grupo 77 e a China parabenizam a todos os delegados e representantes de grupos por terem chegado ao consenso sobre a resolução deste ano, com um senso de responsabilidade que garantiu um resultado tranquilo e bem-sucedido, e agradecem a todos pela adoção da proposta redigida pelo nosso Grupo.

O objetivo do G-77 e da China por meio da adoção da resolução foi garantir um impulso e apoio renovados ao Departamento de Comunicações Globais e ao trabalho das Nações Unidas, e acreditamos que fizemos progressos importantes nesse sentido.

O G-77 e a China gostariam de chamar a atenção para um incidente recente, que é motivo de grande preocupação:

Tendo em mente que a impunidade para ataques contra jornalistas continua sendo um dos maiores desafios para a segurança dos jornalistas e que garantir a responsabilização por crimes cometidos contra jornalistas é um elemento-chave na prevenção de futuros ataques, condenamos o recente assassinato chocante da jornalista palestino-americana Shireen Abu Akleh, trabalhando para o Al Jazeera.

Nos solidarizamos com sua família; com o povo palestino; com a equipe da Al Jazeera e com a comunidade internacional de mídia.

Apelamos que haja uma investigação internacional, imparcial, independente e eficaz sobre seu assassinato e enfatizamos a necessidade de responsabilização.

#### **New York – 17 de maio de 2022**

Declaração feita pela Sra Aleena Majeed, terceira secretária da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, sobre o item 138 da Agenda: revisão das estimativas: abordado o racismo e promovendo a dignidade para todos durante a segunda parte da retomada da 76ª sessão do 5º comitê da AGNU

Em primeiro lugar, o nosso Grupo gostaria de condenar o racismo em todas as suas formas e manifestações. Gostaríamos de destacar que a proibição da discriminação racial está consagrada em todos os principais instrumentos internacionais de direitos humanos e a negação ou violação do princípio da igualdade de direitos é contrária à Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Nosso Grupo congratula os esforços do Secretário-Geral para erradicar o racismo, incluindo o racismo sistêmico dentro da organização. Agradecemos os fóruns do Secretário-Geral e o envolvimento com os funcionários e a sua preocupação em resolver este problema. No entanto, o nosso Grupo observa, com preocupação, os resultados da pesquisa com os funcionários e lamenta saber que os regulamentos e regras do pessoal podem ser aplicados de forma injusta com base na raça, nacionalidade ou origem étnica.

Temos uma posição de longa data sobre distribuição geográfica equitativa, consagrada no artigo 101.3 da Carta da ONU, e para tal, enfatizamos a necessidade de abordar a discriminação racial sistêmica dentro do sistema da ONU. Vemos mérito nas propostas do Secretário-Geral e esperamos sua implementação imediata. No entanto, o G-77 e a China salientam a urgência de abordar esta questão, para romper com a discriminação durante o processo de recrutamento e promoções de pessoal.

Finalmente, abordar a questão do racismo não é apenas importante para o trabalho, mas também serve de exemplo para ONGs públicas ou privadas e outras entidades a lidarem com a ameaça deste problema que enfrentamos.

#### **New York – 17 de maio de 2022**

Declaração feita pelo Sr Umer Siddique, conselheiro da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no segmento das atividades operacionais para desenvolvimento de 2022 do ECOSOC – Diálogo interativo com o Secretário Geral,

O mundo já estava não estava alinhado para alcançar os ODS antes da pandemia de Covid-19, que exacerbou ainda mais as desigualdades existentes dentro e entre os países.

Passados mais de dois anos, os países em desenvolvimento continuam a enfrentar enormes obstáculos para sua recuperação, enfrentando um triplo desafio: recuperar-se da pandemia, alcançar os ODS durante o restante da década de ação e enfrentar as mudanças climáticas.

O reposicionado Sistema de Desenvolvimento da ONU enfrenta, agora, um teste decisivo para saber se pode contribuir significativamente para os esforços dos países para alcançar a Agenda 2030 no restante da década de ação.

Porém o Grupo destaca os seguintes elementos que considera críticos para alcançar estes objetivos:

Em primeiro lugar, a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões deve continuar a ser o objetivo principal do sistema.

Em segundo lugar, o próprio desenvolvimento deve continuar a ser o foco das atenções, levando em consideração as diferentes realidades e diferentes níveis de desenvolvimento em todos os países em desenvolvimento.

Terceiro, a apropriação e liderança nacional em todos os assuntos relacionados ao reposicionamento do Sistema de Desenvolvimento da ONU é fundamental para se obter resultados efetivos. Isso inclui relatórios efetivos e oportunos dos Coordenadores Residentes e das Equipes Nacionais da ONU para os governos anfitriões.

Quarto, é crucial que os novos Quadros de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável da ONU sejam desenvolvidos, em plena consulta, com os governos anfitriões e reflitam as necessidades e prioridades do país.

Nesse sentido, o Grupo vê uma tendência positiva no feedback das atividades da ONU nos Quadros de Cooperação que estão respondendo efetivamente às prioridades nacionais e espera-se que isso continue a melhorar.

Sobre o papel crítico do financiamento para o desenvolvimento e do financiamento das agências de desenvolvimento da ONU para apoiar os esforços dos países em desenvolvimento para alcançar a Agenda 2030 e as metas do Acordo de Paris, o Grupo está muito preocupado com os grandes cortes na alocação básica de recursos. Além do desequilíbrio generalizado entre recursos essenciais e não essenciais, os recentes cortes de financiamento ameaçam a viabilidade de longo prazo do pilar de desenvolvimento da ONU, que são a base também para a paz e a segurança globais.

Enquanto o mundo enfrente urgências humanitárias imediatas, passa também por uma crise global de desenvolvimento e os cortes no financiamento básico para o Sistema de Desenvolvimento da ONU podem ter um efeito nefasto para os mais vulneráveis; podem paralisar a trajetória de desenvolvimento das últimas décadas, interferir com o bem estar e segurança das pessoas no mundo em desenvolvimento, bem como nas instituições que têm mandato para cumprir metas de desenvolvimento.

De muitas maneiras, cortar o financiamento para o desenvolvimento é o oposto do que o mundo precisa no momento em que se torna urgente a recuperação da pandemia de Covid-19. Enquanto que as interrupções globais nas cadeias de suprimentos, insegurança alimentar e

insegurança energética na maioria das regiões em desenvolvimento; instabilidade de mercado e preços, pressões inflacionárias e uma diminuição geral nos produtos econômicos também são fatores que ameaçam o desenvolvimento.

Reiteramos fortemente a importância dos países que fazem parte do programa de acordo com o mandato das Agências de Desenvolvimento da ONU, em particular o PNUD, no apoio aos países para a realização dos ODS, e o G-77 e a China gostariam de enfatizar a importância e a necessidade de recursos essenciais para que o PNUD possa cumprir o seu importante mandato.

O Grupo observa os avanços feitos na reformulação do nível regional, incluindo o desenvolvimento e implantação de plataformas colaborativas regionais e coalizões baseadas por temas. Ressaltamos que estas devem ser realizadas de acordo com cada região e de acordo com as necessidades e prioridades específicas da região. Apelamos também para o fortalecimento das Comissões Regionais da ONU.

### **New York – 17 de maio de 2022**

Declaração feita pelo Sr Umer Siddique, conselheiro da missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o relatório anual do presidente do grupo de desenvolvimento sustentável da ONU sobre o Escritório de Coordenação de desenvolvimento e o sistema de coordenador residente no segmento das atividades operacionais para desenvolvimento de 2022 do ECOSOC

O G-77 e a China gostariam de tecer alguns comentários no relatório sobre o quadro de resultados do sistema de Coordenador Residente.

Entendemos que o Quadro de Resultados do sistema de Coordenador Residente deve responder às propostas do Secretário-Geral para a revitalização do sistema de Coordenador Residente, juntamente com seus objetivos e resultados, e deve ser orientado pelos mandatos do sistema contidos na Revisão Quadrienal da Política Abrangente das Atividades Operacionais do Sistema da ONU (QCPR). O Quadro deve prestar contas do orçamento estimado de US\$ 281 milhões, estimando os resultados de todos os atores financiados por esse meio.

Parece haver uma fusão do sistema revitalizado dos Coordenadores Residentes e as equipes da ONU nos países e a ONU. No nosso entender, deve haver uma melhor diferenciação dos resultados dos Coordenadores Residentes, equipes da ONU nos países e o Escritório de Coordenação de Desenvolvimento (DCO)<sup>74</sup>, etc.

Notamos também que a estrutura de resultados é baseada principalmente na percepção, o que é muito semelhante à avaliação baseada nos dados coletados por meio de questionário em anos anteriores. Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de incluir indicadores de desempenho no quadro, que possam refletir a contribuição do sistema de Coordenadores Residentes para ajudar os países que fazem parte do programa, a implementar a Agenda 2030. Sugerimos que os objetivos e metas dos ODS poderiam funcionar como uma referência perfeita. Por exemplo, alinhados com a meta 1.1, o indicador poderia ser o número reduzido de pessoas vivendo em extrema pobreza. Além disso, o número de programas de desenvolvimento realizados também poderia ser um indicador prático, entre outros. Nosso

---

<sup>74</sup> O Escritório de Coordenação de Desenvolvimento (DCO) gerencia e supervisiona o sistema de Coordenadores Residentes e atua como secretariado do Grupo de Desenvolvimento Sustentável da ONU

grupo acredita que os limites para resultados, objetivos e indicadores poderiam ser mais ambiciosos.

Espera-se que os Coordenadores Residentes sejam transparentes e totalmente responsáveis perante o governo anfitrião. Isso inclui relatórios efetivos e oportunos do Coordenador Residente e da Equipe Nacional da ONU (Equipe nos países) para o governo anfitrião.

### **Movimento dos Não Alinhados**

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

A administração da organização é de responsabilidade do país que ocupa a presidência, cargo que se reveza a cada cúpula e os ministros das Relações Exteriores dos Estados membros reúnem-se com mais regularidade para discutir os desafios comuns, notadamente na abertura de cada sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

### **Sem destaque no período**

#### **Centro Sul (*South Centre*)**

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, ao mesmo tempo que mantém o status de observador nas Nações Unidas.

#### ***Destaque do Centro Sul***

##### 1) 23ª sessão Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento (15 a 20 de maio de 2022)

Embora seja necessário ampliar os esforços internacionais para realizar efetivamente o Direito ao Desenvolvimento, não parece haver engajamento suficiente de muitos países nos processos intergovernamentais relevantes. Portanto, é de extrema importância estimular e mobilizar a participação de todos os países em tais processos. Este Grupo de Trabalho está em uma excelente posição para criar uma plataforma para um processo participativo que permita a troca de informações e construção do consenso necessário para avançar. [Saiba mais.](#)

##### 2) Avançando com a resposta global à resistência antimicrobiana: examinando as iniciativas globais atuais

A resistência antimicrobiana é uma grave crise que ameaça os sistemas de saúde. Desde a adoção do Plano de Ação Global da OMS sobre a resistência antimicrobiana, em 2015, já houve melhoria na conscientização, vigilância e implementação das medidas de prevenção e controle da infecção. No entanto, a resposta tem sido mais lenta em relação a otimização do uso de

antimicrobianos no setor animal e meio ambiente. Infelizmente, a pandemia do Covid-19 também retardou a implementação de atividades para combater a resistência antimicrobiana, incluindo a transferência de recursos para outras áreas e falta de prioridades nas respostas à resistência antimicrobiana. Embora as ações em nível nacional estejam no centro da resposta à resistência antimicrobiana, dada sua natureza e impacto globais, há um amplo reconhecimento da necessidade de garantir que os esforços nacionais sejam complementados com medidas em nível global. Examinar as iniciativas globais para lidar com a resistência antimicrobiana e como elas podem ser fortalecidas para acelerar a ação é fundamental para entender melhor a importância da coordenação global e do aumento do investimento para fechar as lacunas que permanecem. Para ler a [diretriz](#).

## G7, G20 e OCDE, pouca saúde nos grupos dos mais ricos!

*Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury,  
Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*

### O G7 segue apoiando a Ucrânia e alerta para possível crise alimentar global

Os Ministros das Relações Exteriores do G7 se reuniram na última semana para discutir a crise global provocada pela invasão russa na Ucrânia<sup>75</sup>. O encontro, que ocorreu na cidade balneária de Weissenhaus na Alemanha, contou com três dias de negociações e a participação da Moldávia e Ucrânia enquanto países convidados. Os principais temas discutidos foram a crise alimentar e energética decorrentes do conflito e o possível ingresso da Ucrânia na União Europeia (UE).

Figura 1 – Líderes do G7 presentes no encontro em Weissenhaus, Alemanha.



Fonte: DW, 2022.

Em declaração oficial<sup>76</sup> publicada no dia 14 de maio, após o encontro, os países membros do G7 reiteraram a exigência de que a Rússia ponha fim à “agressão injustificável, não provocada e ilegal” contra a soberania e integridade territorial ucraniana. Aproveitaram também o momento para reforçar o comprometimento em ajudar a Ucrânia por meio de esforços econômicos e militares pelo tempo que for necessário<sup>77</sup>.

Sobre este ponto, medidas vêm sendo analisadas. Nesta quinta-feira, 19 de maio, os Ministros de Finanças do G7 deram início a um encontro de dois dias para negociar um plano

<sup>75</sup> G7 foreign ministers meet in Germany over 'global crisis' of Russia's Ukraine invasion. DW. 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/g7-foreign-ministers-meet-in-germany-over-global-crisis-of-russias-ukraine-invasion/a-61780303>> Acesso em: 19 de maio de 2022.

<sup>76</sup> Statement on Russia's war against Ukraine. G7. 2022. Disponível em: <<https://www.g7germany.de/resource/blob/997532/2039868/3de6a8a2ce40c6c13077c5e7e5c4ab58/2022-05-14-statement-russia-war-ukraine-data.pdf?download=1>> Acesso em: 19 de maio de 2022.

<sup>77</sup> G7 warn of global food crisis, vow indefinite supply of weapons for Ukraine. DW. 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/g7-warn-of-global-food-crisis-vow-indefinite-supply-of-weapons-for-ukraine/a-61801127>> Acesso em: 19 de maio de 2022.



assistencial bilionário para manter o governo ucraniano operando em meio às ofensivas russas<sup>78</sup>. Os termos do pacote de ajuda ainda não foram estabelecidos, mas há um incentivo para que os países ofereçam doações e não empréstimos ao país.

De acordo com levantamento feito pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), é estimado que o país precise de US\$5 bilhões mensais para cobrir suas despesas. Há indicações de que o governo Biden contribua por três meses com esse montante, em paralelo com um pacote de ajuda de US\$40 bilhões a ser aprovado pelo Senado dos Estados Unidos ainda nesta semana. Autoridades da União Europeia seguem em consonância com o posicionamento americano e expressaram que estão preparadas para contribuir com 9 bilhões de euros em empréstimos de assistência econômica mediante o fornecimento de garantias<sup>79</sup>.

A ampliação do uso de sanções para incluir setores e atores sensíveis da Rússia e dar continuidade ao movimento de ostracismo do sistema financeiro internacional e das instituições globais, discutida no relatório passado, também foi reiterada na Declaração. Soma-se a essa questão, os esforços dos membros para acelerar o processo de transição energética a fim de reduzir e acabar com a dependência do fornecimento de energia russa com base nos compromissos firmados pelo G7 de eliminar ou proibir as importações de carvão e petróleo do país.

O ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Dmytro Kuleba, que esteve presente na reunião, expressou esperança de que o pedido da Ucrânia para iniciar o processo de adesão à UE seja rapidamente aprovado. O presidente francês Emmanuel Macron sugeriu um tipo de mecanismo de adesão parcial para acelerar esse procedimento que normalmente demora anos para ser concluído. Kuleba também rebateu o ceticismo sobre a tentativa da Ucrânia de ingressar na UE, dizendo que "esses são argumentos baseados no medo de tomar decisões históricas"<sup>80</sup>.

Como evidenciado em documento oficial do G7 sobre segurança alimentar<sup>81</sup>, a guerra tem provocado sérias consequências nesse âmbito. A restrição às exportações agrícolas ucranianas, ocasionadas pelo bloqueio russo das rotas de escoamento de grãos, está levando a fortes aumentos nos preços das commodities, além da escassez de grãos no mercado. Atualmente, 25 milhões de toneladas de grãos estão bloqueados nos portos ucranianos, particularmente na cidade de Odesa.

Segundo a Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), a Ucrânia está entre os principais fornecedores de grãos do mundo, em especial o trigo e a

---

<sup>78</sup> G7 Finance Ministers Race to Secure More Ukraine Aid. NY Times. 2022. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2022/05/19/us/politics/g7-ukraine-aid.html?smid=tw-nytimes&smtyp=cur>> Acesso em: 19 de maio de 2022.

<sup>79</sup> G7 Finance Ministers Race to Secure More Ukraine Aid. NY Times. 2022. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2022/05/19/us/politics/g7-ukraine-aid.html?smid=tw-nytimes&smtyp=cur>> Acesso em: 19 de maio de 2022.

<sup>80</sup> G7: Germany seeks 'powerful sign of unity' for Ukraine. DW. 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/g7-germany-seeks-powerful-sign-of-unity-for-ukraine/a-61785804>> Acesso em: 19 mai 2022.

<sup>81</sup> Commitments on the Global Food Security Consequences of Russia's War of Aggression against Ukraine. G7. 2022. Disponível em: <<https://www.g7germany.de/resource/blob/997532/2039908/0b73ee6adba25af4cba0958830f574e5/2022-05-15-f7-food-security-data.pdf?download=1>> Acesso em: 19 de maio de 2022.

cevada<sup>82</sup>. A situação, portanto, tem exacerbado as necessidades humanitárias e de proteção existentes para os mais vulneráveis, mas também tem criado custos crescentes para a comunidade internacional como um todo.

Por essa razão, durante o encontro em Weissenhaus, os membros do G7 aclamaram a iniciativa do Secretário-Geral da ONU de convocar um “Grupo Global de Resposta a Crises sobre Alimentos, Energia e Finanças (GCRG)”. A ministra das Relações Exteriores da Alemanha, Annalena Baerbock, que sediou a reunião, disse que os líderes do bloco estão procurando maneiras de escoar as mercadorias ucranianas e apoiar o país na manutenção, armazenamento, transporte e processamento de sua produção agrícola. Ainda, é previsto o lançamento de uma Aliança Global para Segurança Alimentar para enfrentar a ameaça de crise de abastecimento, que será formalmente estabelecida na Conferência de Ministros de Desenvolvimento do G7<sup>83</sup>.

Na esteira desses acontecimentos, a proibição da exportação de trigo pela Índia, após o país passar por uma alta de temperatura que afetou sua produção, levantou debates no âmbito da Conferência dos Ministros da Agricultura do G7 em Stuttgart<sup>84</sup>. Diante desta conjuntura crítica, os membros do grupo condenaram a postura indiana e solicitaram que a comunidade internacional não adote medidas protecionistas que possam sobrecarregar ainda mais o mercado. "Se todos começarem a impor restrições às exportações ou a fechar mercados, isso piorará a crise", disse o ministro da Agricultura alemão, Cem Ozdemir, em entrevista coletiva. Os ministros da agricultura também recomendaram que o tema seja abordado na cúpula do G7 que ocorre em junho na Alemanha, na qual o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, foi convidado a participar.

Concluindo a cobertura quinzenal, durante a reunião dos Ministros da Saúde do G7 que aconteceu em Berlim nesta quinta-feira, destaca-se o fato de que a questão da quebra de patentes das vacinas contra a Covid-19 não foi ainda discutida<sup>85</sup>. Segundo o Ministro da Saúde alemão, Karl Lauterbach, o problema atual não é a ausência de vacinas, mas a disposição dos países de renda média e baixa em usá-las. Surreal!! Vale lembrar que a Alemanha é contrária à renúncia de propriedade intelectual das vacinas de Covid-19 desde o princípio da



Karl Lauterbach, Fonte: Reuters

<sup>82</sup> G7 warn of global food crisis, vow indefinite supply of weapons for Ukraine. DW. 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/g7-warn-of-global-food-crisis-vow-indefinite-supply-of-weapons-for-ukraine/a-61801127>> Acesso em: 19 de maio de 2022.

<sup>83</sup> Combating global hunger. G7. 2022. Disponível em: <<https://www.bundesregierung.de/breg-en/news/g7-ministers-of-agriculture-2040174>> Acesso em: 19 de maio de 2022.

<sup>84</sup> G7 criticises India decision to stop wheat exports. Hindustan Times. 2022. Disponível em: <<https://www.hindustantimes.com/world-news/g7-criticises-india-decision-to-stop-wheat-exports-germany-101652533657311.html>> Acesso em: 19 de maio de 2022.

<sup>85</sup> COVID vaccine patents not discussed at G7 health ministers meeting. Reuters. 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/covid-vaccine-patents-not-discussed-g7-health-ministers-meeting-2022-05-19/>> Acesso em: 19 mai 2022.

crise. Em março deste ano, o chanceler alemão, Olaf Scholz, declarou que as patentes são uma maneira crucial de incentivar as empresas a continuar avançando com novas pesquisas<sup>86</sup>.

### G20 – Digitalização como centro da agenda da presidência da Indonésia no G20

Na agenda do quinto mês de 2022, ocorre a continuação dos encontros de diferentes grupos de trabalho e forças-tarefa adjacentes ao G20. O foco principal, uma das prioridades da presidência indonésia, para a recuperação econômica<sup>87</sup>, tem sido os debates acerca de uma maior inclusão financeira das mulheres, de jovens e de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), aliado ao processo de transformação digital como solução para o cenário de crise.

**Figura 1 – Agenda de eventos relacionados ao G20 no mês de maio de 2022**



Fonte: Instagram, G20 - 2022.

Em meio aos desafios colocados pela pandemia de Covid-19 e a alta no preço das commodities decorrentes do conflito entre Rússia e Ucrânia, a recuperação financeira global ainda é incerta. A transformação em direção à tecnologia digital aparece, então, como solução para impulsionar os esforços em andamento para a reabilitação da economia. Com isso em mente, o Ministério das Finanças e o Banco da Indonésia realizaram um seminário internacional intitulado “Transformação Digital para a Inclusão Financeira de Mulheres, Jovens e Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) para Promover o Crescimento Inclusivo”, que foi realizado como um evento híbrido em Bali<sup>88</sup>.

<sup>86</sup> Germany speaks out against COVID-19 vaccine patent waiver. Reuters. 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/europe/germany-speaks-out-against-covid-19-vaccine-patent-waiver-2022-03-28/>> Acesso em: 19 mai 2022.

<sup>87</sup> Accelerating Financial Inclusion for Youth, Women, and MSMEs become G20 Presidency’s Priority. G20. 11 mai 2022. Disponível em: <<https://g20.org/accelerating-financial-inclusion-for-youth-women-and-msmes-become-g20-presidencys-priority>> Acesso em: 19 mai 2022.

<sup>88</sup> Digitalisation Increases Access to Finance for Women, Youths and MSMEs. G20. 12 mai 2022. Disponível em: <<https://g20.org/digitalisation-increases-access-to-finance-for-women-youths-and-msmes/>> Acesso em: 19 mai 2022.

De acordo com dados do Global Findex<sup>89</sup>, apresentados no seminário, em 2017 69% dos adultos do mundo possuíam contas em alguma instituição financeira. Apesar disso, 30% da população global ainda carece de acesso a esses produtos e serviços - sendo a maioria mulheres, jovens e MPMEs. Com a pandemia de Covid-19, essas lacunas econômicas aumentaram ainda mais para esses grupos vulneráveis.

O seminário destacou, então, o papel essencial que esses grupos possuem para a recuperação econômica. As MPMEs desempenham uma função importante na absorção de mão de obra, investimento e desenvolvimento econômico. Na Indonésia, por exemplo, essas empresas têm uma contribuição significativa para a economia, fornecendo 97% do emprego, gerando mais de 60% do PIB e mais de 60% do investimento no país. De maneira semelhante, o papel das mulheres também é central para o desenvolvimento econômico. Dados de um estudo feito pela empresa de consultoria McKinsey mostram que as mulheres que estão envolvidas na economia e no mercado de trabalho têm potencial para contribuir com US\$28 trilhões ou 26% do PIB mundial até 2025. Enquanto isso, os jovens, que representam 16% da população global, são essenciais para o futuro dos países, uma vez que logo entrarão no mercado de trabalho.

Apesar da importância desses grupos, muitos são os desafios que os colocam à margem do processo de digitalização financeira. Sendo os principais deles: a obtenção de financiamento para as MPMEs, acesso limitado às facilidades financeiras em razão da exigência de documentos de identificação e garantias bancárias, e baixas habilidades de alfabetização digital e financeira, especialmente para os jovens e mulheres. Soluções, mediante a promoção de discussões acerca de políticas, programas e produtos entre as partes interessadas dos setores público e privado, foram perseguidas durante o encontro. A 2ª Reunião do G20 EMPOWER, em 17 de maio na cidade indonésia de Yogyakarta, reforçou essas recomendações com enfoque no papel empreendedor das mulheres<sup>90</sup>.

Ainda dentro dessa temática, o Grupo de Trabalho de Economia Digital (DEWG) se encontrou para continuar as discussões sobre conectividade digital<sup>91</sup>. As delegações dos países membros do G20 trocaram perspectivas sobre três pontos prioritários: a conectividade e recuperação pós-Covid-19, habilidades digitais e alfabetização digital e aspectos de segurança envolvendo o livre fluxo de dados entre fronteiras.

Os debates feitos em Yogyakarta enfatizaram questões de inclusividade, empoderamento e sustentabilidade no reforço da recuperação global pós-pandemia – promovendo, assim, a mensagem-mote da presidência indonésia de que é necessária uma recuperação conjunta e fortalecida para superar a crise econômica.

Tendo em vista o reconhecimento do papel crucial da tecnologia digital nessa empreitada, os desafios para uma maior inclusão digital devem ser confrontados<sup>92</sup>. Discussões

---

<sup>89</sup> Accelerating Financial Inclusion for Youth, Women, and MSMEs become G20 Presidency's Priority. G20. 11 mai 2022. Disponível em: <<https://g20.org/accelerating-financial-inclusion-for-youth-women-and-msmes-become-g20-presidencys-priority>> Acesso em: 19 mai 2022.

<sup>90</sup> 2nd G20 EMPOWER Meeting: Strengthening Women-Owned MSMEs As Drivers of Economic Growth. G20. 17 mai 2022. Disponível em: <<https://g20.org/2nd-g20-empower-meeting-strengthening-women-owned-msmes-as-drivers-of-economic-growth/>> Acesso em: 19 mai 2022.

<sup>91</sup> SINAGA, Yuni Arisandy. Second G20 DEWG focuses on digital connectivity for recovery. BLOOMBERG. 19 mai 2022. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/press-releases/2022-05-19/second-g20-dewg-focuses-on-digital-connectivity-for-recovery>> Acesso em: 19 mai 2022.

<sup>92</sup> Overcoming the Digital Gap, Communications and Informatics Minister Encourages Continued Discussion on Digital Connectivity. G20. 17 mai 2022. Disponível em: <<https://g20.org/overcoming-the>



acerca da exclusão digital, portanto, tornaram-se uma das principais motivações para a realização do evento. Segundo dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT), em 2021, um total de 2,9 bilhões de pessoas em todo o mundo nunca usaram a Internet. O Ministério da Comunicação e Informática, responsável pelo DEWG, tem trabalhado na construção de uma política para diminuir essa desigualdade na conectividade e acesso a partir do investimento em infraestrutura de telecomunicação em larga escala entre os países participantes do G20, como também com não participantes.

A segurança digital também aparece como tópico de destaque. Com a intensificação do processo de transformação digital, novos riscos surgem para os usuários da internet e atores econômicos. Esforços para criar um ambiente virtual mais seguro, consequentemente, são vitais para dar apoio à sustentabilidade dos negócios digitais no futuro. A vista disso, o DEWG coletou informações em matéria de segurança e proteção digital existentes entre os países do bloco para gerar boas práticas e promover a solidariedade entre membros e não membros do grupo.

Por fim, somando esforços aos debates sobre recuperação econômica, aconteceu em Labuan Bajo, o primeiro encontro do Grupo de Trabalho de Turismo (TWG) do G20<sup>93</sup>. A Ministra do Turismo e Economia Criativa da Indonésia, Menparekraf Sandiaga, reiterou que o turismo é o terceiro maior setor de exportação da economia global. Logo, a recuperação econômica é inseparável da recuperação do setor de turismo. Em decorrência da pandemia, o número de turistas globais em 2020 diminuiu 74% em relação ao ano anterior, e, a nível nacional, o impacto também foi sentido. Como resultado, o sustento da comunidade foi perturbado.

Os delegados do G20 presentes concordaram, assim, em criar um acordo conjunto para recuperação da área. As chamadas Diretrizes de Bali contribuirão para a recuperação econômica global do turismo e em setores de economia criativa, além de gerar novas oportunidades de emprego. O documento possui cinco linhas-base de ação: (1) capital humano relacionado à empregabilidade, habilidades, empreendedorismo e educação; (2) inovação, digitalização e economia criativa; (3) empoderamento de mulheres e jovens; (4) ação climática, conservação da biodiversidade e economia circular; e (5) políticas, governança e estruturas de investimentos.

Dessa forma, o setor de turismo poderá se beneficiar de uma abordagem multi-setorial e criar resiliência para enfrentar futuros desafios, ao passo em que fornece um desenvolvimento turístico sustentável e reforça o papel da comunidade turística como agentes de mudança.

### **OCDE – Brasil segue no processo de adesão**

Nesta quinzena, o Banco Central<sup>94</sup> e a Casa Civil brasileira anunciaram que a OCDE aprovou a adesão do Brasil a importantes instrumentos legais<sup>95</sup>: os Códigos de Liberalização de Movimentos de Capitais e o de Operações Intangíveis, sendo que o Brasil será o primeiro país não membro da OCDE a aderir, alinhando-se, portanto, ao viés liberal que os membros da organização possuem para mercados de capitais e prestação de serviços. A notícia também foi

---

[digital-gap-communications-and-informatics-minister-encourages-continued-discussion-on-digital-connectivity/](#)> Acesso em: 19 mai 2022.

<sup>93</sup> G20 Countries Optimistic “Bali Guidelines” Contributes to Global Economic Recovery and Job Creation. G20. 11 mai 2022. Disponível em: <<https://g20.org/g20-countries-optimistic-bali-guidelines-contributes-to-global-economic-recovery-and-job-creation/>> Acesso em: 19 mai 2022.

<sup>94</sup> <https://static.poder360.com.br/2022/05/ocde-brasil-codigo-liberalizacao-12mai2022.pdf>

<sup>95</sup> <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/maio/ocde-aprova-convite-ao-brasil-para-adesao-a-importantes-instrumentos-legais>. Acesso em 20 de maio de 2022.

destaque na mídia, como na CNN e Poder 360, os quais noticiaram a aprovação de adesão do Brasil e esclarecimentos que os Códigos estabelecem padrões de fluxo financeiro internacional e de serviços internacionais de consultoria, respectivamente<sup>96</sup>.

Em 17 de maio, a OCDE reforçou a necessidade de apoio aos vulneráveis<sup>97</sup>, vítimas da guerra na Ucrânia, enquanto a guerra vem prejudicando a recuperação global. O secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann, afirmou que o impacto nas *commodities* causados pela guerra vem causando interrupções nas cadeias de suprimento, que já se encontravam instáveis em razão da pandemia de Covid-19, de forma que são necessárias ações sensatas de longo e curto prazos.<sup>98</sup> Entre as ações sugeridas estão a manutenção da inflação estável, estudo de necessidade de intervenção para o bom funcionamento de mercados financeiros e apoio aos refugiados na Europa, enquanto as medidas fiscais e financeiras vêm amortecendo a crise para consumidores e negócios (na Europa).

Os indicadores da OCDE apontam para uma estagnação no crescimento da Europa, assim como em toda a OCDE, com exceção do Japão, Estados Unidos e Canadá. principalmente decorrente de impactos da inflação e queda das expectativas de produção de manufaturas na área do euro.

No Brasil, o crescimento esperado é bem pequeno de acordo com os indicadores compostos utilizados pela OCDE<sup>99</sup>.

---

<sup>96</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/business/brasil-recebe-convite-da-ocde-para-adesao-a-codigos-de-liberalizacao/> e <https://www.poder360.com.br/economia/ocde-convida-brasil-a-aderir-codigos-de-praticas-financeiras/> . Acesso em 20 de maio de 2022.

<sup>97</sup> <https://www.oecd.org/newsroom/oecd-calls-for-well-targeted-support-to-the-vulnerable-as-war-undermines-global-recovery.html> , acesso em 22 de maio de 2022.

<sup>98</sup> “Speaking at the presentation of the Assessment today, OECD Secretary-General Mathias Cormann said: “The commodity supply squeeze resulting from this war, is exacerbating supply chain disruptions brought on by the pandemic, which will likely weigh on consumers and business for some time to come. In terms of the policy and market response, we need to remain cool-headed. We need both sensible near-term and sensible longer-term action.”

<sup>99</sup> <https://www.oecd.org/newsroom/composite-leading-indicators-cli-oecd-may-2022.htm> , acesso em 11 de maio de 2022.



Visit the interactive [OECD Data](#) to explore this data further.

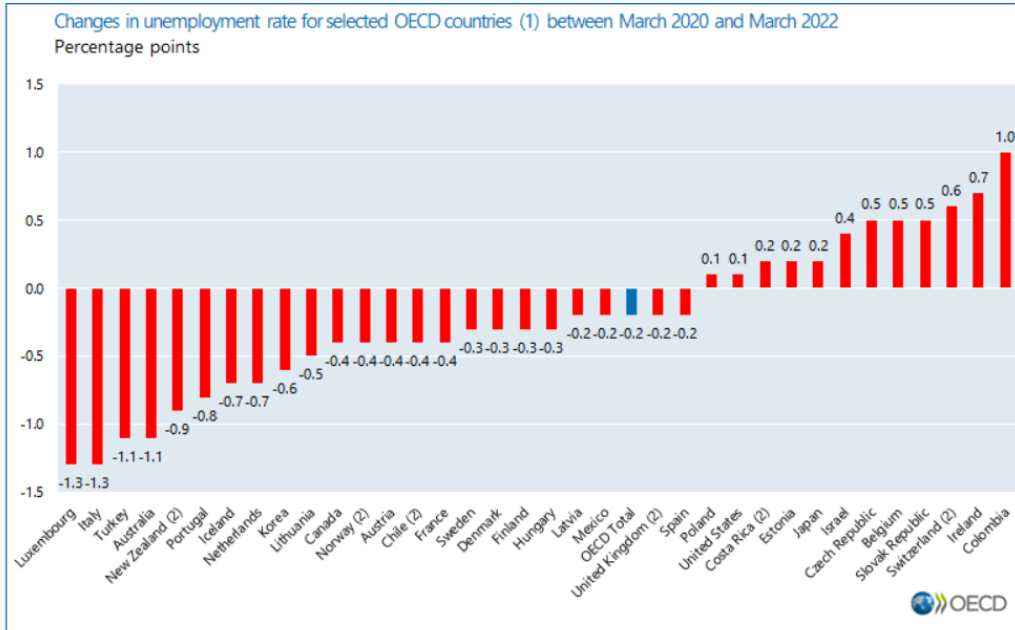
Outra observação feita pela organização foi que os impactos econômicos já vêm sendo sentidos por todo o mundo e que há um risco de acirramento da situação econômica, já que a inflação poderá crescer mais 2,5% e o crescimento será 1% menor que o previsto, uma vez que a Ucrânia é responsável por um terço das exportações de trigo e produtores de fertilizante e metais industriais. Além dos impactos econômicos, há uma grande chance do aumento de insegurança alimentar por todo o planeta. A grande dependência europeia do gás natural e petróleo russos afeta preços e as taxas inflacionárias, causando um choque de preços e impactando preços de produtos e serviços por todo o globo.

A grande necessidade por diversidade de fontes de energia e fornecimento de *commodities* se mostra imprescindível para que a Europa mantenha seus preços de energia estáveis para seus consumidores, ao mesmo tempo que os países vêm adotando medidas de barateamento de custo de vida para aliviar o bolso de sua população, como a implementação de “bilhete único” na Alemanha.<sup>100</sup>

Outro destaque este mês de maio é a contínua queda do desemprego nos países da OCDE, chegando a menos de 5,1% em março de 2022, abaixo dos índices pré-pandêmicos<sup>101</sup>.

<sup>100</sup> <https://www.themayor.eu/en/a/view/germany-to-introduce-9-euro-month-pass-for-all-public-transport-10476> , acesso em 22 de maio de 2022.

<sup>101</sup> <https://www.oecd.org/newsroom/unemployment-rates-oecd-update-may-2022.htm> : acesso em 22 de maio de 2022.



1) Germany, Greece and Slovenia, which experienced a methodological break between December 2020 and January 2021 in their unemployment series, were excluded from the chart.

2) For Costa Rica, Chile and Norway change between February 2020 and February 2022; for the United Kingdom, change between February 2020 and January 2022; for New Zealand, change between fourth quarter 2019 and first quarter 2022; Switzerland, change between fourth quarter 2019 and fourth quarter 2021.



## Salud global y diplomacia en salud en América Latina y el Caribe

*Sebastian Tobar e Miryam Minayo*

### Novena Cumbre de las Américas: marchas y contramarchas

En la región, siguen las marchas y contramarchas de la futura Cumbre de las Américas, que se realizará el próximo 6 de junio. Estados Unidos ya han empezado a mandar las invitaciones y algunos medios<sup>102</sup> (Associated Press) de prensa dicen que el Gobierno del presidente Biden está considerando invitar a un representante de Cuba. Aunque, sin embargo, persisten las dudas sobre la invitación a Venezuela y Nicaragua.

Al parecer el Gobierno de los Estados Unidos, quiere evitar un boicot potencialmente vergonzoso de algunos presidentes de la región.

En ese sentido, el Consejero Especial de los Estados Unidos para la 9ª Cumbre de las Américas, el Ex senador Christopher Dodd, entregará la invitación formal a Jair Bolsonaro en Brasilia. El presidente brasilero todavía parece no haber decidido si estará presente en la Cumbre. La ausencia de respuesta de Brasil aumenta el riesgo de vaciamiento del encuentro de líderes del Hemisferio Occidental. Aparentemente, la incerteza de la no participación de Bolsonaro se debe a dos factores: por un lado, su campaña por la reelección y por otro el foco de las negociaciones sobre los temas de la Cumbre de las Américas, que se cuestiona sobre si es positiva. Mientras tanto, la Embajada de EE. UU. en Brasilia afirmó: “Esperamos con ansias la participación de Brasil en la Cumbre. Brasil es un socio regional crucial, con compromisos compartidos con la democracia, los derechos humanos, la prosperidad económica, el estado de derecho y la seguridad”

Estados Unidos tiene la preocupación que las dos principales economías de la región: Brasil y México acaben no participando de la cumbre. La situación de Bolsonaro parece ser vista como menos problemática que la de Lopez Obrador, porque el presidente brasilero no se manifestó públicamente, todavía, que no iría y no parecen muy realistas y posibles para el Departamento de Estado los reclamos del presidente mexicano.<sup>103</sup> La realización de una agenda bilateral Brasil y Estados Unidos, con la reunión de Biden y Bolsonaro paralela a la Cumbre, parece ser uno de los ofrecimientos del gobierno de la Casa Blanca.

Solo recordando, la última Cumbre de las Américas se realizó en Perú, en 2018<sup>104</sup>, donde no participó el Expresidente Trump, Raúl Castro y el presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Nicolás Maduro ni siquiera fue invitado

El presidente Fernández de Argentina<sup>105</sup>, en su carácter de Presidencia Pro Tempore de la CELAC ha cuestionado la estrategia geopolítica de la Casa Blanca y la relación del gobierno de Biden con los regímenes “autoritarios” de América Latina, que operan en apoyo a Rusia en el tablero internacional. Solo para recordar unos días antes de iniciada la guerra entre Rusia y Ucrania, el presidente Fernández estuvo reunido con el presidente Putin y realizó declaraciones

<sup>102</sup><https://www.economista.com.mx/internacionales/Estados-Unidos-valor-a-invitar-a-un-representante-de-Cuba-a-la-Cumbre-de-las-Américas-20220520-0048.html>

<sup>103</sup><https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/05/biden-escala-emissario-para-convencer-bolsonaro-a-ir-a-cupula-das-americas.shtml>

<sup>104</sup><https://cnnspanol.cnn.com/2022/05/19/cumbre-america-que-es-donde-como-funciona-orix/>

<sup>105</sup><https://www.infobae.com/politica/2022/05/22/alberto-fernandez-cuestiona-la-agenda-exterior-de-biden-y-prepara-un-discurso-critico-para-la-cumbre-de-las-americas/?outputType=amp-type>

en la que postulaba a “Argentina como la puerta de entrada de Rusia en América Latina”. Es muy probable que Washington interprete el eventual discurso pacifista de Fernández, quien se ha manifestado en contra de los bloqueos económicos y de la entrega de armamentos que hace EE. UU. y la UE, como una posición geopolítica a favor de Putin.

El presidente Biden enfrenta una crisis de legitimidad en su país y si aceptara a Cuba, Nicaragua y Venezuela en la Cumbre de las Américas, se traduciría en una fuerte derrota en las elecciones de medio término en el mes de noviembre y catastrófico para el Salón Oval.

Con relación al tema propuesto para la cumbre de este año, es: “Construyendo un futuro sostenible, resiliente y equitativo”. En el marco del mismo, se hace mención explícita a la pandemia de la Covid-19 y las “grietas que ha dejado al descubierto” a nivel social y económico, la crisis climática, las amenazas de la democracia y la falta de un acceso equitativo a las oportunidades.

Mientras, a nivel diplomático se está construyendo y negociando el “Proyecto de Compromiso Político para la IX Cumbre de las Américas- Plan de Acción sobre Salud y Resiliencia en las Américas”. El documento previamente acordado el día 11 de mayo, propone un Plan con 9 acciones:

La primera acción, plantea el abordaje, con solidaridad y equidad de los “efectos de la pandemia del COVID-19, en todas sus etapas” ... Propone evaluar y fortalecer la capacidad y resiliencia de los sistemas de salud y las cadenas de valor en salud a nivel niveles nacionales y regionales, colocando a las personas en el centro de las políticas de salud, incluidos los servicios de salud física y mental. En esta se está negociando hacer mención especial al mayor impacto que tuvo en algunos grupos etarios como las mujeres y niñas, y de mayor vulnerabilidad.

La segunda acción del Plan propone el fortalecimiento de la “resiliencia de nuestros sistemas de salud y educación, nuestras economías y nuestras comunidades, teniendo en cuenta que las Américas comparten muchos desafíos, evidenciados o exacerbados por la pandemia de COVID-19, y que necesitamos enfoques integrales y sensibles al género. y perspectiva de género”. Dentro de la misma, se resalta la reconstrucción económica e institucional de manera resiliente, inclusiva y equitativa y con la participación plena y equitativa de todas las mujeres, para lograr el crecimiento. Y declara la importancia de facilitar las inversiones, aumentando la disponibilidad de infraestructura crítica y accesible, fortaleciendo las cadenas de suministro y las compras públicas, fortaleciendo los mercados internacionales y aumentando la integración comercial, que sientan las bases para un crecimiento y prosperidad equitativos a largo plazo. En relación con esta acción, si bien se ha mencionado al Banco Interamericano de Desarrollo como una herramienta para la inversión, esta acción solo se plantea como deseable sin plantear el cómo se concretará la misma.

La tercera acción del Plan señala el abordaje de las dimensiones económicas, sociales y ambientales más amplias de la resiliencia, incluidos los desafíos resultantes del COVID-19 y las limitaciones para una recuperación postpandemia sostenible, incluido el espacio fiscal limitado, las cargas de deuda insostenibles y la falta de acceso a la financiación, desafíos para seguridad alimentaria y nutricional, capacidad limitada para mitigar y adaptarse a los desafíos de la crisis climática.

La Cuarta Acción parece contradictoria, porque en el epígrafe del documento cuando se inicia la mención de las acciones se habla de un Plan que contenga las que se mencionan, y la Cuarta Acción reitera la elaboración de un “Plan de Acción basado en evidencia que tenga en

cuenta los desafíos socioculturales, económicos y estructurales que enfrenta la región de las Américas e incluya, entre otros, identificar medidas de coordinación y cooperación nacional e internacional, teniendo en cuenta los compromisos globales asumidos por los estados en materia de salud y resiliencia, con miras a:

a. ampliar el acceso equitativo a servicios integrales de salud de calidad centrados en las personas y las comunidades; fortalecer la atención primaria para avanzar hacia el acceso universal a los servicios de salud. Para ello, promover el intercambio de experiencias y mejores prácticas en materia de políticas, reglamentos y normas; fortalecer la coordinación intersectorial para abordar los determinantes sociales de la salud, fortalecer las estructuras institucionales, incluido el desarrollo de capacidades para la regulación y evaluación de los sistemas de salud [EE. UU.: garantizar promover que] [PE, EC, UY, AR: garantizar que] los servicios de salud y los medicamentos sean seguros, eficaces y de alta calidad, prestando la debida atención al desarrollo de capacidades para desempeñar las funciones esenciales de salud pública y aplicar el Reglamento Sanitario Internacional.

b. Fortalecer los programas educativos en los campos de la medicina, la salud pública, la nutrición y la investigación en ciencias biomédicas, así como el reclutamiento y desarrollo de habilidades de todos los profesionales que se dedican al campo de la salud, a través de la educación y capacitación continuas. Promover el incremento del número de personas que laboran en estas especialidades, con un enfoque biopsicosocial integral para atender las necesidades de salud de nuestras poblaciones; así como retener al personal de salud en los países en desarrollo, especialmente en los países menos adelantados y los pequeños estados insulares en desarrollo.

c. Examinar los mecanismos de financiamiento que orienten el involucramiento de las instituciones financieras nacionales e internacionales y de los sectores público y privado en el fortalecimiento de los sistemas de salud en la gestión orientada a mejorar la eficiencia, eficacia, transparencia, sostenibilidad y equidad en el financiamiento, aumentando y mejorando el financiamiento público y haciendo avanzar hacia la eliminación de los gastos de bolsillo cuando corresponda, así como la prevención, preparación y respuesta ante pandemias, alentando a las instituciones financieras internacionales a otorgar financiamiento a los países en desarrollo.

d. Aumentar la financiación de la investigación y el desarrollo en salud, de acuerdo con los compromisos previamente establecidos; desarrollar y ampliar las capacidades de producción relacionadas con medicamentos, incluidas vacunas, suministros médicos y otras tecnologías sanitarias, para fortalecer la resiliencia y la seguridad sanitaria regional, y la respuesta oportuna y equitativa a las emergencias sanitarias, teniendo en cuenta los compromisos adoptados a nivel regional y subregional, incluidos los compromisos voluntarios transferencia de tecnología en términos mutuamente acordados: mejorar la eficiencia, eficacia y [sensibilidad de género y perspectiva de género] de los presupuestos de salud existentes, y promover una conducta ética para prevenir la corrupción tanto en el sector público como en el privado, promover la preservación de la salud y bienestar.

e. Aprovechar las herramientas digitales y fortalecer la cooperación y el intercambio de mejores prácticas para el desarrollo y aplicación de estas tecnologías, incluyendo el uso de inteligencia artificial, resguardando la privacidad en el manejo de datos personales, con el fin de facilitar el acceso a acciones de promoción, prevención y curación atención, incluido el tratamiento para reforzar las capacidades nacionales y regionales.

f. Fortalecer las capacidades de las autoridades de salud y la infraestructura y los sistemas nacionales de vigilancia epidemiológica, según corresponda, para prevenir, prepararse, detectar y responder a brotes y eventos de enfermedades infecciosas con características epidémicas. Colombia había sugerido hacer referencia al Reglamento Sanitario Internacional y otros instrumentos internacionales, y mediante la cooperación internacional y la asistencia técnica de organismos internacionales, como la OPS.

g. Crear el entorno propicio y fortalecer la capacidad a nivel nacional y regional en todo el Hemisferio para producir localmente y [CA, US: asegurar habilitar] [ UY, CR, GT: asegurar / garantizar] acceso a servicios seguros, efectivos y de alta calidad. insumos médicos estratégicos en la región, y adoptar políticas que apoyen la participación multisectorial sostenida, incluidos los sectores de la salud, la ciencia y la tecnología, la industria y el comercio, aplicando la debida diligencia para prevenir y mitigar los riesgos que puedan surgir como resultado de los posibles conflictos de interés de los actores no estatales de manera colaborativa, transparente y responsable, para cerrar las brechas de capacidades básicas entre y dentro de los países de la región. [BO, PY: Todo esto con miras a eliminar la dependencia de los países productores, y considerando, en particular, que los países en desarrollo que carecen de costas y los pequeños estados insulares en desarrollo dependen de los países de tránsito para la exportación e importación de bienes, lo que impacta el acceso a productos relacionados con la salud.] Como se podrá observar, este numeral mantiene corchetes de sugerencias y modificaciones propuestas por los países.

h. [Propuesta presentada por la Delegación de Panamá: promover y potenciar mecanismos y acciones que contribuyan al fortalecimiento de la población en general, poniendo énfasis en [poblaciones en situación de vulnerabilidad] cuyas necesidades históricamente han [CR: discriminado], la capacidad de enfrentar las adversidades, repercutiendo directamente en su bienestar y superación en salud física y mental; alcanzando estos objetivos con un esfuerzo multisectorial e integral, desarrollando procesos que actúen sobre los determinantes de la salud.]

Asimismo, Jamaica como parte del CARICOM había hecho mención a la incorporación de algún numeral vinculado a las enfermedades crónicas no transmisibles.

Las otras cuatro acciones del Plan van en el sentido de:

5. Enfatizar/trabajar, sin exclusiones, en la transversalización de los derechos humanos, la equidad y la igualdad [US, ME, UR, CR, CA, VE: y la interseccionalidad] de los determinantes sociales de la salud, [AR, BO: y interculturalidad][CO: considerando género, identidad de género, orientación sexual, raza, edad, etnia], [considerando género, identidad de género, orientación sexual, raza, edad, etnia] [GT: que enfrentan discriminación por género] y la interconexión entre múltiples formas de discriminación, exclusión y desigualdad para la accesibilidad en todos los aspectos del Plan de Acción; y trabajar para brindar una implementación transversal de este Plan que brinde una perspectiva equitativa e inclusiva sobre la resiliencia y las necesidades económicas, sociales y culturales de nuestras comunidades para prepararse y responder a las emergencias de salud actuales y futuras, con especial atención a las necesidades y desafíos que enfrentan las personas vulnerables y [cuyas necesidades han sido o discriminadas].

6. [Propuesta presentada por la Delegación de Argentina: Situar a las personas y comunidades en el centro del Plan de Acción, abordando las desigualdades e inequidades, movilizando recursos y financiamiento, promoviendo la igualdad de género y el derecho a tener control y decidir libre y responsablemente sobre asuntos relacionados con su sexualidad,

incluida la salud sexual y reproductiva , libre de coerción, discriminación y violencia, [EE. UU.: garantizar la promoción] de los derechos sexuales y reproductivos [GY: salud sexual y reproductiva y derechos reproductivos tal como se expresa en la Agenda 2030 (Meta 5.6 dice “Garantizar el acceso universal a la salud sexual y reproductiva y derechos acordados de conformidad con el Programa de Acción de la Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo y la Plataforma de Acción de Beijing y los documentos finales de sus conferencias de revisión)], y [AC: empoderamiento apoyando el empoderamiento de todos] [EE.UU.: todos ] mujeres y niñas [CA: en toda su diversidad] [CO, PY, GT: apreciando toda la diversidad en la que se encuentran mismos] a fin de lograr un plan transversal que propicie una respuesta eficaz a las emergencias, teniendo en cuenta las necesidades económicas, sociales y culturales de nuestras comunidades, con especial énfasis en [los grupos en situación de vulnerabilidad, los grupos vulnerables e históricamente marginados].

7. Que las autoridades responsables se comprometan con las brechas y desarrollen un plan de acción basado en evidencia con aportes de [diversos actores y sectores interesados], incluida la sociedad civil y otros actores sociales y [el sector privado].

8. Que las autoridades responsables desarrollen e implementen el Plan de Acción con el apoyo de la Organización de los Estados Americanos, la Organización Panamericana de la Salud, el Banco Interamericano de Desarrollo y otros miembros del Grupo de Trabajo Conjunto de Cumbres, según corresponda, en consonancia con otros acuerdos regionales. iniciativas en marcha.

### **MERCOSUR: Tensiones en la Integración Regional**

El Gobierno del Estado Plurinacional de Bolivia envió una comunicación a los miembros del Mercosur diciendo que estaba reviendo su proceso de adhesión al bloque, y que, de mínima, quería dar de baja el llamado Acuerdo de Complementación Económica 36.

El Acuerdo de Complementación Económica ACE-36<sup>106</sup> firmado en 1996 entre Bolivia y el MERCOSUR promovió la idea de formar un área de libre comercio en un plazo de 10 años que debía cumplirse en 2007. En 2012, los bolivianos firmaron su adhesión al MERCOSUR, que al parecer ahora estarían renunciando. La adhesión de Bolivia al MERCOSUR fue ratificada por todos los parlamentos de los Estados parte del MERCOSUR, con excepción de Brasil.

En Julio de 2015, Bolivia fue admitida como miembro pleno del MERCOSUR (en proceso de adhesión). Este hecho generó controversias internas ya que, desde 1969, el país es miembro de la Comunidad Andina de Naciones (CAN). Mas que por motivos económicos (el principal producto que el país andino exporta al bloque es gas; que no se verá afectado por el acuerdo), Bolivia ingresa en el MERCOSUR buscando mantener el fluido diálogo político. Esto se produce en un contexto de pérdida de peso regional de otra de sus grandes apuestas: la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA), impulsada por la República Bolivariana de Venezuela, pero también frente a una situación de estancamiento del propio MERCOSUR<sup>107</sup>.

La noticia de la posible salida de Bolivia a su proceso de adhesión no fue tomada con buenos ojos por los Estados Parte del bloque, que ya viene sufriendo intensas críticas por algunos de sus miembros.

<sup>106</sup> [http://www.sice.oas.org/tpd/BOL\\_MER/Studies/trade\\_results\\_s.pdf](http://www.sice.oas.org/tpd/BOL_MER/Studies/trade_results_s.pdf)

<sup>107</sup> <https://nuso.org/articulo/bolivia-mira-hacia-el-sur/>

El presidente de Uruguay, Luis Lacalle Pou es uno de los que viene manifestando sus reclamos de apertura comercial del MERCOSUR. El presidente uruguayo viene coqueteando con varios países (China, Turquía e Inglaterra, entre otros) para firmar acuerdos de libre comercio con el Mercosur o con sus miembros por separado.

“Lo que les decimos a la Argentina y Brasil es que Uruguay tiene que romper el corsé. Uruguay necesita abrirse al mundo; si se quiere acompañar, se acompaña; si no, vamos solos. No vamos a violentar el Mercosur”, dijo Lacalle Pou en esta semana que pasó.<sup>108</sup>

### **MERCOSUR: La Comisión de Comercio del MERCOSUR aprobó 10 lineamientos sobre “Actuaciones Específicas en el Ámbito Arancelario por Razones de Abastecimiento”<sup>109</sup>**

Entre los días 11 y 12 de mayo, se realizó la CLXXXVII Reunión Ordinaria de la Comisión de Comercio del MERCOSUR (CCM), con la participación de las delegaciones de Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay y Bolivia. El evento fue la tercera reunión que se realizó en este órgano decisorio de este proceso de integración regional bajo la Presidencia Pro Tempore paraguaya.

En la ocasión, la Presidencia Pro Tempore de Paraguay y los demás Estados Parte procedieron según lo acordado y presentaron sus medidas comerciales adoptadas para evitar la propagación del Covid-19. Asimismo, se presentaron los informes de los Comités Técnicos N° 1 “Aranceles, Nomenclatura y Clasificación de Mercancías”; N° 7 “Protección al Consumidor”, y N° 8 “Transposición de Nomenclatura de Acuerdos Comerciales con Terceros Países y Grupos de Países”.

También se realizó un resumen de las consultas comerciales de la agenda y se tomó nota de la nueva consulta presentada por la delegación de Paraguay. Se compartieron los avances en la informatización de los procesos comerciales y arancelarios, y se abordaron temas relacionados con la incorporación de las normas MERCOSUR. En esta ocasión, la CCM aprobó 10 Lineamientos, en el ámbito de la Resolución GMC N° 49/2019, sobre “Acciones Únicas en el Ámbito Tarifario por Causa de Abastecimiento”. Finalmente, la CCM aprobó la Resolución GMC N° 02/2022 sobre “Modificación de la Nomenclatura Común del MERCOSUR” y su correspondiente Arancel Externo Común.

### **CEPAL: Cuarta Reunión de la Conferencia Regional sobre Población y Desarrollo de América Latina y el Caribe en junio 2022<sup>110</sup>**

La CEPAL acogerá del 28 al 30 de junio de 2022 la Cuarta Reunión de la Conferencia Regional sobre Población y Desarrollo, en la que altos representantes de gobierno, instituciones internacionales, sector privado, academia y sociedad civil se reunirán para analizar los impactos sociodemográficos de la pandemia de la Covid-19 en la región y los retos que plantea la crisis sanitaria para la implementación del Consenso de Montevideo<sup>111</sup>.

<sup>108</sup> [https://www.clarin.com/politica/mercosur-suma-problemas-bolivia-reniega-adhesion-uruguay-reclama-abrirlo-mundo-brasil-bajen-aranceles\\_0\\_peRc4cQns6.html](https://www.clarin.com/politica/mercosur-suma-problemas-bolivia-reniega-adhesion-uruguay-reclama-abrirlo-mundo-brasil-bajen-aranceles_0_peRc4cQns6.html)

<sup>109</sup> <https://www.mercosur.int/pt-br/a-comissao-de-comercio-do-mercosul-aprovou-10-diretrizes-sobre-acoes-pontuais-no-ambito-tarifario-por-razoes-de-abastecimento/>

<sup>110</sup> <https://www.cepal.org/es/noticias/cepal-acogera-la-cuarta-reunion-la-conferencia-regional-poblacion-desarrollo-america-latina>

<sup>111</sup> El documento que refuerza la implementación de los temas de población y desarrollo más allá de 2014, al término de la Primera Reunión de la Conferencia Regional sobre Población y Desarrollo de América Latina y el Caribe, que se llevó a cabo del 12 al 15 de agosto de 2013 en Montevideo, Uruguay.

En el marco de la reunión, la CEPAL presentará un documento sobre los impactos sociodemográficos de la pandemia de COVID-19 en la región y dará a conocer la plataforma virtual para el seguimiento regional de la implementación del Consenso de Montevideo.

## **ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANO (OEA)**

### **OEA declara emergencia por la crisis de fertilizantes<sup>112</sup>**

La OEA declaró en emergencia a Latinoamérica por la actual crisis de los fertilizantes, el aumento de los precios de los fertilizantes y su impacto en el desarrollo de sistemas agroalimentarios sostenibles en la región. Es la primera vez en la historia que la Organización ingresa en un tema tan complejo como el de los fertilizantes. “La OEA ha declarado emergencia en la región para que nos permita enfrentar los riesgos de la seguridad alimentaria”, señaló el embajador peruano Harold Forsyth en la OEA.

Desde antes de la invasión de Rusia a Ucrania, los productores agrícolas enfrentaban la escasez y el alza de los precios de los insumos agrarios a nivel internacional debido a problemas en la cadena de suministro global. Algunos países han logrado almacenar fertilizantes mediante compras anticipadas, pero la gran duda es si habrá oferta suficiente para el segundo semestre de 2022.

Se ha entrado a una competencia feroz en el mundo y obviamente esto nos ha tomado desprevenidos a todos, salvo algunos países individuales que aparentemente, por razones de su propio suelo, cuentan con este elemento vital.

Forsyth precisó que, como parte de esta declaratoria, el secretario general de la OEA, el uruguayo Luis Almagro, realizará gestiones inmediatas con el Banco Mundial, el Banco Interamericano de Desarrollo y con el Banco de Desarrollo de América Latina “para generar los recursos que nos permitan enfrentar los riesgos para la seguridad alimentaria regional”. Lo que vamos a necesitar son recursos, o sea, dinero. En consecuencia, lo que se está haciendo es llamar a instituciones financieras a actuar y probablemente esos sean los siguientes pasos que asuma el secretario general.

---

<sup>112</sup> <https://semanariouniversidad.com/mundo/la-oea-declara-en-emergencia-a-america-latina-por-la- crisis-de-fertilizantes/>

## O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

*Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche, e Felix Rosenberg*

### UNIÃO AFRICANA

#### *Primeira oficina sobre dados de segurança alimentar, sistema de gestão de informação e do conhecimento em África*

A União Africana convocou a sua primeira oficina para deliberar sobre o melhoramento da informação sobre segurança alimentar e sistemas de gestão do conhecimento que deveriam facilitar a geração eficaz de dados, análise e troca de conhecimentos para apoiar a avaliação de riscos, a tomada de decisões, a formulação e harmonização de políticas de segurança alimentar a nível nacional, regional e continental e, inversamente, impulsionar o comércio interafricano no contexto da **Zona do Comércio Livre Continental** da União Africana (AfCFTA – *African Continental Free Trade Area*), bem como para melhorar a segurança alimentar e assegurar o consumo de alimentos seguros para uma melhor saúde da população.

Na sessão de abertura, o Dr. Simplicie Nouala, Chefe do Departamento da Agricultura e Segurança Alimentar da Comissão da União Africana, salientou que a segurança alimentar se tornou uma condição prévia importante para os mercados de exportação e, se não for abordada de forma proativa, pode ser um impedimento para a Zona do Comércio Livre Continental (AfCFTA), particularmente no fomento do comércio de bens e serviços agrícolas. Ela afirmou que o continente africano precisa estabelecer sistemas de geração de dados, que sejam baseados em provas para melhorar significativamente a gestão da segurança alimentar, acrescentando que os alimentos contaminados impedem os esforços de segurança alimentar e mantêm o inaceitável *status quo* da insegurança alimentar, fome, subnutrição e outros problemas relacionados com a saúde, tornando assim difícil a erradicação da pobreza e o desenvolvimento económico. Declarou ainda que a União Africana está totalmente empenhada em abordar questões de segurança alimentar no continente através de uma geração melhorada e sustentável de dados fiáveis para informar a política baseada em provas e a tomada de decisões.

Por sua vez, o representante da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), senhor Ernest Aube, Chefe da Divisão de Agricultura e Segurança Alimentar, elogiou a Comissão da União Africana pela implementação da decisão Executiva (EX.CL/1187 XXXVI) sobre a aprovação do Quadro Político Sanitário e Fitossanitário para África (*Sanitary and Phytosanitary Policy Framework for Africa, SPS*) que trará múltiplos benefícios ao continente em termos de segurança alimentar e de fortalecimento do comércio continental com a operacionalização da Zona do Comércio Livre Continental (AfCFTA), tendo acrescentado que o Quadro Político Sanitário e Fitossanitário para África é fundamental para a realização dos objetivos de segurança alimentar e nutricional da (Sub) - região da CEDEAO tendo a sua organização investido fortemente e o Presidente da CEDEAO está a liderar os esforços para acabar com a fome e a desnutrição após o sucesso registrado no 3º Relatório de Revisão Bial da Comissão da União Africana sobre a implementação da Declaração de Malabo sobre crescimento acelerado da agricultura e transformação para prosperidade partilhada e melhoria dos meios de vida do PCDA (Programa Integrado para o Desenvolvimento da



Agricultura em África. Em inglês, CAADP<sup>113</sup> - *Comprehensive Africa Agriculture Development Programme*), onde a (Sub) - região da África Ocidental emergiu com o melhor desempenho.

Existe uma série de desafios dos sistemas de segurança alimentar em África que incluem uma fraca estrutura institucional e sistemas fragmentados que variam entre os Estados-Membros, o que dificulta ainda mais o comércio entre os Estados-Membros. A segurança alimentar é um fator-chave no desenvolvimento agrícola e na segurança alimentar. A representante do governo dos Camarões, acrescentou que os alimentos inseguros e contaminados contribuem para o aumento das perdas e desperdícios, o que tem o efeito de agravar a insegurança alimentar e as suas outras consequências, tais como a subnutrição que persiste na (Sub) -região. Ela elogiou a Comissão da União Africana por organizar essa oficina e instou os peritos a partilharem livremente ideias que irão melhorar os sistemas de dados de segurança alimentar no continente.

O Director do Conselho Fitossanitário Interafricano da União Africana (AU-IAPSC – *Inter-African Phytosanitary Council*), deu as boas-vindas aos participantes e exortou-os a explorar opções e aprender lições de outros sistemas globais para orientar o desenvolvimento de um sistema de informação e gestão de conhecimentos sobre segurança alimentar para África.

Ele afirmou ainda que os países africanos têm lacunas na capacidade de recolher dados locais de avaliação de risco e a globalização do fornecimento de matérias-primas agrícolas também aumentou os desafios para as autoridades reguladoras para melhor gerir os riscos associados ao efeito de pragas e doenças. Os desafios da segurança alimentar são fundamentais e exigem a utilização de abordagens baseadas na ciência para uma melhor gestão de dados credíveis relacionados com a saúde humana. Ainda afirmou que os conhecimentos especializados combinados com as melhores infraestruturas para monitorização e vigilância em África, utilizando ferramentas analíticas, bem como a recolha e síntese automatizada de dados, contribuirão significativamente para garantir a segurança alimentar e ajudarão a estabelecer prioridades e a implementar ações relevantes em matéria de segurança alimentar.

As experiências globais de recolha, troca e utilização de dados sobre segurança alimentar foram partilhadas por peritos através de apresentações sobre iniciativas semelhantes e sistemas globais relacionados. Isto proporcionou a percepção e partilha de lições sobre os sistemas existentes, que incluíram:

*Food Safety Authorities Network*, INFOSAN;

FOSCOLLAB e outras bases de dados da OMS;

*OpenFoodTox*, base de dados da Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar

Foram também apresentadas iniciativas em África de relevância para os dados e a gestão da informação sobre segurança alimentar:

*Africa Aflatoxin Information Management System* (Africa AIMS);

*Africa Food Safety Index* (AFSI);

*Animal Resources Information System* (ARIS);

*Africa Pathogen Genomic Initiative*.

A oficina apresentou recomendações para estabelecer um centro (*hub*) continental de dados e informação sobre segurança alimentar e um sistema de gestão do conhecimento que

---

<sup>113</sup> <https://www.fao.org/3/a0586p/a0586p.pdf> versão em língua portuguesa. Existem versões em inglês, francês e espanhol no site da AUDA-NEPAD <https://www.nepad.org/file-download/download/public/111014>

facilite a geração de dados, análise e partilha de dados para melhorar as avaliações de risco e a tomada de decisões.

Também recomendou tomar em consideração os seguintes aspectos para assegurar a fiabilidade e sustentabilidade do sistema:

- Criação de capacidade para monitorização baseada em laboratório, vigilância para avaliação de riscos, geração de dados, colação e análise
- A geração e partilha de dados em tempo útil, também foram consideradas importantes para assegurar que as intervenções e ações sejam tomadas pelo decisor de forma atempada
- A necessidade de capturar ferramentas modernas tais como ferramentas analíticas, bem como a recolha e síntese automática de dados para fazer uso de "*grandes dados*".
- Criação de capacidade de geração e análise de dados, incluindo infraestruturas e recursos humanos
- Desenvolver orientações políticas sobre a proteção de dados de informações sensíveis em matéria de segurança alimentar, assegurando simultaneamente o intercâmbio de informações a todos os níveis
- Mobilização de recursos para assegurar formas sustentáveis de recolha de informação e conhecimentos sobre a relevância para a segurança alimentar
- Disponibilizar políticas e legislação, sistema regulador e boas práticas, para informar o público, bem como a defesa de políticas e a tomada de decisões
- Concentra-se em ações baseadas em provas para melhorar a segurança alimentar no continente.

O sistema abordará uma lacuna na capacidade de recolher e analisar dados relacionados com a segurança alimentar e dará ao continente uma oportunidade de poder produzir dados fiáveis localmente relevantes e evitar a necessidade de depender de avaliações de risco de segurança alimentar realizadas fora do continente, promovendo ao mesmo tempo uma política baseada em provas e uma comunicação de risco de segurança alimentar.<sup>114</sup>

### ***Migração e saúde: Relatório final***<sup>115</sup>

Este relatório apresenta as conclusões de um estudo sobre migração e saúde em África, encomendado pela Comissão da União Africana (CUA) para gerar conhecimentos após o lançamento em 2020 de uma nova área política sobre migração e saúde. Este estudo de metodologia mista sobre migração e saúde em África tinha um âmbito ambicioso, e recolheu dados primários e secundários interessantes e relevantes para uma melhor compreensão da saúde dos migrantes nos diferentes contextos africanos, bem como o nexo migração-saúde em geral.

*Formulação do problema:* tal como noutras regiões do mundo, espera-se que a migração no continente africano aumente até 2050 devido à urbanização, crescimento económico e alterações/mudanças climáticas.

A migração tem implicações potenciais tanto para a saúde dos migrantes quanto para os sistemas de saúde nos países de origem, trânsito e de acolhimento. Os migrantes e refugiados

<sup>114</sup> [https://au.int/sites/default/files/pressreleases/41791-pr-Press\\_Release\\_-\\_First\\_workshop\\_on\\_Food\\_Safety\\_Data\\_Information\\_and\\_Knowledge\\_Management\\_System\\_in\\_Africa\\_held\\_by\\_African\\_Union\\_Commission.pdf](https://au.int/sites/default/files/pressreleases/41791-pr-Press_Release_-_First_workshop_on_Food_Safety_Data_Information_and_Knowledge_Management_System_in_Africa_held_by_African_Union_Commission.pdf)

<sup>115</sup> <https://au.int/en/documents/20201015/africa-migration-report>

podem ser tanto vítimas como vectores de riscos para a saúde, especialmente devido às difíceis rotas migratórias e, muitas vezes, enfrentam múltiplas barreiras no acesso aos cuidados de saúde e amiúde enfrentam múltiplas barreiras no acesso a cuidados de saúde adequados nos países de acolhimento. A Comissão da União Africana e os seus Estados- Membros estão empenhados em desenvolver a saúde e a riqueza do seu povo, como delineado na Agenda 2063 (AUC 2013).

A gestão eficaz dos fluxos migratórios e aproveitamento das contribuições da migração para as economias africanas serão uma prioridade fundamental para os decisores políticos africanos nas próximas décadas. Contudo, as políticas de saúde e migração (isto é, serviços e programas) têm funcionado frequentemente em silos, sem ter suficientemente em conta os

No entanto, as políticas de saúde e migração (isto é, serviços e programas) têm funcionado muitas vezes de forma compartimentada, sem abordar suficientemente a necessidade de associar a migração à saúde.

Além disso, estes desafios são exacerbados pela falta de dados sobre a saúde dos migrantes e pela falta de informação sobre o nível de coerência (ou não) entre os quadros de política sanitária e social a nível continental, regional e dos Estados-Membros. A Comissão da União Africana identificou a migração e a saúde como uma das questões transversais do Quadro de Política de Migração para África e Plano de Ação (2018-2030)<sup>116</sup>.

A atual pandemia global da Covid-19 apenas serviu para realçar a importância e a urgência destas questões. A fim de estabelecer uma agenda e desenvolver uma abordagem continental donexo migração-saúde, a União Africana identificou prioridades de pesquisa/investigação para, em primeiro lugar e acima de tudo, preencher a lacuna de conhecimentos.

Este estudo visava preencher algumas das lacunas, examinando políticas e práticas de migração e saúde a nível continental, regional e nacional. O estudo foi complementado e enriquecido por um exercício de recolha de dados primários no Quênia, Nigéria e África do Sul. Estes dados eram migrantes, refugiados, trabalhadores da saúde, bem como funcionários regionais, nacionais, da União Africana e pessoal de agências da ONU.

*Componentes do estudo:* em 2020, foi realizado um estudo de delimitação de âmbito desta pesquisa, com o objetivo de mapear os quadros políticos relevantes e identificar os principais desafios enquadrar e identificar os principais desafios relativos ao nexomigração-saúde no continente africano. Um total de 575 documentos políticos e 508 publicações científicas e outras foram revistas, e foram extraídos dados secundários relevantes de fontes oficiais do governo, relatórios de agências da ONU e de 15 Estados-Membros da União Africana.

Este estudo identificou importantes lacunas na pesquisa académica sobre saúde dos migrantes e uma falta de coerência política entre migração e saúde. A maioria dos estudos anteriores relevantes foram conduzidos a nível internacional e continental, ou a nível de um determinado país ou região em África.

Os resultados do estudo de delimitação do âmbito fornecem informações sobre os aspectos que devem ser analisados mais aprofundada mente a nível nacional e regional no estudo analítico.

---

<sup>116</sup> [https://au.int/sites/default/files/documents/35956-doc-2018\\_mpfa\\_portugese\\_version.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/35956-doc-2018_mpfa_portugese_version.pdf)

Os resultados do estudo de delimitação do âmbito fornecem informações sobre aspectos que devem ser analisados de forma minuciosa a nível nacional e regional no estudo analítico. Cinco países, cada um representando uma região africana diferente, foram incluídos nesta fase de pesquisa: a República Democrática do Congo (RDC), Marrocos, Quênia, Nigéria e África do Sul, com estudo aprofundado e recolha de dados primários nos três últimos desses países.

*Principais resultados do estudo:* o estudo mostrou que a dimensão em que os cuidados de saúde dos migrantes são abordados nos quadros políticos varia consideravelmente de país para país em África. Enquanto os instrumentos políticos especificamente direcionados para a saúde dos migrantes são limitados, na maioria dos casos, a Constituição nacional e os documentos políticos existentes que regem a migração, incluem uma secção sobre saúde. Por outro lado, as políticas de saúde frequentemente não se dirigiam diretamente aos migrantes, mas antes utilizavam termos mais genéricos, tais como "*todas as pessoas*", enquanto alguns documentos relacionados com a saúde classificavam os migrantes e refugiados como grupos vulneráveis que requerem atenção especial. Esta falta de coerência política realça as lacunas significativas entre os quadros de política migratória e de saúde, e quadros de política de saúde, e obviamente afeta a implementação. De uma perspectiva (Sub) - regional, as (Sub) - regiões da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da Comunidade da África Oriental (EAC) apresentaram, sem dúvida, as abordagens políticas mais integradas e coerentes.

Quanto à disponibilidade de dados, o estudo também identificou a inadequação da recolha e monitorização de informação sobre a saúde dos migrantes nos Estados-Membros da União Africana. Uma das recomendações à Comissão da União Africana, aos seus Estados-Membros e os seus parceiros internacionais é a de estimular um maior investimento na monitorização mais sistemática da saúde do migrante a fim de melhorar o desenvolvimento de políticas e programas para grupos migrantes.<sup>117</sup>

## **CDC África**

### **(a) Impacto epidemiológico e económico dos cenários de vacinação contra a Covid-19 em África**

Foram divulgados os resultados de uma nova análise de 27 Estados-Membros sobre o impacto sanitário e económico da vacinação. O estudo retrospectivo sobre o lançamento dos programas de vacinação demonstrou que as datas de início mais cedo e a rápida expansão de vacinação proporcionaram maiores benefícios para a saúde - medidos em termos de hospitalizações e mortes evitáveis - e foram mais rentáveis quando comparados com programas que começaram mais tarde e lentamente. Além disso, os benefícios das vacinas variam muito, dependendo do ritmo de implantação, da população visada e do tipo de vacinas utilizado nas campanhas. A análise também se baseou nas pesquisas realizadas no Quênia, Nigéria, Etiópia e África do Sul.

A análise foi conduzida por uma ampla associação de grupos de pesquisa locais e internacionais. O *Kenya Medical Research Institute - Wellcome Trust*, a Universidade da Nigéria, o Instituto Nacional de Saúde Pública da Etiópia (*Ethiopian Public Health Institute*) e a Universidade de Warwick, todos contribuíram para os estudos de casos específicos do país, enquanto a *London School of Hygiene and Tropical Medicine* preparou a análise regional, com contributos do *Center for Global Development* e *the international Decision Support Initiative*

---

<sup>117</sup> [https://au.int/sites/default/files/documents/41748-doc-Study\\_Report-Migration\\_and\\_Health-From\\_Policy\\_to\\_Practice\\_ENG.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/41748-doc-Study_Report-Migration_and_Health-From_Policy_to_Practice_ENG.pdf)

(iDSI). O CDC África supervisionou os estudos, tendo mais detalhes no relatório agora divulgado apenas em inglês e francês.<sup>118</sup>

### **(b) Reunião de alto nível de fabricantes de vacinas da África Ocidental**

Os intervenientes no fabrico de vacinas na (Sub) - região da África Ocidental sob a liderança da Organização Oeste africana da Saúde da CEDEAO (OOAS/CEDEAO) e do CDC África, reuniram-se em Acra, Gana, de 10 a 11 de maio para discutir como colaborar para assegurar a produção e disponibilidade de vacinas de qualidade, seguras e eficazes nessa (Sub) - região.


O principal objetivo da reunião de alto nível é criar um quadro de colaboração, troca de informações e desenvolver um quadro para os produtores de vacinas na (Sub) - região da África Ocidental para discutir estrategicamente como se apoiar uns aos outros na construção do núcleo (Sub) - regional de produção de vacinas. Especificamente, o encontro teve como finalidade:

- Identificar os estrangulamentos na pesquisa e desenvolvimento e produção de vacinas
- Identificar e definir os tipos de vacinas a serem produzidos para a (Sub) - região por cada fabricante
- Definir estratégias a curto, médio e longo prazos para impulsionar a produção de vacinas na (Sub) - região
- Envolver mais parceiros e produtores de biotecnologia para estabelecerem contacto com os fabricantes.

A reunião fez ainda uma série de recomendações, sendo as mais importantes as seguintes:

Tipos de vacinas a serem produzidos, considerando que a diversificação dos produtos de vacinas (combinando programas de vacinação infantil e programas de vacinação para adultos terão maior procura) também ajudará a apoiar os fabricantes.

Isto inclui vinte e duas (22) vacinas identificadas que foram ainda divididas em 3 com base nas capacidades e capacidades atuais e planejadas dos fabricantes em termos de curto, médio e longo prazos, dependendo do período de produção.

 **Vaccines Market Opportunity in the ECOWAS Region**

Diseases	Vaccines	Doses consumed 2019 2020 -UNICEF / GAVI supplies to countries	Doses consumed per annum UNICEF / GAVI supplies to countries	Cost (USD)	Total Volume/Capacity of vaccines to be produced in the ECOWAS region
Hep B,	HepB_Pediatric	29,673,834	2,967,383.4	364,821,984.72	20,000,000
DTwP-HepB/Hib	Hep B, Hib	108,075,106	10,807,510.6	219,392,465.18	150,000,000
Tuberculosis	BCG	103,337,070	10,333,707	602,248,443.96	60,000,000
Measles	Measles	120,939,390	12,093,939	780,059,065.50	100,000,000
Yellow Fever	Yellow Fever	174,461,960	17,446,196.0	1,538,683,927.20	190,000,000
Typhoid	Typhoid	145,743,080	14,574,308	1,179,061,517.20	216,000,000
Polio Vaccine (IPV)	Polio Vaccine	49,765,700	4,976,570	125,907,221	135,000,000
Papillomavirus	Humanpapillomavirus (HPV)	2,161,456	216,145.6	426,321.50	155,000,000
Rotavirus	Rotavirus (1,5)	67,227,945	6,722,794.5	280,676,670.38	200,000,000
Covid-19	Covid-19	179,122,060 (in two years)	89,561,030	895,610,300.00	450,000,000
Malaria	Mosquinox (Oct.2021)	-	-	-	85,000,000
HIV	-	-	-	-	50,000,000
Ebola	Two vaccinestypes	-	-	-	20,000,000
Lassa fever	-	-	-	-	50,000,000
Rabies,	Anti-Rabies	-	-	-	2,500,000
Snake bites	Anti-Snake	-	-	-	700,000

<sup>118</sup> [https://africacdc.org/download/epidemiological-and-economic-impact-of-covid-19-vaccine-rollout-scenarios-in-africa/?ind=1652160176465&filename=Epidemiological-and-Economic-Impact-of-COVID-19-Vaccine-Rollout-Scenarios-in-Africa\\_FR.pdf&wpdmdl=11511&refresh=628b8575516301653310837](https://africacdc.org/download/epidemiological-and-economic-impact-of-covid-19-vaccine-rollout-scenarios-in-africa/?ind=1652160176465&filename=Epidemiological-and-Economic-Impact-of-COVID-19-Vaccine-Rollout-Scenarios-in-Africa_FR.pdf&wpdmdl=11511&refresh=628b8575516301653310837)



## Vaccines Market Opportunity in the ECOWAS Region

Diseases	Vaccines	Doses consumed 2010-2020-UNICEF / GAVI supplies to countries	Doses consumed per annum UNICEF / GAVI supplies to countries	Cost (USD)	Total Volume/Capacity of vaccines to be produced in the ECOWAS region
Tetanus	Anti-Tetanus	2,175,400	217,540	10,006840	20,000,000
Pneumococcal	Pneumococcal (PCV3)	124,857,900	12,485,790	409,533,912	120,000,000
Polio Vaccine	Polio Vaccine bOPV 4	-	-	-	70,000,000
MeaslesMMR	Measles MMR	-	-	-	4,000,000
Meningitis A	Meningitis A	39,077,270	3,907,727	1,026,950,655.6	30,000,000
Anti-Cancer	Did not specify type	-	-	-	500,000

A segunda recomendação prende-se com a necessidade de colaboração entre fabricantes para evitar a duplicação de esforços. O foco deve estar na construção de uma capacidade de bio-fabricação sustentável para satisfazer as necessidades de saúde regionais. Uma tal aspiração exigirá uma forma de pensar completamente nova do que a que está atualmente a ser planejada. Deve ter-se em mente que os planos múltiplos de enchimento e acabamento de vacinas da Covid-19 ultrapassam as necessidades ou exigências atuais). Por exemplo, a tecnologia atual do mRNA terá de ser utilizada para desenvolver outras doenças prioritárias. A (Sub) - região pode trabalhar em estreita colaboração com as *Partnerships for African Vaccines Manufacturing* (PAVM) que farão a supervisão das atividades de fabrico de vacinas na (Sub) - região e no continente.

Outra recomendação importante vai no sentido de OOAS desempenhar o papel de promotor de capacitação de recursos humanos, de apoio ao desenvolvimento de pesquisa, de infraestruturas, equipamentos, logística e modelação de mercado (concepção) e transferência de tecnologia.

Igualmente digna de nota é a recomendação sobre o fortalecimento de capacidade de P&D disponível na (Sub) - região e utilizada de forma complementar para preencher lacunas na cadeia de valor de P&D no continente africano. Além disso, o grande potencial que as organizações (Sub) - regionais oferecem no fabrico e desenvolvimento de talentos em P&D deve ser plenamente explorado e utilizado para apoiar as necessidades continentais.

As demais recomendações que abrangem outras áreas acordadas, podem ser lidas neste comunicado final.<sup>119</sup>

### **(c) 2ª Conferência Internacional Anual sobre Saúde Pública em África (Conference on Public Health in Africa - CPHIA 2022), 13-15 de dezembro de 2022, Kigali, Ruanda.**

O tema da conferência, “Preparação para a futura recuperação pandémica e pós-pandémica: África numa encruzilhada”, oferece uma plataforma única para líderes africanos, pesquisadores, decisores políticos e todos os interessados partilharem descobertas científicas e perspectivas de saúde pública e colaborarem na pesquisa, inovação e saúde pública em todo o continente.

Espera-se que esta segunda edição da conferência ajude a promover a missão do CDC África para fortalecer as capacidades e parcerias das instituições de saúde pública africanas para

119

<https://africacdc.org/wp-content/uploads/2022/05/ECOWAS-WAHO-High-Level-Vaccines-Manufacturers-Meeting-Communique-10-to-11-May-2022.pdf>



prevenir, detectar e responder rápida e eficazmente às ameaças de doenças com base na ciência, nas políticas baseadas em provas e nas intervenções e programas baseados em dados.<sup>120</sup>

## **A COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA AFRICA OCIDENTAL (CEDEAO)**

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) foi criada, no seu formato atual, em maio de 1975 pelo Tratado de Lagos, cujo mandato é promover a integração económica em todas as áreas de atividade dos Estados-Membros. Fazem parte da CEDEAO um total de 15 países dos quais 8 têm o francês como a língua oficial<sup>121</sup>, 5 falam o inglês<sup>122</sup> e somente 2 (Cabo Verde e a Guiné-Bissau) são falantes do português como língua oficial. Apesar dos Estados-Membros da comunidade terem três línguas oficiais estrangeiras (Inglês, Francês e Português), existem, contudo, mais de mil línguas locais, entre as quais, línguas nativas transfronteiriças faladas por mais de 400 milhões de habitantes numa vasta área de cerca de 5.1 milhões de quilómetros quadrados. Destas línguas nativas, também faz parte o crioulo falado nos dois países lusófonos da CEDEAO e uma parte do sul do Senegal (Região de Casamança).

A população da África Ocidental aumentou muito, nos últimos anos, passando de 70 milhões de habitantes para 300 milhões somente em 60 anos (entre 1950 e 2010). É hoje a região com a população mais jovem do mundo e com uma das maiores taxas de fertilidade. Segundo as projeções das Nações Unidas, a população da África Ocidental deverá chegar entre 550 e 600 milhões de habitantes em 2050. Além disso, com cerca de 5% da população mundial e com uma área superior a 40% da África subsaariana, a África Ocidental é a mais densamente povoada.

Tendo como propósito estabelecer uma região sem fronteiras, onde a população goza da livre circulação, tem acesso a sistemas educativos e de saúde eficientes e se envolve nas atividades económicas e comerciais enquanto leva uma vida condigna num ambiente de paz e segurança, a CEDEAO expressa no seu novo documento recentemente adotado “visão 2050”, o seguinte: *“Uma comunidade de povos plenamente integrada, vivendo numa região pacífica e próspera, com as instituições fortes e onde reina respeito pelos direitos e liberdades fundamentais, pugnada por um desenvolvimento inclusivo e sustentável”*.

Na configuração atual, as Instituições da CEDEAO recorrem ao seu órgão principal que é a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo<sup>123</sup>.

Em termos de estruturas de governança, a CEDEAO é composta por três órgãos principais: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário sendo que no topo da estrutura está a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo. O Presidente da Conferência é nomeado pelos seus pares para gerir os assuntos da organização por um período de um ano. O Ministro responsável pelos assuntos da CEDEAO no país do Presidente da Conferência torna-se automaticamente o Presidente do Conselho de Ministros. E esse país preside todas as outras reuniões estatutárias (ministerial, de peritos, tais como comités técnicos) da CEDEAO durante o ano de mandato.

---

<sup>120</sup> <https://africacdc.org/news-item/africa-cdc-announces-2nd-annual-international-conference-on-public-health-in-africa-cphia-2022-13-15-december-2022-kigali-rwanda/>

<sup>121</sup> Benim, Burkina Faso, Côte d’Ivoire, Guiné, Mali, Níger, Senegal e Togo;

<sup>122</sup> Gâmbia, Gana, Libéria, Nigéria e Serra Leoa,

<sup>123</sup> [https://ecowas.int/?page\\_id=1282&lang=pt-pt](https://ecowas.int/?page_id=1282&lang=pt-pt)

O Executivo da Comunidade é chefiado pelo Presidente da Comissão da CEDEAO que é nomeado pela Assembleia por um período não renovável de quatro anos. É assistido por um Vice-Presidente e 13 Comissários.

O órgão legislativo da Comunidade é o Parlamento, que é chefiado por um Presidente (eleito pelos pares). As funções administrativas do Parlamento são geridas pelo Secretário-Geral. Enquanto perspectiva as eleições por sufrágio universal direto, os parlamentares são até aqui destacados dos parlamentos nacionais para o Parlamento Comunitário por um período de quatro anos.

### **A Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS/CEDEAO)**

A Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS) é uma das instituições da CEDEAO. Vamos agora falar dessa instituição especializada para as questões da saúde e sobretudo da 23ª Reunião Ordinária da Assembleia de Ministros da Saúde.

A OOAS<sup>124</sup> foi estabelecida em 1987 pelos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO como instituição especializada tendo-lhe atribuído o mandato de garantir a coordenação e harmonização regional das políticas públicas em matéria de saúde no espaço comum.

Para a implementação da sua missão, a OOAS é dotada dos órgãos de decisão seguintes:

- A Conferência dos Chefes de Estado e do Governo da CEDEAO, Instância Suprema de decisão;
- O Conselho de Ministros da CEDEAO, reunindo os Ministros da Integração Regional, das Finanças e do Plano, Instância que prepara as decisões para a aprovação da Conferência;
- A Assembleia dos Ministros da Saúde, reunindo os quinze (15) Ministros da Saúde, Instância responsável pelas questões da saúde no plano técnico.

O espaço de deliberação política em matéria de saúde é a Assembleia de Ministros da Saúde (AHM, sigla em inglês) que se reúne anualmente em sessões ordinárias.

Normalmente, as AHM acontecem durante o 1º trimestre do ano. O período foi estrategicamente escolhido com a intenção de dar a oportunidade aos Ministros da Saúde de discutirem e adotarem assuntos de interesse comum e poder falar em uma só voz na Assembleia Mundial da Saúde que acontece no mês de maio.

De 09 a 13 de maio de 2022 realizou-se a 23ª Sessão Ordinária da AHM da CEDEAO em Acra, Gana país que assume a atual presidência da Cúpula/Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo.

A sessão Ministerial é antecedida de 3 sessões técnicas fixas: reunião dos Pontos Focais, Reunião dos Peritos e o Fórum de Parceiros Técnicos e Financeiros.

A OOAS não dispõe de momento de representação nos países. A fim de facilitar o seu trabalho a Organização propôs que fosse designado um alto funcionário do Ministério da Saúde em cada Estado Membro como PONTO FOCAL a nível do país. Esse ponto focal facilitará a colaboração entre a OOAS e os Estados-Membros, a monitorização e a coordenação das intervenções da OOAS a nível nacional. Deve também contribuir para a visibilidade da OOAS. No entanto, para questões relativas às intervenções da CEDEAO nos países, são criados dois (2) outros órgãos, nomeadamente: o Representante Residente da CEDEAO e a Célula Nacional da

---

<sup>124</sup> <https://www.wahooas.org/web-ooas/pt>



CEDEAO. Na medida do possível, o Ponto Focal da OOAS deve ter relações de colaboração com estes órgãos. Assim, as sessões dos Pontos Focais na AHM servem de balanço anual das atividades da OOAS nos países e melhorias necessárias para o futuro.

Em função dos temas das reuniões das AHM, os peritos nacionais em matéria são designados para participarem em sessões de trabalho de 2 dias antecedentes a sessão Ministerial. O objetivo principal é preparar a sessão ministerial analisando e comentando todos os documentos a serem apresentados aos Ministros nomeadamente o relatório anual da OOAS apresentado pelo seu Diretor Geral e as resoluções a serem submetidas a adoção dos ministros. O relatório dos peritos de saúde representa assim, o documento principal de trabalho dos ministros.

O Fórum dos Parceiros Técnicos e Financeiros é o espaço de concertação e de discussão de parceria, identificação e alinhamento das prioridades comuns assim como o balanço dos acordos anteriores entre a OOAS e os seus parceiros. Acontece nas quintas-feiras antes das sessões dos Ministros. O relatório do Fórum de Parceiros é apresentado aos Ministros a título informativo.

A 23ª Reunião Ordinária da Assembleia de Ministros da Saúde (AHM, sigla em inglês) aconteceu assim no dia 13 de maio de 2022 em Acra, Gana. Entre as personalidades participantes contam-se 12 Ministros da Saúde ou seus representantes, o Presidente da Comissão da CEDEAO representado pelo Comissário da Indústria e Promoção do Sector Privado, o Presidente do BIDC (Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO), o representante da Comissão da UEMOA (União Económica e Monetária Oeste Africana), Parceiros Técnicos e Financeiros, entre outros.

No final da sessão, os ministros manifestaram, entre outros, a sua preocupação quanto às frequentes epidemias na região, apelaram para a maior colaboração na área de pesquisa entre os países para encontrar soluções endógenas aos grandes problemas de saúde, sublinharam a forte necessidade de reforçar as capacidades de cuidados intensivos nos centros hospitalares e fazer face ao fenómeno crescente da emigração dos recursos humanos da saúde na região.

Três Resoluções foram adotadas, nomeadamente:

- Diretiva relativa aos Direitos em matéria de Saúde Sexual Reprodutiva no espaço CEDEAO;
- Política Regional Integrada de Biossegurança e Bioproteção na África Ocidental;
- Roteiro Regional sobre a Vigilância e Controlo da Resistência Antimicrobiana na África Ocidental

Como se pode ver, a intenção de preparar a participação dos Ministros da Saúde da CEDEAO na Assembleia Mundial da Saúde ainda está por ser atingida. A agenda da AMS não fez parte dos trabalhos e em nenhum momento foi referida durante a reunião.

#### **NOVO ACORDO DE PARCERIA ENTRE A UNIÃO EUROPEIA (UE) E OS ESTADOS DE ÁFRICA, CARIBE E PACÍFICO (ACP/ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS DE ÁFRICA, CARIBE E PACÍFICO, OEACP)**

A parceria UE-ACP é um dos quadros de cooperação mais antigos e abrangentes entre a UE e países parceiros. Reúne mais de 1,5 bilhões de pessoas em quatro continentes. Mais especificamente, a parceria liga a UE a 79 países de África, das Caribe/Caraíbas e do Pacífico. A

colaboração é abrangente e assenta nos valores e ambições que promovem a aproximação entre a UE e os países ACP.

Nos últimos anos, a parceria tem-se centrado na erradicação da pobreza e no desenvolvimento sustentável inclusivo nos países ACP. A ação articula-se em torno de três domínios fundamentais: *diálogo político, cooperação para o desenvolvimento e comércio*.

O atual quadro jurídico da Parceria, o *Acordo de Cotonu*<sup>125</sup>, foi assinado em 2000 por um período de 20 anos (2000-2020) e deveria ter expirado em 29 de fevereiro de 2020. Por esse motivo, as negociações sobre um novo Acordo de Parceria para lhe suceder (daí a referência «pós-Cotonu») tiveram início em setembro de 2018. Entretanto, a aplicação do Acordo de Cotonu foi prorrogada até 30 de novembro de 2021. Além disso, chegou o momento de retirar ensinamentos e de adaptar a nova parceria ACP-UE às novas realidades e aspirações. O mundo mudou consideravelmente desde a celebração do Acordo de Cotonu, há duas décadas. O mesmo aconteceu com a UE e os seus parceiros. Tal implicou a redefinição dos objetivos, fixando simultaneamente novas ambições para dar resposta às necessidades e desafios emergentes. As negociações foram conduzidas em conformidade com as diretrizes de negociação da UE adotadas pelo Conselho em junho de 2018. É de salientar que, em abril de 2020, o Grupo de Estados ACP se tornou uma organização internacional, a *Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico* (OEACP).

Acordo assinado a 23 de junho de 2000, contém uma cláusula de revisão cada cinco anos. Os negociadores chegaram a um acordo político sobre um novo Acordo de Parceria União Europeia, África, Caribe/-Caraíbas-Pacífico a 3 de dezembro de 2020. A conclusão oficial das negociações do Acordo pós-Cotonu aconteceu a 15 de abril de 2021. As disposições do Acordo ACP-UE foram prorrogadas até 30 de junho de 2022.<sup>126</sup>

### Novas prioridades

A cooperação deverá ser mais política e orientada para a realização de maiores ambições a nível local, nacional, regional e internacional. Para o efeito, o novo Acordo baseia-se em seis domínios prioritários fundamentais com o objetivo de enfrentar os principais desafios ao longo das próximas décadas, que são os seguintes:

- Direitos humanos, democracia e governação em sociedades centradas nas pessoas e baseadas nos direitos
- Paz e segurança
- Desenvolvimento humano e social
- Sustentabilidade ambiental e alterações/mudanças climáticas
- Desenvolvimento e crescimento económico sustentáveis e inclusivos
- Migração e mobilidade

Além disso, são apresentadas em seguida prioridades regionais específicas para África:

- **Desenvolvimento e crescimento económico inclusivos e sustentáveis**, sendo dada especial atenção à melhoria do capital humano e das competências, ao clima de investimento, à propriedade intelectual, à economia azul e às indústrias extrativas e transformação;

---

<sup>125</sup> [https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:eebc0bbc-f137-4565-952d-3e1ce81ee890.0009.04/DOC\\_2&format=PDF](https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:eebc0bbc-f137-4565-952d-3e1ce81ee890.0009.04/DOC_2&format=PDF)

<sup>126</sup> <https://eurocid.mne.gov.pt/ue-lusofonia/glossario>

- **Desenvolvimento humano e social**, sendo agora dada maior ênfase à luta contra as desigualdades e à coesão social e salientando a necessidade de um trabalho digno. Entre as prioridades figuram igualmente o reforço da promoção dos direitos das mulheres e das crianças, dos valores culturais e do conhecimento, bem como a assistência às pessoas com deficiência;
- **Ambiente, gestão dos recursos naturais e alterações climáticas**, centrando-se na melhoria da gestão dos solos, na conservação e recuperação da biodiversidade e dos ecossistemas, na melhoria da governação dos oceanos e na economia circular;
- **Paz e segurança**, enquanto questão central para o êxito de outras prioridades de interesse comum. A cooperação regional e multilateral está no centro da parceria neste domínio, caracterizada pelo compromisso de trabalhar em conjunto na resolução pacífica de conflitos e de combater a criminalidade organizada, o terrorismo, o extremismo violento e a ameaça crescente da cibercriminalidade;
- **Direitos humanos, democracia e governação**, especialmente a igualdade de género, o Estado de direito, a justiça e a governação financeira;
- **A migração e a mobilidade** é uma questão fundamental, à qual é dada mais ênfase do que no passado. A nossa abordagem, equilibrada, abrangente e coerente, tem em conta a migração legal e a mobilidade, a diáspora e as remessas, mas também a necessidade de combater a migração irregular, a introdução clandestina de migrantes e o tráfico de seres humanos, em conformidade com o direito internacional, incluindo o direito internacional em matéria de direitos humanos.

#### **As prioridades específicas para a região do Caribe:**

Os próximos anos serão cruciais para permitir à região do Caribe/Caraíbas prevenir, antecipar e adaptar-se aos efeitos das mudanças/alterações climáticas, que afetam fortemente as suas terras e as suas populações. Um desafio igualmente importante será tirar proveito dos benefícios da utilização sustentável dos recursos oceânicos e marinhos, também conhecida por «*economia azul*», a fim de realizar o potencial de crescimento da região e reduzir as desigualdades. Além de reforçar a parceria política, o Protocolo Caribe/Caraíbas-União Europeia visa obter resultados concretos em domínios fundamentais de interesse comum, tais como:

- **Aprofundar as relações económicas, promover a transformação e a diversificação, apoiar o desenvolvimento e o crescimento económico inclusivos e sustentáveis**, através do comércio, do investimento, do desenvolvimento do setor privado e da industrialização sustentável, centrando-se em setores-chave como a economia azul e a conectividade, bem como em novas fontes de crescimento;
- **Melhorar a sustentabilidade ambiental e a resiliência às mudanças/alterações climáticas**, através de ações de atenuação e adaptação às alterações climáticas, **assegurando simultaneamente a gestão sustentável dos recursos naturais, invertendo a degradação ambiental e reforçando a gestão de catástrofes**;
- **Construir sociedades inclusivas, pacíficas e seguras**, com especial destaque para a promoção dos direitos humanos, a igualdade de género, a justiça e a governação, incluindo a governação financeira, bem como a segurança dos cidadãos;
- **Investir no desenvolvimento humano e social**, combater a pobreza e as desigualdades crescentes, controlar a migração, tirar partido dos conhecimentos, das competências empresariais e do investimento da diáspora e garantir que ninguém fique excluído.

#### **As prioridades específicas para a região do Pacífico**

O desenvolvimento sustentável da economia azul é de importância primordial para a região do Pacífico, que é composta por um grande número de ilhas e de ecossistemas marinhos

variados. A preservação dessas ilhas e da sua biodiversidade são tão importantes para a economia como para as pessoas que vivem na região, em particular pelo facto de esta ser vulnerável a catástrofes naturais.

Ao abrigo do Protocolo Pacífico-UE, a UE e os membros do Pacífico que fazem parte da OEACP trabalharão em conjunto para reforçar a parceria política e proteger os oceanos e os mares de várias ameaças, incluindo as alterações climáticas, a acidificação dos oceanos e a descoloração de corais, a sobre-exploração e a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada. Outras prioridades fundamentais incluem:

- Melhorar a resiliência ambiental e climática, assegurando simultaneamente a gestão sustentável dos recursos naturais;
- Construir sociedades democráticas, pacíficas e baseadas em direitos, assentes no Estado de direito e na boa governação, e realizar progressos em matéria de igualdade de género e de governação financeira;
- Apoiar o crescimento económico inclusivo e sustentável, reforçando o investimento e o desenvolvimento do setor privado, dando especial atenção à economia azul e ao reforço da conectividade;
- Reforçar a governação dos oceanos e a conservação e gestão sustentável dos recursos marinhos vivos;
- Investir no desenvolvimento humano e social, combater as desigualdades e garantir que ninguém fique excluído, prestando especial atenção à promoção da juventude e à emancipação económica, social e política das mulheres e raparigas.

Sensíveis à grave ameaça que as alterações climáticas representam e ao risco significativo que correm os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, a União Europeia e os países do Pacífico membros da OEACP reafirmam o seu objetivo de alcançar a neutralidade carbónica até 2050. Serão também envidados esforços no sentido de fortalecer as ligações entre a região do Pacífico e os países e territórios ultramarinos da União Europeia<sup>127</sup>.

*Exemplo de alguns países e territórios ultramarinos da União Europeia (PTU)*

Aruba (Países Baixos)	Terras Austrais e Antárticas Francesas (França)
Polinésia Francesa (França)	Gronelândia (Dinamarca)
Nova Caledónia (França)	São Bartolomeu (França)
Sint Maarten (Países Baixos)	São Pedro e Miquelão (França)
Wallis e Futuna (França)	Bonaire, Santo Eustáquio e Saba (Países Baixos)
Terras Austrais e Antárticas Francesas (França)	

<sup>127</sup> Os países e territórios ultramarinos (PTU) são países ou regiões que, tendo ligação a um Estado-Membro da União Europeia, gozam de vasta autonomia em matéria económica, de mercado de trabalho, saúde pública, assuntos internos e aduaneiros (geralmente só as competências de defesa e de negócios estrangeiros continuam a ser da competência dos Estados-Membros). Os PTU não fazem, assim, parte do território aduaneiro da União Europeia, situando-se no exterior do mercado interno, não sendo a legislação da União Europeia aplicável no seu território. Esta figura da Associação com a União Europeia estabelece o quadro de parceria institucional entre a União Europeia e os PTU e as possibilidades de financiamentos e apoios estruturais (nomeadamente através do Fundo Europeu de Desenvolvimento, FED), que deverão contribuir para o desenvolvimento social e económico destes países e regiões. Existem 25 PTU, ligados a quatro Estados-Membros: Dinamarca, França, Holanda e Reino Unido.

## A guerra e a saúde na Ucrânia em perspectiva com a 75ª Assembleia Mundial da Saúde

*Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

A guerra na Ucrânia, que completa 3 meses, está longe de uma resolução. Pelo contrário, o assessor presidencial da Ucrânia, Mykhailo Podolyak, descartou um cessar-fogo e a cessão de territórios ucranianos à Rússia como parte de qualquer acordo. Ele reconhece que a posição de Kiev está se tornando mais intransigente, mas afirmou que fazer concessões seria um tiro pela culatra para a Ucrânia. Em sua avaliação, a Rússia reagiria com mais força após qualquer interrupção nos combates. Já o ministro da defesa, [Oleksii Reznikov](#), diz que a guerra entra em uma "fase prolongada", lembrando que a Rússia busca controlar toda a região de Donbass e ocupar o sul do país. "A Rússia se prepara para uma operação militar de longo prazo".

Do outro lado da fronteira, a [Rússia acusa a Ucrânia de "ausência total de vontade"](#) para negociar o fim do conflito. "As negociações não avançam e constatamos uma ausência total de vontade por parte dos negociadores ucranianos para continuar o processo", declarou o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov. Delegações dos dois lados se reuniram diversas vezes, mas sem alcançar resultados concretos. O último encontro entre os líderes das equipes de negociação aconteceu em 22 de abril, segundo as agências russas.

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, [falou por vídeo](#), no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, e pediu o fim de todo o comércio com a Rússia e a imposição do "máximo" de sanções ao país. "Acredito que ainda não existem tais sanções [máximas] contra a Rússia, e deveria haver", disse. "Deveria haver um embargo ao petróleo russo. Todos os bancos russos deveriam ser bloqueados, sem exceções. O setor de tecnologia russo deveria ser abandonado. Não deveria haver nenhum tipo de comércio com a Rússia."

O militar russo Vadim Shishimarin, de 21 anos, foi condenado à prisão perpétua em um tribunal de Kiev, na Ucrânia. Ele foi o primeiro membro das forças russas a responder em um tribunal ucraniano por crimes de guerra. Os advogados do militar pretendem recorrer da sentença.

Finlândia e Suécia [entregaram suas cartas de candidatura](#) à Otan. Tendo mantido suas posições de neutralidade desde o fim da II Guerra Mundial, o movimento de adesão dos países à aliança militar do atlântico, é uma das mais significativas transformações na arquitetura de segurança na Europa em décadas. A expectativa é que o processo de adesão leve apenas algumas semanas, mas a ratificação da entrada de novos membros pode levar até um ano, já que os parlamentos de todos os 30 países que integram a aliança devem aprovar as candidaturas. A Finlândia divide 1.350 quilômetros de fronteira terrestre com a Rússia.

Um obstáculo, contudo, é a [oposição da Turquia](#), que pretende bloquear os ingressos, em troca de concessões. Argumentando questões de segurança, o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, diz que votará contra a adesão da Suécia e Finlândia ao bloco militar. Ele acusa as nações nórdicas de acolher organizações terroristas, em referência aos integrantes do partido separatista curdo, o PKK. A partir dos anos 80, esses países receberam refugiados políticos curdos, que Erdogan vai pedir extradição, para que sejam julgados na Turquia. O governo turco quer de volta a exportação de armas bloqueadas, o fim do embargo militar e novos acordos para adquirir armas americanas.

Sob o prisma da saúde global, no entanto, o destaque da quinzena é o fenômeno da varíola do macaco. Mais de 80 casos foram confirmados na Europa, EUA, Canadá, Austrália e Israel. Depois que o surto foi identificado pela primeira vez no Reino Unido, [o vírus começou a ser detectado em toda a Europa](#) - com agências de saúde pública na Espanha, Portugal, Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália, Suécia, Áustria e Suíça confirmando casos. No Reino Unido já se registra a transmissão comunitária da doença. O risco, no entanto, é considerado baixo, pois o vírus não tende a se espalhar facilmente entre as pessoas e a doença geralmente é leve. [É o maior surto](#) da doença já visto na Europa. Reino Unido, Espanha e Portugal registram mais de 20 casos da doença, [de acordo com a OMS](#).

O Reino Unido confirmou 21 casos. A [Agência de Segurança da Saúde do Reino Unido, recomenda o isolamento por 21 dias](#) para qualquer pessoa que tenha contato direto ou doméstico com um caso confirmado. Os contatos são aconselhados a fornecer seus detalhes para rastreamento de contatos, renunciar a viagens e evitar contato com pessoas imunossuprimidas, mulheres grávidas e crianças menores de 12 anos. Após a confirmação de 3 casos, a região de Flandres na [Bélgica, foi a primeira a recomendar 21 dias de quarentena](#) para os pacientes confirmados ou com suspeita da doença. "Até que a possibilidade de infecção não seja descartada ou que tenha passado, o paciente deve ficar em isolamento até as lesões secarem e curarem, tipicamente em 21 dias", diz o comunicado da agência de saúde local.

Hans Kluge, diretor regional da OMS Europa, [diz que os casos são atípicos](#) e que a OMS está trabalhando em estreita colaboração com os países envolvidos para investigar os casos, determinar a provável fonte de infecção, como o vírus está se espalhando e como limitar a transmissão. A Organização está fornecendo orientação e suporte sobre vigilância, testes, prevenção e controle de infecções, gerenciamento clínico, comunicação de riscos e envolvimento da comunidade, além de facilitar o compartilhamento de informações entre países e redes de saúde.

No pronunciamento, Kluge recomenda que pessoas com suspeita de varicela devem ser investigadas e isoladas desde o primeiro aparecimento dos sintomas. Ele diz que a doença normalmente não se espalha facilmente entre humanos e requer contato próximo para tal. Contudo, manifesta preocupação com a chegada da temporada de verão na Região Europeia, que pode acelerar a transmissão com reuniões de massa, festivais e festas, pois os casos atualmente detectados estão entre aqueles que praticam atividade sexual e os sintomas são desconhecidos para muitos. Para reduzir a transmissão em ambientes de saúde, destaca, são fundamentais a higiene das mãos e respiratória, juntamente com equipamentos de proteção individual e isolamento adequado de casos suspeitos e confirmados.

Kluge celebra o fato de esses casos estarem sendo detectados e relatados, por demonstrar que os sistemas de vigilância estão funcionando. Agradece os países envolvidos por sua pronta ação e compartilhamento transparente de informações e diz ser crucial que esta colaboração continue à medida que a situação evolui. Ela finaliza o discurso, enfatizando que os indivíduos que contraem a varíola do macaco não devem ser estigmatizados ou discriminados. A comunicação oportuna dos riscos com o público é importante, e os órgãos de saúde pública devem divulgar amplamente conselhos precisos e práticos sobre prevenção, diagnóstico e tratamento.

A Região Europeia da OMS, atingiu o triste número de [mais de 2 milhões de mortes](#) confirmadas de Covid-19 que, além de devastador, representa uma fração do total de mortes

direta ou indiretamente associadas. Apesar da Região registrar diminuição no número de casos, os números permanecem altos.

A guerra na Ucrânia e seu impacto nas condições de saúde locais, bem como nas questões de saúde regional e além, foram objeto de uma [sessão especial do Comitê Regional da OMS para a Europa](#), no dia 10 de maio. A sessão especial virtual, moderada pela OMS Europa, foi convocada pela Ucrânia e outros 42 Estados Membros, incluindo todos os 27 Estados Membros da União Europeia. O foco principal foi um projeto de resolução proposto por 38 Estados Membros com 3 solicitações principais:

- que o Diretor Regional explore opções para salvaguardar o trabalho do Escritório Europeu da OMS para a Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis (Escritório de DNT), inclusive por meio de sua realocação para uma área fora da Federação Russa;
- que o Diretor Regional considere suspender temporariamente todas as reuniões regionais na Federação Russa; e
- que o Diretor-Geral da OMS prepare um relatório específico para consideração na próxima 75ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), avaliando a emergência de saúde na Ucrânia e os riscos de saúde internacionais relacionados, bem como as respostas propostas.

O resultado da sessão foi formalmente comunicado ao Diretor-Geral da OMS, que conforme orientado pela resolução, levará à atenção da AMS e preparará um relatório dedicado, com a contribuição da OMS Europa, avaliando a emergência de saúde na Ucrânia, os riscos de saúde internacionais consequentes e as respostas propostas.

[Em discurso feito diretamente de Kiev](#), onde permaneceu por 5 dias, Hans Kluge disse que a OMS verificou 226 ataques à unidades de saúde na Ucrânia, o que representa quase 3 ataques por dia desde 24 de fevereiro. Eles deixaram pelo menos 75 pessoas mortas e 59 feridas. Dois terços de todos os ataques à saúde este ano verificados pela OMS em todo o mundo ocorreram na Ucrânia. Kluge os classifica como injustificáveis, como um insulto à dedicação e integridade dos profissionais de saúde.

Segundo ele, um dos motivos de sua visita à Ucrânia é se reunir com autoridades e parceiros nacionais para obter informações sobre ações adicionais necessárias. Como desafios, ele destaca que: 1 em cada 3 pessoas com doença crônica luta para ter acesso a medicamentos; 1 em cada 3 casos de tuberculose são multirresistentes; a cobertura vacinal para poliomielite e sarampo permanece abaixo da taxa recomendada de 95%.

Kluge comenta sobre os serviços de saúde mental, que precisam ser ampliados para alcançar as comunidades. De acordo com a OMS, 1 em cada 5 pessoas em áreas de conflito tem probabilidade de desenvolver sérios problemas de saúde mental. Mais de 16.000 pessoas na Ucrânia com problemas de saúde mental moderados a graves enfrentam escassez de medicamentos essenciais. Ele está preocupado com os relatos de um aumento da violência e exploração sexual na Ucrânia e diz que a OMS está comprometida em atender às necessidades de saúde dos sobreviventes enquanto faz todo o possível para prevenir a exploração e o abuso sexual em primeiro lugar, junto com o governo e as organizações não governamentais. Outra preocupação é um potencial surto de cólera em áreas ocupadas, onde a infraestrutura de água e saneamento está danificada ou destruída. A este respeito, anuncia que a OMS Europa está pré-posicionando as vacinas contra a cólera em hub de distribuição.

Outro motivo de sua visita é colocar a saúde no centro dos esforços de recuperação e reconstrução da Ucrânia. Segundo ele, mesmo enquanto tentam atender às necessidades urgentes de saúde da Ucrânia, também olham para o futuro, especialmente, como ajudar o sistema de saúde da Ucrânia a se reconstruir de forma mais inteligente, forte e verde. Cita o fornecimento de energia como um problema consistente para muitos hospitais e unidades de saúde que se encontram em áreas de conflito ativo. A OMS tem trabalhado muito para fornecer geradores para preencher essa lacuna. Mas olhando mais a longo prazo, estamos trabalhando com o Ministério da Saúde para avançar em direção às energias renováveis para alimentar o sistema de saúde da Ucrânia, garantindo confiabilidade e sustentabilidade para o futuro.

[A OMS](#) diz que já começou a trabalhar em estratégias para apoiar o sistema de saúde para recuperar e trazer de volta os serviços de saúde necessários para as pessoas. Segundo a Organização, cerca de 300 unidades de saúde estão em áreas de conflito e 1.000 estão em áreas de controle alteradas, o que deixa o sistema de saúde vulnerável a danos na infraestrutura e graves interrupções em serviços críticos. Em algumas áreas, o acesso a medicamentos, instalações de saúde e profissionais de saúde é limitado ou inexistente. Estima-se que quase 50% das farmácias da Ucrânia estejam fechadas. Muitos profissionais de saúde estão deslocados ou incapazes de trabalhar, mas muitos continuam a prestar serviços onde quer que estejam. Em resposta à emergência, a OMS entregou mais de 480 toneladas de suprimentos para a resposta humanitária na Ucrânia. A Organização também tem trabalhado para equipar e treinar profissionais de saúde da linha de frente, realizando sessões de treinamento sobre como lidar com vítimas em massa.

A saúde mental das pessoas na Ucrânia foi pauta [da primeira reunião da Coalizão Pan-Europeia de Saúde Mental](#), uma nova rede de organizações e indivíduos com o objetivo de transformar os sistemas de saúde mental em toda a Região Europeia da OMS. Na reunião, realizada de 4 a 5 de maio, foram aprovados pacotes de trabalho, que visam posicionar a saúde mental não apenas como um setor do sistema de saúde, mas como o coração de qualquer sociedade em funcionamento – apoiada em locais de trabalho, escolas e comunidades, para todas as idades e grupos. Em termos mais concretos, os membros da Coalizão estão trabalhando na identificação de boas práticas e ferramentas e, em seguida, fornecendo uma estrutura para que essas práticas sejam facilmente adaptadas a contextos e culturas específicos. “Devemos visar um plano europeu totalmente inclusivo que impulse os Estados-Membros a promover uma nova abordagem ao conceito de saúde mental”, disse Stelios Kypouropoulos, membro do Parlamento Europeu, que apelou para que a saúde mental seja uma prioridade política para todos os governos, com “investimento financeiro significativo ao nível da investigação científica e dos recursos humanos”.

A guerra na Ucrânia voltou à centralidade do informe. Longe de um desfecho, com negociações paradas, o desdobramento da vez é a adesão da Suécia e da Finlândia à Otan. Com a proximidade da 75ª AMS, as atualizações sobre as condições de saúde na Ucrânia vieram à tona com força. Além da guerra e dos ataques aos sistemas de saúde, a população do país está exposta à escassez de medicamentos, tuberculose, cólera, violência sexual. A varíola do macaco por enquanto é fichinha.



## Novos líderes na Ásia e Determinantes Sociais no Oriente Médio

**Lúcia Marques**

*Everywhere I go, I have the same message: health as a bridge to peace. Health has the power to transform an individual's life, but it also has the power to transform families, communities and nations.*<sup>128</sup>

*Tedros Adhanom Ghebreyesus,  
Diretor-Geral, WHO, 2018*

A Ásia Pacífico segue sendo prioridade nas estratégias americanas para os próximos anos, com foco na economia e na “segurança do Indo-Pacífico” para enfrentamento à China. Não exatamente a economia está em primeiro lugar, sob a ótica militar dos EUA<sup>129</sup>, mas, se depender dos países asiáticos, principalmente dos líderes da ASEAN<sup>130</sup>, o enfrentamento à China será para reduzir a dependência comercial do gigante asiático – afinal, a China é um importante parceiro comercial e vem estabelecendo importantes acordos e parcerias nos últimos anos com seus vizinhos da Ásia Pacífico, da Ásia Central e do Oriente Médio, no âmbito da Rota da Seda e da Iniciativa RCEP.<sup>131</sup>

Em uma semana, Washington sedia uma cúpula de líderes da ASEAN para demonstrar seu compromisso com o bloco e, ao mesmo tempo articula para se aproximar dos novos líderes eleitos na região, que têm alguns desafios pela frente, além de tentar equilibrar as relações com os dois rivais – saber quem são e/ou como será a política externa é importante para o momento atual. Na semana seguinte, o presidente, Joe Biden, faz sua primeira viagem à Ásia e visita Coreia do Sul, que tem um novo presidente, e Japão, fiel aliado.

### **NOVOS LÍDERES: FILIPINAS, COREIA DO SUL, AUSTRÁLIA, HONG KONG, SRI LANKA, PAQUISTÃO**

Olhar para os novos líderes na região se faz necessário dadas as questões críticas envolvendo as relações EUA e China, Coreia do Norte, ASEAN, Mar Meridional da China – um dos focos americanos sobre segurança no Indo-Pacífico.<sup>132</sup>

#### **Filipinas – a história se repetirá?**

Fernando "Bongbong" Marcos Jr., filho do ex-ditador Marcos Sr., é o 17º presidente das Filipinas, sucedendo o polêmico Rodrigo Duterte, em junho. A vitória alarmou as pessoas que viveram os períodos mais sombrios da história das Filipinas (foram 21 anos do governo de Marcos Sr. — 14 deles sob lei marcial). O nome da família, porém, continua manchado entre muitos filipinos que a consideram um símbolo de ganância e dos excessos, acusada de saquear até US\$ 10 bilhões do tesouro das Filipinas.

O que o futuro reserva para a nação filipina sob Fernando Marcos Jr? A história se repetirá? O que está reservado para o país e sua política externa sob esta nova liderança? Para

---

<sup>128</sup> Tradução livre da autora: “Onde quer que eu vá, tenho a mesma mensagem: saúde como ponte para a paz. A saúde tem o poder de transformar a vida de um indivíduo, mas também tem o poder de transformar famílias, comunidades e nações”.

<sup>129</sup> [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 8-2022, p 170-172.](#)

<sup>130</sup> Associação das Nações do Sudeste Asiático (Brunei, Camboja (presidente 2022), Filipinas, Indonésia, Lao, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietnã).

<sup>131</sup> [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 2-2022, p. 137](#)

<sup>132</sup> [Insider Asiático: Liderança muda | | da cúpula Asean-EUA The Straits Times](#)

analistas, a vitória de Marcos pode levar a um grande retrocesso na democracia das Filipinas, onde as instituições foram enfraquecidas sob seu antecessor, o autoritário Duterte. Sua plataforma não é clara – ele fugiu dos debates presidenciais -; nenhuma política concreta sobre como ele vai conduzir o país à recuperação econômica após o [impacto devastador](#) da pandemia Covid-19. Outras questões urgentes, como a [crescente crise alimentar](#), agravada pela guerra na Ucrânia; escassez de água e recursos; demandas energéticas crescentes; e a necessidade urgente de reunir recursos adequados para enfrentar o impacto multifacetado das mudanças climáticas na segurança das pessoas de desastres naturais mais frequentes e graves — também precisam de uma direção política clara.<sup>133</sup>

A política externa também estava ausente em sua campanha. Essa lacuna é particularmente preocupante, dadas as questões críticas que afetam a segurança do país e suas relações com os Estados Unidos, a China e seus vizinhos da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).<sup>134</sup> O governo Duterte, que deixa a presidência, adotou uma abordagem não-confrontante em relação à China. Marcos Jr diz que vai continuar com a política amigável de Duterte em relação à China, e declarou que o país deve se envolver mais com Pequim - está interessado em atrair investimentos chineses para sua ambiciosa agenda de infraestrutura. Também está buscando um novo acordo com o presidente Xi Jinping sobre as águas contestadas do Mar Meridional da China e está disposto a explorar áreas de cooperação com a China, incluindo a exploração de gás natural e petróleo no Mar das Filipinas Ocidentais (o Mar das Filipinas Ocidentais está dentro da zona econômica exclusiva das Filipinas no Mar Meridional da China, mas também é reivindicado pela China). Ele prefere manter os EUA fora desse assunto.

Ele toma posse em junho. Filipinas é membro da ASEAN.

### **Coreia do Sul – o que pode mudar na Ásia?**

Em seu [discurso de posse](#), Yoon Suk-yeol prometeu construir uma sociedade livre e justa e liderar a nação nas múltiplas crises, incluindo a pandemia Covid-19 e o baixo crescimento econômico. Convocou a juventude a construir uma nação que defenda a democracia liberal e garanta uma economia de mercado próspera. Foi esse “discurso” que o fez ganhar os votos da maioria dos homens jovens, que vivem um momento de desesperança no futuro. "Prometo solenemente hoje que farei o possível para elevar a Coreia (do Sul) a um país que realmente pertence ao povo, um país baseado nos pilares da liberdade, dos direitos humanos, da equidade e da solidariedade, um país que é respeitado pelos outros ao redor do mundo", disse ele.

O ex procurador, que ficou famoso por atuar no caso que levou à prisão da ex-presidente Park Geun-hye, por abuso de poder<sup>135</sup>, em 2018, foi eleito no pior momento da pandemia da Covid-19 no país e vai enfrentar o [aumento do endividamento doméstico e com uma grave crise imobiliária](#), que atinge sobretudo os mais jovens, com cada vez mais dificuldades para comprar ou alugar imóveis ou conseguir empregos formais. Seu discurso conservador, contrário a pautas progressistas, especialmente a feminista, atraiu especialmente homens de 18 a 25 anos, que adotaram tendências mais conservadoras nos últimos anos. Na campanha, o presidente eleito prometeu abolir o Ministério da Igualdade de Gênero e da Família e chegou a afirmar que o feminismo era o maior responsável pela baixa taxa de natalidade do país.

---

<sup>133</sup> [Um Marcos retorna ao poder nas Filipinas \(brookings.edu\)](#)

<sup>134</sup> [Marcos como presidente das Filipinas é uma benção para a China, mas pode ser estranho para os EUA | The Straits Times](#)

<sup>135</sup> [Ex-presidente da Coreia do Sul é condenada a 24 anos de prisão - 06/04/2018 - Mundo - Folha \(uol.com.br\)](#)

Quer melhorar os laços com o Japão, aprofundar os laços com os EUA e entrar no Quad<sup>136</sup>, aliança entre EUA, Austrália, Japão e Índia — o que deve afastá-lo ainda mais de Pequim. E estreitar os laços com a União Europeia, pois considera imperativo para gerenciar o crescente poder da China e a crescente rivalidade entre Pequim e Washington.<sup>137</sup> Ele também ofereceu um plano para impulsionar a economia da Coreia do Norte, desde que o regime se comprometa plenamente com a desnuclearização — demonstrando claramente que Coreia do Sul é amiga dos EUA, fica difícil acreditar nesta possibilidade.

### **Austrália – elege o pragmatismo. Como será sua política externa?**

O líder pragmático<sup>138</sup> do Partido Trabalhista, Anthony Albanese, derrotou o Primeiro-Ministro, Scott Morrison, que concorria à reeleição – quase uma década do partido conservador no poder. O novo premier [promete](#) unidade e trabalhar no interesse comum. Custo de vida e mudanças climáticas eram as preocupações do eleitor

Albanese é economista e, enquanto parlamentar, forjou sua reputação como um colaborador disposto a trabalhar fora das linhas ideológicas, motivado pela mistura de pragmatismo e preocupação com a justiça social. Foi considerado o parlamentar mais produtivo.

O novo Primeiro Ministro ofereceu uma alternativa baseada em suas raízes da classe trabalhadora e estilo pragmático, num momento que a Austrália vive a mais alta inflação em décadas, taxas de juros altas, déficits orçamentários e, nos últimos três anos, sofre com incêndios florestais e inundações recordes, que já mataram mais de 500 pessoas e bilhões de animais. Secas, ciclones, enchentes e marés altas assolam as comunidades, cujos preços das propriedades em áreas seguras triplicaram, ao mesmo tempo que os seguros dos imóveis em áreas vulneráveis se tornaram exorbitantes.<sup>139</sup> As questões climáticas foram cruciais para o eleitor. Ele prometeu o reconhecimento constitucional e a representação parlamentar dos povos indígenas, bem como a criação de uma comissão anticorrupção. <sup>140</sup> Albanese disse que pretendia tomar posse rapidamente para poder participar da reunião do Quad, em Tóquio.

Como será sua política externa? A parceria com Washington é um dos pilares do seu governo. Morrison perdeu eleitores quando não conseguiu impedir o acordo entre China e Ilhas Salomão, país insular a 2.000km da costa australiana.

### **Hong Kong – desafio de unir uma sociedade fraturada**

---

<sup>136</sup> O presidente americano, Joe Biden, em viagem à Ásia, visita a Coreia do Sul e uma possível inclusão da Coreia do Sul no quadro indo-pacífico terá uma influência significativa sobre como a cooperação em segurança se desenrola entre os aliados dos EUA, após a invasão da Rússia à Ucrânia.

<sup>137</sup> [Coreia do Sul chave para a Europa gerenciar as consequências da rivalidade China-EUA: relatório | The Straits Times](#)

<sup>138</sup> Pragmatismo na abordagem da política não pode ser segmentado, reduzido ou parcializado de acordo com interesses ideológicos ou de quaisquer espécies. Significa ser objetivo, prático e sustentável. Significa conciliação, combinação; desenvolvimento econômico e preservação dos recursos naturais. Convive com a diversidade natural das coisas.

<https://pragmatismo.jusbrasil.com.br/noticias/140911926/o-que-e-pragmatismo-politico>

<sup>139</sup> <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/05/19/como-clima-esta-tornando-australia-cada-vez-mais-inabitavel.ghtml>

<sup>140</sup> <https://www.lankatimes.com/australia-ousts-the-conservatives-after-nine-years-and-albany-takes-over-as-prime-minister/>

Candidato único, John Lee não teve problemas em garantir mais de 99% dos votos para ser eleito como novo chefe executivo de Hong Kong. O novo líder deverá ser nomeado em julho, pelo governo central de Pequim.

Lee, um policial de carreira e ex-chefe de segurança da cidade, tem pela frente o desafio de unir uma sociedade fraturada e reviver uma economia enfraquecida após três anos de tumulto, devido aos protestos antigoverno e à pandemia do coronavírus.

O partido populista centrista espera que Lee seja receptivo às opiniões do povo, acomode diferentes vozes dentro da sociedade. Em seu manifesto eleitoral, o novo líder elencou quatro grandes áreas em que se concentraria: fortalecer a governança; fornecer mais, melhor e mais rápido habitação; aumentar a competitividade de Hong Kong; e construir uma sociedade inclusiva com maior mobilidade ascendente para sua juventude. Ele também disse que definirá indicadores-chave de desempenho nos primeiros 100 dias de sua administração para garantir a responsabilização para o cumprimento de suas promessas.

Nos próximos dias, ele deve viajar para o continente para se encontrar com os principais líderes da China. Por ter sido candidato único, a União Europeia lamenta essa “violação dos princípios democráticos e do pluralismo político”<sup>141</sup>

### **Sri Lanka – novo PM enfrenta caos econômico e social**

As crises de energia, combustível e falta de alimentos e de medicamentos levaram às manifestações populares e a violência se alastrou pelo país. Os confrontos entre opositores e apoiadores do governo deixaram mortos e feridos e uma onda de destruição, que culminou com a renúncia do Primeiro-Ministro, Rajapaksa.<sup>142</sup>

O novo Premier é um político veterano. Ranil Wickremesinghe é o único representante parlamentar do Partido Nacional Unido, uma força política outrora poderosa. Ele assume o comando de uma nação falida, em inadimplência de sua dívida externa de 51 bilhões de dólares e sem dinheiro para importar bens essenciais.

Sua nomeação, pelo líder do parlamento, pode trazer um pouco de estabilidade ao país, que está à beira da falência e precisa de um governo para liderar as negociações de resgate com o Fundo Monetário Internacional. A prioridade do novo primeiro-ministro "será restaurar o fornecimento de gás e combustível e, em seguida, colocar a economia de volta nos trilhos".

Seu status de reformista pró-Occidente e livre mercado poderia suavizar as negociações de resgate com o Fundo Monetário Internacional e credores estrangeiros. Mas ele já avisou que não haverá solução rápida para os problemas econômicos sem precedentes do país.

**Uma série de artigos no site da BBC nas últimas semanas destacando as preocupações com a assistência de Pequim ao Sri Lanka mostra como o governo britânico está preocupado com sua própria influência em declínio.** O Sri Lanka é um antigo domínio do Império Britânico.

---

<sup>141</sup> [John Lee vence o primeiro lugar de Hong Kong com 99% dos votos | The Straits Times](#)

<sup>142</sup> [Líder do Sri Lanka nomeia opositor Ranil Wickremesinghe como PM em pressão pela unidade | The Straits Times](#)

O país fica em uma junção geoestratégica crítica. Fica no meio do Oceano Índico e ao largo da costa da própria Índia, importante para qualquer plano para do Indo-Pacífico. É também um ponto chave da [Iniciativa Nova Rota da Rota](#) da China. Os dois países têm uma relação forte porque subscrevem as ideias do movimento não alinhado e têm valores semelhantes aos dos estados pós-coloniais que buscam normas de soberania nacional e não interferência. O Sri Lanka, em particular, tem uma história de conflitos *etno-sectários* que o colocou em desacordo com o Ocidente e criou simpatia pela China.<sup>143</sup>



Segundo o Banco Central do país, o Sri Lanka deve mais [ao Japão](#), individualmente do que à China.

### **Paquistão – busca melhores laços com os EUA**

Com o novo primeiro-ministro Shehbaz Sharif, o Paquistão recebe uma nova atenção do governo Biden. Segundo analistas, o fim do envolvimento americano no Afeganistão e a mudança de liderança no Paquistão apresentam aos EUA uma oportunidade para redefinir sua relação conturbada com o quinto país mais populoso do mundo (243 milhões de pessoas) e importante país muçulmano com armas nucleares. Os EUA podem se relacionar com o governo civil do Paquistão e buscar equilibrar a influência da China, o aliado mais próximo do país, que é o atual presidente do G77 + China.

O novo governo tem pela frente [desafios](#) políticos e institucionais por conta de como o processo da derrubada do ex-primeiro-ministro se deu e da perda da confiança nas instituições; econômicos – inflação e déficit financeiro. O novo foco geoestratégico é baseado no crescimento econômico.

O novo ministro das Relações Exteriores, Bilawal Bhutto-Zardari, viajou aos EUA para participar de conferência da ONU sobre segurança alimentar e aproveitou para se reunir com seu homólogo, Antony Blinken, para discutir questões de interesse mútuo. A conversa se concentrou no fortalecimento do comércio bilateral e dos laços comerciais e da segurança regional.<sup>144</sup>

### **VIAGEM DE BIDEN À ÁSIA VISA A FORTALECER OS LAÇOS ECONÔMICOS NO INDO-PACÍFICO**

Mas também para mandar um recado à Pequim: estamos dispostos a usar a força para proteger Taiwan”, disse o presidente americano, Joe Biden, durante entrevista no Japão, se referindo aos voos militares que a China tem realizado próximos à ilha.

A viagem à Coreia do Sul e ao Japão cumpriu os dois objetivos: lançar oficialmente o *Indo-Pacific Economic Framework* (IPEF) e fortalecer o Quad<sup>145</sup> com a inclusão da Coreia do Sul.

<sup>143</sup> <https://www.srilankanews.net/news/272192113/britains-surprising-new-focus-in-its-bid-to-undermine-china>

<sup>144</sup> <https://www.srilankanews.net/news/272560256/bilawal-seeks-better-ties-with-us-says-im-against-hate-politics-division-and-polarization>

<sup>145</sup> Iniciativa informal para segurança do Indo Pacífico, criada pelos EUA, com seus aliados regionais: Japão, Índia e Austrália. A inclusão da Coreia do Sul terá uma significativa influência sobre como a cooperação em segurança se desenrola entre os aliados dos EUA após a invasão da Rússia à Ucrânia.

Os dois países, estão ansiosos para construir alianças mais fortes e duradouras com os EUA, pois compartilham as mesmas ansiedades sobre Coreia do Norte e China.

Sobre Coreia do Norte, todos concordam em iniciar discussões para expandir o escopo e a escala de exercícios militares e treinamento conjuntos. Mas em se tratando de China, o Quad – foco na segurança - deixa a desejar, pois o gigante asiático é um importante parceiro comercial dos países asiáticos. Os EUA entenderam que fortalecer os laços econômicos com a região é fundamental para o projeto de enfrentamento à China – sanções abrangentes não funcionariam. Por isso a visita e o lançamento do IPEF são vista como crucial para os esforços para fortalecer a cooperação regional.

Na Coreia do Sul, sua primeira parada da viagem, Biden visitou a fábrica de semicondutores da *Samsung Electronics*.<sup>146</sup> No Japão, lançou o quadro IPEF e realiza cúpula do Quad, que deve contar com a participação do recém eleito Primeiro-ministro da Austrália, Anthony Albanese.

Na semana anterior à viagem, Washington recebeu os líderes da ASEAN para uma cúpula, visando fortalecer as relações com os 10 países do sudeste asiático que, como bloco, mantêm fortes parcerias com a China e com vários outros países na região, na Ásia Central e com União Europeia.

### **O IPEF**

A iniciativa econômica americana foi desenhada para promover a cooperação na região - considerada crítica para definir as próximas décadas para a inovação tecnológica e a economia global -, com o objetivo de criar redes de abastecimento mais sólidas e investimentos em infraestrutura<sup>147</sup> e já conta com 12 parceiros iniciais: Austrália, Brunei, Índia, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã. Juntos, representamos 40% do PIB mundial.

Claro que não deixa de ser uma competição a iniciativa Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) da China, que entrou em vigor em 1º de janeiro deste ano, com 16 parceiros. Com exceção da Índia, todos os integrantes do IPEF participam da RCEP.

O IPEF permitirá que os EUA e aliados decidam sobre as regras do comércio na região, que poderá combater a inflação, ajudando a reduzir custos, tornando nossas cadeias de suprimentos mais resilientes a longo prazo.<sup>148</sup> A estrutura se concentrará em quatro pilares principais: estreitar o comércio exterior entre si, fortalecer cadeias de suprimentos e infraestrutura, atingir metas de descarbonização e criar medidas fiscais e anticorrupção.<sup>149</sup> Mas

---

<sup>146</sup> Os semicondutores são cruciais para uma gama de tecnologias transformadoras: mobile, 5G, computação de alto desempenho e inteligência artificial, por exemplo. Coreia do Sul e Taiwan são detentores dessa tecnologia – explica porque Taiwan é tão importante para a América. A tecnologia de futuro é a verdadeira guerra americana contra a China. Entenda mais em [Cadernos CRIS-Fiocruz. Informe 3 - 2022. P. p. 113-117](#) e em [Cadernos CRIS-Fiocruz. Informe 8 - fevereiro 2022. P. 170-172.](#)

<sup>147</sup> <https://www3.nhk.or.jp/nhkworld/pt/news/366935/>

<sup>148</sup> <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/05/23/fact-sheet-in-asia-president-biden-and-a-dozen-indo-pacific-partners-launch-the-indo-pacific-economic-framework-for-prosperity/>

<sup>149</sup> <https://www.poder360.com.br/internacional/biden-vai-a-asia-pela-1a-vez-desde-que-assumiu-a-casa-branca/>



o que os países asiáticos mais querem é maior acesso a centenas de milhões de consumidores americanos

### Cúpula ASEAN EUA

A reunião contou com a presença dos oito líderes da ASEAN: Brunei, Camboja, Indonésia, Lao, Malásia, Singapura, Tailândia, Vietnã, mais os dois embaixadores nos EUA de Myanmar e Filipinas.<sup>150</sup>

Apesar dos EUA insistirem sempre no mesmo assunto - sobre segurança no Mar Meridional da China e enfrentamento à China - os países aseanos<sup>151</sup> foram claros que não querem danificar seus laços com Pequim. Assim, os esforços americanos incluirão programas que abrangem educação, mudanças climáticas e infraestrutura. "Reconhecemos claramente que qualquer iniciativa que seja simplesmente projetada para a concorrência provavelmente terá dificuldade em ganhar altitude na Ásia. Deve ser baseado nas necessidades e desejos do povo do Sudeste Asiático", disse Kurt Campbell, coordenador dos EUA para assuntos do Indo-Pacífico no Conselho de Segurança Nacional.<sup>152</sup>

A cúpula se concentrou em questões econômicas, discussões focadas em infraestrutura, resiliência da cadeia de suprimentos, mudanças climáticas e sustentabilidade.<sup>153</sup> Os desafios climáticos ressoam fortemente no Sudeste Asiático, uma região marítima particularmente vulnerável ao aumento do nível do mar e eventos climáticos severos. [Declaração final](#).

Mas o que os dois querem, pode ser o que os dois não conseguem entregar<sup>154</sup>: ASEAN quer reduzir sua dependência econômica da China e espera que Washington se comprometa com uma estratégia econômica regional que inclua compromissos comerciais vinculantes – ou seja, acesso aos consumidores americanos. EUA mantém o sentimento protecionista da era Trump – abrir o mercado não será fácil – e ainda espera que a ASEAN seja mais firme no enfrentamento à China. A visão americana espera que o Quad venha a trabalhar com a ASEAN.

---

<sup>150</sup> Myanmar, porque o grupo militar que tomou o governo há mais de um ano não é reconhecido oficialmente. Filipinas, porque estava finalizando suas eleições para primeiro-ministro.

<sup>151</sup> Juntos, os 10 países da ASEAN possuem uma população de mais de 680 milhões de habitantes - mais do que a América Latina, o Oriente Médio ou a União Europeia - formando a [quinta maior economia do mundo](#) com um PIB de US\$ 3,2 trilhões.

<sup>152</sup> [EUA planejam iniciativas que atendam às necessidades do Sudeste Asiático | The Straits Times](#)

<sup>153</sup> **Futuros de Saúde** EUA-ASEAN: Os Estados Unidos estão comprometidos em liderar a luta global contra a pandemia de COVID-19. Os Estados Unidos pretendem fornecer até US\$ 40 milhões em novos esforços para acelerar a pesquisa conjunta, fortalecer a capacidade do sistema de saúde e desenvolver a próxima geração de capital humano em saúde por meio da iniciativa US-ASEAN Health Futures. Esses esforços se baseiam nos mais de US\$ 3,5 bilhões que os Estados Unidos investiram no apoio à saúde pública na ASEAN nos últimos 20 anos. A iniciativa de futuros de saúde ajudará a enfrentar a atual pandemia e fortalecerá a capacidade da ASEAN de prevenir, detectar e responder a futuros surtos zoonóticos e outras doenças infecciosas. **Futuros Climáticos** EUA-ASEAN: Os Estados Unidos pretendem fornecer até US\$ 20,5 milhões para uma nova iniciativa de Futuros Climáticos EUA-ASEAN dedicada a enfrentar a crise climática e manter ao alcance a meta urgente de limitar o aquecimento global a 1,5 graus Celsius. **Futuros econômicos EUA-ASEAN**: O governo Biden continua os esforços para promover o crescimento econômico e as oportunidades e recuperar melhor os danos econômicos causados pela pandemia do COVID-19. Os Estados Unidos planejam fornecer US\$ 10 milhões em novos empréstimos e a intenção de fornecer até US\$ 10 milhões adicionais em novos financiamentos para apoiar a cooperação EUA-ASEAN em comércio e inovação. [Fact Sheet: New Initiatives to Expand the U.S.-ASEAN Strategic Partnership | The White House](#)

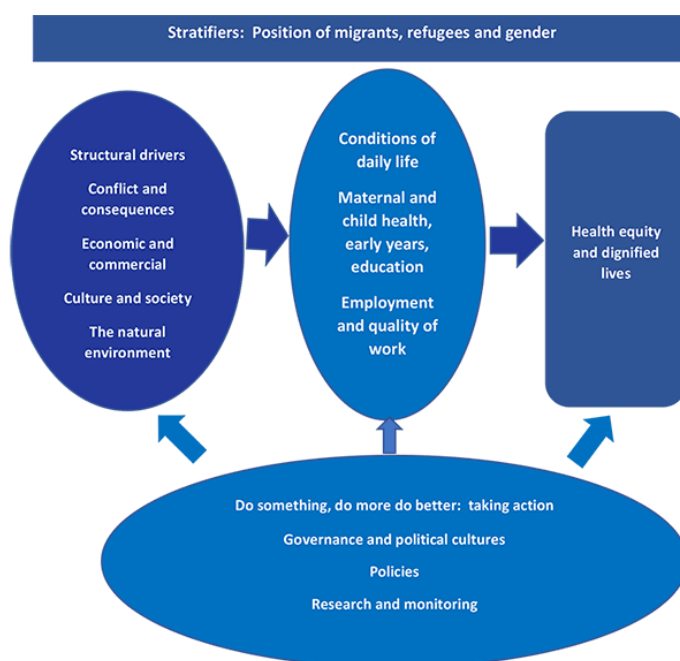
<sup>154</sup> [A grande incompatibilidade no namoro da América com o Sudeste Asiático](#)

Apesar dos EUA terem ampliado o foco do Quad para além da segurança, incluindo parceria em vacinas, bem como grupos de trabalho sobre mudanças climáticas e tecnologias emergentes, o Sudeste Asiático tem desconfiado do Quadrilátero, vendo-o como um desafio à centralidade da ASEAN.

## RELATÓRIO SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA OMS MEDITERRÂNEO ORIENTAL (EMRO)

A Comissão sobre os Determinantes Sociais da Saúde no Mediterrâneo Oriental, da OMS EMRO (criada em 2019), divulgou relatório "[\*Reconstrução mais justo: alcançar a equidade em saúde na Região Do Mediterrâneo Oriental\*](#)" sobre Determinantes Sociais na região. O relatório faz uma revisão das iniquidades sanitárias e fornece uma análise mais contextualizada dos determinantes relevantes para o Mediterrâneo Oriental, como migração e conflitos, além dos determinantes sociais, políticos e ambientais que impactam a saúde e o bem-estar em toda a região.

Os tópicos abordados, suas causas e suas interações: iniquidades em saúde; COVID-19 e desigualdades em saúde; conflitos e consequências – migração e refugiados; causas econômicas e equidade em saúde; cultura e sociedade; mudanças climáticas, meio ambiente e equidade em saúde; equidade na saúde materno-infantil, nos primeiros anos e na educação; vida profissional e equidade em saúde; envelhecimento saudável; ambientes construídos e equidade em saúde; sistemas de saúde para equidade em saúde; governança e ação para reconstruir mais justo. O relatório traz ainda recomendações para ações políticas fundamentais para o enfrentamento das iniquidades em saúde e promoção de justiça social e equidade.



Quadro conceitual do relatório. Fonte OMS EMRO

A região inclui países de enormes contrastes: países do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), com uma das maiores rendas per capita do mundo, como Kuwait, Qatar e Emirados Árabes Unidos; e países que estão entre os mais pobres do mundo, como Afeganistão, Djibuti e Iêmen. Dos 22 países e territórios da região, 10 são designados como estados frágeis e afetados por conflitos, e os níveis de conflito na região aumentaram desde 2010. Existem enormes diferenças na saúde entre os países: entre as mulheres, a expectativa de vida varia de 59, na Somália, a 84, no Kuwait; entre os homens é de 54 e 79 para os mesmos países.

### Sobre milhões de pessoas que se deslocam por clima e conflito, em dados

Em um mundo cercado por conflitos e desastres naturais, o número de pessoas que fugiram de suas casas e procuraram abrigo dentro de seus próprios países ou em países vizinhos, atingiu um recorde de cerca de 60 milhões, só no ano passado, de acordo com novos dados do



recente relatório do Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (IDMC)<sup>155</sup> sobre o [Índice de Deslocamento Interno \(IDI\)](#), que combina dados, informações e análises sobre os **impactos** do deslocamento, o **contexto** em que acontece e os **esforços dos governos** para enfrentá-lo. E mostra que muito precisa ser feito para abordar as causas do movimento forçado.

Desastres, incluindo eventos climáticos como ciclones e inundações na Ásia, bem como conflitos prolongados em lugares como Síria, Afeganistão e Etiópia foram fatores por trás de altos níveis de novos deslocamentos no ano passado, de acordo com o relatório. Os países com maior número de deslocados foram Síria, República Democrática do Congo, Colômbia, Afeganistão e Iêmen. O relatório não contabiliza refugiados, embora muitas vezes haja uma correlação entre tendências internas e transfronteiriças.

O IDCM dá um [destaque especial](#) para o Oriente Médio e norte da África (Mena) que vive uma onda de deslocamentos. É o primeiro relatório do IDCM sobre a região e traz o contexto da Primavera Árabe (que já foi abordada no [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 8-2022](#), p 166 e em Coletânea dos Informes 2021 [https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/51695 p. 4](https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/51695)).

O relatório dedicado à região Mena faz um balanço da escalada de deslocamento por conflitos e violência desde que os protestos da Primavera Árabe eclodiram. Também examina o deslocamento por desastres na região, que foi ofuscado pela prevalência de conflitos. A região é altamente vulnerável a desastres relacionados com o clima e os efeitos das mudanças climáticas. A região é árida e sujeita a chuvas sazonais. Quando chove, a má capacidade de absorção do solo e a falta de sistemas adequados de drenagem muitas vezes causam inundações ribeirinhas e urbanas, algumas das quais foram devastadoras.<sup>156</sup>

Aponta que fatores e impactos de conflitos e desastres tornaram-se cada vez mais entrelaçados e contribuem para tornar o deslocamento crônico e prolongado. Para quebrar esse ciclo vicioso de instabilidade e vulnerabilidade, é necessário um foco renovado no investimento em construção da paz, redução do risco de desastres e desenvolvimento sustentável de forma coerente.

Outro relatório recém lançado também é o [Seca Em Números](#), 2022, da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação ([UNCCD](#)), que adverte que o número e a duração das secas aumentaram 29% desde 2000 e que estima-se que 700 milhões de pessoas estarão em risco de serem deslocadas pela seca até 2030, se nada for feito. Secas mais longas e severas poderiam reduzir a produção de culturas, matar animais, reduzir o abastecimento de água e transformar florestas e pastagens em focos de incêndio e destruição.

A humanidade enfrenta as consequências das mudanças climáticas e da degradação da terra, devido às más práticas agrícolas, ao desmatamento, à mineração e à poluição. “A menos que trabalhemos juntos para preparar, responder e construir resiliência à seca, os impactos em nossa comida, água e energia em um momento em que a população global está crescendo criariam distúrbios sociais, de saúde e ambientais inimagináveis”, diz Ibrahim Thiaw, secretário executivo da UNCCD. E como destacou o Diretor Geral da OMS, Tedros Adhanom em seu [discurso](#) na abertura da Assembleia Mundial da Saúde, fome, sede e doenças podem ser gatilhos para conflitos.

---

<sup>155</sup> Integra o Conselho Norueguês de Refugiados (NRC)

<sup>156</sup> [Uma década de deslocamento no Oriente Médio e norte da África \(internal-displacement.org\)](#)

De acordo com o relatório, a seca afetou muitas partes do mundo, incluindo o Chifre da África, Canadá, oeste dos Estados Unidos, Irã, Afeganistão, Paquistão e Turquia. A África Oriental está enfrentando a perspectiva real de que as chuvas fracassarão pela quarta temporada consecutiva, colocando a Etiópia, o Quênia e a Somália em uma seca de um comprimento não experimentado nos últimos 40 anos. O alerta sobre os impactos devastadores nas pessoas e nos meios de subsistência na região vêm das agências humanitárias. Ainda segundo o relatório, até 40% da superfície terrestre do planeta está degradada e precisa urgentemente de restauração.

Sem contar que as secas criam e perpetuam um círculo vicioso de pobreza, particularmente nas nações em desenvolvimento. Mulheres e meninas em países emergentes e em desenvolvimento são particularmente vulneráveis em termos de educação, nutrição, saúde, saneamento e segurança, aponta o relatório.

O documento diz que ações urgentes podem reduzir riscos futuros. As etapas incluem a redução das emissões de gases de efeito estufa, sistemas de alerta precoce, mudança para dietas baseadas em plantas e investir em maneiras de cultivar mais alimentos em menos terra e menos água. A restauração da terra e dos recursos hídricos se tornou urgente. Algumas iniciativas como a Convenção Científica sobre Mudanças Climáticas na Região do Mar Cáspio, encabeçada pelo Irã, no ano passado, precisam se multiplicar.<sup>157</sup>

Investir na saúde do solo também faz sentido para os negócios, acrescentou Thiaw. Por exemplo, o aumento da matéria orgânica do solo significa que os solos podem reter mais água e também ajudam a bloquear mais carbono, atuando assim como uma ferramenta natural para combater as mudanças climáticas. Os sistemas alimentares, se transformados para melhorar sua resiliência e sustentabilidade, podem contribuir para a saúde das pessoas, das economias e do planeta.

Assim como a pandemia e os eventos climáticos desafiaram o planeta a olhar para as oportunidades, a crise alimentar provocada pela guerra na Ucrânia pode ser uma excelente ocasião – já que a crise está instalada – para as nações avançarem em práticas mais sustentáveis de uso da terra, na produção de alimentos mais diversos e nutritivos para uma população em crescimento, com menos água e fertilizantes, ao mesmo tempo em que limita as emissões de gases. Afinal, a segurança alimentar e suas cadeias produtivas fazem interface com a saúde no acesso a alimentos seguros e nutritivos; com a segurança, paz e estabilidade – onde há falta de comida e água, há conflito; com a redução da pobreza e acesso a oportunidades; com o combate às mudanças climáticas; com a educação – bem nutridas, as crianças podem ter um futuro; com a inclusão, igualdade de gênero e desenvolvimento do trabalho – mulheres, jovens e refugiados podem contribuir para a revolução verde.

### ***Relatório de clima e conflito da Comissão Econômica e Social para Ásia Ocidental - ESCWA***

Nesse contexto de determinantes sociais, conflitos e deslocamentos, vale relembrar o recente relatório [Entendendo as potenciais ligações entre mudanças climáticas e conflitos na região árabe](#), sobre como as mudanças climáticas podem contribuir para a dinâmica atual ou futura de conflitos e como a perda de subsistência, contração econômica, concorrência de recursos, migração, má governança e outros processos sociais (mecanismos) estimulados pelo risco climático podem contribuir para aumentar o risco de conflito quando ocorrem em determinados contextos.

---

<sup>157</sup> Ver mais sobre o Ouro Azul e países cáspios em Marques, Coletânea dos Informes 2021 <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/51695> p. 119-122.

## ASSEMBLEIA MUNDIAL DA SAÚDE (AMS) EM TEMPOS DE GUERRA E CONFLITOS

***Saúde pela Paz, Paz para a Saúde*** é o tema da 75ª Assembleia Mundial de Saúde (WHA), que está em andamento e segue até 28 de maio de 2022. Em um mundo ameaçado por conflitos, desigualdades, crise climática e pandemias, a AMS enfatiza a importância de construir um planeta saudável e pacífico, aproveitando a ciência, os dados, a tecnologia e inovação<sup>158</sup>. Agenda [aqui](#)

A paz é um pré-requisito para a saúde, destacou o Diretor Geral, Tedros Adhanom, em seu [discurso](#) na abertura da assembleia. Sua fala foi emocionante e sensível, trazendo memórias de infância na Etiópia, que vive conflitos até hoje, mas também se colocando no lugar de “pessoas que não começaram a guerra, nem foram responsáveis por ela, mas sofrem por causa dela”.

Chama a atenção para os gatilhos sociais e ausência de saúde que podem deflagrar um conflito e dá como exemplo a Primavera Árabe, e suas consequências uma década depois, ou como desigualdades, provocando sentimentos de exclusão e ressentimento, podem ser estopim para violência e ódios – aliás, esses sentimentos são bem explorados pelos grupos terroristas jihadistas, como Estado Islâmico.

Frases extraídas do discurso:

- “De fato, guerra, fome e doença são velhos amigos.”
- “O remédio mais necessário é aquele que a OMS não pode oferecer – a paz.”
- “A saúde é uma das poucas áreas em que as nações podem trabalhar juntas, sem divisões ideológicas, para encontrar soluções comuns para problemas comuns e construir pontes.”
- “Porque a menos que sonhemos com um mundo melhor, continuaremos acordando neste; a menos que miremos mais alto, aterrissamos mais baixo; se não plantarmos solidariedade, colheremos divisão; a menos que busquemos a paz, encontraremos a guerra.”
- “Hoje, e todos os dias, temos uma escolha – nós fazemos as escolhas. E hoje, e todos os dias, devemos escolher a saúde pela paz e a paz pela saúde.”

Nos últimos anos, a convergência da pandemia (e seus desdobramentos econômicos e sociais, que ampliaram as desigualdades já existentes, e provocaram um retrocesso no avanço para a Agenda 2030) com as crises climáticas (com eventos cada vez mais extremos e contribuindo para a insegurança alimentar e aumento dos deslocados e de disputas) e com os conflitos e violências (antigos e novos), gerou consequências inimagináveis para as populações no mundo, principalmente para os mais vulneráveis. A Covid-19 é muito mais do que uma pandemia – é uma crise global que atinge todas as áreas da vida: economia, educação, famílias, emprego, negócios, tecnologia, comércio, viagens, turismo, política, segurança – e muito mais.

O conceito de Determinantes Sociais da Saúde deveria ser ampliado para determinantes sociais, políticos, econômicos e climáticos da saúde, pois ela (a saúde) sofre as consequências desse conjunto de fatores, mas também pode contribuir para a melhoria desses cenários.

A OMS lançou em janeiro, à ocasião da reunião do Executive Board (EB), o “[Livro Branco](#)” que descreve a contribuição da OMS para a Agenda de Paz Sustentável. Ele explora como a OMS, como a principal agência global de saúde, pode ser usada para mitigar o impacto do conflito

---

<sup>158</sup> <http://createsend.com/t/d-A68EB2FB8EDCD3D52540EF23F30FEDED>

armado e da violência e melhorar as perspectivas de paz local duradoura dentro do escopo de seu mandato. As ligações entre conflito, saúde e paz são multifacetadas. Conflitos armados e violência têm impactos claros na saúde. Eles matam civis e combatentes, causam danos físicos e mentais deficiências e muitas vezes perturbam os sistemas de saúde. Conflitos e violência causam o colapso das cadeias de suprimentos médicos essenciais e o colapso dos sistemas sociais e econômicos e agravos como a fome e as epidemias se espalham. Apesar do conceito Saúde como Ponte para a Paz ter surgido nos anos 1980, o cenário atual tornou urgente priorizar o tema.

A [Iniciativa Saúde Global para a Paz](#), produzida em 2019, por Omã e Suíça, em colaboração com OMS Mediterrâneo Oriental (OMS EMRO) e com apoio de 24 países, foi recomendada pelo EB (EB150/20) para a 75ª AMS. A iniciativa procura fortalecer e operacionalizar a ligação entre saúde, coesão social e paz, com foco no papel único que os programas de saúde pública podem desempenhar na convocação de diferentes grupos e na construção da confiança. Considera diferentes componentes da paz, incluindo paz política e coesão social a nível comunitário. A iniciativa está alinhada com o trabalho da OMS sob o 13º Programa de Trabalho, 2019-2023 (estendido até 2025), que estabelece uma ligação entre a resposta aguda à saúde em países frágeis, contextos afetados por conflitos e vulneráveis e o estabelecimento de cobertura universal de saúde. A paz é um determinante estrutural da saúde. Por outro lado, o conflito tem um impacto devastador na saúde das pessoas e nos sistemas de saúde.

Sem contar que a [qualidade do cuidado em ambientes frágeis](#), afetados por conflitos e vulneráveis (*Fragile, conflict-affected and vulnerable* - FCV) enfrenta desafios significativos, incluindo a interrupção da organização de serviços de saúde de rotina e sistemas de prestação de serviços, aumento das necessidades de saúde, problemas de recursos complexos e imprevisíveis e vulnerabilidade a várias crises de saúde pública. Inclusive com fuga de profissionais da saúde. A OMS elaborou um documento técnico, [Qualidade dos cuidados em ambientes frágeis, afetados por conflitos e vulneráveis: tomando medidas](#). O documento descreve uma abordagem prática para o planejamento de ações e é acompanhado por um [compêndio de ferramentas](#).

### **Sessão para as questões palestinas – fragmentação dos territórios é um fator crítico**

A saúde nos Territórios Ocupados Palestinos (Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Faixa de Gaza – incluindo nas Colinas de Golam) será tratada na manhã de 25 de maio, no Committee B ([A75/26, item 20 da agenda](#)).

No ano passado, a escalada de hostilidades – cujo ápice foi a guerra de 14 dias entre Israel e Hamas<sup>159</sup>, que governa a Faixa de Gaza – no contexto da pandemia, exigiu esforços conjuntos entre a OMS e várias agências e escritórios do Sistema ONU. Na ocasião, a OMS EMRO elaborou um detalhado e extenso [relatório](#) sobre a situação da saúde agravada pela guerra, que foi apresentado à WHO74. A sessão se estendeu para o dia todo, e envolveu os 194 membros,

---

<sup>159</sup> O Hamas, de orientação sunita é constituído de uma entidade filantrópica (dawa), um braço político e um braço armado. Especialmente ativo em Gaza, é o mais importante movimento islamista da Palestina. É considerado pelo Irã um grupo de resistência anti semita.

com muitos posicionamentos contra e a favor, e resultou em várias recomendações ([WHO74-9](#)).<sup>160</sup>

Os avanços e resultados sobre as recomendações constam no relatório [A75/26](#) que será apresentado na assembleia. O documento apresenta o [Plano de Resposta à Covid-19](#) do governo palestino e as ações da OMS e seus parceiros para repostas à Covid-19, à emergências e para construção de capacidades para redução de mortes; suporte ao sistema de saúde (e ao Ministério da Saúde Palestino) para capacidades e governança, sistemas de informação; construção de estratégias para atenção primária e hospitalar e para E-Health; ações para doenças não transmissíveis, saúde mental e atenção psicológica. O relatório apresenta também dados atualizados sobre as condições da saúde nos territórios: demografia, inequidades em saúde e vacinação.<sup>161</sup> E destaca um ponto crítico não só para o sistema de saúde e atenção, mas para a economia e para a segurança alimentar ([Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 6-2022, p.137](#)): a fragmentação dos territórios, com restrições de circulação e acesso. O documento afirma que muitas recomendações de 2021 permanecem relevantes para 2022 e além.

O relatório A75/26 finaliza com recomendações para melhorar a saúde nos Territórios Palestinos Ocupados para os três atores:

- Governo de Israel – acabar com as restrições de circulação de pacientes e ambulâncias; facilitar a entrada de medicamentos e suprimentos médicos; acabar com as ações discriminatórias; respeitar e proteger o pessoal médico e as instalações médicas.
- Autoridade Palestina – priorizar os gastos com saúde focando nos serviços essenciais; promover a transparência através de relatórios; promover a equidade.
- Comunidade internacional – promover o desenvolvimento (investimento) do setor de saúde palestino; investimentos nos setores relacionados à saúde e na economia; apoiar a coordenação das intervenções humanitárias

### **Relatório do diretor geral para AMS fala das conquistas globais**

O [relatório](#) de resultados da OMS fala das perdas e retrocessos provocados pela pandemia, mas também mostra os resultados positivos em várias áreas, embora lentos. As metas da iniciativa [13º programa de Trabalho 2019-2023 \(GPW13\)](#), que tem como foco a entrega de melhorias mensuráveis à saúde em todos os países, para pelo menos três bilhões de pessoas da OMS, até 2023: 1 bilhão de pessoas a mais se beneficiando da cobertura universal de saúde; 1 bilhão de pessoas mais bem protegidas de emergências de saúde; mais 1 bilhão de pessoas desfrutando de melhor saúde e bem-estar, não ficaram longe de serem alcançadas por conta da pandemia. O EB recomendou a prorrogação do período para 2025.

### **Relatórios das regionais e prioridades**

Os Comitês Regionais (OMS Sudeste Asiático, OMS Pacífico Ocidental e OMS Mediterrâneo Oriental) estiveram reunidos entre 24 de agosto e 29 de outubro de 2021 e produziram seus relatórios, apontando as prioridades de cada região para ser entregue ao EB, em janeiro.

---

<sup>160</sup> Entenda a situação e as ações de Israel nos Territórios Palestinos em: [Marques, 2021](#), p. 8; 90-91; 93; 95-97; 112; em [Informe 8-2022](#), p. 175-176, dos Cadernos CRIS, estão informações sobre as agências e escritórios da ONU que atuam e acompanham as questões palestinas.

<sup>161</sup> OMS EMRO em parceria com o Bureau Central Palestino de Estatística, UNRWA, UNFPA, Unicef.

Para os membros da OMS **Sudeste Asiático**, o fortalecimento da implementação e cumprimento do Regulamento Sanitário Internacional (2005) é uma prioridade assim como o estabelecimento de um novo mecanismo global que permitiria uma distribuição mais equitativa de produtos pandêmicos e para facilitar a transferência de tecnologia e o licenciamento voluntário. Também adotaram uma resolução sobre saúde escolar. [Relatório completo](#).

Os Estados-Membros do **Pacífico Ocidental** enfatizaram a importância de construir um consenso não só entre os Estados-Membros, mas também com outras partes interessadas, uma vez que os governos sozinhos não podem implementar as amplas medidas de preparação e resposta necessárias. Também adotaram resolução sobre saúde escolar. [Relatório completo](#).

O Comitê Regional para o **Mediterrâneo Oriental** adotou resoluções sobre doenças integradas às emergências, construindo comunidades resilientes para melhor saúde e bem-estar. Estabeleceu um grupo ministerial de alto nível para controle do tabaco e de produtos de nicotina. [Relatório completo](#).

## **NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA**

### **Colapso no Sri Lanka**

A ilha vive a pior crise econômica desde que conquistou a independência em 1948, enfrentando escassez de bens essenciais, que desencadeou agitação social, caos e a queda do primeiro-ministro. E calote da dívida externa.

A escassez de alimentos, medicamentos e combustível, preços em alta, cortes de energia e de água e cortes de salários fechou escolas, limitou o trabalho e serviços médicos.<sup>162</sup> O novo primeiro-ministro conversa com o FMI para negociações da dívida. O grupo das sete potências, o G7, apoia os esforços para fornecer alívio da dívida para o Sri Lanka.<sup>163</sup>

A ajuda tem chegado ao país, mesmo em tempos de crise e escassez por conta da guerra na Ucrânia. A Índia se tornou um país próximo ao Sri Lanka: além da assistência durante a pandemia e do caos dos fertilizantes, quando a Índia forneceu nano fertilizantes para salvar os agricultores da ilha. Agora, forneceu outra remessa de 40.000 toneladas de diesel, além de arroz, leite em pó e suprimentos médicos.<sup>164</sup> Também ofereceu mais de US \$ 3 bilhões ao país insular endividado em empréstimos, trocas de crédito e linhas de crédito.<sup>165</sup> A Índia também expressou seu desejo de trabalhar com o novo governo do Sri Lanka. O Japão, por meio da UNICEF, está enviando US\$ 1,5 milhão para medicamentos.

### **Chefe de direitos humanos da ONU visita Xinjiang**

Michelle Bachelet, em uma missão oficial de seis dias, visita a região do extremo oeste, chinês, Xinjiang, região dos Uígures, minoria islâmica, e sobre os quais China é acusada de cometer abusos de direitos humanos. Esta é a primeira visita de um alto comissário da ONU para os Direitos Humanos à China desde 2005.

A [missão](#) inclui reunião com organizações da sociedade civil, representantes de empresas, acadêmicos e fará uma palestra para estudantes da Universidade de Guangzhou.

<sup>162</sup> ['Vamos morrer': Sri Lanka alerta para escassez de alimentos | The Straits Times](#)

<sup>163</sup> [G-7 apoia esforços de redução da dívida para o Sri Lanka, diz comunicado | The Straits Times](#)

<sup>164</sup> <https://www.srilankanews.net/news/272560316/india-delivers-another-40000-mt-diesel-consignment-to-sri-lanka>

<sup>165</sup> <https://www.srilankanews.net/news/272197767/india-offers-credit-line-of-usd-500-mn-to-sri-lanka-to-purchase-petroleum-products#>

Além da Região Autônoma Uigur de Xinjiang, Bachelet visitará Guangzhou (Cantão), Kashgar e Urumqi. Ao final de sua missão, Bachelet emitirá um comunicado

### ***Falando em eleições, no Líbano, Hezbollah e seus aliados perdem<sup>166</sup> assentos no parlamento***

Grupo xiita não consegue cadeiras suficientes para manter o controle do Legislativo no país. A eleição foi a primeira depois das revoltas populares que abalaram a política libanesa em 2019. A principal bancada parlamentar do Líbano, liderada pelo movimento armado xiita Hezbollah, perdeu a maioria nas eleições legislativas do país, segundo os resultados definitivos.

Os resultados confirmam 13 cadeiras para candidatos surgidos após os protestos de 2019. O movimento xiita, apoiado pelo Irã, que tinha 70 cadeiras das 128 no Parlamento, não conseguiu a eleição dos 65 deputados necessários para conservar o controle da Câmara

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O mundo enfrenta grandes lutas: contra o aquecimento global e as mudanças climáticas; contra o Sars-Cov-2 e a desigualdade da distribuição das vacinas; contra escassez de alimentos; contra a queda na economia, contra o aumento da pobreza e das desigualdades sociais decorrentes; contra o aumento dos ódios e fobias raciais e étnicas. Assiste às disputas geopolíticas entre potências. Vive o aumento da população no planeta e seu envelhecimento e, conseqüentemente o aumento das doenças não transmissíveis.

O mundo vive muitas guerras: na Europa a guerra russo-ucraniana impacta e desvia atenções e ajudas das outras guerras; as populações de várias regiões, principalmente da região Mena, sofrem com os longos conflitos e violências originados por diversos motivos e rivalidades - alguns históricos, outros étnicos – e vivem crises humanitárias. E, a cada dia, aumenta o número de pessoas deslocadas e refugiadas.

A 75ª Assembleia Mundial da Saúde acontece nesse cenário e não poderia ser mais emblemática. Com o tema ***Saúde pela Paz, Paz para a Saúde*** a AMS enfatiza a importância de construir um planeta saudável e pacífico, aproveitando a ciência, os dados, a tecnologia e inovação<sup>167</sup>. A paz é um pré-requisito para a saúde, destacou o Diretor Geral, Tedros Adhanom, em seu [discurso](#) na abertura da assembleia. Sua fala foi emocionante e sensível “pessoas que não começaram a guerra, nem foram responsáveis por ela, mas sofrem por causa dela”. E completou: a saúde é uma das poucas áreas em que as nações podem trabalhar juntas, sem divisões ideológicas, para encontrar soluções comuns para problemas comuns e construir pontes.” Disse que poderia ser considerado um sonhador, mas “se não sonharmos com um mundo melhor, acordaremos neste mundo” de lutas e conflitos.

---

<sup>166</sup> <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/05/17/hezbollah-e-aliados-perdem-maioria-no-parlamento-do-libano.ghtml>

<sup>167</sup> <http://createsend.com/t/d-A68EB2FB8EDCD3D52540EF23F30FEDED>



### Diplomático

O vice-presidente Hamilton Mourão presidiu a VI Plenária da Cosban. A V foi em 2019, no início do governo Bolsonaro e a IV em 2015, no fim do governo Dilma. Pelo lado chinês, Wang Qishan, vice-presidente desde 2018. Os dois lados concordaram com o "Plano Estratégico China-Brasil 2022-2031" e o "Plano de Implementação China-Brasil 2022-2026", planejando as metas e princípios de cooperação para os próximos 10 anos e identificando áreas e projetos prioritários de cooperação para os próximos cinco anos.<sup>168</sup>

O ministro das relações da China e Conselheiro de Estado, Wang Yi, presidiu a mesa de ministros das relações exteriores dos países dos BRICS no último dia 19. Na reunião virtual com os colegas, Wang disse que os líderes dos países do BRICS vêm conseguindo proteger seus interesses comuns num período de grandes mudanças e durante a pandemia. Sugeriu um denominador comum para a segurança universal e mencionou a Iniciativa de Segurança Global. Disse que os BRICS devem ir além dos jogos de soma zero, das sanções unilaterais e das jurisprudências extraterritoriais ("long-arm jurisdiction"). Defendeu a criação de "ciclos concêntricos para o desenvolvimento comum" como alternativa a formação de um mundo dividido por sistemas separados. Wang fala que a força dos BRICS vem da diversidade e da representatividade. É preciso, diz, construir uma barreira de segurança para a saúde humana. Neste âmbito, ele argumentou que "pequenos círculos não podem resolver grandes desafios" e argumentou que os países dos BRICS devem seguir o caminho da multipolaridade. Ele mencionou o centro de vacinas dos BRICS na agenda de propostas intra-brics que devem ser aprofundadas:

"We should further deepen mutually beneficial cooperation in various fields and set an example of pragmatic actions. It's important to make good use of the BRICS Vaccine Research and Development Center, establish a BRICS early warning mechanism for preventing large-scale infectious diseases, reach the BRICS Initiative for Strengthening Supply Chain Cooperation and a cooperation strategy on food security as soon as possible, and keep industrial and supply chains secure and smooth; rely on the New Development Bank and the Contingent Reserve Arrangement mechanism to enhance the financial resilience of developing countries; build a BRICS digital economy partnership and rely on the BRICS mechanism to seek greater synergy among countries' development initiatives and strategies", disse Wang<sup>169</sup>.

Na reunião, foi emitida a Declaração Conjunta do BRICS sobre "Fortalecer a Solidariedade e a Cooperação do BRICS; Responder às novas Características e Desafios da Situação Internacional"<sup>170</sup>. Nela, os ministros afirmam "promover discussões entre os membros dos Brics do processo de expansão do bloco, formulando os princípios, os padrões, os critérios e os procedimentos do processo de expansão" (parágrafo 24 da declaração).

<sup>168</sup> [http://www.xinhuanet.com/2022-05/23/c\\_1128677536.htm](http://www.xinhuanet.com/2022-05/23/c_1128677536.htm)








<sup>169</sup> [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjb\\_663304/wjbz\\_663308/activities\\_663312/202205/t20220520\\_10690403.html](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/wjbz_663308/activities_663312/202205/t20220520_10690403.html)

<sup>170</sup> [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-do-brics-sobre-o-tema-201cfortalecer-a-solidariedade-e-a-cooperacao-do-brics-responder-as-novas-caracteristicas-e-desafios-da-situacao-internacional201d](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-do-brics-sobre-o-tema-201cfortalecer-a-solidariedade-e-a-cooperacao-do-brics-responder-as-novas-caracteristicas-e-desafios-da-situacao-internacional201d)



No documento, os ministros “expressaram apoio ao lançamento do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS, ao estabelecimento do Sistema Integrado de Alerta Precoce do BRICS para prevenir riscos de doenças infecciosas em massa e à adoção do Memorando de Entendimento sobre Cooperação no campo da Regulação de Produtos Médicos para Uso Humano. Instaram pela realização de um rastreamento sobre a origem do vírus baseado em princípios científicos”.<sup>171</sup>

### SHAREHOLDING AT THE NEW DEVELOPMENT BANK

MEMBER COUNTRY	SHARES (NUMBER)	SUBSCRIBED CAPITAL
 BRAZIL	Shares subscribed: 100,000 Exercisable votes: 99,312	Amount (million USD): 10,000.0 Percent of total: 19.42%
 RUSSIA	Shares subscribed: 100,000 Exercisable votes: 100,000	Amount (million USD): 10,000.0 Percent of total: 19.42%
 INDIA	Shares subscribed: 100,000 Exercisable votes: 100,000	Amount (million USD): 10,000.0 Percent of total: 19.42%
 CHINA	Shares subscribed: 100,000 Exercisable votes: 100,000	Amount (million USD): 10,000.0 Percent of total: 19.42%
 SOUTH AFRICA	Shares subscribed: 100,000 Exercisable votes: 100,000	Amount (million USD): 10,000.0 Percent of total: 19.42%
 BANGLADESH	Shares subscribed: 9,420 Exercisable votes: 9,420	Amount (million USD): 942.0 Percent of total: 1.83%
 UNITED ARAB EMIRATES	Shares subscribed: 5,560 Exercisable votes: 5,560	Amount (million USD): 556.0 Percent of total: 1.08%
<b>Total</b>	Shares subscribed: 514,980 Exercisable votes: 514,292	Amount (million USD): 51,498.0 Percent of total: 100.00%

Após a reunião dos ministros do BRICS houve uma segunda reunião com outros nove países convidados pela presidência chinesa: Cazaquistão, Arábia Saudita, Argentina, Egito, Indonésia, Nigéria, Senegal, Emirados Árabes Unidos e Tailândia. O encontro foi chamado Diálogo BRICS+. Na nota do MRE brasileiro o<sup>172</sup>, é dito que o convite teve como objetivo “ampliar o diálogo com outros países e demonstrar a vocação do grupo para fortalecer o papel das economias emergentes na governança global”. Mourão disse à imprensa que o Brasil ainda não tem uma conclusão sobre a proposta de novos membros nos BRICS<sup>173</sup>.

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) já começou sua ampliação e tem acordos com quatro novos países: Uruguai, Emirados Árabes Unidos, Bangladesh e Egito. A expectativa é de novos sócios a cada ano. Um novo escritório do banco foi recentemente lançado na Índia.

Somados BRICS, os nove países convidados e os demais membros da expansão prevista para o NDB chegam a 8 dos 20 membros do G20.

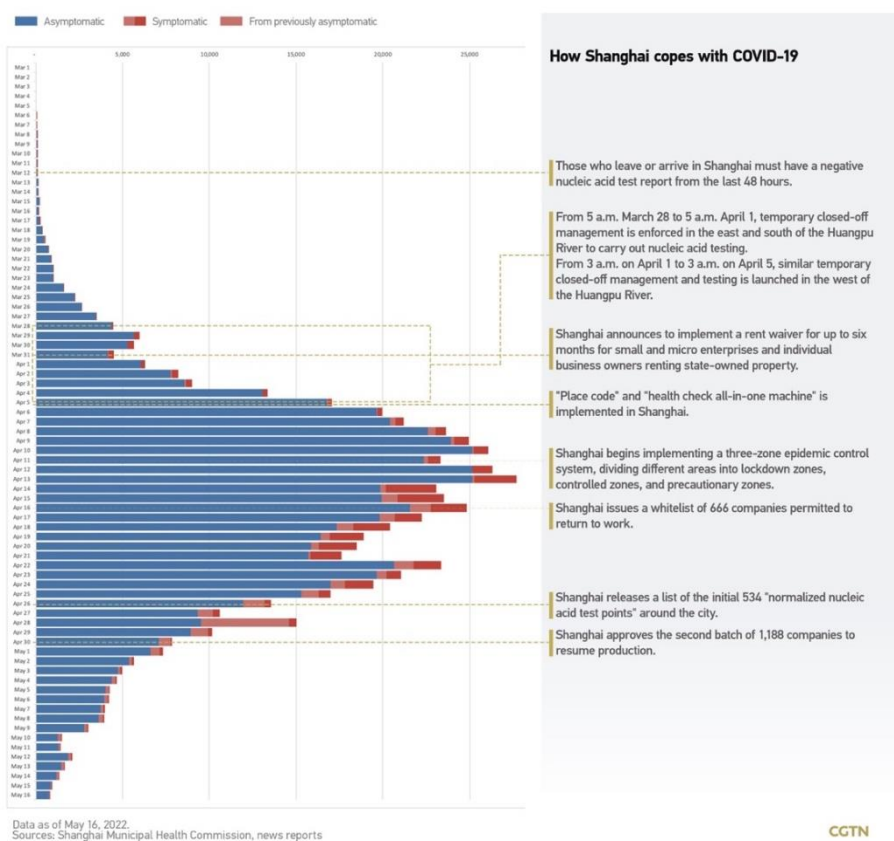
A presidência chinesa dos BRICS também fez uma mesa com países dos BRICS e das regiões do Oriente Médio e Norte da África. O comunicado menciona a solução de dois estados

<sup>171</sup> [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-do-brics-sobre-o-tema-201cfortalecer-a-solidariedade-e-a-cooperacao-do-brics-responder-as-novas-caracteristicas-e-desafios-da-situacao-internacional201d](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-do-brics-sobre-o-tema-201cfortalecer-a-solidariedade-e-a-cooperacao-do-brics-responder-as-novas-caracteristicas-e-desafios-da-situacao-internacional201d)

<sup>172</sup> [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-de-chanceleres-do-brics](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-de-chanceleres-do-brics)

<sup>173</sup> <https://oglobo.globo.com/mundo/relacao-entre-brasil-china-siamesa-diz-mourao-que-representa-pais-em-comissao-bilateral-25514808>

## Daily local COVID-19 infections in Shanghai



para a Palestina, relevância dos países BRICS para a estabilidade e o desenvolvimento da região, refirma a centralidade das organizações internacionais e clama pelo enfrentamento coordenado contra a pandemia.<sup>174</sup>

O presidente Xi Jinping fez um discurso em vídeo para a reunião com os chanceleres dos BRICS e um outro, por escrito, para o "Fórum de Partidos Políticos, Laboratórios de Ideias e Organizações da Sociedade Civil do BRICS"<sup>175,176</sup>

Os conservadores perderam a eleição na Austrália para os

trabalhistas. Durante o último governo conservador as relações com a China foram marcadas por sanções, desconfiança militar e o cancelamento de acordos. A economia do país foi afetada. Vários dos acordos desfeitos durante o governo conservador foram implementados pelos trabalhistas.

### Sanitário

- Com a queda no número de casos, o transporte público de Xangai está reabrindo.<sup>177</sup>

Figure 1CGTN: "Shanghai attains zero community spread of COVID" <https://news.cgtn.com/news/2022-05-17/Chart-of-the-Day-Shanghai-attains-zero-community-spread-of-COVID-19-1a6vE7d3Ok8/index.html?fbclid=IwAR23FULV6rhY06Ak8HUt9qoTrhha0XKrrpj9ojB3inMilx5wDjMOsAAkWG4>

### Socioeconômico

As questões de demanda do mercado chinês continuam afetadas pelo enfrentamento epidêmico e a participação da China nas cadeias globais de produção segue tema de especulação diante da ofensiva dos EUA. A Pandemia tem dificultado um fortalecimento do consumo, visto

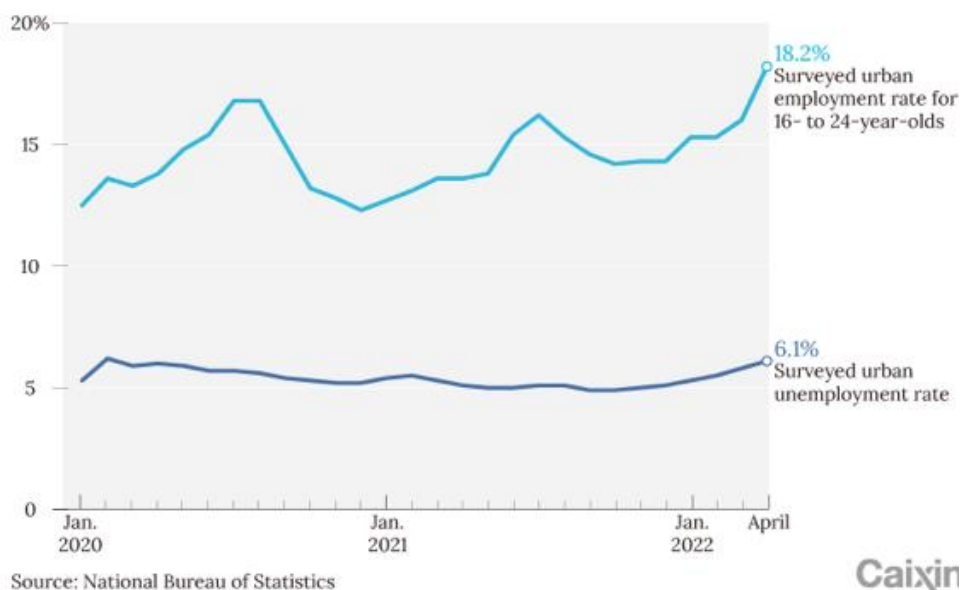
<sup>174</sup> [https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjbxw/202205/t20220523\\_10691021.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjbxw/202205/t20220523_10691021.html)

<sup>175</sup> [https://www.fmprc.gov.cn/esp/zxxx/202205/t20220521\\_10690737.html](https://www.fmprc.gov.cn/esp/zxxx/202205/t20220521_10690737.html)

<sup>176</sup> [https://www.mfa.gov.cn/eng/zxxx\\_662805/202205/t20220519\\_10689497.html](https://www.mfa.gov.cn/eng/zxxx_662805/202205/t20220519_10689497.html)

<sup>177</sup> <https://news.cgtn.com/news/2022-05-23/Shanghai-reopens-some-public-transportation-1ah4djAMlBm/index.html>

como um caminho para o crescimento econômico antes mesmo da Covid. No caso da partição no parque industrial global, a China demonstrou que as fábricas são fecháveis, embora um grande esforço seja feito para que isso não ocorra. No âmbito de seu principal parceiro tecnológico, os EUA, a China tem visto um esforço aberto da Casa Branca para que empresas reposicionem suas plantas de alta tecnologia, especialmente semi-condutores e partes elétricas de veículos, para fora do país. Apesar disso, pesquisas continuam a indicar que muitas empresas não demonstram interesse em perder o mercado chinês, tanto por questões de produção, como logística e transporte, quanto macroeconômicas, como o imenso mercado consumidor chinês.<sup>178179180</sup>. O desemprego urbano, porém, aumentou entre os jovens entre 16 e 24 anos com 18.2%. A taxa de desemprego urbano se mantém estável nos 6%<sup>181</sup>



O partido realiza uma série de conferências de imprensa sobre os últimos dez anos do desenvolvimento do país e a construção de uma civilização ecológica<sup>182</sup>. Segundo o vice-ministro de Ciência e Tecnologia, Li Meng, o país progrediu ao utilizar empresas para o desenvolvimento tecnológico. Atualmente, disse, 3/4 do total de P&D é gasto pelas empresas, que participam de 79% dos projetos nacionais de pesquisa-chave.<sup>183</sup>

<sup>178</sup> <https://www.cnbc.com/2020/05/25/china-one-of-many-manufacturing-hubs-in-a-post-coronavirus-world.html>

<sup>179</sup> <https://www.cnbc.com/2022/05/17/some-factories-might-leave-china-but-big-picture-it-doesnt-matter.html>

<sup>180</sup> <https://www.ft.com/content/41f80bad-0eca-445a-a7fb-922262611311>

<sup>181</sup> <https://www.caixinglobal.com/2022-05-16/chart-of-the-day-chinas-record-breaking-unemployment-rates-amid-covid-lockdowns-101885933.html>

<sup>182</sup> [http://m.haiwainet.cn/middle/3544276/2022/0513/content\\_32418227\\_1.html](http://m.haiwainet.cn/middle/3544276/2022/0513/content_32418227_1.html)

<sup>183</sup> <https://news.cgtn.com/news/2022-05-12/China-achieved-unprecedented-sci-tech-advancement-in-past-decade-19YGI1XBfgY/index.html?>

## Notas sobre a 2ª Cúpula Global COVID-19: Prevenindo a complacência e priorizando a preparação

*Luiz Augusto Galvão*

### 2ª Cúpula Global COVID-19: Prevenindo a Complacência e priorizando a preparação.

Em 12 de maio, os Estados Unidos, Belize, Alemanha, Indonésia e Senegal convocaram os outros países, chefes de organizações internacionais, o setor privado, e as organizações não governamentais para a [2ª Cúpula Global COVID-19](#). Evento destinado a redobrar os esforços para controlar a pandemia COVID-19 e enfrentar futuras emergências sanitárias.

O evento buscou manter a vontade política e acelerar os compromissos financeiros para aumentar os índices de vacinação, ampliar o acesso a testes e tratamentos, proteger populações de alto risco, e construir capacidade nacional para a vigilância de doenças e a atenção médica, inclusive através do novo fundo de segurança sanitária do Banco Mundial.

O evento terminou com uma [“Declaração da 2ª Declaração da Cúpula da COVID-19: Mantendo o impulso para resposta pandêmica e priorizando a preparação”](#) que inclui os seguintes pontos:

Os participantes da cúpula assumiram grandes [compromissos políticos e financeiros](#) para disponibilizar vacinas para aqueles de maior risco e ampliar o acesso a testes e tratamentos para prevenir futuras crises sanitárias. Os líderes reforçaram o valor de abordagens integrais de todos os governos e de todas as sociedades para acabar com a fase aguda do COVID-19 e a preparação para futuras ameaças pandêmicas. A Cúpula se comprometeu em prevenir a complacência, reconhecendo que a pandemia não acabou; proteger os mais vulneráveis, incluindo idosos, pessoas imunocomprometidas e trabalhadores de linha de frente e de saúde; e prevenir futuras crises de saúde, reconhecendo ser *agora* o momento de garantir compromisso político e financeiro para a preparação de pandemias.

A Cúpula catalisou compromissos ousados. **Financeiramente, os líderes se comprometeram a fornecer US\$ 3,2 bilhões em novos financiamentos – adicionais às promessas anteriores de 2022, embora reconheçam que a necessidade ainda é grande.** Isso inclui quase US\$ 2,5 bilhões para o COVID-19 e atividades de resposta relacionadas e US\$ 712 milhões em novos compromissos para uma nova preparação pandêmica e fundo global de segurança em saúde no Banco Mundial. Esses fundos acelerarão o acesso a vacinas, testes e tratamentos, e contribuirão para uma nova preparação pandêmica e fundo global de segurança em saúde abrigado no Banco Mundial. **Os líderes também assumiram compromissos nacionais robustos** para ampliar e acelerar a cobertura vacinal, em especial para suas populações em risco; ampliar o acesso a testes e tratamentos; proteger e apoiar a força de trabalho em saúde e aumentar os orçamentos domésticos para o fortalecimento dos sistemas de saúde; e para promover a segurança sanitária, inclusive por meio do novo fundo.

Os líderes mundiais identificaram três grandes resultados da Cúpula.

- **Priorização das populações de maior risco para salvar vidas.** Os participantes da cúpula comprometeram-se a dobrar seus esforços coletivos para controlar o COVID-19, e aumentaremos nosso foco nas populações de maior risco, incluindo idosos, imunocomprometidos e trabalhadores de saúde e linha de frente – para que o SARS-CoV-2 se torne um patógeno respiratório controlável em todos os lugares.

- **Ampliação do acesso a contramedidas para COVID-19 e ameaças futuras.** Os participantes expressaram especialmente apoio ao ACT-Accelerator, como o mecanismo multilateral que implanta esses suprimentos necessários e se comprometeram a encontrar soluções sustentáveis e previsíveis para sistemas de alerta precoce e desenvolver um roteiro global coeso para acesso local e regional a atenção médica, equipamentos de proteção individual e outros suprimentos que salvam vidas frente a doenças potencialmente pandêmicas, bem como expandir o acesso à fabricação e pesquisa, incluindo o conceito de hubs regionais para preparação e resposta pandêmica em todo o mundo.
- **Manter o impulso para a resposta pandêmica, priorizando a preparação.** Finalmente, nenhum país estava totalmente preparado para a pandemia COVID-19. Como resultado, mais de 6 milhões de pessoas em todo o mundo perderam suas vidas, trilhões de dólares foram perdidos da economia global, além da perda dos ganhos na saúde global e na Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas foram revertidos. Os participantes da cúpula comprometeram-se a manter a vontade política necessária para estabelecer capacidade nacional, regional e global para a segurança da saúde e prevenção da pandemia, preparação e resposta, inclusive para treinar uma forte rede de especialistas para garantir a prontidão para futuros surtos com potencial pandêmico. Eles apoiaram os esforços do G20 e de outros parceiros para estabelecer um fundo de preparação pandêmica e segurança da saúde global abrigado no Banco Mundial, trabalhando em estreita cooperação com a OMS, e se comprometeram a apoiar soluções lideradas localmente para expandir e proteger a força de trabalho em saúde e minimizar interrupções nos serviços de saúde rotineiros e essenciais.

#### **Vacinar o mundo: levando vacinas aos mais vulneráveis**

Muitos países fizeram grandes avanços para cumprir a meta de vacinação global de 70% estabelecida pela Organização Mundial da Saúde. Desde a primeira Cúpula, a taxa de vacinação do mundo aumentou de 33% para quase 60%, e os países de renda média baixa subiram de 13% para mais de 50%. No entanto, os países de baixa renda estão lutando, e nossa estratégia deve continuar a evoluir com o vírus. O esforço global deve se concentrar em populações de maior risco de internação e mortalidade, incluindo idosos, pessoas imunocomprometidas e profissionais de saúde e outros trabalhadores da linha de frente.

Líderes do governo e da sociedade civil aderiram a esta sessão, que foi co-sediada por **Sua Excelência Abdoulaye Diouf Sarr**, Ministro da Saúde e Ação Social do Senegal; **Sua Excelência Annalena Baerbock**, Ministra das Relações Exteriores da Alemanha; e **Sua Excelência Samantha Power**, Administradora da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. Os palestrantes enfatizaram o valor das vacinas seguras e eficazes para acabar com a fase aguda do COVID-19. Os palestrantes discutiram novos compromissos, desafios e soluções para a construção dos sistemas nacionais, regionais e globais necessários para levar vacinas aos trabalhadores da saúde e da linha de frente, idosos e imunocomprometidos e em ambientes humanitários. Em particular, eles discutiram novos compromissos políticos para ajudar a superar as barreiras locais ao acesso e à captação de vacinas, bem como compromissos financeiros para expandir e sustentar o acesso, país por país, em todo o mundo. Eles também discutiram compromissos com o desenvolvimento, financiamento e manutenção de sistemas de produção e fornecimento de vacinas para variantes COVID-19 e emergências futuras em saúde, incluindo acesso nacional e regional a vacinas e acesso previsível, escala e fornecimento de

surtos. Os líderes não governamentais também se comprometeram a trabalhar para o acesso sustentado à disponibilidade de vacinas, bem como planos para ampliar e fornecer resultados de código aberto de pesquisa e desenvolvimento para informar as estratégias de vacinação COVID-19 em países de baixa e baixa renda, incluindo reforços e estratégias de vacinação de mistura e correspondência.

### **Salvar vidas agora: ampliando o acesso a testes e tratamentos**

Acabar com a fase aguda da pandemia COVID-19 e garantir que o COVID-19 se torne uma doença respiratória tratável exigirá o aprimoramento do acesso previsível e equitativo a testes rápidos e a tratamentos que salvam vidas. Ainda não há um sistema sustentável para direcionar as intervenções necessárias para aqueles que enfrentam o maior risco de internação e mortalidade, incluindo idosos, pessoas imunocomprometidas, bem como cuidados de saúde e outros trabalhadores de linha de frente. Além disso, o acesso e a provisão de oxigênio precisam ser aumentados. Isso significa que os líderes mundiais devem tomar medidas, agora, para resolver desafios persistentes na produção sustentável e dimensionada, entrega e demanda de mercado por testes e tratamentos, incentivando compromissos de modelagem do mercado e avançando plataformas para compras avançadas de testes e tratamentos; redução dos custos de produção, facilitando a fabricação de insumos antivirais, incluindo ingredientes farmacêuticos ativos, e desenvolvendo planos nacionais de teste e tratamento.

Líderes do governo e da sociedade civil participaram desta sessão, que foi coorganizada por Sua Excelência Kevin Bernard, Ministro da Saúde e Bem-Estar de Belize, e Sua Excelência Svenja Schulze, Ministra Federal de Cooperação e Desenvolvimento Econômico da Alemanha, e Sua Excelência Xavier Becerra, Secretário de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos. Os palestrantes reconheceram o trabalho dos esforços globais existentes, como o ACT-Accelerator, e a importância de financiá-los plenamente, para permitir a entrega de testes e tratamento às pessoas que precisam deles. Os palestrantes enfatizaram a importância de direcionar testes e tratamento para aqueles com maior risco de internação e morte em todo o mundo. Especificamente, eles discutiram a necessidade de estratégias e financiamentos do país para melhorar o acesso a diagnósticos moleculares e testes rápidos, bem como tratamentos, incluindo antivirais orais e oxigênio. Eles se comprometeram a trabalhar nacional e globalmente para superar barreiras locais e para pilotar estratégias de teste para tratar. Enquanto estão sendo feitos progressos com o Pool de Patentes de Medicamentos, os líderes destacaram a importância do acesso a longo prazo e preços acessíveis para medicamentos acessíveis, seguros, eficazes e de qualidade, incluindo medicamentos antivirais, incluindo a necessidade de parcerias mais estreitas entre produtores, fabricantes genéricos e reguladores.

### **Construir uma melhor segurança na saúde: prevenindo futuras crises de saúde**

Nenhum país do mundo estava bem preparado para a pandemia COVID-19. Como resultado, a pandemia continua sendo uma catástrofe global em curso que custou milhões de vidas, desfeita décadas de ganhos em saúde e desenvolvimento global e diminuiu a resiliência nacional e regional a choques. O momento agora é de criar a capacidade nacional, regional e global necessária para se preparar para futuras variantes e a próxima emergência de saúde, que pode vir a qualquer momento. Para reduzir a vulnerabilidade mundial a futuras pandemias, o Painel Independente de Preparação e Resposta pandêmica da OMS e o Painel Independente de Alto Nível do G20 fizeram uma série de recomendações orientadas para a ação no início de 2021, incluindo a criação de um novo Fundo Intermediário Financeiro (FIF) para preparação pandêmica e segurança global da saúde. Essa recomendação foi ampliada desde então pelo

Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde e pela Presidência do G20 da Indonésia, bem como por organizações e indivíduos proeminentes e especialistas de todo o mundo.

Líderes do governo e da sociedade civil aderiram a esta sessão, que foi co-hospedada por **Sua Excelência Budi Gunadi Sadikin**, Ministro da Saúde da Indonésia, e por **Sua Excelência Antony Blinken**, Secretário de Estado dos Estados Unidos. Esta sessão discutiu a necessidade de capacidade do país, financiamento sustentável e uma força de trabalho forte em saúde para fortalecer a segurança em saúde e os sistemas de saúde – para as variantes COVID-19 e para futuras emergências em saúde. Especificamente, os palestrantes discutiram novos compromissos financeiros e impulso, incluindo o trabalho em apoio à Força Tarefa de Finanças e Saúde do G20, para estabelecer uma nova preparação pandêmica e fundo intermediário financeiro global de segurança da saúde no Banco Mundial nos próximos meses, em estreita cooperação com a OMS e outros parceiros internacionais. Os palestrantes também pediram o apoio de iniciativas para fortalecer a governança global da saúde, especialmente na OMS, por meio de alterações do Regulamento Sanitário Internacional e de um novo instrumento internacional sobre prevenção, preparação e resposta à pandemia.

Os palestrantes também enfatizaram novos compromissos para expandir e proteger a força de trabalho em saúde, inclusive aumentando o treinamento sobre prevenção e controle de infecções e fornecendo equipamentos de proteção individual. Os palestrantes também destacaram a necessidade de políticas e compromissos financeiros atuais e futuros para garantir que cada país tenha a capacidade necessária para mitigar as variantes COVID-19 e futuras ameaças à saúde e pandemias. Os palestrantes destacaram os compromissos com a expansão e melhoria das capacidades laboratoriais. Os palestrantes também reiteraram a necessidade de gerar e sustentar o acesso local e regional a contramedidas médicas e equipamentos de proteção individual, inclusive por meio de pesquisa e desenvolvimento e pela ampliação e diversificação da fabricação local e regional globalmente. Os líderes destacaram a necessidade de construir uma forte rede de especialistas para garantir a prontidão para futuros surtos com potencial pandemia. As discussões também destacaram a necessidade de um plano global robusto para uma transição oportuna e perfeita do ACT-A para abordagens e instrumentos futuros

### **Compromissos dos EUA**

Para apoiar essa iniciativa os EUA colaborarão com US\$ 22,5 bilhões em financiamento suplementar, incluindo US\$ 5 bilhões para apoiar o esforço global para impedir a disseminação de potenciais novas variantes, aumentar a vacinação, expandir o acesso a testes e tratamentos, e salvar vidas.

Durante o evento foi os EUA foram reconhecidos como o maior doador do mundo, fornecendo até agora US\$ 19 bilhões em assistência médica, humanitária e econômica, incluindo a doação de 1,2 bilhões de doses de vacina gratuitas.

Os Estados Unidos e os coanfitriões Belize, Alemanha, Indonésia e Senegal foram atendidos em seu pedido de novos compromissos assumidos para controlar o COVID-19 e prevenir futuras crises de saúde. Os EUA anunciaram novos compromissos para a resposta global à COVID-19 e preparação pandêmica, incluindo:

- **Financiamento adicional para um fundo de preparação para pandemia e segurança global da saúde abrigado no Banco Mundial.** Os Estados Unidos pretendem aumentar sua contribuição inicial assumidos na primeira cúpula para o estabelecimento do novo

fundo de preparação pandêmica e segurança da sanitária global no Banco Mundial com US\$ 200 milhões, totalizando US\$ 450 milhões. Esses fundos somados ao financiamento prometido pelos outros participantes da cúpula acendem a um total de US \$ 960 milhões de financiamento inicial para o lançamento do Fundo nos próximos meses. Esse Fundo fornecerá financiamento sustentado para melhorar a capacidade nacional, regional e global de prevenir, detectar e responder a pandemias e outras ameaças de doenças infecciosas.

- **Compartilhamento da propriedade intelectual e ferramentas de pesquisa relacionadas à vacina para aumentar o acesso global.** Os Institutos Nacionais de Saúde (NIH) licenciaram o Pool de Patentes de Medicamentos para o uso de ferramentas de pesquisa e propriedade intelectual de várias tecnologias, através do Grupo de Acesso à Tecnologia COVID-19 da OMS. As licenças incluem patentes que permitirão que fabricantes de todo o mundo usem essas tecnologias.
- A agência de alimentos e medicamentos dos EUA (FDA) se comprometeram a realizar revisões completas e eficientes dos produtos de resposta à COVID-19, priorizando a revisão da terapêutica COVID-19, incluindo a aprovação provisória de produtos genéricos que atendam os requisitos da FDA, mas que não podem ser aprovados por razões de exclusividade ou patente.
- Os Estados Unidos com o Fundo Global de Combate à Aids, Tuberculose e Malária ("Fundo Global"), unitaid, e outros parceiros da ACT-Accelerator, promoverão a estratégia de "testar e tratar" para as populações mais vulneráveis em países de baixa e média renda para ajudar a prevenir internações e mortes por COVID-19. O Fundo Global adquirirá até US\$ 80 milhões em kits de teste rápido e medicamentos antivirais da COVID-19, dos quais US\$ 20 milhões são fundos da USAID para aumentar rapidamente a implementação de testes e tratamento em até oito países e US\$ 22 milhões da Unitaid para introduzir estratégias de teste e tratamento em mais de 20 países em 2022.
- Os Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA (CDC) fornecerão US\$ 15 milhões adicionais aos US\$ 1,7 bilhão que da iniciativa americana para o Acesso Global a Vacinas (GLOBAL VAX), para acelerar e expandir a vacinação em países de alta necessidade, através de assistência técnica e prestação de serviços com foco em populações de alto risco.
- Para avançar a Agenda Global de Segurança da Saúde e acelerar a implementação da Estratégia Global de Segurança sanitária dos EUA, o governo dos EUA ampliará a mais oito países o apoio intensivo em segurança da saúde global para melhorar as capacidades dos países de prevenir, detectar e responder às futuras ameaças à saúde.
- Os Estados Unidos estarão doando doses pediátricas da vacina Pfizer para ajudar a o progresso da meta de vacinação de 70% expandindo o acesso àqueles com maior risco e crianças em todo o mundo.
- Os Estados Unidos, através da FDA se comprometeram a ajudar as autoridades globais de saúde e a OMS a fornecer conselhos aos produtores de vacinas COVID-19, informando as serem usadas como base para vacinas, incluindo as previsões sobre o domínio de cepas futuras para obter uma proteção ampla contra variantes futuras desconhecidas.



- A “**International Development Finance Corporation**” (DFC) dos EUA criou um mecanismo para fornecer até US\$ 1 bilhão à Gavi para fornecer financiamento intermediário que garanta os compromissos de outros doadores para que a COVAX reaja imediatamente em uma crise comprando e entregando suprimentos de vacinas em nome dos países em desenvolvimento que participam da COVAX.
- Os EUA já disponibilizaram parte da [promessa de US\\$ 150 milhões e 3 anos](#) para apoiar a **ampliação da pesquisa e desenvolvimento de vacinas COVID-19 promovida pela Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI)**, incluindo o desenvolvimento de outras vacinas e contramedidas para futuras doenças infecciosas emergentes, tornando as vacinas mais eficazes e mais fáceis de administrar em ambientes de baixos recursos.

Apesar desses compromissos para combater o COVID-19 e aumentar a preparação futura contra ameaças à saúde, **o governo americano reconheceu que ainda existe mais trabalho a ser feito para garantir o exercício da liderança dos Estados Unidos aumentar a segurança sanitária mundial.** Sem a aprovação pelo congresso americano de um financiamento emergencial adicional, os Estados Unidos não poderão comprar tratamentos adicionais para parar a propagação de possíveis novas variantes em todo o mundo, continuar vacinando contra a COVID-19 e salvar vidas nos EUA e no exterior.

## **CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO**

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire** - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

**Ana Luísa Jorge Martins** – Bacharel (UFMG) e mestre (PUC Minas) em Ciências Sociais

**Ananda Melo King** - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**André Lobato** - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

**Armando De Negri Filho** - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

**Augusto Paulo José da Silva** - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

**Caio Murta** – Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Claudia Chamas** - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

**Claudia Hoirisch** - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Danielle Keylla Alencar Cruz** – Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

**Danielly P. Magalhães** - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

**Deisy de Freitas Lima Ventura** - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

**Denise Oliveira e Silva** - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Fabiane Gaspar** - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em Comércio Exterior e Direito, especialista em Saúde Pública, mestranda em Direito Internacional

**Felix Júlio Rosenberg** - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

**Gisele Sanglard** – Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em História, mestrado em História Social da Cultura e doutorado em História das Ciências da Saúde.

**Harim Baek** - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Isis Pillar Cazumbá da Cruz** - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

**Jameson Vinícius Martins da Silva** - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**Jesus Enrique Patiño Escarcina** - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

**Julia A. M. Abbud Ribeiro** - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Júlia Moraes** - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Laurenice de Jesus Alves Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz

**Lara Daibert** – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

**Luana Bermudez** - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

**Lúcia Marques** - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

**Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza** - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Presidente da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

**Luiz Augusto Galvão** - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva; Professor adjunto, Universidade Georgetown, EUA; e membro do Cris/Fiocruz

**Luiz Claudio Meirelles** – Pesquisador e Coordenador do CESTEHE, ENSP/Fiocruz

**Marciglei Brito Moraes** - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes** - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

**Maria de Fátima Ramos Moreira** – Pesquisadora da ENSP/Fiocruz

**Maria Teresa Rossetti Massari** - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

**Marina Sujkowski** - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Miryam de Souza Minayo** - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

**Nina Bouqvar** - mestranda em *Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI)* pela PUC-Rio e bacharela em *Ciência Política (UNIRIO)*

**Patricia Lewis Carpio** - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

**Paula Reges** - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

**Paulo Esteves** - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

**Paulo Marchiori Buss** - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

**Pedro Burger** - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

**Rômulo Paes de Sousa** - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

**Regina Ungerer** - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Santiago Alcazar** - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Sebastian Tobar** - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

**Thaiany Medeiros Cury** - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

**Tomé Cá** - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

**Vitória Kavanami** - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

## **Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **51** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

## **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 já foram realizados **7** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

OU

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

## **Próximos seminários – Série 2022**

**Dia 1º de junho** – *Sistemas de saúde em transformação*

**Dia 15 de junho** – *Saúde nas fronteiras*

**Dia 29 de junho** – *Migração, migrantes e saúde*

**Dia 13 de julho** – *Cooperação internacional em saúde*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Centro de Relações Internacionais em Saúde**

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Número: 9/2022**

***Período de 10 a 23 de maio de 2022***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER**

**Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 27 de maio de 2022.**

**190 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**

---

**Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.**